

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Cultura, religião e política: Fórum Mineiro de Reinados e Congados –
construção e defesa de políticas públicas para o patrimônio imaterial**

Maria Luiza Givisiez Rodrigues
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

MARIA LUIZA GIVISIEZ RODRIGUES

**Cultura, religião e política: Fórum Mineiro de Reinados e Congados –
construção e defesa de políticas públicas para o patrimônio imaterial**

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural Paisagens e
Cidadania (Profissional), para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Ana Paula Ribeiro Freitas

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

R696c
2025

Rodrigues, Maria Luiza Givisiez, 1996-
Cultura, religião e política: Fórum Mineiro de Reinados e
Congados - construção e defesa de políticas públicas para o
patrimônio imaterial / Maria Luiza Givisiez Rodrigues. – Viçosa,
MG, 2025.
1 dissertação eletrônica (225 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Ana Paula Ribeiro Freitas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2025.

Referências bibliográficas: f. 174-179.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.709>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Congadas - Minas
Gerais. I. Freitas, Ana Paula Ribeiro. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 363.69

MARIA LUIZA GIVISIEZ RODRIGUES

**Cultura, religião e política: Fórum Mineiro de Reinados e Congados –
construção e defesa de políticas públicas para o patrimônio imaterial**

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural Paisagens e Cidadania (Profissional),
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 6 de agosto de 2025.

Assentimento:

Maria Luiza Givisiez Rodrigues
Autora

Ana Paula Ribeiro Freitas
Orientadora

Essa dissertação mestrado profissional foi assinada digitalmente pela autora em 04/11/2025 às 13:37:08 e pela orientadora em 04/11/2025 às 16:31:36. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **BM3L.VRZ6.74Y9** e clique no botão 'Validar documento'.

À Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, que despertou em mim o amor pelo Rosário de Maria. Ao Mestre Zizinho, pela amizade e pelas brincadeiras, e a todos os amigos e amigas que esse caminho me presenteou.

À minha família, em especial à minha avó materna, Dona Zezé.

Ao meu amigo de outrora, Thaynã Paes, pela amizade, companheirismo e confiança.

À minha orientadora, cujo apoio foi essencial para a realização deste trabalho.

Aos colegas do mestrado, por toda a força, incentivo e partilha ao longo dessa jornada.

Aos mestres e mestras cujos saberes e trajetórias são parte viva deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

RODRIGUES, Maria Luiza Givisiez, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2025. **Cultura, religião e política: Fórum Mineiro de Reinados e Congados – construção e defesa de políticas públicas para o patrimônio imaterial.** Orientadora: Ana Paula Ribeiro Freitas.

A dissertação analisa o Fórum Mineiro de Reinados e Congados como espaço de participação social na construção de políticas públicas de patrimônio imaterial em Minas Gerais. O estudo investiga como a articulação entre o Estado e os detentores dos saberes do Rosário contribui para a salvaguarda e valorização das tradições dos Reinados e Congados. Com base em análise documental e observação participante, a pesquisa examina as falas, atas e cartas do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados. Os resultados mostram que o Fórum fortalece o diálogo entre comunidades e poder público, embora ainda enfrente desafios burocráticos para a efetivação das ações de salvaguarda. O produto final é um minidocumentário educativo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido (2024), voltado à educação patrimonial.

Palavras-chave: Congado; Reinado; Fórum Mineiro de Reinados e Congados; Patrimônio Cultural Imaterial; Participação Social; Banda de Congado Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido; Políticas Públicas; Cultura; Religião.

ABSTRACT

RODRIGUES, Maria Luiza Givisiez, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2025. **Culture, religion, and politics: Minas Gerais Forum of Reinados and Congados - construction and defense of public policies for intangible heritage.** Adviser: Ana Paula Ribeiro Freitas.

This dissertation analyzes the Fórum Mineiro de Reinados e Congados as a space for social participation in the development of public policies for intangible cultural heritage in Minas Gerais, Brazil. It investigates how the interaction between the State and the holders of Rosary traditions contributes to the safeguarding and appreciation of Reinado and Congado, expressions of Afro-Brazilian faith, ancestry, and resistance. Based on documentary analysis and participant observation, the research examines the speeches, minutes, and letters produced during the First Fórum Mineiro de Reinados e Congados. The results indicate that the Forum strengthens dialogue between traditional communities and public authorities, while still facing bureaucratic challenges that limit the effectiveness of safeguarding actions. The final product is an educational short documentary on the Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido (2024), promoting heritage education among students.

Keywords: Congado; Reinado; Fórum Mineiro de Reinados e Congados; Intangible Cultural Heritage; Social Participation; Banda de Congado Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido; Public Policies; Culture; Religion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	17
NA BATIDA DAS ESPADAS E NO COMPASSO DOS PANDEIROS:	17
A HISTÓRIA DOS CONGADOS E REINADOS DE MINAS GERAIS	17
1.1. Reinados e Congados em Minas Gerais	17
1.2. Definições e práticas plurais: Todo Reinado é Congado, mas nem todo Congado é Reinado?	28
1.3. Unidade na Diversidade: o Universo Congadeiro	40
1.3. As disparidades entre as Políticas de Patrimônio Material e Imaterial	56
1.4. A trajetória do Processo de Registro do Bem	63
CAPÍTULO 2	70
O FÓRUM MINEIRO DE REINADOS E CONGADOS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA	70
POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	70
2.1. Introdução	70
2.2. A formação do Fórum Mineiro de Reinados e Congados	70
2.3. Políticas Públicas e Vozes no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados	99
CAPÍTULO 3	122
DEMANDAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:	122
AS CARTAS DO FÓRUM MINEIRO DE REINADOS E CONGADOS COMO INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	122
3.1. Introdução	122
3.2. A Construção das Cartas: O Papel dos Grupos de Trabalho	123
3.3. Conteúdo e Temáticas das Cartas	126
3.3.1 Carta à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Secult-MG: institucionalização e valorização do Congado como política pública permanente	127
3.3.2. Carta às Câmaras Municipais, aos Gestores Municipais e a Rede de Gestores: reconhecimento local e fortalecimento institucional dos grupos de Congado e Reinado	131
3.3.3 Carta à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais: inclusão das comunidades congadeiras na agenda de direitos territoriais e políticas sociais	136
3.3.4. Carta à Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal: propostas para ampliação de editais, prêmios e programas de fomento às culturas populares	139
3.3.5 Carta ao Iepha-MG: estratégias de salvaguarda e valorização dos Reinos e Congados nas políticas estaduais de patrimônio	141
3.3.6. Carta ao IPHAN: estratégias de salvaguarda e valorização dos Reinos e Congados nas políticas estaduais de patrimônio	143
3.4. As Cartas como Ferramenta de Mobilização e Articulação Política	145
3.4.1. Registros das Reuniões Institucionais com Órgãos de Cultura: Secult-MG, IPHAN e Iepha-MG (2022)	146
3.4.2. Registros da Entrega das Cartas às Câmaras Municipais e Prefeituras pelos Detentores do Bem Cultural	148
3.4. Contribuições do Fórum para a salvaguarda dos Reinados e Congados	158
CAPÍTULO 4	171
PRODUTO FINAL	171
FONTES	173
REFERÊNCIAS	175

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar o Fórum Mineiro de Reinados e Congados e a participação social na construção de políticas públicas de patrimônio imaterial para a salvaguarda dos Reinados e Congados do Estado de Minas Gerais. Para tanto, a pesquisa tem buscado explorar a formação e o papel do Fórum enquanto mecanismo de engajamento e articulação entre os detentores deste bem e os órgãos responsáveis pela implementação de políticas culturais em Minas Gerais. Através desta ótica, pretende-se compreender como a participação social influencia a proteção e promoção do patrimônio imaterial, particularmente as manifestações culturais dos Reinados e Congados, que são expressões significativas da identidade e diversidade cultural mineira.

Este bem cultural consiste fundamentalmente na diversidade de saberes da ancestralidade afro-brasileira que são regidos pela devoção ao Rosário. De acordo com o pensamento de mestres e mestras dessas tradições, seus saberes constroem comunidades fortalecidas culturalmente por um modo de vida ancestralizado que, desde as práticas cotidianas aos ritos celebrativos, expressa as habilidades dos povos negros para a resistência cultural, a negociação e especialmente, para a produção de comunidades afetivas e identidades culturais poderosas – que resistiram, no passado, às violências da escravidão. Na atualidade, tais tradições resistem às violações de direitos perpetradas pelo racismo estrutural e seus desdobramentos.

Além de afirmarem resistência cultural, as tradições do Rosário são também filosóficas e culturalmente propositivas e fornecem condições para que, através do culto à ancestralidade, haja a continuidade de práticas de conhecimento permeada em cosmologia enraizada: cada toque do tambor, cada cor nas fitas e vestimentas, cada passo de dança tem um significado que vai além do que se vê. Neste sentido, cada elemento conta uma parte da história do seu povo, desde o tempo da escravidão até a luta diária contra o racismo e a busca por reconhecimento e respeito. A manifestação cultural é uma forma de manter viva a memória dos antepassados e passar adiante os saberes e as forças que eles deixaram, com sua origem na região centro-africana e reformulada criativamente nos contextos da diáspora.

Políticas de Patrimônio: o Estado, a sociedade e o Fórum

No Brasil, a evolução das políticas voltadas para o patrimônio imaterial tem sido notavelmente marcada pela criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), no início do século XXI. Esse movimento tem como foco o reconhecimento, a valorização e a salvaguarda das manifestações culturais que vão além do tangível, transmitindo os saberes das gerações atuais para as futuras.

Essas políticas reconhecem a importância do patrimônio cultural imaterial, que inclui práticas, saberes, expressões significativas para as comunidades. Sendo assim, os reinados e congados são vistos não apenas como festividades, mas como pilares da identidade e memória coletivas. Neste contexto, o Fórum Mineiro de Reinados e Congados surge no ano de 2021, como uma iniciativa preocupada em buscar proteger essas expressões por meio da construção de políticas públicas, ao reunir detentores da tradição, acadêmicos, servidores públicos, autoridades públicas e outros atores interessados na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. A idealização do Fórum é reflexo de uma conscientização sobre a importância da participação social nas decisões que afetam o patrimônio cultural imaterial, ao tentar promover um diálogo inclusivo e democrático entre a sociedade civil e o poder público.

A participação social no contexto das políticas de patrimônio imaterial é fundamental para assegurar que as medidas de proteção e promoção sejam efetivas e ressoantes com as necessidades e expectativas das comunidades detentoras. O Fórum Mineiro de Reinados e Congados busca possibilitar que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas culturais.

Portanto, este estudo concentra-se na análise dessa interação entre participação social e políticas de patrimônio imaterial, investigando os efeitos da realização e da eficácia do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, como um meio de articulação de demandas culturais específicas, bem como a sua influência nas políticas públicas de cultura e patrimônio no Estado de Minas Gerais. Espera-se contribuir para um maior entendimento sobre como iniciativas de base comunitária podem fortalecer o patrimônio cultural imaterial, bem como os percalços e dificuldades que, por ventura, podem vir a surgir nesta interação entre agentes e instituições do Estado e detentores de bens culturais.

A pesquisa sobre a construção de políticas públicas em colaboração com os detentores dos saberes do Rosário, marca uma abordagem inovadora, tendo em vista que o Fórum é uma iniciativa pioneira na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em Minas Gerais. A irmandade do Rosário de Maria revela-se como um campo ainda pouco explorado na literatura e documentação existentes, apesar da sua importância. Compreender esses saberes, interligando-os à construção de políticas públicas, tem o potencial de contribuir para a valorização do bem cultural e fortalecer a identidade e a memória coletivas.

Neste sentido, investiga-se possíveis contribuições da criação do Fórum Mineiro de Reinados e Congados na construção de materiais para a literatura a respeito das culturas negras no Estado. Nota-se que tal iniciativa foi inovadora, na busca por envolver e dialogar diretamente com os detentores culturais na formulação e implementação de políticas públicas culturais. A iniciativa funda-se na promoção de uma abordagem participativa que valoriza as tradições culturais de matrizes africana e afro-brasileira, tendo em vista que os detentores do bem são os portadores legítimos da “raiz da tradição”. Investiga-se a hipótese de que o Fórum representa um espaço para a discussão e a salvaguarda das tradições do Rosário, que são essenciais para compreender a diversidade cultural do Brasil, uma vez que ali encontram-se representados os detentores deste bem cultural.

De outro lado, entende-se também que esta relação entre diferentes atores sociais participantes do Fórum – agentes do Estado e detentores do bem em questão – envolve uma relação permeada por conflitos, decorrentes das diferentes perspectivas do olhar do Estado sobre as políticas culturais e da desconfiança do detentor do bem em relação a este olhar.

A relevância deste estudo está na oportunidade de explorar a dinâmica entre a sociedade civil e o Estado na construção de políticas públicas na gestão do patrimônio cultural imaterial. Conforme destacado por Rafael Barros Gomes em sua dissertação, a interação entre os congadeiros e as instituições governamentais revela tanto os desafios quanto as potencialidades da participação social na conservação de práticas culturais (Gomes, 2015). Esta análise é corroborada por Santos (2019), que enfatiza a importância da ampliação do diálogo entre diferentes setores da sociedade para a construção de uma política de patrimônio mais inclusiva e representativa.

Pode-se afirmar que a evolução das políticas culturais depende significativamente da democratização do Estado e este é um processo que exige a expansão dos espaços de participação social. Segundo Santos:

É crucial que diversas vozes sejam incluídas na conversa para que possam contribuir ativamente para a reformulação das diretrizes culturais. Essa inclusão não apenas enriquece o debate, mas assegura que as políticas culturais sejam mais representativas e atendam às necessidades e expectativas de diferentes grupos da sociedade. (Santos, 2019)

A importância da participação dos detentores na formulação de políticas públicas de patrimônio cultural imaterial é enfatizada por Dagnino (2020), que destaca a necessidade de um esforço contínuo para assegurar que suas vozes sejam ouvidas em processos decisórios. Essa perspectiva destaca a importância de desenvolver mecanismos que garantam uma participação efetiva dessas comunidades no diálogo sobre patrimônio cultural, ressaltando que o reconhecimento e a valorização dependem de uma inclusão ativa e consciente nas decisões que afetam diretamente seu futuro e preservação.

Entende-se que este estudo se mostra de suma relevância, por seu potencial de contribuir para o debate sobre o patrimônio cultural imaterial no Brasil, enfatizando a importância da participação ativa da sociedade civil na formulação de políticas no campo cultural. Ao focar no Fórum Mineiro de Reinados e Congados, o estudo propõe não apenas um reconhecimento das tradições, mas uma reflexão crítica sobre os modelos de patrimonialização e a necessidade de políticas públicas mais democráticas e inclusivas.

Problematizando o Fórum: fontes e fundamentação teórico-metodológica

Observa-se que, apesar de reconhecida a importância das práticas culturais imateriais para a identidade e memória coletivas no Brasil, existem lacunas significativas na forma como o Estado e as políticas públicas se engajam com os detentores desses saberes. Dagnino (2020: p. 58) enfatiza a necessidade de “um esforço contínuo para garantir que essas vozes sejam ouvidas em processos decisórios”.

Neste estudo, defende-se a hipótese de que a meta da valorização e preservação das práticas culturais associadas ao rosário de Maria só será efetivamente alcançada por meio do aprimoramento na implementação dos mecanismos de participação social nas políticas de patrimônio imaterial. A hipótese funda-se no pressuposto de que a participação efetiva das comunidades detentoras dos saberes tradicionais é crucial ao desenvolvimento de políticas públicas mais representativas e eficazes. Santos (2019, p. 102) sustenta que “a democratização do Estado passa necessariamente pela ampliação dos espaços de participação social”. Esta pesquisa norteia-se pelo objetivo de investigar como a implementação de

mecanismos de participação social pode aprimorar a valorização e preservação das práticas culturais associadas ao rosário de Maria, no contexto do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, visando contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de patrimônio imaterial mais inclusivas e com real impacto social.

Para se atingir o objetivo central proposto, elegeu-se as seguintes fontes para a realização deste estudo: a) Descrição das Falas do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados; b) Atas do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados; c) Cartas elaboradas no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados; d) Matéria de Jornal com reportagens sobre o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados; e) Reunião da devolutiva e aprovação das Cartas pelos detentores do bem; f) Atas das reuniões com o Iepha-MG e IPHAN, quando foram entregues as cartas; g) Dossiê de Patrimonialização de Reinados e Congados Estadual.

A seleção dessas fontes reflete a abordagem metodológica adotada nesta pesquisa, que reconhece a minha inserção no objeto de estudo. Como participante ativa do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, minha atuação se deu em diversas frentes: colaborei no envio do projeto para implementação do Fórum, fui responsável pela gestão cultural da iniciativa, participei da sua execução e atuei como coordenadora do grupo de trabalho. Além disso, sou participante da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário desde 2019, entidade responsável pela realização do Fórum, tendo iniciado minha relação com essa manifestação cultural ao auxiliar a Banda em projetos culturais, o que aprofundou minha compreensão sobre os desafios enfrentados pelos grupos que atuam na preservação do patrimônio imaterial.

Dessa forma, a pesquisa se alinha à abordagem da pesquisa participante. Para garantir a rigorosidade científica, a investigação não se restringe a uma narrativa interna ou descritiva, mas busca preservar a crítica documental necessária, assegurando uma análise equilibrada e reflexiva sobre os impactos e limitações do Fórum.

A motivação para desenvolver esta pesquisa surgiu a partir da percepção da importância da participação ativa dos detentores do bem cultural na construção das políticas públicas de salvaguarda. Ao longo da minha atuação no Fórum, tornou-se evidente que, apesar dos avanços na formulação dessas políticas, ainda há um longo caminho a ser percorrido, marcado por entraves burocráticos, pela necessidade histórica de reconhecimento e fortalecimento das tradições dos Reinados e Congados e, sobretudo, pelos inúmeros pedidos de salvaguarda feitos pelos detentores do bem, que evidenciam o quão custoso e demorado é o processo de concretização dessas medidas.

Ainda que minha participação no Fórum proporcione uma visão interna sobre seu funcionamento, há uma preocupação constante em manter distanciamento analítico e uma abordagem crítica. Assim, além de analisar os avanços proporcionados pelo Fórum, são investigados também seus desafios, tais como as dificuldades na relação entre os detentores do bem cultural e as instituições do Estado, a burocratização de políticas públicas e as limitações na implementação de ações efetivas para a salvaguarda das tradições.

Assim, ao analisar criticamente o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, identificando tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados, a pesquisa busca contribuir para a melhoria das próximas edições do Fórum, além de fortalecer, mesmo que de forma indireta, as políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio imaterial. Esse estudo, portanto, não se limita a uma abordagem descritiva, mas propõe uma reflexão analítica sobre a efetividade das estratégias de salvaguarda e a participação social na construção dessas políticas, alinhando-se à perspectiva de uma pesquisa participante com compromisso crítico e metodológico.

Neste sentido, a pesquisa visa analisar a primeira edição do Fórum Mineiro de Reinados e Congados a partir de seus materiais produzidos, considerando conceitos teóricos centrais da história, sociologia, antropologia e estudos culturais. O estudo enfatiza a participação social, políticas de patrimônio imaterial e valorização das culturas populares, buscando compreender como a inclusão efetiva das comunidades nos processos de formulação de políticas pode promover a preservação e valorização do patrimônio cultural imaterial.

Para tanto, este estudo busca: identificar e documentar as diversas manifestações culturais e práticas espirituais relacionadas aos reinados e congados participantes do Fórum Mineiro de Reinados e Congados; avaliar como as políticas públicas de patrimônio imaterial reconhecem e valorizam essas práticas culturais associadas ao Reinado e Congado; investigar formas efetivas de envolvimento dos detentores do bem cultural nas etapas de formulação, implementação e avaliação das políticas de patrimônio imaterial; examinar os documentos oficiais e cartas de proposição geradas no âmbito do Fórum, analisando como as demandas e expectativas das comunidades estão sendo articuladas e atendidas nas políticas públicas; e desenvolver recomendações para aprimorar as políticas públicas de patrimônio imaterial, garantindo participação efetiva e valorização dessas culturas.

A fundamentação teórica da pesquisa é ancorada em autores que refletem sobre participação social, democratização do Estado e reconhecimento do patrimônio cultural

imaterial. Boaventura de Sousa Santos discute a democratização do Estado e a importância da participação social para redefinir políticas culturais. Evelina Dagnino contribui com reflexões sobre sociedade civil, participação e cidadania, ressaltando a necessidade do reconhecimento das culturas populares nos processos decisórios. Rafael Barros Gomes oferece uma análise sobre a patrimonialização das congadas em Minas Gerais, evidenciando os desafios e potenciais na interação entre comunidades tradicionais e políticas públicas. Além disso, o estudo considera as informações presentes no Dossiê de Registro dos Saberes do Rosário: Reinados e Congados e Congadas do Brasil (Iepha-MG), que fornece um referencial para a discussão sobre políticas de salvaguarda.

A abordagem metodológica da pesquisa será estruturada dentro de uma perspectiva qualitativa, com base em análise documental e observação participante. Como exposto anteriormente, serão analisados os documentos gerados durante a primeira edição do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, especialmente as cartas e reuniões buscando compreender como os processos de participação social influenciam a construção das políticas de patrimônio imaterial. A partir desse conjunto de métodos, pretende-se capturar a complexidade das relações entre os detentores do bem e o Estado, além de avaliar a eficácia das políticas públicas na valorização e preservação da cultura popular.

Para tanto, a dissertação será estruturada em três capítulos e um capítulo final dedicado ao produto do mestrado profissional:

No capítulo 1, intitulado “Na batida das espadas e no compasso dos pandeiros: a história dos Congados e Reinados em Minas Gerais”, pretende-se analisar a importância dos congados e reinados na história e cultura do Estado de Minas Gerais, bem como refletir sobre a marginalização, representada nas proibições e repressões das expressões culturais afro-mineiras e do apagamento destas culturas na trajetória histórica das políticas de patrimônio do Estado brasileiro e em Minas Gerais. Este capítulo também pretende analisar a complexidade do universo congadeiro, diferenciando as tradições, símbolos, práticas e significados de cada uma das suas manifestações. Diante da presença de grupos como Catopês, Caboclos, Candomberos, Moçambiqueiros, entre outros, busca-se esclarecer suas origens, elementos característicos e a importância de cada um na preservação do patrimônio imaterial afro-brasileiro.

No capítulo 2, intitulado “O Fórum Mineiro de Reinados e Congados e a Participação Social na Construção de uma Política de Patrimônio Cultural Imaterial”, pretende-se analisar a experiência do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados como um marco na articulação

entre os grupos tradicionais e o poder público na construção de políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial em Minas Gerais.

O capítulo está estruturado em três eixos principais. No primeiro, será abordado o processo de implementação do Fórum, com ênfase nas estratégias adotadas para garantir ampla participação e representatividade dos territórios e sujeitos envolvidos. No segundo eixo, serão analisadas as falas proferidas durante a mesa de abertura do evento, destacando as vozes de mestres, mestras, lideranças comunitárias e representantes de instituições públicas, com o objetivo de compreender os sentidos atribuídos ao Fórum por diferentes agentes. Por fim, o terceiro eixo discute a participação social na formulação de políticas públicas para os bens culturais de natureza imaterial, relacionando a experiência do Fórum a uma revisão bibliográfica que trata da democracia participativa, dos direitos culturais e dos mecanismos de reconhecimento institucional das tradições populares.

No capítulo 3, intitulado “Demandas e participação social: as cartas do Fórum Mineiro de Reinados e Congados como instrumentos de construção de políticas públicas”, analisa-se a produção coletiva das cartas de proposições elaboradas no âmbito do Fórum como ferramentas estratégicas de participação social e articulação política entre as comunidades congadeiras e o poder público.

Construídas a partir dos debates realizados nos Grupos de Trabalho (GTs), essas cartas formalizam as demandas dos detentores de saberes e práticas do Reinado e do Congado, constituindo-se como documentos que expressam, de forma organizada e direta, as necessidades, reivindicações e propostas de políticas públicas voltadas à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial afro-mineiro. Direcionadas a diferentes instituições como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), secretarias estaduais e comissões federais, as cartas abordam temáticas diversas, que vão do reconhecimento oficial das manifestações culturais à valorização dos espaços de memória, passando por políticas de fomento, intercâmbio cultural, segurança alimentar e educação patrimonial.

Ao analisar qualitativamente nove cartas produzidas no processo, este capítulo busca compreender o conteúdo das proposições, e também os sentidos políticos e sociais atribuídos à sua elaboração, entrega e devolutiva. O capítulo se organiza em quatro seções: a primeira apresenta o processo coletivo de construção das cartas nos Grupos de Trabalho; a segunda examina os principais temas e conteúdos recorrentes nos documentos; a terceira discute o uso das cartas como ferramentas de mobilização política; e, por fim, a quarta seção analisa suas

contribuições para o fortalecimento das políticas de salvaguarda dos Reinos e Congados em Minas Gerais.

Por fim, será apresentado o produto final deste mestrado, que se constituirá na produção de um minidocumentário sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Paula Cândido (2024), destacando o protagonismo de Mestra Chiquita, da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, coroada Rainha no ano de 2023. A proposta do documentário é o registro audiovisual da festividade, constituindo-se como um instrumento de educação patrimonial, ao ser exibido na Escola Estadual Professor Samuel João de Deus, para estudantes do ensino fundamental. Além da projeção do material, a presença de Mestra Chiquita e Mestre Zizinho possibilitará um espaço de interação entre os detentores do bem cultural e os estudantes, promovendo o contato direto com a tradição congadeira.

A inserção do minidocumentário no ambiente escolar alinha-se à perspectiva de que a patrimonialização deve ir além dos processos formais de reconhecimento estatal, envolvendo ações efetivas de difusão e transmissão dos saberes tradicionais. A exibição do documentário e o diálogo com os mestres congadeiros buscam sensibilizar os jovens sobre a relevância do Congado enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro, promovendo a construção de um conhecimento crítico que contribua para a superação de preconceitos e a valorização das expressões culturais negras.

CAPÍTULO 1

NA BATIDA DAS ESPADAS E NO COMPASSO DOS PANDEIROS: A HISTÓRIA DOS CONGADOS E REINADOS DE MINAS GERAIS

1.1. Reinados e Congados em Minas Gerais

O Congado é uma manifestação cultural e religiosa profundamente enraizada na história das comunidades negras no Brasil. Sua origem remonta aos cultos ancestrais realizados por diversas nações africanas, que veneravam seus ancestrais comuns por meio de danças, percussões e cantorias. Inicialmente voltadas à figura do Rei Congo, essas práticas foram transformadas ao longo do tempo, passando por um processo de cristianização que as integrou à fé popular brasileira. Esse processo resultou em uma tradição única, que combina elementos da espiritualidade africana e do catolicismo, simbolizando não apenas resistência cultural, mas também a capacidade de adaptação e recriação das tradições em um contexto de opressão e colonialismo. (Martins, 1997; Brasileiro, 2019, p. 17)

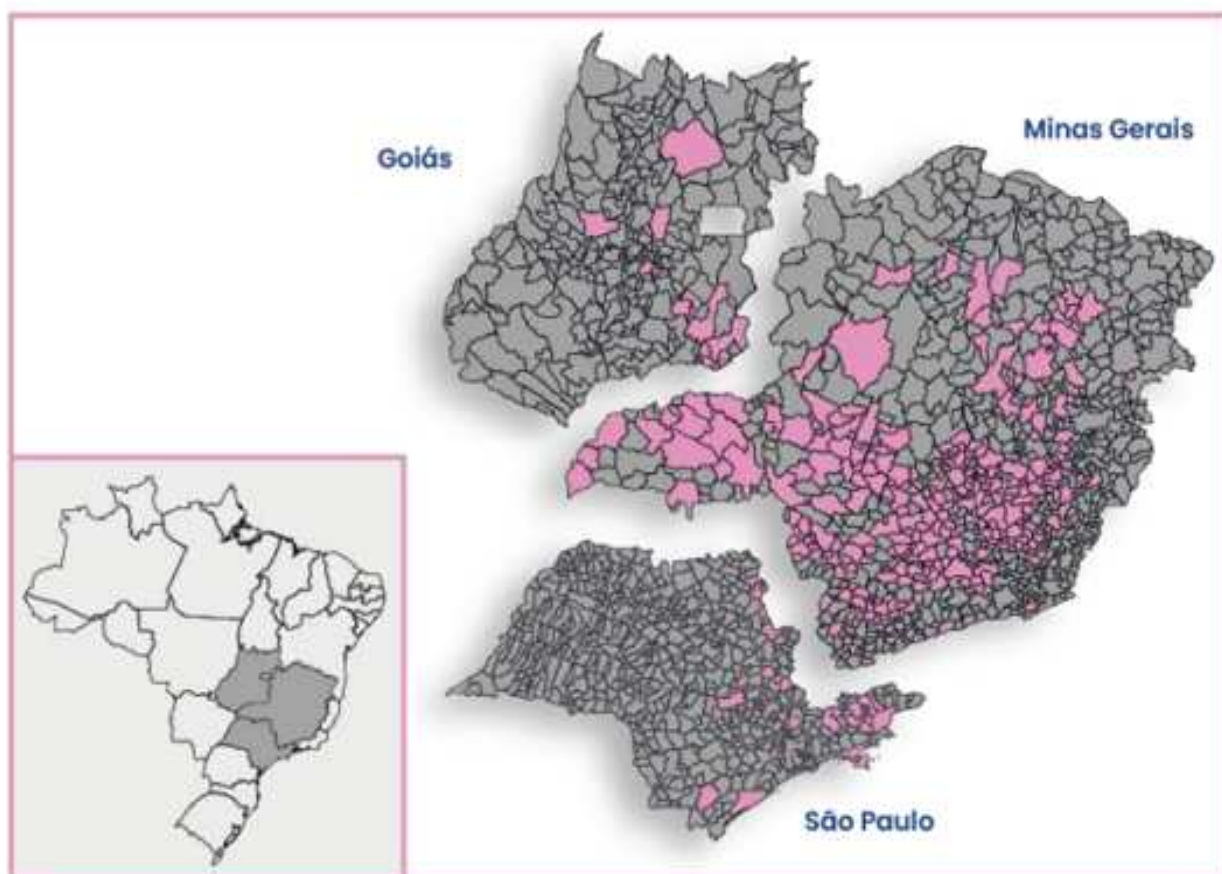
Em Minas Gerais, a cultura dos Reinados e Congados é tão recorrente, que a impressão que se tem é de que em cada cidade, há uma celebração dedicada ao Rosário de Maria. Localizado na região Sudeste do Brasil, o Estado que possui o maior número de municípios do país - com 853 municípios - e uma área de 586 mil quilômetros quadrados, destaca-se como o principal território de preservação e prática do Congado. Dos 853 municípios mineiros, dados de 2018 revelam que 332¹ municípios possuem referências culturais associadas aos Reinados e Congados, envolvendo 701 festas dedicadas ao Rosário, 1.174 guardas, ternos, bandas ou cortes, além de 20 candombes, 117 irmandades e 193 reinados. Essa diversidade reflete a complexidade e ampla distribuição territorial do bem cultural no Estado. (INRC/IPHAN, 2018)

Entre 2006 e 2018, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou pesquisas com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), mapeando centenas de ocorrências das expressões do Rosário em diferentes estados. Esses levantamentos ocorreram em 20 municípios de Goiás (2006-2008), 332 municípios de

¹ Mesorregiões com maior incidência deste bem cultural: Oeste de Minas, Campos das Vertentes, Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba e Central de Minas. Mesorregiões com menor incidência deste bem cultural: Vale do Mucuri, Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Jequitinhonha e Sul/Sudoeste de Minas (IPHAN, 2014).

Minas Gerais (2012-2014) e 31 municípios de São Paulo (2016-2018), evidenciando a relevância e abrangência das práticas ligadas ao Rosário no Brasil. (INRC/IPHAN, 2018). Conforme pode ser observado no mapa a seguir:

Figura 1. Mapeamento das Festas do Rosário e Congados em Goiás, Minas Gerais e São Paulo - INRC/IPHAN 2018



Fonte: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das Festas do Rosário e Congados no Estado de Goiás (IPHAN, 2018), das Congadas de Minas/Levantamento Preliminar (IPHAN, 2014) e do Congado Paulista/ Etapa Preliminar (IPHAN, 2018).

A riqueza e a ampla disseminação do Congado em Minas Gerais, com suas centenas de festividades, guardas e irmandades, destacam o Estado como o principal território de preservação dessa manifestação cultural e religiosa no Brasil, surgindo no território antes mesmo da formalização de Minas Gerais enquanto unidade administrativa². (INRC-IPHAN, 2014)

² Os registros documentais sobre tais celebrações no território mineiro remontam a 1711, nove anos antes do estabelecimento da Capitania de Minas Gerais. No cenário administrativo da América Portuguesa - o Brasil Colonial - a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro foi instituída em 1709, a fim de regulamentar o controle da Coroa Portuguesa sobre a exploração aurífera e o acelerado fluxo de ocupação do território. As primeiras vilas foram estabelecidas em 1711 (Vila Rica e Sabará) e, em dezembro de 1720, foi instituída a divisão administrativa que criou a Capitania de Minas Gerais.

Pesquisadores como Gomes (2015) e Giane Rena Cardoso Queiroz (2013) apontam que dois fatores principais justificam a concentração dessas manifestações em Minas Gerais: o intenso fluxo migratório decorrente do processo de mineração de ouro e diamante e a proibição da entrada de ordens religiosas regulares na região. Esses aspectos contribuíram para que as comunidades afrodescendentes, organizadas em irmandades, desenvolvessem e mantivessem vivas as tradições do Congado, definindo seu espaço social, cultural e religioso, fazendo de sua herança cultural um marco que os consolida como fundamentais para a preservação de suas raízes religiosas e sociais, promovendo dessa forma a resistência cultural. (Queiroz, 2013, p. 15)

Assim, um dos fatores que contribuíram para a concentração do Congado em Minas Gerais foi o intenso fluxo migratório. Segundo Ferreira (2017), durante o período da mineração no Brasil, houve uma grande movimentação populacional, marcada pela chegada de muitos portugueses e, sobretudo, pela migração forçada de africanos³ escravizados para as regiões do interior da América Portuguesa. Esse processo teve início no final do século XVII, quando a mineração começou a se destacar, coincidindo com o declínio da produção açucareira no norte e no nordeste do país. Nesse contexto, Portugal incentivou os administradores coloniais, especialmente os que viviam na região do Planalto de Piratininga, atual estado de São Paulo, a explorar o interior em busca de riquezas, como ouro e pedras preciosas.

A partir de 1711, o notável crescimento populacional favoreceu o surgimento de diversas cidades, vilas e povoados, o que levou a uma reorganização das estruturas fundiárias e territoriais. (Freitas, 2024) A economia mineradora desempenhou um papel essencial nesse processo, incentivando a abertura de caminhos e estradas que conectavam as regiões de exploração do ouro. Ao longo dessas rotas, foram criados pontos de apoio, como vendas, estalagens e capelas, que atendiam às necessidades dos viajantes. Esses pontos de apoio foram se transformando em vilas, como Vila Rica (atual Ouro Preto), Sabará e o Arraial do Tejuco/Distrito Diamantino (atual Diamantina). (Iepha-MG, 2024).

As trilhas abertas pelos bandeirantes paulistas impulsionaram a mineração e transformaram profundamente a demografia do que hoje é o estado de Minas Gerais. Conforme Eugênio (2017), entre o início da década de 1720 e meados da década de 1730,

³ A presença de escravizados com conhecimentos técnicos em processos de mineração e siderurgia desempenhou um papel fundamental no surgimento das indústrias de mineração e metalurgia no Brasil, conforme Ferreira (2017). Muitos dos negros trazidos à região eram oriundos de áreas da África com tradição em técnicas de mineração subterrânea, destacando a relevância dos africanos no desenvolvimento da mineração em Minas Gerais.

mais de 50 mil africanos foram forçadamente deslocados para o interior do país. Em Vila Rica, o número de pessoas escravizadas saltou de 6.721 em 1716 para 20.863 em 1735, representando cerca de 20% da população escravizada da Capitania, que totalizava 100.141 indivíduos nesse período.

Entre os fatores que explicam a grande concentração de irmandades dedicadas ao louvor ao Rosário de Maria em Minas Gerais, destaca-se, além do crescimento populacional impulsionado pela mineração, a proibição de ordens religiosas. Conforme destaca Queiroz (2013), a partir dos primeiros anos do século XVIII, a Coroa portuguesa reforçou seu controle sobre a colônia, implementando medidas administrativas e judiciais para consolidar sua autoridade. Observando que as missões religiosas priorizavam a evangelização em detrimento da vigilância política e fiscal da região, e que tal abordagem não impedia o contrabando de riquezas, a Metrópole decidiu proibir a atuação das ordens religiosas em determinadas áreas. Essa decisão tinha como objetivo centralizar o poder e assegurar o controle direto sobre os recursos da capitania, controlando o contrabando do ouro e do diamante. E foi a partir do século XVIII, devido a proibição de ordens religiosas regulares na região, que as irmandades começaram a surgir.

As associações religiosas estruturavam suas atividades de maneira organizada, estabelecendo desde a escolha dos santos de devoção até a designação de pessoas para cargos de destaque, conforme uma complexa hierarquia social. Músicos eram vinculados à Irmandade de Santa Cecília; militares e homens brancos integravam as Irmandades do Senhor dos Passos e do Santíssimo Sacramento. Por outro lado, as Irmandades de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Amparo e a Arquiconfraria do Cordão reuniam mulatos e crioulos, enquanto as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, Santo Estevão e São Benedito eram compostas predominantemente por homens negros.

Nesse cenário, marcado pela ausência de uma presença constante das autoridades eclesiásticas, o clero secular assumiu a responsabilidade pela organização da vida religiosa em diversas localidades. Essa situação peculiar permitiu que membros da comunidade cristã, que não faziam parte da estrutura oficial da Igreja Católica, adquirissem maior autonomia no controle das práticas religiosas locais. Assim, surgiram dinâmicas próprias, nas quais as irmandades religiosas desempenhavam um papel central, muitas vezes superando a influência das autoridades eclesiásticas formais. Essas irmandades se tornaram espaços onde a religião católica era praticada, mas que também ofereciam brechas para que pessoas negras

escravizadas preservassem suas tradições religiosas africanas e ancestrais, em diálogo com o catolicismo dominante. (Evaristo, 2018, p. 28)

As Irmandades refletiam as dinâmicas sociais do período, caracterizadas pela desigualdade e pela exclusão, mas também pela capacidade de articulação das pessoas escravizadas e de suas comunidades. Possuíam características culturais e simbólicas únicas, como a escolha de “reis e rainhas Congos”. Durante as festas em homenagem aos seus santos de devoção, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, essas lideranças eram eleitas e coroadas, representando uma recriação das estruturas de autoridade e organização social oriundas da África. Segundo Saul Martins (1988), elas eram estruturadas de forma hierárquica, com cargos como reis, rainhas e juízes, que representavam não apenas a organização interna, mas também uma forma de resistência às imposições da sociedade colonial. Além disso, cumpriam funções importantes de suporte social, como a organização de funerais dignos, celebrações religiosas e auxílio financeiro em momentos de necessidade.

A atuação das Irmandades ocorria em uma sociedade marcada por profundas contradições sociais. Núbia Pereira Gomes e Edimilson Pereira (1988) destacam que, embora as Irmandades tivessem que prestar contas de suas ações à igreja, esta permanecia subordinada à Coroa Portuguesa. O controle exercido pelo Estado absolutista reforçava tanto a opressão sobre as Irmandades quanto a estratificação social, características do início da colonização.

A construção de templos e a realização de festas religiosas contribuíam para integrar as Irmandades ao contexto social mais amplo. Por meio dessas ações, os negros eram inseridos na vida social e buscavam condições para equiparar-se, em direitos, aos homens brancos.

Entretanto, as Irmandades, embora criadas, mantidas e lideradas pela população local, também desempenharam um papel estratégico para a Coroa Portuguesa. Segundo Queiroz (2013), elas desenvolveram mecanismos que suavizavam manifestações sociais contrárias ao sistema. Após a abolição da escravidão, foram fundamentais para ajustar os ex-escravizados à nova realidade. No entanto, a permissão para que as Irmandades de Negros celebrassem suas festas e cultos não foi um ato de benevolência da Igreja, mas uma estratégia para direcionar e controlar as práticas religiosas dos negros, integrando elementos da liturgia católica com manifestações de origem africana. Essa fusão moldou os contatos culturais e religiosos dessa população.

De acordo com a Capitã Pedrina, em seu livro intitulado *Eu tenho a África dentro de mim*, “a Igreja estratificou a sociedade brasileira através das Irmandades”, consolidando divisões sociais. As Irmandades às quais os negros cativos ou libertos podiam pertencer eram, principalmente, “as Irmandades do Rosário dos Pretos, a Irmandade das Mercês e as Irmandades de Santo Antônio de Categeró”. Essas organizações representavam o único espaço em que os negros, durante o período da escravidão, poderiam se reunir sem que fossem acusados de “motim ou rebelião”. Apesar disso, ressalta-se que “todas essas Irmandades” eram marcadas por um caráter “muito autoritário” e profundamente “machista”.

Núbia Gomes e Edimilson Pereira (1988, p. 92) alertam que “as Irmandades, ao inserirem o negro no contexto social através da religião praticada pelo senhor, não o tornavam uma força deliberativa nas relações sociais”. Como pontua Jarbas Siqueira Ramos (2011, p. 33), apesar de promoverem iniciativas favoráveis, como a organização de fundos para alforrias, funerais e assistência aos doentes, essas ações eram limitadas pela lógica exploratória do sistema escravista. A ideologia dominante apresentava tais medidas como concessões feitas pelo escravismo, reforçando a dependência do negro em relação aos seus proprietários e ao Estado.

Embora as Irmandades tenham sido instrumentalizadas pelo Estado para sustentar a hierarquia social, elas desempenharam um papel fundamental na preservação da história, dos costumes e das tradições dos negros em Minas Gerais. (Ramos, 2011, p. 16) Elas ofereceram espaços de encontro e reflexão sobre a vida cotidiana, fortalecendo a identidade e a resistência cultural dentro de um sistema marcado pela opressão. E continuam presentes na cultura devocional e social de Minas Gerais, desempenhando um papel fundamental na organização de diversas celebrações do calendário litúrgico, em alinhamento com a Igreja e de acordo com o santo homenageado ou a época do ano. Assim como no passado, elas mantêm a característica de reunir a população em torno da devoção aos santos, além de promoverem práticas assistenciais voltadas aos seus membros.

A relação intrínseca entre as Irmandades e a organização social dos negros em Minas Gerais constitui um elemento fundamental para a compreensão do surgimento de manifestações culturais que ultrapassam o âmbito da devoção religiosa. Dentre essas manifestações, destaca-se o Congado, que articula elementos históricos, religiosos e culturais, consolidando-se como uma expressão profundamente enraizada na tradição mineira e nas práticas estruturantes promovidas pelas Irmandades.

Outro fator importante para a constituição do Congado em Minas Gerais, além das irmandades religiosas, e o mito fundacional sobre Nossa Senhora do Rosário, é a narrativa poética sobre a história de Francisco da Natividade, o lendário Chico Rei. (Ramos, 2011, p. 33) Conforme a historiadora e rainha Konga do Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Oliveira-MG, Ana Luzia da Silva Moraes (2022, p. 79), “para alguns historiadores, Chico Rei é considerado uma figura lendária, já que a única fonte conhecida sobre sua existência está em uma nota de rodapé escrita por Diogo de Vasconcelos no livro *História Antiga de Minas*”, publicada originalmente em 1904.

Em conversa com o Mestre Zizinho, da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, perguntei a ele como surgiu o congado e ele me respondeu: “Surgiu com o Chico Rei, que era o rei mestre do Congo africano mais falado que tinha. Ele era o chefe do Congado, quem lançou o Congado. Essa tradição surgiu na África com os africanos, veio da África Chico Rei, e veio chegando pra cá”⁴.

Na obra *História Antiga das Minas Gerais*, Diogo de Vasconcelos descreve a tradição de Chico Rei como uma narrativa "verdadeiramente poética". Mais recentemente, Leda Maria Martins analisou o papel do rei africano na celebração do Rosário nos arraiais mineiros do período colonial:

Francisco, rei africano, foi aprisionado e vendido para escravo com toda a sua tribo. A mulher e todos os filhos, menos um, morreram na travessia do Atlântico. Os sobreviventes foram encaminhados às minas de Ouro Preto. Homem inteligente e enérgico, Chico Rei trabalhou e forrou o filho; em seguida os dois trabalharam para forrar um patrício; e assim sucessivamente se forrou toda a tribo, que passou a forrar outros vizinhos da mesma nação. Formaram entre si um como que Estado: Francisco era o rei; sua nova mulher, a rainha; seu filho, o príncipe; a nora, a princesa. A coletividade possuía a mina riquíssima da Encardideira. Tomaram como padroeira a Santa Efigênia, a cuja milagrosa imagem prestavam culto no Alto da Cruz, na capela levantada sob a invocação de N. S. do Rosário. No dia 6 de janeiro o rei, a rainha e os príncipes, vestidos como tais, eram conduzidos triunfalmente à igreja para assistir à missa cantada; em seguida percorriam as ruas dançando ao som de instrumentos africanos: era o reinado do Rosário, festas imitadas em todos os arraiais de Minas. Ainda existe à entrada da igreja a pia de pedra onde as negras lavavam os cabelos para nela deixar como donativo o ouro de que estavam empoados. (Martins, 2021)

De acordo com Leda Maria Martins (2021), Chico Rei é uma figura lendária do Brasil colonial, especialmente em Minas Gerais, associado à tradição do Congado e à devoção a Nossa Senhora do Rosário. Segundo relatos populares, ele teria sido um monarca africano do

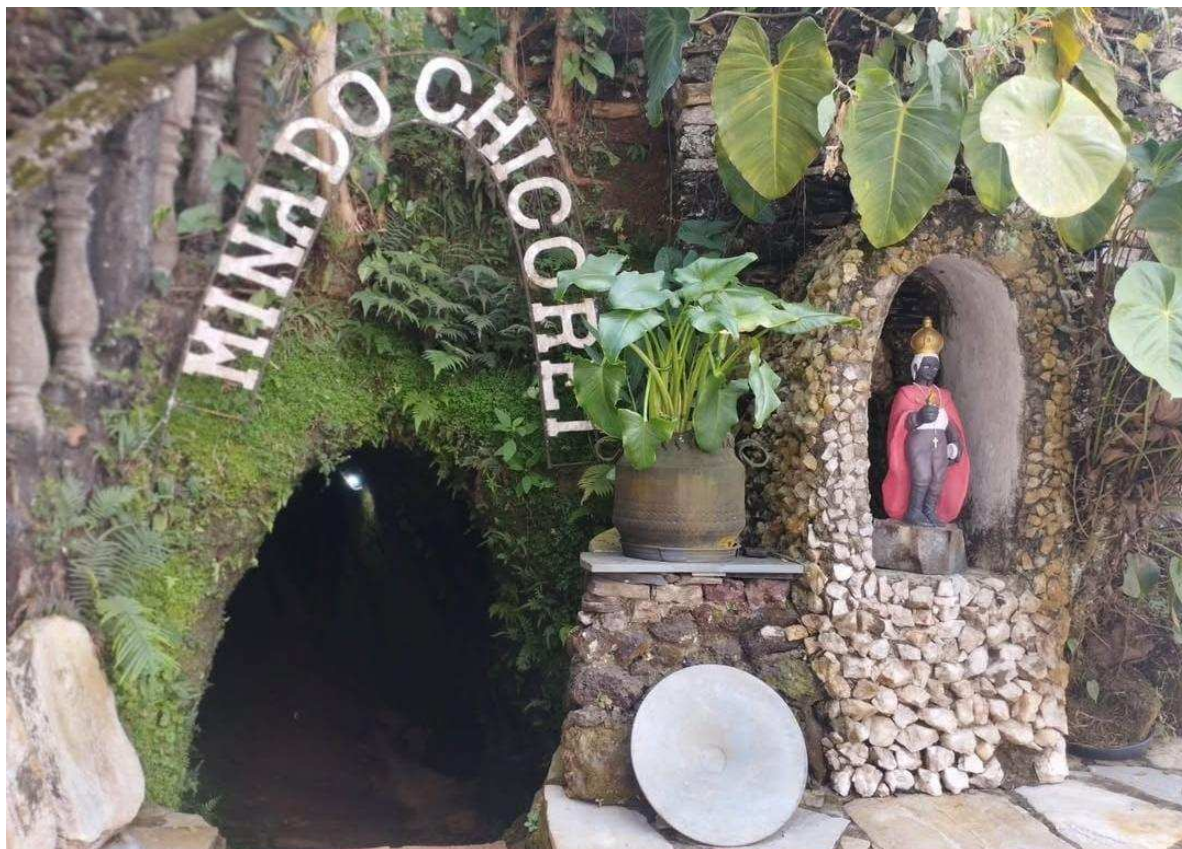
⁴ Entrevista colhida durante a 170ª Festa do Rosário de Paula Cândido.

Congo, trazido como escravo para a região de Vila Rica, atual Ouro Preto, no século XVIII. Após trabalhar arduamente na mineração de ouro, conseguiu comprar sua liberdade e a de outros escravizados. Em agradecimento, organizou a primeira festa dedicada à Nossa Senhora do Rosário no Brasil, em 1747, na Igreja de Santa Efigênia, estabelecendo um marco cultural e religioso que persiste até hoje.

Conforme relatam Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de Almeida Pereira (1988), Chico Rei possuía o título de rei em sua tribo na África, antes de ser capturado pelo processo escravista. No contexto *bantu*, emergiu a figura de Galanga, o imperador do Kongo. Conhecido no Brasil como Chico Rei, ele é lembrado por sua história de coragem e determinação, que marcou profundamente aqueles que o conheceram e conviveram com ele durante sua época. Após anos de trabalho nas minas de ouro, conseguiu conquistar sua liberdade e dedicou-se a libertar seu filho, membros de sua tribo e outros escravizados de diferentes etnias. Com a compra da mina da Encardideira (atual Mina do Chico Rei), fundou a Irmandade de Santa Efigênia e liderou a construção de uma igreja em homenagem à santa, tornando-se um espaço central para celebrações religiosas e festivais. Posteriormente, Chico Rei foi coroado como rei da festa de Nossa Senhora do Rosário, recuperando simbolicamente a posição que lhe fora retirada pela escravidão. (Ramos, 2011, p. 34)

Segundo Glauro Lucas (2014) Chico Rei, antigo rei Africano que teria vindo como escravo para Vila Rica no século XVIII, e após ter conquistado sua liberdade e ajudado na alforria de vários escravos, construiu no Bairro do Alto da Cruz uma igreja para o culto de Santa Efigênia, sendo depois coroado rei da Festa de Nossa Senhora do Rosário pelo Bispo de Diamantina. A antiga e lendária mina de Chico Rei, localizada na cidade de Ouro Preto, atualmente é preservada como um sítio histórico e atrai visitantes como ponto turístico. Em Sete Lagoas, próximo à Belo Horizonte, uma das majestades do Reinado do lugar personifica o ancestral soberano Chico Rei, afirmando-se seu descendente (Martins, 1997, p. 36).

Figura 2. Mina do Chico Rei - Ouro Preto, 2024



Fonte: Autoria própria

Saruê Galanga
Vencedor de Mara Mara
Chico Rei não foi vencido
Nem no tempo da senzala⁵

A história de Chico Rei simboliza a força coletiva e a resistência cultural do povo negro e, ainda hoje, permanece como um marco significativo na trajetória dos negros escravizados em Minas Gerais, sendo preservada e narrada por diversos grupos de Congado em todo o estado. Por sua vez, Capitã Pedrina Santos (2022, p. 116), em sua obra *Eu tenho a África em mim*, oferece uma perspectiva diferente sobre as origens da Festa do Rosário em Minas Gerais, desmistificando a ideia de que a celebração teria se iniciado com Chico Rei. Segundo a autora, “Aqui nas Minas Gerais, a Festa do Rosário não começa com Chico Rei, a quem tenho o maior respeito. Chico Rei conseguiu dar projeção a ela naquela época, mas essa festa sempre existiu com os negros dentro da senzala.” (Santos, 2022, p. 114) Embora Chico Rei tenha desempenhado um papel fundamental na amplificação e visibilidade dessa festividade, suas raízes são profundamente ligadas às práticas religiosas e culturais dos

⁵ Em sua obra *Eu tenho a África dentro de mim*, baseado em um romance que conta a história de Chico Rei, Capitã Pedrina cria esta toada, para louvação às coroas kongas.

negros escravizados que, mesmo em condições adversas, mantinham suas tradições vivas no espaço das senzalas.

Além disso, Pedrina ressalta a luta silenciosa de Chico Rei como uma expressão de estratégia e resistência. Afirmar a autora: “Eu gosto da luta de Chico Rei que, caladinho, alforriou mais de 400 pessoas que estavam escravizadas para que pudessem ter liberdade. Porque ficar só no embate físico pode não trazer um resultado que a gente queira ou que a gente deseja.” Dessa perspectiva, como argumenta Tanaka Beatrice (2021), as atitudes do herói na narrativa são interpretadas como manifestações de nobreza e astúcia, uma vez que Chico Rei demonstrava aparente obediência aos senhores que foram incapazes de perceber a revolta lenta, pacífica e silenciosa estrategicamente conduzida por ele.

Como afirma Ramos (2011, p. 34), é nesse contexto sociopolítico e cultural que emergem os grupos de Congado em Minas Gerais, refletindo a resistência, a identidade e a riqueza das tradições afro-brasileiras no estado. Segundo Ramos (2011, p. 34), o registro mais antigo dessa prática no Estado é mencionado por André João Antonil. Em sua obra de 1711, Antonil relata o costume dos negros de elegerem reis, juízes e juízas durante as festividades dedicadas à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Os festejos de devoção realizados pela população escravizada foram identificados por Antonil na região das Minas do Ouro no início do século XVIII.

De acordo com Alda Campolina (1988: p. 79), o documento *Triunfo Eucarístico* também registra as festividades realizadas em Vila Rica no ano de 1733, destacando que o Santíssimo Sacramento, anteriormente sob a guarda da Irmandade do Rosário dos Pretos, foi transferido para a matriz da cidade, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Conforme citado em uma publicação do acervo do Arquivo Público Mineiro:

Neste dia sahirão duas bandeiras à publica veneração pelas ruas da Villa: uma dellas tinha em uma face a Senhora do Rosario, em outra a custodia do Sacramento; a outra tinha também a custodia em uma face, e na outra a imagem da Senhora do Pilar; ambas de damasco carmesim. Forão levadas por duas pessoas ricamente vestidas com numeroso, e grave concurso, até se collocarem, uma defronte do templo da Senhora do Rozario, onde estava o Sacramento, outra defronte do templo da Senhora do Pillar, delle padroeira, para onde havia ser a trasladação (...). (Campolina, 1988: p. 79)

A manifestação religiosa presente no Congado é resultado do processo de imposição cultural imposto aos negros no contexto do sistema escravista. Nesse cenário, marcado por uma complexa rede de transformações, os indivíduos negros reinterpretaram e

ressignificaram valores externos à sua visão de mundo. Como consequência, atribuíram ao catolicismo características próprias, adaptando-o às suas tradições culturais e espirituais.

Esse processo de transformações interculturais tem sido analisado por estudiosos sob diferentes perspectivas. De acordo com a Capitã Pedrina, se existe uma “herança” ou “marca” do catolicismo no Reinado, essa pode ser vista na estrutura social reproduzida pelas Irmandades, que se organizaram “espelhadas nas corporações de ofício da Idade Média”. Conforme aponta a pesquisadora Queiroz (2013, p. 15), Oliveira define o “catolicismo popular” como um conjunto de representações e práticas religiosas, incluindo o culto aos santos, que são autoconstruídas pelos católicos das classes subalternas, sem a interferência direta da autoridade eclesiástica, mas incorporando elementos da tradição oficial. Esse fenômeno resulta em uma interpretação diversa do mesmo código religioso católico, cuja flexibilidade, tanto em termos reais quanto práticos, permite que o catolicismo funcione simultaneamente como a religião das classes dominantes e dos dominados.

Segundo Gomes e Pereira (1988), as experiências de violência vividas pelos negros desempenharam um papel central na construção das particularidades da religiosidade afrodescendente em Minas Gerais. Os pesquisadores analisaram como a opressão sistemática, sustentada por uma visão eurocêntrica que desumanizava os africanos, influenciou suas práticas culturais e religiosas. Sob essa perspectiva, tais práticas eram frequentemente desqualificadas como “primitivas”, “formas elementares de relacionamento com o mundo” ou até mesmo como reflexos de distúrbios psicológicos. Apesar disso, os autores apontam a capacidade de resistência dessas comunidades, que preservaram e adaptaram elementos culturais, reafirmando sua identidade frente às adversidades impostas.

Também Leda Maria Martins (1997) parte do processo de violência sofrido pelo negro escravizado, como descreve a autora, um processo de desterritorialização no qual seus “corpos, individual e coletivo, foram arrancados de seu *domus* familiar” e transformados em objetos sob o domínio dos senhores europeus. Neles, os europeus “grafaram seus sistemas linguísticos, filosóficos, religiosos, culturais, sua visão de mundo”, apropriando-se de seus corpos e apagando as marcas de suas culturas originárias. Submetidos a um “perverso e violento sistema escravocrata” e sobrevivendo às desumanas condições da travessia marítima transcontinental, os africanos foram “destituídos de sua humanidade” e “desvestidos de seus sistemas simbólicos”. Como argumenta Leda Martins (1997, p. 25), o olhar europeu, “amparado numa visão etnocêntrica e eurocêntrica”, rejeitou as histórias, civilizações e tradições africanas, reduzindo suas expressões orais, cosmologias a manifestações sem valor.

Impôs-se, como verdade absoluta, “um *modus* alheio e totalizante de pensar, interpretar, organizar-se”, reconstruindo suas realidades segundo uma nova visão de mundo. (Martins, 1997, p. 25) Contudo, mesmo diante de tal opressão, os africanos preservaram aspectos de suas identidades, resistindo ao apagamento cultural.

Sob essa perspectiva, desde o século XVIII até os tempos atuais, o Congado mineiro tem mantido suas características organizacionais, mesmo considerando que os processos de transformação e adaptação desempenham papel significativo no desenvolvimento dessa manifestação. (Ramos, 2011, p. 35) Entre essas características, destacam-se a diversidade de formas de expressão, a devoção às divindades por meio de celebrações e cultos.

1.2. Definições e práticas plurais: Todo Reinado é Congado, mas nem todo Congado é Reinado?

O Congado ou Reinado - como essa celebração também é conhecida - é um festejo que homenageia tanto a ancestralidade africana quanto alguns dos santos mais populares no Brasil, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. O pesquisador - e também comandante Geral da Festa da Congada de Uberlândia - Jeremias Brasileiro (2024) descreve o Congado como um culto ancestral de elevada hierarquia, realizado por diversas nações unidas por antepassados comuns. Essa rica tradição cultural combina danças, percussões de forte influência africana e cantos que, originalmente dedicados exclusivamente à veneração do Rei Congo, foram posteriormente transformados pela cristianização jesuítica. Esse processo resultou na integração do Congado à fé popular brasileira, consolidando-o como uma expressão cultural singular e profundamente enraizada na história do país.

Embora frequentemente tratados como equivalentes, autores como a Rainha Perpétua da Irmandade do Rosário do Jatobá (Belo Horizonte) Leda Maria Martins (1988) e a Capitã Pedrina de Lourdes Santos (2022) defendem que os dois termos, congado e reinado, possuem distinções. Para a Capitã Pedrina, o Reinado transcende a ideia de uma mera celebração cultural, sendo, na verdade, uma religião de matriz africana, criada em condições de extrema opressão durante o regime escravocrata, enraizado na espiritualidade e marcado por uma história de resistência, o Reinado preserva os ritos e a essência da relação com a ancestralidade africana.⁶

⁶ Capitã Pedrina, capitã do terno de Massambike de Nossa Senhora das Mercês, de Oliveira-MG. Discurso proferido no Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

Capitã Pedrina de Lourdes Santos recebeu o título de doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Comunicação Social por Notório Saber em 2022. Nasceu em 21 de fevereiro de 1961, na cidade de Oliveira, no interior de Minas Gerais. Sua trajetória no Reinado começou aos onze anos, quando se juntou ao terno de Nossa Senhora das Mercês. Naquela época, seu pai, o Capitão Leonídio João dos Santos, enfrentou dificuldades para reunir homens suficientes para sair às ruas, permitindo que ela e outras jovens integrassem o grupo. Em 1980, após o falecimento de seu pai, Pedrina assumiu a capitania do Terno de Massambike de Nossa Senhora das Mercês ao lado de seu irmão Antônio. Reconhecida como a primeira mulher Capitã de Massambike em Minas Gerais, possui quarenta e sete anos de envolvimento na Festa do Rosário, sendo quarenta e dois deles como capitã do terno. (Oliveira; Santos, 2022). Para Pedrina, o cargo de Capitã dentro do Reinado equivale ao de uma Sacerdotisa, porque o Reinado é uma religião de matriz Africana cujos oficiantes são os capitães de reinado e quem oficia os trâmites ou rituais são os capitães, quando eles têm conhecimento para tal.⁷

Sobre os desafios enfrentados por Capitã Pedrina, há um trecho em seu livro *Meu Rosário, Minha Guia* que ilustra um pouco de sua trajetória:

A presença feminina nessas funções, antes exercidas exclusivamente por homens, foi o resultado de uma transformação iniciada por volta da década de 1970. Foi longa a caminhada até ser respeitada como capitã, pois muitos, até mesmo na própria Irmandade, riam quando ela iniciava um canto. Capitães de Irmandades tradicionais de Belo Horizonte e Região Metropolitana não a cumprimentavam, e, durante muito tempo, tiveram o receio de estar infringindo algum fundamento ritual. No entanto, nenhum capitão que ela questionou conseguiu responder por que motivo a mulher não podia dançar ou tocar. (Santos, 2022)

Sobre a origem do termo Massambike, a capitã Pedrina explica:

Todos nós cantamos que viemos de Angola, então não é Moçambique, pois Moçambique é um país diferente de Angola. Então é Massambike, vem do vocábulo *musambike*, da língua *kimbundu* do povo Bantu, que quer dizer dança africana que vem de Angola, por isso cantamos que viemos de Angola. Nós viemos de Angola. (Capitã Pedrina, capitã do terno de Massambike de Nossa Senhora das Mercês – Oliveira-MG, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

⁷ Depoimento registrado durante conversa com a Capitã Pedrina, no dia 23/01/2025.

De acordo com Capitã Pedrina, a diferença entre Congado e Reinado vai além da nomenclatura, envolvendo os fundamentos de cada prática. Em seu livro *Eu Tenho a África Dentro de Mim*, ela reafirma: “Congado é diferente de Reinado. Quem está fazendo Congado, está fazendo só esses outros conhecimentos, cristãos, talvez. Quem está fazendo o Reinado, ainda tem conhecimento da essência africana da relação com a espiritualidade” (Santos, 2022: p. 100). Durante o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, Pedrina reforçou essa visão, explicando que o termo Congado se popularizou ao longo do tempo, mas nem sempre preserva os mesmos fundamentos ancestrais do Reinado:

Prefiro chamar de Reinado, pois foi assim que aprendi, e como faço parte da Comissão Mineira de Folclore, fico muito à vontade para dizer que o termo Congado foi uma criação de uma direção que tinha de Reinado junto com a Comissão Mineira de Folclore. Esse termo Congado se popularizou mais que o Reinado, e às vezes o que hoje é chamado de Congado não recebeu as mesmas orientações daqueles mais velhos, os reinadeiros, porque Reinado não é juntar pessoas, arrumar instrumentos e roupa; Reinado é mais que isso. Reinado é uma religião de raiz africana. É também cultura, mas não é apenas tradição cultural, é nagô, originário do povo nagô, originário do povo bantu. (Capitã Pedrina, capitã do terno de Massambike de Nossa Senhora das Mercês, de Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Em seu livro, Capitã Pedrina enfatiza também que o Reinado preserva os ritos ancestrais praticados desde o período das senzalas, evidenciando uma profunda conexão espiritual com a ancestralidade africana. Em seu livro, ela argumenta:

Eu estou em permanente campanha para que nossa gente volte a falar Reinado e deixe de falar congado, e me explico: é que quando se faz Reinado, ainda se fazem os ritos desde os tempos da senzala. Enquanto se faz e diz congado, é tudo lindo. Quem não conhece acha tudo maravilhoso porque as pessoas só veem por fora. Outro chamado do povo africano: ver por dentro. Quem faz o congado, em geral, reúne pessoas, arruma a vestimenta, arruma os instrumentos e coloca para dançar. Dançar é maravilhoso! Os povos negros sempre se comunicaram com as divindades, com a ancestralidade dançando e tocando tambor. O que acontece muito hoje é que pela necessidade ou pela impossibilidade de dizer o que era na verdade, a maioria dos reinos acha que este Reinado que é chamado Festa de Nossa Senhora do Rosário é católico e não é. (Santos, 2022, p. 107).

Assim, a Capitã Pedrina aponta para a necessidade de diferenciar Congado e Reinado. Leda Maria Martins (2021) contribui para essa discussão, trazendo uma análise sobre a complexidade estrutural e simbólica dessas práticas afro-brasileiras. Leda Maria Martins possui graduação, mestrado e doutorado em Letras e desde criança, participa da Irmandade de

Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, em Belo Horizonte, onde é Rainha Perpétua. Para a autora e Rainha, as cerimônias do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, embora genericamente conhecidas como congados, possuem características distintas. Ela explica que “ainda que sejam tomados um pelo outro, os termos Congados e Reinado mantêm diferenças” (Martins, 2021, p. 27).

Enquanto os ternos ou guardas de congo podem existir de forma independente e estarem vinculados a santos de devoção em comunidades que não possuem a estrutura completa de um Reinado, Martins argumenta que os Reinados são definidos por uma estrutura simbólica mais ampla. Eles envolvem, além das guardas, a instauração de um império simbólico, com uma concepção que inclui elementos rituais variados, atos litúrgicos, cerimônias e narrativas performáticas. Para Martins, essas performances mitopoéticas reinterpretam as experiências de travessia e resistência dos povos negros da África às Américas, criando um espaço ritual que conecta passado e presente de forma profunda e simbólica. (Martins, 1997, p. 31) Essa estrutura simbólica complexa do Reinado destaca o aspecto mitopoético, que Martins interpreta como uma forma de preservar e reinterpretar a experiência africana na diáspora e manter viva a memória das travessias e resistências.

Essa visão refina o entendimento do Reinado como uma prática que celebra a ancestralidade e mantém vivos os traços espirituais que sustentam as memórias da diáspora africana. A partir dessa perspectiva, Martins (1997, p. 32) reforça que o Congado, apesar de englobar elementos culturais importantes, pode não alcançar a mesma profundidade simbólica e ancestral que caracteriza o Reinado. Dessa forma, embora todo Reinado possa ser compreendido dentro do universo do Congado, nem todo Congado preserva os elementos profundos do Reinado.

Em sua tese de mestrado intitulada “Minha fé não é cultura: a eficácia da magia e as amarras do Estado”, Rafael Gomes (2015) defende que a designação tradicionalmente auto atribuída é Reinado:

Os reinados possuem estrutura específica, constituídas a partir de um trono coroada, com rainha conga, rei congo e demais reis, acompanhado por um séquito de súditos organizados em grupos conforme a estrutura mítica (candombe, moçambique, congo etc), seguindo fundamentos rigorosos perpetuados por gerações (Gomes, 2015, p. 23).

Assim, embora todo Reinado possa ser classificado como Congado, nem todos os grupos de Congado constituem um Reinado. Observa-se, portanto, uma variedade de termos

para descrever essas práticas, que podem estar interligadas, mas não possuem o mesmo significado.

Embora Capitã Pedrina, Leda Martins e outros enfatizem as diferenças entre Congado e Reinado, há também vozes que entendem essas práticas de maneira mais unificada. Em conversa com o Mestre Zizinho⁸, líder da Banda de Congo de Paula Cândido – município situado na Zona da Mata mineira, oferece uma perspectiva prática e popular sobre o tema. Para ele, “é tudo um só, só muda o nome”, exemplificando que o Congado é representado pela Banda de Congo e o Reinado é o cortejo e toda a ritualística que ocorre durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Essa visão reflete um entendimento mais direto e cotidiano das celebrações, onde as distinções simbólicas e estruturais podem não ser percebidas com a mesma ênfase. É uma forma de mostrar que, para muitos praticantes e comunidades, o Congado e o Reinado fazem parte de uma única tradição que se manifesta de maneiras diversas, mas com um propósito comum: celebrar a fé, a ancestralidade e a cultura afro-brasileira.

Diante das múltiplas apreensões de ambos os termos, nesta pesquisa, optei por utilizar os termos reinados e congados indistintamente, seguindo as designações comuns entre os membros do grupo da minha cidade de Paula Cândido, em relação aos quais tenho experiência como integrante da Banda, porém com a consciência das múltiplas apreensões que o termo apresenta entre os detentores deste bem, no estado de Minas Gerais. A Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, de Paula Cândido, em sua prática, é um Congado que preserva os fundamentos do Reinado. Além disso, utilizaremos Congado e Reinado como denominações que estavam presentes no I Fórum a ser analisado no próximo capítulo.

As três fotos a seguir representam a formação atual do grupo Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, juntamente com a representação da ritualística do Reinado, no município de Paula Cândido, durante as celebrações da Festa do Rosário dos anos de 2023 e 2024.

Figura 3. Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, 2023

⁸ Entrevista colhida durante a 170ª Festa do Rosário de Paula Cândido.



Fonte: Foto de Thaynã Paes, disponível no Acervo Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido

Figura 4. Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, entoando toadas para o Rei e Rainha. Parte ritualística do Reinado, 2024



Fonte: Foto de Thaynã Paes, disponível no Acervo Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido

Figura 5. Trono coroada, rainha, reis, príncipe, princesa e as criadas do Reinado. 170º Festa do Rosário em Paula Cândido, 2023



Fonte: Foto de Thaynã Paes, disponível no Acervo da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido

Apesar das variações nas nomenclaturas e práticas, o essencial é reconhecer que essas expressões atualmente compartilham um propósito comum: celebrar a devoção à Nossa Senhora do Rosário, preservar a memória ancestral africana e reafirmar a resistência cultural dos povos negros. Nas celebrações dos Reinados, o grupo de Reinadeiros percorre a cidade em cortejo, entoando cantos antigos em honra a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Essa tradição foi mantida ao longo dos anos através de um processo de recordação das origens e práticas trazidas pela ancestralidade africana, combinadas com aspectos do catolicismo impostos pelos colonizadores e, em alguns casos, com elementos culturais dos povos indígenas originários da região, a exemplo dos Catopês. Conforme Capitã Pedrina destacou em sua fala no Fórum:

Senhora do Rosário, Senhora das Mercês, São Benedito e Santa Efigênia estão no nosso pano esses quatro santos, que aceitaram a fé e a devoção que os africanos tinham na natureza e nos orixás, mas que não podiam demonstrar, pois seriam castigados no tronco. Então colocaram que a devoção era de Senhora do Rosário, Senhora das Mercês, São Benedito e Santa Efigênia. Qualquer Reinadeiro carrega água no balaio, pois temos uma dívida de gratidão por Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa

Efigênia e Senhora das Mercês, foram os quatro santos que eles escolheram. (Capitã Pedrina, capitã do terno de Massambike de Nossa Senhora das Mercês, de Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Como revela a foto a seguir, com membros da Banda de Congo de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido em cortejo, com os santos de histórica devoção negra: Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito.

Figura 6. Parte ritualística do Reinado na Festa do Rosário em Paula Cândido



Fonte: Acervo da Casa Da Cultura Padre Antônio Mendes de Paula Cândido

Ao falar que os reinadeiros "carregam água no balaio" aos santos católicos, e todos têm uma eterna gratidão a eles, é porque eles compreendiam que, na verdade, eram as divindades africanas que estavam sendo reverenciadas. Ainda assim, esses santos permitiam e "cobriam" essa prática, protegendo os negros de represálias enquanto permitiam a continuidade de suas tradições espirituais.

Pedrina explica no livro *Meu rosário, minha guia*, que essa devoção aos santos católicos era uma forma engenhosa de garantir a continuidade do culto às divindades africanas, sem que os brancos percebessem. Como ela destaca: “Se o negro cultuasse

Ndandalunda, iria para o tronco. Agora, se fosse Nossa Senhora das Mercês, tudo bem!” (Santos, 2022. p. 40). Essa ligação entre os santos católicos e a ancestralidade africana é reiterada por Pedrina em seu livro *Eu Tenho a África Dentro de Mim*, onde ela reflete sobre o papel dos santos na prática religiosa do Reinado. Para Pedrina, essa relação não se reduz ao sincretismo comum, como o que encontramos na Umbanda, onde, por exemplo, São Lázaro é associado ao orixá Obaluaê. No Reinado, segundo ela, há uma aceitação consciente e simbólica dos santos católicos como uma “máscara” para a verdadeira devoção africana:

Agora, na minha visão, no meu modo de crer, um não é o outro. Não é aquele sincretismo que a Umbanda tem de um Santo como São Lázaro ser o Orixá Obaluaê, por exemplo. Eles estão ali, aceitando essa representação. Os Santos da Igreja sabem disto e eles aceitaram representar ali pra que os negros pudessem fazer no fundo aquilo que eles acreditavam, como nos é mostrado no conto da aparição de Nossa Senhora no mar, e para nós negros ficou então assim, todo mundo é louco de amor com essa Senhora do Rosário, com essa Senhora dos Mercês, com São Benedito e com Santa Efigênia. Mas também hoje, poucos sabem que ali, nós estamos festejando os Mukixi. (Santos, 2022. p. 287).

Isso significa que não estamos lidando com uma simples correspondência entre essas figuras de diferentes cosmologias; ao contrário, elas estabelecem uma espécie de aliança durante o cortejo: “Kaiaia é a dona da coroa. Mas isso não quer dizer que Nossa Senhora do Rosário não o seja, ou que não esteja lá também” (Santos, 2022). Na teoria construída e aprendida junto à espiritualidade, Pedrina expõe a relação entre as divindades africanas e os santos católicos, colocando uma crítica particular ao conceito de sincretismo no âmbito sociológico. Pedrina enfatiza que a relação entre os santos católicos e os orixás não se limita ao sincretismo; trata-se de uma aliança simbólica, onde os santos encobrem, protegem e permitem a continuidade da devoção africana. Assim, o Reinado se mantém como um espaço sagrado e estratégico de resistência.

Para compreender o modo como o Reinado reinterpreta os santos católicos através de uma perspectiva africana, coloco aqui à análise de Leda Maria Martins (2021), que oferece uma visão teórica rica sobre essa complexa dinâmica cultural. A autora observa que as práticas do Reinado e do Congado não representam uma simples fusão entre tradições católicas e africanas. Em vez disso, descreve esse processo como um ‘deslocamento sógnico’, ou seja, uma reconfiguração simbólica dos santos católicos, refletindo a visão de mundo e a espiritualidade africanas. Esse entendimento aprofunda a ideia de que o Reinado não se limita

a uma prática religiosa, mas é uma forma de resistência e preservação cultural. Como ela coloca:

No processo de contiguidade não se vislumbrar, como predominantes, a operação de analogia totêmica nem a de fusão sistêmica, mas sim um deslocamento sógnico que possibilitaria traduzir, no caso religioso, a devoção de determinados santos católicos por meio de uma gnose ritual acentuadamente africana em sua concepção, estruturação simbólicas e na própria visão de mundo que nos apresenta. Nesse processo, estariam incluídas as cerimônias do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, genericamente conhecidas como congados, nas quais santos católicos são festejados africanamente. (Martins, 1997, p. 31)

Essa compreensão nos leva diretamente à visão crítica de Capitã Pedrina sobre a relação entre o Reinado e a Igreja Católica. Para ela, o Reinado não se trata apenas de uma assimilação das práticas católicas; é uma celebração que remonta às raízes africanas e reflete a resistência dos escravizados, que, apesar da imposição da fé católica, mantiveram suas práticas espirituais intactas. Como ela ressalta:

O sacramento entrou à força, pois o poder da Igreja Católica era muito maior do que é hoje. Fazemos essa festa em nome de Santa Efigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, pois os africanos já tinham sido cristianizados na África. [...] Essa festa começa dentro da senzala. Aliás, é chamada de festa, mas, em verdade, a Festa do Rosário, em Oliveira, é festa da nossa ancestralidade, é a festa dos nossos antepassados. (Capitã Pedrina, capitã do terno de Massambike de Nossa Senhora das Mercês, de Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Leda Martins (2021) explora o modo como a Igreja Católica se inseriu nos ritos do Reinado, impondo seus sacramentos e mandamentos. No entanto, a essência e os fundamentos espirituais desse movimento permaneceram firmemente enraizados nas tradições africanas. Essa preservação é destacada nas palavras de Matias da Mata, entrevistado por Martins, que explica a complexidade dessa relação entre a imposição católica e a resistência africana: “A Igreja Católica entra no reinado com o sacramento e o mandamento, mas não com o fundamento. O fundamento é do negro” (Martins, 2021, p. 166).

Pedrina Santos, em consonância com essa ideia de resistência, em sua fala no Fórum, enfatiza a importância de manter a autenticidade do Reinado como uma religião ancestral, alertando contra a “carnavalização” dessa tradição, que foi transmitida por líderes históricos com grande dignidade e resistência. Ela ressalta a necessidade de honrar esses antepassados,

reis e rainhas, que estabeleceram as bases do Reinado para garantir que as gerações futuras preservem o respeito e a altivez diante de qualquer autoridade. Em sua fala, Pedrina expressa sua preocupação de que, ao longo do tempo, a influência dos padres nas irmandades tem sobreposto os valores originais do Reinado:

Minha preocupação é que não podemos carnavalizar a religião que foi trazida por pessoas dignas, reis e rainhas que deixaram esse legado para que pudéssemos continuar, e para que nós não devêssemos baixar a cabeça para nenhum senhor, para ninguém, mantendo nossa cabeça erguida. Com o passar do tempo, isso foi sendo esquecido, e hoje, em muitas irmandades, é o padre que domina. O que o padre conhece dos mandamentos do Reinado? (Capitã Pedrina, capitã do terno de Massambike de Nossa Senhora das Mercês, de Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Ao questionar “o que o padre conhece dos mandamentos do Reinado?”, Pedrina demonstra o seu descontentamento com as posturas adotadas pela igreja católica, sobre a festa que já foi interrompida várias vezes por questões de conflito com a Igreja Católica, conflito com a sociedade, com a alta sociedade e com a sociedade branca e racista. Um exemplo da preocupação da capitã Pedrina pode ser demonstrado no caso da Festa do Rosário de Paula Cândido, que completou 170 anos em 2023.

No Acervo fotográfico da Casa de cultural Paulo Mendes, foi possível encontrar uma fotografia (a seguir) que traz algo revelador sobre os participantes da celebração da festa no ano de 1959, quando então fazia 107 anos de celebração local. Como é possível observar, no período, a festa parece ter sofrido um processo de apropriação por não negros, característica não mais dominante na festa atual que, apesar de alguns membros brancos, voltou a ser majoritariamente composta por negros, se compararmos ao perfil dos seus membros atuais.

Figura 7. Trono coroada, rainha, reis, príncipe, princesa e as criadas do Reinado. 107º Festa do Rosário em Paula Cândido, 1959



Fonte: Acervo da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes de Paula Cândido

Para encerrar este tópico, podemos retornar às palavras de Capitã Pedrina no Fórum, onde ela ressalta a necessidade de políticas públicas para apoiar as celebrações e tradições culturais afro-brasileiras, sem que essas práticas sejam esvaziadas de sua essência espiritual e ancestral. A fala dela sublinha a importância de um comprometimento real com o Reinado, uma prática que transcende as noções de mero folclore ou de simples evento festivo e que se estrutura em raízes espirituais profundas, estabelecidas e mantidas por líderes e ancestrais resistentes.

Ela destaca que, embora as políticas públicas e os recursos financeiros sejam “ótimos, muito bons, necessários,” esses apoios devem ser tratados com cuidado e respeito para que não distorçam ou banalizem o Reinado, enfatizando:

Políticas públicas são ótimas, muito boas, necessárias. Mas, meus irmãos, o dinheiro na festa do Rosário tem que ser tratado com cuidado, senão ele pode subverter a ordem. Temos que buscar o nosso sustento, mas não podemos perder o fio da meada, o mandamento e o sacramento. [...] Políticas públicas e recursos financeiros são necessários, mas a Festa do Rosário é a festa da ancestralidade, a festa dos antepassados. É um grande trabalho espiritual de grande envergadura, realizado em benefício da humanidade terrestre. (Capitã Pedrina, capitã do terno de Massambike de

Nossa Senhora das Mercês, de Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A fala de Pedrina serve como alerta para aqueles que buscam entender e apoiar o Reinado por meio de políticas públicas ou outras formas de assistência: é fundamental que tais ações respeitem a autonomia e a espiritualidade dessa tradição. A intervenção pública deve, portanto, ser cuidadosa para não desvirtuar o propósito original do Reinado e valorizar seu papel como uma forma de resistência e preservação da memória afro-brasileira. Essa questão será aprofundada no item a seguir. Por ora, vale trazer aqui a indagação feita pela capitã Pedrina, ao concluir sua fala no Fórum de 2022: “Além das políticas públicas, é necessário pensar: de onde vim, para onde estou indo dentro do Reinado? Por quê Congado e não, Reinado?” Terminei esse tópico com toada cantada no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados:

Vou Pedir Nossa Senhora
Pra tomar conta de mim,
O Beija Flor toma conta do jardim
Vou Pedir Nossa Senhora
Pra tomar conta de mim
O Beija Flor toma conta do jardim⁹

1.3. Unidade na Diversidade: o Universo Congadeiro

Para que se possa entender melhor a complexidade da cultura do universo congadeiro, dedicaremos este tópico a tratar das particularidades de cada uma das suas manifestações, diferenciando suas tradições, símbolos, práticas e significados. De acordo com o antropólogo mineiro Saul Martins (1988), a diversidade de expressões do bem cultural revela uma irmandade formada por sete tradições. Busca-se esclarecer suas origens, elementos característicos e a importância de cada um na preservação do patrimônio imaterial afro-brasileiro em Minas Gerais.

2.3.1. Candombe

O Candombe é considerado o ancestral mítico do Congado, funcionando como um elo perdido entre o culto jeje-nagô e o catolicismo rústico (Martins, 1988). Segundo a tradição, essa manifestação cultural é vista como o "pai de todas as guardas", sendo a primeira a surgir,

⁹ Gabriel Celestino, sanfoneiro da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

antecedendo o Congo, o Moçambique, o Catopê e outras guardas que se desenvolveram ao longo do tempo. A palavra Candombe significa "dança sagrada", e há um tambor específico que leva esse nome (Martins, 1988).

Os participantes do Candombe possuem uma vestimenta característica, descrita por Martins (1988) como um traje inteiramente branco, sem qualquer cobertura na cabeça, descalços, usando blusa solta com gola aberta em ângulo reto e calça do tipo “pega-frango”. Na cintura, utilizam uma faixa estreita com pontas caídas, cujo significado é distintivo da unidade do grupo. Além disso, carregam uma toalha branca e um rosário de lágrimas ao pescoço, elementos que reforçam a identidade espiritual dessa manifestação.

Diferentemente de outras guardas do Congado, o Candombe não desfila, pois sua movimentação é reservada para grandes ocasiões. Quando se desloca, isso ocorre à noite, e sua execução acontece na casa do Rei ou Rainha Congo (Martins, 1988). Esse caráter reservado distingue o Candombe de outras formas de expressão congadeira, que frequentemente realizam cortejos públicos e procissões.

Os instrumentos musicais do Candombe são rústicos e essencialmente percussivos. Segundo Martins (1988), sua instrumentação inclui três atabaques ou "pilões", que diferem em tamanho e função rítmica, sendo esculpidos a machado. Além dos tambores, a instrumentação inclui o canzá ou angóia, a puíta, o agogô e o reco-reco. Os tocadores assumem uma posição específica durante a execução do ritual, sentando-se em um banco central, acompanhado de dois tocos laterais fincados no chão (Martins, 1988). Os atabaques, por sua vez, são considerados canais de comunicação com o mundo sobrenatural, reforçando a função espiritual do Candombe dentro da Irmandade, cuja principal missão é preservar as tradições mágicas iorubas (Martins, 1988).

No contexto do Congado mineiro, Glaucia Lucas (2014) descreve a formação instrumental dos rituais de Candombe, destacando a presença dos tambores que levam o mesmo nome do ritual, além da puíta e do guaiá. Essa estrutura instrumental pode variar entre as comunidades, tanto em número quanto no formato e tamanho de cada instrumento. Entre os grupos tradicionais que preservam essa manifestação, os Arturos mantêm um terno de Candombe antigo, datado do período da escravidão. Segundo Lucas (2014), esses tambores são longos, esculpidos em tronco escavado e possuem couro aplicado apenas de um lado. Há três tambores principais dentro dessa tradição, cada um com nome e função específica: Santana – o maior e mais grave; Santaninha – de tom intermediário; Jeremia ou Chama – o menor e mais agudo.

O couro dos tambores dos Arturos é de veado, tensionado por meio de tiras de couro trançadas, fixadas a uma cinta de couro, chamada “correião”, que envolve a estrutura do tambor (Lucas, 2014). Para que os tambores alcancem a sonoridade desejada, o couro é esquentado na fogueira antes da execução, podendo também receber aplicação de cera de abelha, um recurso utilizado para fixar a vibração do som e ajustá-lo ao tom correto. A Puíta, um tambor de fricção semelhante à cuíca, também compõe a instrumentação do Candombe.

De acordo com Glaucia Lucas (2014), trata-se de um tambor cilíndrico, coberto com couro em apenas uma das extremidades, no qual é feito um pequeno orifício, onde se prende uma haste interna. Quando friccionada, essa haste gera uma vibração peculiar, produzindo o som característico da Puíta. Outro instrumento importante é o Guaiá, um chocalho de cesto fabricado em palha trançada e junco, contendo sementes no interior e uma base fechada por um pedaço de cabaça. Sua principal função é complementar o ritmo dos tambores, adicionando texturas sonoras à execução do Candombe (Lucas, 2014).

Figura 8. Arturos da primeira geração junto aos candombes



Fonte: LUCAS, 2014

Para Lucas (2014), essa manifestação é um dos exemplos mais autênticos de preservação das práticas rítmicas afro-brasileiras, pois mantém elementos sonoros, instrumentais e simbólicos profundamente enraizados nas tradições dos povos africanos

escravizados. A manutenção desses saberes nas comunidades que ainda praticam o Candombe reforça a importância da transmissão oral e da preservação da memória cultural afro-brasileira, garantindo que esse patrimônio imaterial continue vivo por meio das gerações.

Figura 9. Candombes antigos da Irmandade do Jatobá



Fonte: LUCAS, 2014

Além dessas abordagens, é fundamental incorporar a perspectiva de Francisco Van der Poel, o Frei Chico, que esteve presente nos dois dias do Fórum Mineiro de Reinados e Congados. Sua obra *Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil* é uma referência. Segundo o autor, Candombe é:

Expressão religiosa de origem banto, em Minas Gerais, nas irmandades e nas festas do Rosário. Na roda do candombe, os tambores sagrados ocupam o lugar central. O Ritual gira em torno de Zâmbi e dos antepassados. Dizem que os tambores chamam os antigos. Alguns documentos do tempo da escravidão escrevem ‘catombe’. É grupo raiz, o ‘primeiro sem segundo’ entre os guardas da corte do rosário, ou seja, no congado” (Poel, 2013, p. 165).

Segundo Poel (2013), o Candombe não costuma sair às ruas nem liderar os cortejos de Reinado, com exceção da cidade de Sumidouro (MG), onde há registro de uma guarda que participa do cortejo do Rosário na rua. Ele também destaca que no Brasil, diversos grupos de negros bantos mantêm viva a memória religiosa da África e da escravidão, principalmente o congado, ao qual o candombe está intimamente ligado. As tradições narram que Nossa Senhora do Rosário apareceu aos escravizados, aceitando sua fé e os tambores, e sendo, por sua vez, aceita por eles sem a negação de suas identidades africanas. Assim, a experiência religiosa dos antepassados bantos, incluída a fé católica, tornou-se um importante exemplo de inculturação. Cada terno de Candombe guarda semelhanças com os clãs dos bantos da África centro-ocidental.

Em relação aos rituais, Frei Chico observa que são restritos aos membros do grupo e envoltos em mistério. Em Araçuaí (MG), município do norte mineiro, um canto tradicional diz: “Língua que falou muito, / mereceu faca de sapateiro. // Quando chega no cemitério / calangu tá de dentro gemendo / pra que falou, linguarudo.” (Poel, 2013, p. 166), revelando a natureza enigmática dessa expressão religiosa.

O autor também apresenta detalhes sobre os instrumentos sagrados utilizados, entre eles: tambor grande - gomá, ngoma ou santana; médio - dambi ou santaninha; pequeno - gambá, chama ou jeremias. Esses tambores são chamados de *tambus ou bantus*. Em alguns candombes, o conjunto dos três tambores é chamado três marias. Ainda usam guiá e puíta. Frei Chico enfatiza que, quem se aproximar do tambor grande para cantar, primeiro vai pedir licença ao capitão e a todos os presentes. Os tocadores, em pé, seguram os tambores amarrados à cintura. (Poel, 2013, p. 166).

2.3.2. Congado

O termo Congado é frequentemente utilizado como designação geral para os grupos devocionais que celebram Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e/ou São Benedito. Em diversos contextos, especialmente entre os praticantes, é comum que se prefira a expressão “Reinado de Nossa Senhora do Rosário”. (Poel, 2013, p. 242-243). Em muitas localidades, o nome “congado” representa uma unidade mais ampla, dentro da qual se reconhecem diferentes guardas e formas de expressão, como o Candombe, Moçambique, Congo, Banda de Congo ou Ticumbi, Marujos, Marinheiros, Tamborzeiros, Espontões (RN),

Caboclos ou Caboclinhos, Catopé, Vilão e os Cavaleiros de São Jorge. A esse respeito, uma toada da Comunidade dos Arturos, em Contagem (MG), sintetiza o sentimento de unidade na diversidade: “Tem muita gente que pergunta / qual de nós é maió. / Não tem maió, nem pequeno / todos nós é um só.” (Poel, 2013. p. 243).

Além de ser uma designação genérica, “congado” também pode se referir a um grupo específico. A terminologia varia conforme a região, sendo que “congado” e “congada” muitas vezes se confundem. Da mesma forma, os termos “congo” e “congos” podem ser utilizados tanto para identificar uma guarda específica quanto para referir-se ao conjunto da manifestação. (Poel, 2013, p. 167).

Como toda expressão cultural, o Congado é dinâmico e vem passando por processos de transformação, entre os quais se destaca a presença crescente de guardas compostas por mulheres, sinalizando uma ampliação dos espaços de participação dentro das irmandades. Os postos e funções são variados e complexos, podendo se referir ao terno, ao reinado ou à estrutura interna da irmandade.

Em algumas comunidades, o Congado também celebra a memória da abolição da escravidão, como ocorre na festa registrada pela professora Dulce Martins Lamas, realizada em 13 de maio de 1984, na comunidade dos Arturos, em Contagem (MG). Durante o cortejo, cavaleiros representando os senhores desfilavam à frente, seguidos por escravos algemados sendo açoitados pelos feitores. Ao chegarem ao local da missa, no Campo dos Esportes, os escravos se deitavam no chão em gesto simbólico. Ato contínuo, a princesa Isabel lia a Lei Áurea, momento em que os cativos se levantavam, rompendo as correntes. A emoção do ritual era intensificada pelo canto: “Nêgo véio era cativo / sá princesa libertou. / Nêgo véio era escravo / nêgo véio virou sinhô, oh!” Muitos participantes acreditam que foi a intervenção de Nossa Senhora do Rosário que inspirou a princesa Isabel a promover a libertação dos escravizados (Poel, 2013, p. 168).

Em reconhecimento à importância desse patrimônio imaterial, foi criada em Minas Gerais uma federação estadual dos Congados de Nossa Senhora do Rosário, que atua na articulação e na valorização das guardas em todo o estado.

Ao tratar do Congo, é importante reconhecer que suas características visuais e rituais podem variar significativamente entre diferentes comunidades. Não há um modelo uniforme: cada congado adapta seus elementos conforme sua história local, tradições e práticas herdadas. Ainda assim, Saul Martins (1988) nos oferece uma descrição clássica e detalhada do Congo em Minas Gerais:

Mesmo à distância se reconhece o congo pelo fulgor dos paramentos de seus varais e riqueza plástica dos chapéus, guarnecidos de espelhos, miçangas, aljôfares e vidrilhos. Usa-se blusão branco, mangas compridas e punhos rendados. gola nobre com babados de renda. A calça, igualmente branca, chega aos tornozelos. À cintura, sobre a parte inferior do blusão, prende-se um saiote de fitas multicores. O rosário de lágrimas é conduzido a tiracolo, da esquerda para a direita. Antes, o varsal se apresentava descalço. Mas evoluiu e, modernamente, passou a se exhibir calçado com tênis branco. (Martins, 1988. p. 23).

Essa descrição, embora preciosa, representa um recorte dentro da ampla diversidade de formas, cores, arranjos e adaptações que o Congo pode assumir em diferentes regiões. O mesmo autor ressalta que o Congo é a guarda mais antiga da confraria do Rosário, com registros precisos de sua exibição datando de 1760, e referências ainda mais antigas, como a menção de André João Antonil, pseudônimo do jesuíta João Andreoni, cuja viagem a Minas ocorreu entre 1705 e 1706. A criação da Irmandade do Serro, em 1714, e o compromisso de seus irmãos registrado em 1728, também atestam a longevidade e a importância histórica dessa guarda (Martins, 1988).

Figura 10. Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido no Santuário de Aparecida do Norte em São Paulo



Fonte: Foto de Thiago Almeida. Acervo Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido

Figura 11. Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido no Santuário de Aparecida do Norte em São Paulo



Fonte: Foto de Thiago Almeida. Acervo Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido

2.3.3. Moçambique

No *Dicionário da Religiosidade Popular*, Frei Chico apresenta o Moçambique como um terno ou guarda de dançantes que, segundo a memória de seus integrantes, teria origem entre os escravizados vindos de Moçambique, na África. Um traço marcante que permanece até hoje é o uso de um pano amarrado à cabeça, à maneira dos turbantes árabes (Poel, 2013, p. 657). Esses grupos integram as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, sendo parte essencial das festividades do Reinado. Segundo a pesquisadora Elizabeth W. Kiddy (2005), é difícil comprovar que o Moçambique tenha, de fato, origem na África Oriental. Ela aponta que, no final do séc. XIX, estes títulos não eram diretamente ligados a etnias africanas. Naquele tempo, congos, moçambiques e outros nomes haviam se tornado designações rituais de nações nas festas do Rosário em Minas Gerais, lembranças de um passado africano e também no caso de um grupo chamado de caboclinhos, do passado heterogêneo de uma comunidade unida. (Kiddy, 2005, apud Poel, 2013, p. 657-658).

O Moçambique distingue-se de outros grupos congadeiros por seus modos de cantar, dançar, andar e vestir. Os ritmos típicos da guarda, conhecidos como “serra acima” e “serra abaixo”, são elementos centrais da sua expressão. Nos tornozelos, os dançantes prendem

campanas de metal com tiras de couro, que recebem diferentes nomes de acordo com a região: gunga (em Minas Gerais), conguinho (em São Paulo), maçaquaia (no Rio Grande do Sul) e paiá. Em algumas regiões do Vale do Paraíba (SP), o grupo é chamado de marrá-paiá (Poel, 2013, p. 658).

Em Minas Gerais, o Moçambique é reconhecido como uma das guardas do Congado que homenageiam Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Existe uma hierarquia simbólica entre os diferentes grupos do Rosário: o Moçambique costuma se considerar o primeiro e é assim reconhecido pelas outras guardas. Apesar do Candombe ser visto como o grupo mais importante, este não desfila nem puxa o Reinado, diferentemente do Moçambique, que guarda o Reinado do Congo. O Moçambique mineiro possui seu capitão, que lidera o grupo, embora nem sempre conte com reis e rainhas próprios. Um dos traços mais marcantes da guarda é sua seriedade, refletida em todo o seu comportamento que se apresenta de forma singela, inclusive nas danças. Quanto à musicalidade, a guarda utiliza predominantemente tambores e o patangome como instrumentos principais. É raro encontrar no terno instrumentos como viola, cavaquinho ou sanfona (Poel, 2013, p. 658).

Saul Martins (1988, p. 27), em sua obra *Congado: família de sete irmãos*, apresenta o Moçambique como uma continuidade do Congo dentro da tradição congadeira: “Após o congo, irmão mais velho da grande família coreográfica, nasceu o moçambique”. Quanto à sua origem, o autor destaca divergências entre os relatos: alguns defendem que essa manifestação chegou pronta da África e foi incorporada ao Congado brasileiro. Outros acreditam que ela tenha se formado no Brasil, especialmente na antiga Vila Rica.

No que se refere à indumentária, Martins descreve que os integrantes utilizam um lenço de cetim de cor viva amarrado à cabeça, e uma minissaia feita do mesmo tecido, com faixas largas de renda branca aplicadas em paralelo. A camisa que acompanha o traje contrasta com essas peças e possui punhos rendados. A calça branca, comum às demais guardas, com quatro gungas de metalom fixadas aos tornozelos com tiras de couro (Martins, 1988). A indumentária se completa com o uso de argolas douradas nas orelhas e o tradicional rosário de lágrimas. Além do vestuário descrito, quem comanda a guarda leva o bastão, símbolo de autoridade. Segundo os antigos, deve ser feito a mão e com emprego de três diferentes madeiras, que serviram para a tortura de Cristo: cedro, com que se fez a cruz, braúna, da qual saíram os cravos; e a acácia, a tabuleta, mediante a qual se indicou a culpa do Mestre e dele os fariseus escarneceram, conforme Martins destaca.

Ainda conforme o autor, cabe ao Moçambique a responsabilidade de puxar a Coroa e proteger o Reinado, papel que reforça sua posição de destaque dentro do Congado. (Martins, 1988. p. 27).

Figura 12. Moçambique Treze de Maio de Belo Horizonte - Rainha Conga do Estado Belinha



Fonte: Rede Social do Treze de Maio

Figura 13. Terno Moçambique Estrela Guia de Uberlândia



Fonte: Rede Social do Terno Moçambique Estrela Guia - Foto Google

2.3.4. Catopê

O Catopê é uma das guardas integrantes do Congado de Nossa Senhora do Rosário. Segundo Francisco Van der Poel (2013, p. 200), conhecido como Frei Chico, trata-se de um grupo tradicionalmente comandado por dois chefes - o mestre e o contramestre - cuja formação e atuação variam conforme a localidade. Em Cristais (MG), por exemplo, os integrantes do Catopê utilizam zabumba, reco-reco e sanfona, vestem roupas bastante coloridas e usam chapéus com longas fitas. Já em Oliveira (MG), conforme registros de 1992, há diversas guardas do mesmo grupo, compostas por caixa, ganzá, tamborim e sanfona. Nessa versão, o capitão conduz o grupo por meio do tamborim, cujos diferentes toques indicam ritmos específicos. Muitas vezes, ele canta em dueto com um cacique, sendo acompanhado em coro pelos demais dançadores.

Ainda de acordo com Poel (2013, p. 200), o primeiro soldado de cada fila é chamado de “baliza de guia” e é quem melhor compreende os sinais do capitão, guiando os demais com base no canto e no passo. No cortejo, o Catopê se posiciona à frente do Moçambique, ocupando papel de destaque. Em Serro (MG), por exemplo, o grupo é considerado essencial ao ponto de o Reinado não sair às ruas sem sua presença. Uma narrativa local relata que foram os Catopês que conseguiram retirar das águas do mar a imagem de Nossa Senhora do

Rosário, enquanto marujos (portugueses) e caboclinhos (índios) não foram capazes de fazê-lo.

A estética do grupo, conforme descrita por Poel (2013, p. 200), inclui capacetes decorados com penas de ema, capas de chitão multicoloridas e ornamentos no peito feitos com espelhos, colares e bijuterias. As camisas e calças são mais simples e os instrumentos utilizados incluem caixas, tamborins, reco-reco e xique-xique. O grupo participa ativamente não só dos desfiles e procissões, mas também dos ritos religiosos, como a confissão e a missa dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Já Saul Martins (1988, p. 31) acrescenta que o Catopê é uma guarda associada à animação da festa e à interação com o público. Sua principal função é alegrar o ambiente com boa música, loas, cantos irônicos e jocosos.

Quanto à indumentária, Martins (1988, p. 31) destaca que o único adorno com penas utilizado pelo grupo é o cocar, e não se utilizam arcos. Os dançadores vestem um manto colorido preso ao pescoço, que cobre as costas e se estende até os pés. As demais peças são mais usuais: camisa de cambraia de algodão amarelo-claro, de mangas compridas com punhos abotoados, calça branca e cinto da mesma cor do manto. O Rosário da Irmandade é usado a tiracolo, como em outras guardas. A musicalidade é garantida por uma formação conhecida como “caixa de assobios” um conjunto de pífanos de taquara, que segundo o autor, forma uma pequena orquestra. O Catopê, portanto, assume tanto uma função estética quanto organizacional dentro do Reinado, sendo capaz de substituir outras guardas em momentos-chave da celebração, por exemplo na falta de moçambique cabe-lhe, de direito, puxar o séquito real. (Martins, 1988. p. 31).

Figura 14. Catopês de Montes Claros



Fonte: Rede Social dos Catopês de Montes Claros

2.3.5. Marujo

A guarda de Marujos ou marujada ocupa um lugar singular dentro da estrutura do Congado mineiro. Conforme explica Francisco van der Poel (2013, p. 618), os ternos de Marujos presentes nas festividades de Nossa Senhora do Rosário incorporam à figura do marinheiro - originalmente luso e guerreiro - elementos simbólicos e culturais de matriz banto. A memória africana, a travessia pelo mar e o período da escravidão no Brasil são evocados nos ritos e cantos dessa guarda, cuja estética sincrética transforma o Marujo em uma figura que carrega a herança portuguesa e afro-brasileira.

Em Minas Gerais, os Marujos pertencem ao universo congadeiro ligado à devoção à Nossa Senhora do Rosário. O grupo é tradicionalmente liderado por um patrão, função que, mais recentemente, tem sido assumida por um capitão. Em festas que contam com a participação da Marujada, é comum a presença de outras guardas, como o Congado, o Moçambique e os Caboclinhos, o que reforça a integração entre os diversos grupos da Irmandade (Poel, 2013. p. 618).

A dança e o canto dos Marujeiros e das batuqueiras traduzem formas arcaicas de expressão ritual, que remontam aos tempos coloniais. Segundo Poel (2013, p. 618), a performance desses grupos remete a cerimônias que reúnem elementos de tradições indígenas

e africanas, como os ritos ao redor da fogueira e os cantos comunitários nos terreiros. No Serro, uma narrativa tradicional atribui aos Marujos a um feito: teriam sido eles os únicos capazes de retirar das águas do mar a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Quanto à indumentária, Saul Martins (1988, p. 35) descreve que os Marujos se vestem como marinheiros. A cobertura da cabeça varia entre boina e boné, a depender da escolha de cada grupo, funcionando como um distintivo. O Rosário, diferentemente de outras guardas, não é usado a tiracolo, mas amarrado à cintura, paralelo ao cinto da calça. Durante os cantos, recuperam-se versos do romanceiro tradicional “Nau Catarineta”, cuja temática celebra as aventuras dos navegadores portugueses e sua fé cristã. Os textos cantados frequentemente fazem alusão ao universo náutico, com expressões como *a bombordo!* e *a estibordo!* (Martins, 1988, p. 35).

No aspecto musical, além dos instrumentos de percussão comuns a outras guardas congadeiras, os Marujos utilizam violas de doze cordas, conferindo um timbre distinto às apresentações. Um dos momentos centrais da performance é a realização das embaixadas, encenações coreografadas de confronto. Quando uma dessas falha ou é interrompida, segue-se a rezinga, um duelo simbólico com espadas entre dois embaixadores — um representando o lado azul, outro o vermelho — cuja vitória sempre cabe ao primeiro. Essa estrutura ritual apresenta claras influências da tradição carolíngia europeia, semelhante às encenações guerreiras da cavallhada, que dramatiza os confrontos entre mouros e cristãos (Martins, 1988, p. 35).

Os embaixadores se destacam visualmente por suas vestes luxuosas, inspiradas na moda aristocrática antiga. O uso de chapéus de duque, nas cores azul e vermelha, e as faixas de cetim que seguem as mesmas cores dos grupos que representam, reforçam o caráter simbólico e performático da disputa. No contexto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, o grupo dos Marujos desempenha uma função histórica e ritual: relembrar a travessia marítima que marcou o deslocamento forçado de africanos ao Brasil, ressignificando essa experiência dentro de uma expressão festiva e religiosa de resistência e memória (Martins, 1988, p. 35).

Figura 15. Marujos Azul de Maio - Grupo de Congado



Fonte: Rede Social dos Marujos Azul de Maio

Figura 16. Marujos Santa Efigênia de Barbacena - MG



Fonte: Tradições populares das vertentes

2.3.6. Caboclo

A figura do Caboclo, no contexto do Congado mineiro, representa a personificação do indígena brasileiro dentro da estrutura da Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Segundo Saul Martins (1988, p. 39), trata-se de uma manifestação marcada por forte exuberância visual. Os integrantes se apresentam com trajes vistosos, ornamentados com ricas plumas coloridas e diversos enfeites, compondo uma estética de impacto que remete ao universo aborígene.

Durante as apresentações, o caboclo carrega nas mãos um pequeno arco com flecha acoplada. Embora o artefato pareça pronto para ser disparado, a flecha permanece presa por meio de um ressalto, impedindo seu lançamento. No entanto, esse conjunto - arco e flecha - é usado como instrumento rítmico durante a dança, por meio do entrechoque das peças. Mais do que um símbolo do imaginário indígena, esse objeto ganha destaque como peça artesanal, confeccionada com atenção estética e técnica refinada, sendo valorizado como elemento visual e performático.

A guarda dos Caboclos é comandada por uma liderança denominada Cacique Morubixaba, também referido como mestre da dança. A distinção entre os integrantes pode ser identificada, em muitos casos, pela cor das penas utilizadas, que funcionam como sinal distintivo. Martins observa ainda que esta guarda é a que possui o maior número de nomes alternativos dentro da confraria. Entre as variações mais comuns estão: caboclo, caboclinho, tapuio, penacho, botocudo, caiapó e tupiniquim, refletindo a diversidade regional e simbólica dessa representação. No que diz respeito aos símbolos religiosos, o rosário da Irmandade é tradicionalmente pendurado ao pescoço dos integrantes, junto a colares e miçangas, compondo um conjunto que integra devoção e identidade étnica em um mesmo corpo ritual (Martins, 1988, p. 39).

Figura 17. Caboclos do Serro



Fonte: Rede Social Caboclos do Serro

1.3. As disparidades entre as Políticas de Patrimônio Material e Imaterial

Este tópico busca promover uma reflexão crítica acerca das políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural imaterial, ancorando-se na discussão prévia sobre a trajetória histórica de luta e resistência dos congadeiros em Minas Gerais. Tal análise considera o caráter marginalizado e exótico frequentemente atribuído às manifestações culturais populares brasileiras: ou seja, àquelas incorporadas nas práticas cotidianas da população, as quais são historicamente marcadas por um imaginário social que as classifica como expressões de menor sofisticação cultural. Além disso, pretende-se explorar como as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial têm sido tratadas de forma isolada no âmbito das políticas públicas, em contraste com a maior centralidade e integração que caracterizam as políticas voltadas ao patrimônio material.

O Brasil deu um passo significativo ao reconhecer e proteger as formas de patrimônio imaterial por meio do Decreto nº 3.551/2000, que será detalhado adiante. No entanto, ainda há um longo caminho para equiparar os esforços dedicados à salvaguarda do patrimônio imaterial aos destinados ao patrimônio material, evidenciando uma hierarquia histórica na valorização das diferentes expressões culturais. Conforme assinala Laurent Lévi-Strauss, em texto que compõe o *Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*,

é verdade que, durante muito tempo, o estudo e a salvaguarda das formas de patrimônio cultural normalmente denominadas 'imateriais', em particular aquelas ligadas à vida cotidiana e às culturas populares, eram vistas como primos pobres das políticas de conservação do patrimônio, se comparadas com os meios e esforços consagrados às obras de arte e aos monumentos. (...) Percebem-se, também, nessa desigualdade de tratamento, os efeitos de um predomínio longamente confirmado em nossa cultura do escrito sobre o oral, da arte erudita sobre a arte popular, do histórico sobre o cotidiano, do aristocrático e do religioso sobre o profano (Brasil, 2006, p. 32).

Michael Pollak (1989) aprofunda essa discussão, ao analisar como a memória coletiva se estrutura em torno de tensões entre a memória oficial e as subterrâneas. Ele argumenta que a memória subterrânea, frequentemente associada a grupos marginalizados, desafiam narrativas dominantes e se tornam atos de resistência.

O processo de patrimonialização dessas manifestações culturais também revela desafios institucionais. Conforme destaca Santos (2016), em seu estudo sobre as congadas de Santo Antônio do Monte, a condução do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) pelo IPHAN foi marcada por descontinuidades e disputas entre os valores comunitários e as exigências burocráticas. Essa tensão reflete um dilema comum no campo do patrimônio imaterial: enquanto as comunidades detentoras reivindicam o reconhecimento de seus saberes e práticas, as instituições responsáveis pela patrimonialização impõem critérios e procedimentos muitas vezes distantes da realidade local. Esse conflito demonstra a necessidade de uma abordagem mais participativa e sensível às dinâmicas socioculturais das comunidades envolvidas.

Para compreender a disparidade entre as políticas voltadas ao patrimônio material e imaterial, é essencial realizar uma breve análise histórica das políticas de preservação no Brasil. Esse resgate histórico permite identificar os marcos legislativos, as mudanças conceituais e os contextos políticos que moldaram as práticas institucionais de reconhecimento cultural. No caso do Congado, compreender essa trajetória é fundamental para evidenciar os desafios enfrentados por essas manifestações na busca por reconhecimento e valorização dentro das políticas públicas de cultura.

A institucionalização das políticas patrimoniais no Brasil foi consolidada em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Essa iniciativa marcou o início de um sistema estruturado de proteção do patrimônio cultural, com foco no tombamento de bens materiais de valor histórico e artístico. O SPHAN foi instituído pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e sua

atuação foi regulamentada em 30 de novembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 25. Esse decreto definiu os critérios para a constituição do patrimônio histórico e artístico nacional, conforme descrito no:

Art. 1º – Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, seja por sua ligação a fatos memoráveis da história do Brasil, seja por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Brasil, 1937)

Essa legislação apresentava uma definição ampla e subjetiva do que poderia ser tombado, permitindo que o estado decidisse quais elementos culturais seriam preservados. No entanto, conforme aponta Chuva (2009), a aplicação dessa norma restringiu-se majoritariamente a monumentos históricos e obras de arte, vinculados a uma memória oficial construída pelo estado. Assim, práticas culturais imateriais, especialmente aquelas ligadas ao cotidiano e às tradições populares, não foram contempladas nos mecanismos de proteção da época.

A implementação dos mecanismos de proteção do patrimônio nacional foi consolidada com base na função social da propriedade, introduzida pela Constituição de 1934 (Gomes, 2020.) Nesse contexto, é importante destacar que, no Brasil do início do século XX, o termo “patrimônio” possuía uma acepção mais restrita, significando “herança paterna, bens de família e bens necessários para a ordenação de um eclesiástico”, conforme aponta Márcia Chuva em *Os Arquitetos da Memória*. Esse conceito, inicialmente vinculado ao direito privado, foi ampliado e incorporado ao discurso estatal como ferramenta de preservação de bens considerados de interesse público.

A perspectiva adotada pelo estado refletia um projeto nacionalista que enfatizava símbolos da cultura oficial, deixando de lado as manifestações culturais das camadas populares. Essa centralidade conferida ao patrimônio material contribuiu para a invisibilização de práticas como as congadas, reforçando a ideia de que a cultura popular possuía menor valor cultural (Barros, 2020).

Rafael Barros Gomes, em sua tese *Minha fé não é cultura: a eficácia da magia e as amarras do estado*, reflete que a política estabelecida pelo Decreto nº 25 de 1937 encontrou um ambiente propício para sua consolidação durante o regime autoritário de Getúlio Vargas (1937-1945). Esse contexto favoreceu a construção de discursos, símbolos e representações que conferissem legitimidade ao projeto nacionalista do governo, garantindo-lhe uma base de

apoio e apelo social mais amplo. Dessa forma, o texto legal consolidou-se tanto pela abrangência de conceitos quanto pelo detalhamento das normas jurídicas e dos procedimentos administrativos para consecução de seus objetivos (Chuva, 2009, p. 167).

Apesar da hegemonia desse modelo, houve tentativas de construir uma política patrimonial mais abrangente. Mário de Andrade já destacava, na proposta apresentada ao ministro Gustavo Capanema em 1936, que o patrimônio cultural da nação abrangia não apenas monumentos e obras de arte, mas também uma diversidade de outros bens que refletiam a riqueza cultural do país.

Essa visão, como aponta Gomes (2020), fundamentava-se nas experiências vividas no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, nas viagens etnográficas realizadas pelo norte e nordeste do país, e sob a influência dos campos de conhecimento em formação na Europa e no Brasil, especialmente com a criação das primeiras universidades brasileiras. Neste contexto, Mário de Andrade desenvolve uma visão e uma atuação integradoras da cultura no campo do patrimônio, ampliando sua concepção para incluir não apenas os bens históricos e artísticos, mas também as práticas cotidianas da população, que denominava cultura popular.

Ao buscar interpretar o Brasil e elaborar uma política de preservação uma identidade nacional que seria o somatório de “Brasis”, Mario de Andrade realizou uma espécie de síntese de diferentes costumes e formas de expressão. Tratava-se de enfatizar sua perspectiva antropológica, no que chamava de “etnografia popular”: “o povo brasileiro em seus costumes e usanças e tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil. (Chuva, 2009) Contudo, segundo Márcia Chuva, o anteprojeto de Mário de Andrade não foi exitoso, constituindo-se mais como uma espécie de ensaio em construção, um texto de caráter informal, repleto de debates e problematizações. Característica que o impedia de se configurar como um documento mais objetivo e funcional, capaz de fornecer instrumentos legais eficazes para a implementação de práticas de preservação.

Dessa forma, o Decreto nº 25 de 1937 permaneceu como o único mecanismo legal vigente para a proteção do patrimônio cultural durante aquele período, consolidando-se como um modelo hegemônico de preservação. Esse decreto assumiu o que Chuva (2009) descreve como uma “condição dóxica, descontextualizada da história”, ou seja, foi naturalizado como verdade incontestável, sem que sua adequação ao contexto cultural e social brasileiro fosse amplamente debatida. Caracterizou-se pela abrangência conceitual e pelo detalhamento das normas jurídicas, conferindo-lhe a aparência de um modelo técnico incontestável, legitimado

institucionalmente. Assim, a política de tombamento foi institucionalizada como um "discurso de verdade", sem ser questionada como um possível instrumento de exclusão cultural.

Esse caráter normativo rígido fez com que o tombamento não fosse percebido como uma escolha política ou ideológica, mas sim como um procedimento técnico e legítimo, respaldado juridicamente. Essa abordagem excluiu diversas manifestações culturais, especialmente aquelas de origem popular e afro-brasileira, como o Congado, que não se enquadravam nos critérios patrimoniais estabelecidos.

No entanto, a consolidação desse modelo jurídico não ocorreu de maneira isolada, mas foi resultado de um processo institucional. Nesse contexto, Rodrigo Melo Franco de Andrade encaminhou ao ministro Gustavo Capanema, em julho de 1936, um projeto de lei para a organização definitiva do SPHAN. Em outubro do mesmo ano, o projeto foi enviado ao Congresso Nacional, onde ainda tramitava quando, em 13 de janeiro de 1937, foi aprovada a Lei nº 378, formalizando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Com essa mesma lei, foi instituído o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, responsável por assessorar as decisões sobre tombamento e preservação (Chuva, 2009).

Gomes (2020) enfatiza que, embora o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural tenha alcançado expressiva autonomia na esfera pública e consolidado sua influência na formulação das políticas de preservação, sua estrutura permaneceu enraizada em uma perspectiva elitista. Isso implica que, apesar de sua legitimidade institucional e de sua atuação como instância decisória na proteção do patrimônio brasileiro, o órgão não superou a seletividade na definição do que deveria ser preservado, restringindo-se a uma concepção patrimonial voltada para os referenciais culturais das elites. Dessa forma, a patrimonialização operada pelo Conselho reproduziu hierarquias socioculturais, privilegiando monumentos e edificações de relevância arquitetônica e histórica vinculadas às classes dominantes, em detrimento de expressões culturais populares e afro-brasileiras, que permaneceram à margem das políticas institucionais de reconhecimento e salvaguarda.

Esse debate tornou-se ainda mais evidente no contexto das comemorações pelos 60 anos do IPHAN, quando uma cerimônia foi realizada durante uma reunião de trabalho do Conselho Consultivo. Nessa ocasião, o então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, enviou uma carta¹⁰ ao Conselho, ressaltando sua importância estratégica dentro da estrutura do

¹⁰ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das Atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2006. Disponível em:

IPHAN. Em sua mensagem, o ministro destacou o papel fundamental do Conselho como espaço de diálogo entre Estado e sociedade, responsável por delinear os contornos do patrimônio cultural brasileiro e garantir sua preservação. Além disso, reforçou a necessidade de um debate contínuo sobre a ampliação das políticas patrimoniais, reconhecendo o patrimônio histórico e artístico como um eixo central na formulação das políticas culturais do país. (Brasil, 2006)

Na carta, Weffort, ressaltou que o patrimônio tombado representa a face mais visível da atuação do estado na área cultural. Citando Rodrigo Melo Franco de Andrade, destacou que, ao proteger legalmente um bem, ele se transforma em um “documento de identidade da nação”. Segundo a carta, esses bens, em seu conjunto, constroem uma imagem do Brasil, registrando no território nacional uma versão de sua história e cultura. (Brasil, 2006)

No entanto, o ministro expressa na carta que essa imagem não reflete a diversidade cultural do país. Ao analisar os Livros do Tombo, ele constatou que as inscrições patrimoniais estavam longe de representar a multiplicidade das matrizes culturais brasileiras. Segundo Weffort, esse recorte construído pelo tombamento apresentava um Brasil “predominantemente branco, luso-brasileiro e católico”, enquanto “as raízes indígenas e africanas praticamente não deixaram rastros”. O ministro destacou que, embora o IPHAN já tivesse consciência dessas lacunas e manifestado a necessidade de ampliar o reconhecimento patrimonial, ainda era preciso converter essa intenção em ações concretas e visíveis para a sociedade. (Brasil, 2006)

Após a mensagem do ministro Francisco Weffort ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, apenas com a Recomendação da UNESCO sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, avançou-se na formulação de mecanismos específicos voltados para a proteção do patrimônio imaterial. Essa recomendação foi resultado de um movimento liderado pela Bolívia e outros países do Terceiro Mundo, que reagiram à Convenção da UNESCO sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, a qual limitava a definição de patrimônio a bens materiais, como monumentos, sítios urbanos e naturais. Conforme aponta o *Dossiê Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial* (Brasil, 2006, p. 16), essas discussões internacionais foram fundamentais para impulsionar as primeiras iniciativas formais de regulamentação do patrimônio imaterial no Brasil.

Entretanto, a preocupação com o patrimônio cultural imaterial no Brasil antecede esse período. Desde 1947, a Comissão Nacional de Folclore (CNF) já se dedicava ao estudo e à promoção da cultura popular, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) do Ministério das Relações Exteriores, atendendo às diretrizes da UNESCO. A CNF articulou uma rede de comissões estaduais e promoveu eventos como as Semanas e Congressos de Folclore, que deram visibilidade ao tema, culminando na realização do Congresso de Folclore de 1951, no Rio de Janeiro, com a presença de Getúlio Vargas, e no Congresso Internacional de Folclore de 1954, em São Paulo. Esses congressos funcionaram como espaços de debate e registro de manifestações populares, fomentando a criação de museus e centros de preservação. Como desdobramento dessa mobilização, foi instituída, em 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), uma iniciativa voltada à documentação e catalogação das expressões culturais populares. (Gomes, 2015, p. 56)

No entanto, essas ações estavam voltadas majoritariamente à produção de registros históricos e documentais, sem a formulação de instrumentos jurídicos eficazes que garantissem a salvaguarda ativa dessas expressões. Apesar de terem sido fundamentais para a valorização da cultura popular, essas iniciativas ainda se limitavam ao campo da pesquisa e do mapeamento cultural, sem conferir às manifestações imateriais uma proteção legal efetiva.

Esse cenário começou a se transformar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou um divisor de águas na concepção de patrimônio cultural no Brasil. Rompendo com a ênfase exclusiva no patrimônio material, a nova Carta Magna incluiu, no Artigo 216, bens de natureza material e imaterial. Esse artigo estabeleceu que o patrimônio cultural compreende formas de expressão, modos de criar, fazer e viver das diferentes comunidades formadoras da sociedade brasileira, oficializando a proteção de práticas e saberes tradicionais antes negligenciados pelas políticas patrimoniais.

Esse marco constitucional permitiu que, posteriormente, fosse criado o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, regulamentado pelo Decreto nº 3.551/2000, que definiu os procedimentos formais para a identificação e salvaguarda de bens culturais imateriais.

Em alinhamento com essas diretrizes internacionais e constitucionais, o Ministério da Cultura instituiu, em março de 1998, uma Comissão encarregada de elaborar uma proposta para regulamentar a proteção do patrimônio imaterial. (Brasil, 2006, p. 17). Esse esforço resultou na formalização do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, estabelecido pelo Decreto nº 3.551/2000, consolidando um novo modelo de proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

A trajetória histórica da Comissão Nacional de Folclore (CNF), a inclusão do patrimônio imaterial na Constituição de 1988, a Recomendação da UNESCO sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989) e a posterior regulamentação do Decreto nº 3.551/2000 evidenciam avanços, mesmo que tardio, significativos na política patrimonial brasileira. No entanto, a efetiva salvaguarda das manifestações culturais imateriais ainda enfrenta desafios estruturais que comprometem sua implementação na prática.

A seguir, será analisado o processo de patrimonialização do Congado em duas instâncias distintas: o IPHAN, que ainda mantém o registro da manifestação em processo, e o Iepha-MG, que já reconheceu oficialmente o Congado como patrimônio cultural do estado de Minas Gerais. A análise destacará as dificuldades enfrentadas por essas comunidades ao longo do processo de registro, evidenciando os desafios burocráticos, políticos e institucionais que afetam a efetiva proteção e valorização dessas práticas culturais. Dessa forma, a patrimonialização do Congado reflete não apenas o reconhecimento tardio do patrimônio imaterial pelo Estado brasileiro, mas também as limitações da estrutura institucional vigente. Embora existam avanços normativos, o processo de registro dessas manifestações ainda enfrenta entraves burocráticos, dificuldades de financiamento e descompassos entre a lógica institucional e as dinâmicas próprias das comunidades detentoras.

1.4. A trajetória do Processo de Registro do Bem

Este tópico visa abordar o processo de registro do Reinado e Congado, no âmbito estadual e federal como patrimônio cultural imaterial, destacando seus desafios e implicações. Esses desafios refletem as discussões anteriores sobre política de patrimônio imaterial.

O processo de patrimonialização do Congado como bem cultural imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) evidencia, de forma concreta, as contradições históricas e estruturais das políticas de salvaguarda no Brasil. Embora tenha sido formalmente iniciado em 2008, seu andamento ainda não foi concluído até 2025, sinalizando os entraves burocráticos que marcam o campo institucional, e uma possível ausência de vontade política em efetivar o reconhecimento. Essa leitura será tensionada ao

longo deste tópico, com base na análise documental de fontes oficiais e na observação participante no processo.

Este tópico foi construído a partir da análise de documentos primários, como o Levantamento preliminar do Inventário Nacional de Registro Cultural das congadas de Minas Gerais (Brasil, 2014), O Dossiê preliminar e Dossiê Final do Iepha-MG (2022 e 2024) e as atas do Fórum Mineiro de Reinados e Congados (2022). Além disso, incorporo elementos da minha experiência como observadora participante em espaços de mobilização social vinculados ao Congado, como o próprio Fórum, os grupos de WhatsApp e o seminário promovido como parte da fase de instrução do registro. Essa inserção permitiu uma escuta situada e sensível às dinâmicas internas da construção do reconhecimento institucional. No entanto, essa posição exige cuidado para que o envolvimento não comprometa a crítica analítica. As interpretações aqui apresentadas, especialmente quanto à condução política do processo, baseiam-se em evidências públicas e no acompanhamento sistemático das ações institucionais e comunitárias.

A trajetória do registro remonta a 2006, quando o IPHAN iniciou o levantamento documental das Festas do Rosário e do Reinado de Nossa Senhora do Rosário no estado de Goiás. Embora ainda não configurasse um pedido formal, a ação já revelava o interesse institucional na documentação dessas manifestações. O pedido oficial foi protocolado em 2008 pela Prefeitura de Uberlândia, com apoio dos municípios de Uberaba, Campos Altos, Ibiá, Frutal, Monte Alegre de Minas e da Associação dos Congos e Moçambiques de Ibiá. A solicitação foi encaminhada ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) e à Câmara de Patrimônio Imaterial do Conselho Consultivo, sendo atribuída à Superintendência do IPHAN em Minas Gerais para instrução. Apesar de já se indicar a importância de contemplar os estados de Goiás e São Paulo, a origem mineira da demanda direcionou a tramitação localmente. Entre 2008 e 2011, foram elaborados o projeto básico e os planos de captação de recursos. De 2012 a 2014, realizou-se o levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), com abordagem participativa e sensível à diversidade interna dos termos "Congado" e "Reinado" e à dispersão territorial em MG, GO e SP.

Nos anos de 2015 e 2016, o projeto "Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial relacionado à música, canto e dança de comunidades afrodescendentes localizadas no território brasileiro", financiado pelo Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPIAL), conferiu novo fôlego à proposta. Nessa fase, houve articulações com os municípios e planejamento dos Encontros Regionais,

fundamentais para ouvir as comunidades e fortalecer o inventário. Esses encontros ocorreram em 2017 e 2018 em Montes Claros e Uberlândia, duas das sete regiões inicialmente previstas, e as demais não se concretizaram por limitações orçamentárias. No mesmo período, foi realizado o inventário dos Congados Paulistas, ampliando o escopo territorial da pesquisa.

Entre 2019 e 2022, o processo entrou na fase de sistematização técnica, produção do material audiovisual e redação do dossiê. Contudo, a pandemia de COVID-19, a partir de 2020, interrompeu atividades de campo e exigiu reformulações metodológicas.

Foi nesse cenário que, em 2022, a sociedade civil assumiu papel protagonista. O Primeiro Fórum Mineiro de Reinados e Congados, realizado virtualmente entre 21 e 22 de janeiro daquele ano, reuniu cerca de 400 participantes (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022), consolidando-se como um marco histórico de mobilização da comunidade congadeira para o asseguramento de direitos, conforme destacado por Corina, técnica do IPHAN, durante o evento.

A partir da lista de contatos compartilhada pelos organizadores do Fórum, foram criados grupos de WhatsApp organizados por estado (MG, GO, SP), com a finalidade de promover um ambiente virtual de diálogo permanente sobre o processo de reconhecimento oficial dos Congados como Patrimônio Cultural do Brasil. Esses grupos funcionaram como canais de articulação horizontal, de divulgação dos seminários e como espaço de devolutiva do dossiê às comunidades. Tal articulação digital se consolidou como uma estratégia concreta frente à morosidade institucional, reafirmando o protagonismo dos detentores no processo de salvaguarda. frente à lentidão institucional.

A partir do contato com a comunidade congadeira estabelecido durante o Fórum Mineiro, o IPHAN promoveu três seminários virtuais como parte do processo de instrução. O primeiro, com 202 pessoas inscritas, teve como tema "Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e o Registro do Congado/Congadas/Reinado". Foram apresentadas as equipes da campo, consultoria responsável pelo processo de registro, e do IPHAN, os mecanismos da política cultural relacionados ao registro e debatida a importância do reconhecimento, com destaque para os principais temas e limites do dossiê, além da metodologia empregada. Também foi apresentada a necessidade de anuência formal ao registro e divulgado o formulário online de coleta (Brasil, 2018).

O segundo seminário, com 190 participantes, abordou a escolha do Livro de Registro e o título/nome do bem a ser reconhecido, com três possibilidades discutidas: a) Saberes do Rosário: Reinados, Congados e Congadas do Brasil; b) Saberes do Rosário: ritualidades,

estéticas e celebrações dos Reinados, Congados e Congadas no Brasil; e c) Complexos Culturais e Religiosos do Rosário: saberes e festas dos Reinados, Congados e Congadas no Brasil (Brasil, 2018).

O terceiro seminário, com 141 inscritos, teve como foco as recomendações para a salvaguarda do Congado/Congadas/Reinado. Nele, foi apresentado o resumo das ações de salvaguarda identificadas no processo de instrução, além da coleta de anuência da sociedade civil quanto ao registro. Entre julho e dezembro de 2022, foram preenchidos 513 formulários de anuência, que se somaram às 139 assinaturas já obtidas nos Encontros Regionais realizados em Uberlândia e Montes Claros. (Brasil, 2018)

Embora tenham representado avanços na aproximação entre instituições e comunidades, os seminários foram limitados pelas desigualdades no acesso digital e pela ausência de respostas sobre o processo de registro após a devolutiva do dossiê, em março de 2023. O silêncio posterior, a devolutiva do Dossiê, como interpretado neste trabalho, não pode ser atribuído apenas à burocracia: expressa uma ausência de prioridade política em relação às manifestações culturais afro-brasileiras.

Em resposta a um questionamento enviado por e-mail à Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, fui informada que o processo de instrução foi finalizado e, em breve, o assunto seria pauta em reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, para decisão final. Segundo resposta de uma servidora do IPHAN, a expectativa é de “isto ocorra neste 1º semestre de 2025.” Essa indefinição reforça o caráter moroso da institucionalização do patrimônio imaterial em nível federal e evidencia, mais uma vez, a dependência de agendas políticas e administrativas para a efetivação de direitos culturais já reconhecidos pela sociedade civil.

Dessa forma, a patrimonialização do Congado encontra-se em um ponto de inflexão. A ausência de conclusão, mais de quinze anos após sua abertura, revela mais do que morosidade: evidencia uma escolha política. Em um país cujo patrimônio reconhecido institucionalmente ainda é majoritariamente branco, luso-brasileiro e católico como alertou o próprio Ministério da Cultura em 1997, o não-reconhecimento das manifestações afro-brasileiras configura-se como apagamento simbólico.¹¹

Se, em nível federal, o processo de reconhecimento do Congado permanece paralisado diante de entraves institucionais e políticos, no âmbito estadual mineiro

¹¹ MINISTÉRIO DA CULTURA. *Carta do Ministro Francisco Weffort ao Conselho Consultivo do IPHAN*. Brasília: MINC, 1997.

observam-se caminhos alternativos de atuação. A nível estadual, o pedido de registro da Festa do Rosário de Chapada do Norte foi protocolado no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) em 2006 e da Comunidade dos Arturos de Contagem, em 2011. À época, existia apenas o registro dos *Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal da Região do Serro* no Iepha-MG. A experiência do Iepha-MG, sobretudo a partir de 2020, evidencia um esforço concreto de resposta às múltiplas solicitações enviadas por prefeituras, grupos de Congado e organizações culturais. Segundo registrado nas atas do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, essas demandas antecedem inclusive a formalização da política estadual de patrimônio imaterial, revelando um acúmulo histórico de reivindicações por reconhecimento que só recentemente encontrou respaldo institucional efetivo.

Durante sua participação no Fórum, Débora, gerente do Patrimônio Imaterial do Iepha-MG, explicou que os primeiros registros de bens ligados ao Rosário no estado ocorreram em 2013 e 2014: a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte (2013 e revalidado em 2024) e a Comunidade dos Arturos, em Contagem (2014). Essas experiências foram marcantes para a política estadual e demonstram o protagonismo das manifestações afrodescendentes na formação do campo patrimonial mineiro. No entanto, apesar de diversas novas solicitações ao longo da década seguinte, o Instituto evitou avançar com o registro estadual dos Congados diante da sobreposição com o processo federal conduzido pelo IPHAN.

Esse cenário mudou em 2020, com a abertura do Processo de Registro Estadual dos Congados de Minas Gerais (PRE 14/2020). O Dossiê do Iepha-MG (2024) justifica o comportamento do órgão até a abertura do processo em 2020, atendendo às contínuas demandas de registro deste bem a nível estadual:

Nesse período [anterior a 2020], o Iepha-MG reconheceu o mérito das solicitações, porém definiu como prioridade acompanhar e subsidiar o registro federal que estava em curso à época no IPHAN, visando posteriormente avaliar as estratégias e necessidades de um registro também em âmbito estadual. A partir de meados de 2020, com contínua demanda de ações destinadas especificamente ao Iepha-MG para a proteção desse bem cultural, o Instituto, a partir de reunião com congadeiros do município de Timóteo, avaliou a necessidade de instaurar o processo de registro estadual e decidiu iniciar a identificação desse bem cultural em Minas Gerais. Essa ação pretendia compreender a dimensão e territorialidade do bem no estado e coletar dados para subsidiar o registro estadual. (Minas Gerais, 2024, p. 22)

Como se vê, o Iepha-MG atendeu à uma demanda contínua da comunidade congadeira e órgãos municipais. A abertura do processo representa um esforço estatal tardio, mas fundamental para reconhecer e preservar tais práticas culturais em âmbito estadual, documentando e salvaguardando essas tradições. A partir dessa iniciativa, o Iepha-MG instituiu um grupo de trabalho para desenvolver o Cadastro do Patrimônio Cultural, adotando uma metodologia participativa articulada ao programa do ICMS Cultural. Em 2021, foi lançado o cadastro público de grupos de Congado e Reinado. Essa ferramenta possibilitou o mapeamento da diversidade de práticas em Minas Gerais, resultando no registro de mais de 900 grupos em 293 municípios até 2023. Apesar da expressividade dos números, a própria equipe técnica reconhece que o levantamento ainda subestima a totalidade existente no estado. (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022).

Segundo Débora, esse mapeamento permitiu identificar a presença territorial dos grupos, e compreender desafios estruturais enfrentados pelas comunidades, gerando subsídios relevantes para o desenho de políticas públicas específicas. Em 2022, o programa Afro mineiridades, fruto da parceria entre o Iepha-MG e a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG), fortaleceu esse esforço. Foram realizados seminários e um Fórum de Escuta Pública com foco nos Congados, ampliando os espaços de participação social e institucionalização do debate.

Outro elemento importante da estratégia foi a análise de 139 dossiês de bens culturais imateriais registrados por municípios mineiros por meio do ICMS Cultural.

O reconhecimento oficial do Congado como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, ocorrido em agosto de 2024, representa um marco histórico, materializado no *Dossiê para o registro dos Caminhos, Expressões e Celebrações do Rosário em Minas Gerais*. Este documento oficial elaborado pelo Iepha-MG, é fruto da colaboração entre diversas instituições e comunidades que preservam essas tradições. A função do registro é contribuir para o reconhecimento e valorização das expressões culturais do Rosário em Minas Gerais. Para tanto, inclui a participação de comunidades congadeiras e reinadeiras, que são fundamentais para a preservação dessas tradições. A equipe responsável pela elaboração e revisão do dossiê é composta por profissionais de diversas áreas, garantindo uma abordagem abrangente e detalhada. A coordenação da pesquisa é liderada por duas especialistas: Débora Raiza Carolina Rocha Silva e Nicole Faria Balsa.

O documento destaca a importância cultural e histórica dessa tradição no estado. O objetivo de um dossiê dessa natureza é o de registrar as práticas culturais e religiosas

relacionadas ao Rosário em Minas Gerais, destacando sua importância histórica e social. Segundo o Dossiê Iepha-MG (2024), o Rosário é uma expressão cultural rica que reflete a história e a identidade das comunidades em Minas Gerais. Como atesta o Dossiê,

As celebrações do Rosário, portanto, configuram uma tradição cultural rica, antiga e complexa. Entre os séculos XVIII e XIX, tais festas possibilitaram aos escravizados e pessoas negras livres estabelecer um território cultural de criação de uma identidade coletiva e afirmação de valores africanos a partir da coexistência cultural religiosa com o catolicismo, hegemônico devido ao monopólio da prática religiosa. E, como tal, um espaço de resistência ao cenário de opressão da sociedade estamental e altamente hierarquizada do Brasil colonial. (Minas Gerais, 2024, p. 49)

Mas no que tange ao Dossiê aprovado em 2024, o reconhecimento, por si só, não altera estruturalmente a relação entre o Estado e as comunidades detentoras. A patrimonialização, quando limitada à dimensão legal-burocrática, corre o risco de esvaziar o sentido político do reconhecimento e de manter inalteradas as estruturas de desigualdade que historicamente marginalizam as culturas afro-brasileiras.

É necessário problematizar em que medida esse reconhecimento repercute na vida cotidiana dos congadeiros: quais transformações concretas ele produz? Houve ampla divulgação dos direitos e garantias associados? Existem recursos públicos mobilizados para a execução das ações de salvaguarda previstas? Como evitar que essa política se transforme apenas em um acervo técnico de dossiês e registros, desconectados das realidades dos grupos envolvidos?

Se o registro estadual rompe parcialmente com a invisibilidade histórica dessas manifestações, ele também evidencia o risco da neutralização quando não há continuidade, financiamento e apropriação coletiva dos mecanismos criados. O reconhecimento, quando não acompanhado de políticas participativas e recursos materiais, pode ser reduzido a um gesto de valorização que reforça a exclusão cultural.

Dessa forma, o reconhecimento dos Congados não pode ser interpretado como um ponto de chegada. Trata-se apenas de um ponto de partida. O desafio está em construir políticas efetivas de justiça cultural que promovam a autonomia dos grupos detentores. Enquanto os saberes e práticas das comunidades forem instrumentalizados como objeto de inventário e não reconhecidos como modos legítimos de produção de conhecimento e memória, a patrimonialização continuará operando sob a lógica da domesticação, e não da emancipação.

CAPÍTULO 2

O FÓRUM MINEIRO DE REINADOS E CONGADOS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

2.1. Introdução

Este capítulo examina a implementação, diversidade e impacto sociopolítico do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, estruturando-se em três eixos principais.

No primeiro tópico, é analisado o processo de implementação do Fórum, destacando as estratégias adotadas para garantir ampla participação e representatividade.

No segundo tópico, serão analisadas as falas proferidas durante a mesa de abertura do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, destacando as reflexões dos detentores do bem cultural, líderes comunitários e representantes de instituições públicas.

Por fim, o terceiro tópico discute a participação social e a formulação de políticas públicas para a salvaguarda do patrimônio imaterial, embasado em uma revisão bibliográfica.

2.2. A formação do Fórum Mineiro de Reinados e Congados

A ideia do 1º Fórum Mineiro de Reinados e Congados surgiu a partir da necessidade de criar um espaço para articulação e discussão das políticas públicas especificamente focado nas manifestações de Reinado e Congado em Minas Gerais. A proposta foi idealizada pelo Conselheiro Nacional de Cultura e membro da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido Thaynã Fernandes Araújo Paes, que reconheceu a importância da participação social e de ouvir os detentores do bem para a construção de políticas públicas voltadas para os reinados e congados.

Sendo assim, este movimento nasceu da iniciativa da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, do município de Paula Cândido-MG, e se consolidou como um meio de articulação entre os detentores da tradição, acadêmicos, gestores públicos, lideranças

culturais, representantes do poder público e outros interessados em discutir estratégias de proteção e valorização dessas tradições.

A execução do Fórum foi possibilitada por um projeto aprovado no edital da Lei Aldir Blanc de 2021, na modalidade de Seleção de Propostas para Organizações da Sociedade Civil (OSC), Edital nº 01/2021. Esse edital foi uma medida fundamental para descentralizar o financiamento da cultura e viabilizar iniciativas voltadas à diversidade cultural afro-brasileira, possibilitando que grupos e organizações de diferentes regiões do estado pudessem estruturar suas ações de preservação e fomento cultural.

O edital fazia parte das ações emergenciais do inciso III da Lei nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, que tinha como finalidade apoiar propostas culturais de pessoas jurídicas sem fins lucrativos domiciliadas no estado de Minas Gerais. Com um total de 64 projetos contemplados, cada um recebendo R\$ 140.000,00 em recursos, o edital abrangia diferentes áreas culturais, incluindo Culturas Populares e Tradicionais, Guardas de Congado, Reinado, Culturas Afromineiras e Patrimônio Material e Imaterial – categorias que se alinhavam diretamente com a proposta do Fórum Mineiro de Reinados e Congados e as outras ações que foram implementadas a partir do edital. O edital nº 01/2021 da Lei Aldir Blanc teve grande adesão em Minas Gerais, com um total de 610 propostas enviadas, distribuídas entre 192 municípios do estado, como podemos observar no mapa abaixo.¹² O alto volume de inscrições demonstra a demanda significativa por financiamento cultural.

Na Região Intermediária de Juiz de Fora, foram submetidas 48 propostas, mas apenas 6 foram contempladas, evidenciando a alta concorrência e a seletividade do processo de aprovação. O município de Muriaé teve o maior número de propostas aprovadas na região, com 3 das 9 inscrições contempladas. Em seguida, Paula Cândido e Rio Pomba tiveram uma proposta aprovada cada, assim como Cajuri. No entanto, cidades como Juiz de Fora, Cataguases e Ubá, que registraram um número expressivo de inscrições, não obtiveram aprovação para nenhuma das propostas enviadas.¹³ O projeto aprovado em Paula Cândido

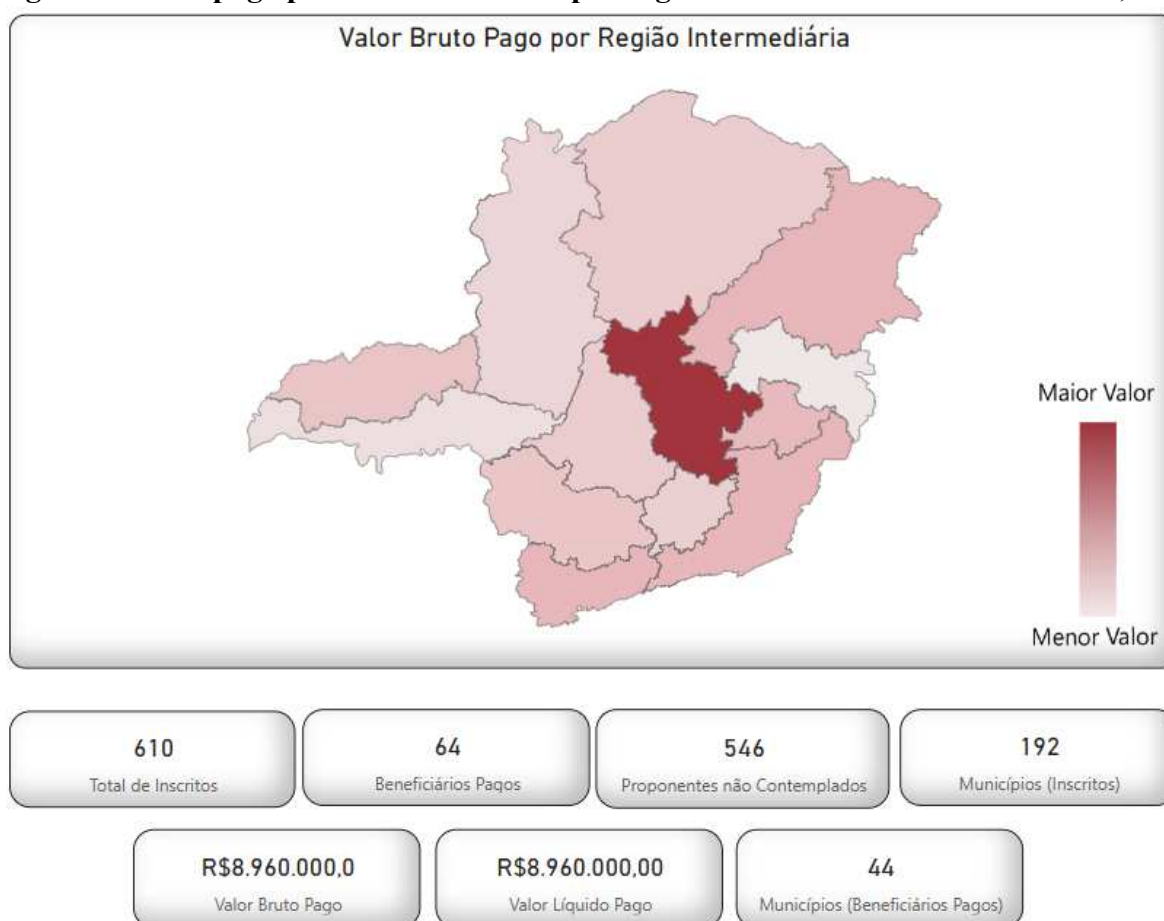
¹² Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. (n.d.). Lei Aldir Blanc - Editais e Documentos. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/relatorio-emergencial/121-editais-e-documentos/lei-aldir-blanc>. Acesso em: 5 abr. 2025.

¹³ Dados do Edital da Lei Aldir Blanc (Edital nº 01/2021) referentes à Região Intermediária de Juiz de Fora: Além Paraíba (3 propostas, nenhuma contemplada), Andreilândia (1 proposta, nenhuma contemplada), Cajuri (1 proposta, 1 contemplada), Carangola (1 proposta, nenhuma contemplada), Cataguases (2 propostas, nenhuma contemplada), Guarani (2 propostas, nenhuma contemplada), Itamarati de Minas (1 proposta, nenhuma contemplada), Juiz de Fora (12 propostas, nenhuma contemplada), Lajinha (1 proposta, nenhuma contemplada), Liberdade (1 proposta, nenhuma contemplada), Lima Duarte (1 proposta, nenhuma contemplada), Muriaé (9 propostas, 3 contempladas), Paula Cândido (2 propostas, 1 contemplada), Rio Pomba (1 proposta, 1 contemplada), Rosário da Limeira (1 proposta, nenhuma contemplada), Santana de Cataguases (1 proposta, nenhuma contemplada), Santos Dumont (2 propostas, nenhuma contemplada), São Geraldo (1 proposta,

destinou-se à realização do Fórum Mineiro de Reinados e Congados e outras ações que serão citadas abaixo, destacando-se como uma das 64 iniciativas selecionadas entre as 610 propostas enviadas em todo o estado.

Na Região Intermediária de Juiz de Fora, onde foram submetidas 48 propostas, mas apenas 6 foram contempladas, o Fórum e as outras ações do projeto que chamamos de microprojetos, emergiu como uma das poucas iniciativas aprovadas, evidenciando sua relevância dentro de um cenário altamente competitivo e sua contribuição para o fortalecimento das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Figura 1. Valor pago pela Lei Aldir Blanc por região intermediária - Minas Gerais, 2021



Fonte: Dados coletados pela autora no site da SECULT-MG

Como citado acima, o projeto aprovado no município de Paula Cândido teve como uma de suas ações a realização do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, mas seu

nenhuma contemplada), São João Nepomuceno (1 proposta, nenhuma contemplada), Ubá (2 propostas, nenhuma contemplada), Viçosa (2 propostas, nenhuma contemplada). Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/relatorio-emergencial/121-editais-e-documentos/lei-aldir-blanc>.

impacto foi ampliado por meio de outras ações voltadas à descentralização dos recursos e fortalecimento das tradições culturais afro-brasileiras. Além do Fórum, os recursos foram destinados a ações estruturantes e de valorização das manifestações culturais locais.

Uma parte dos recursos foi aplicada na reforma da sede da Banda de Congo de Paula Cândido, promovendo melhorias na infraestrutura do espaço utilizado pela comunidade congadeira, e também pelas artesãs da banda para a confecção das indumentárias e estandartes. Outra parcela foi direcionada à produção de indumentárias tradicionais, estandartes e bolsas, confeccionadas por artesãs congadeiras locais, reforçando a valorização da economia criativa e do saber tradicional. Além disso, foram distribuídas cestas básicas de Natal aos integrantes da banda, contribuindo para o fortalecimento do grupo.

O edital também viabilizou a criação de microprojetos voltados à preservação e difusão das culturas afro-mineiras. Entre eles, destaca-se o 1º Prêmio da Cultura Congadeira da Zona da Mata, que contemplou cinco grupos de Congado de diferentes municípios da região. Cada grupo recebeu um apoio financeiro de seis mil reais, além da produção de um vídeo de divulgação, fundamental para a documentação e disseminação das tradições congadeiras.

Outra iniciativa foi o 1º Prêmio Cultura Afro Mineira de Paula Cândido, voltado ao fortalecimento de expressões culturais afro-brasileiras na região. Foram contemplados dois grupos de Capoeira e uma associação quilombola, cada um recebendo um incentivo de cinco mil reais. Assim como no primeiro edital, os projetos contemplados tiveram suas trajetórias registradas em formato audiovisual, garantindo a preservação da memória, a valorização da cultura afrodescendente e o fortalecimento da identidade cultural.

Destacando as ações realizadas por meio do projeto que viabilizou a execução do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, agora será detalhado o processo de implementação do fórum e a origem dessa iniciativa. O objetivo é apresentar as etapas que possibilitaram a sua concretização, desde sua concepção até sua execução, evidenciando os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e o impacto gerado na articulação das políticas públicas voltadas para o patrimônio imaterial dos Reinados e Congados.

A proposta do Fórum nasceu inspirada no modelo do *Fórum Estadual dos Pontos de Cultura*, um espaço consolidado ao longo dos anos como referência na construção de políticas culturais participativas em Minas Gerais. Desde 2007, o Fórum dos Pontos de Cultura tem se configurado como um importante mecanismo de mobilização social, articulação de demandas culturais e diálogo com o poder público, promovendo debates,

diagnósticos e proposições voltadas à valorização da cultura viva e ao fortalecimento das redes comunitárias.

Com base nessa experiência, o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados foi idealizado como um espaço de escuta e participação ativa dos detentores do bem cultural, promovendo um ambiente democrático para discutir políticas públicas voltadas à salvaguarda das tradições congadeiras e dos reinados em Minas Gerais. Assim como o Fórum dos Pontos de Cultura, a iniciativa buscou reunir representantes da sociedade civil, pesquisadores, gestores públicos e mestres da cultura popular, criando um espaço de debate e proposição que pudesse fortalecer o reconhecimento dessas expressões culturais como patrimônio imaterial e direito cultural.

A experiência acumulada pelo *Fórum Estadual dos Pontos de Cultura*, que já realizou oito edições e desempenhou um papel fundamental na articulação das políticas de Cultura Viva em Minas Gerais, serviu de base metodológica para a estruturação do Fórum Mineiro de Reinados e Congados. Elementos como criação de grupos de trabalho temáticos e o encaminhamento de demandas às instâncias governamentais foram incorporados à metodologia do Fórum, garantindo que o evento não se limitasse a um espaço de debate, mas também gerasse impactos concretos na formulação de políticas públicas.

Dessa forma, ao tratar dos Pontos de Cultura, torna-se essencial compreender a *Política Nacional de Cultura Viva* (PNCV), uma vez que essa política constitui a base conceitual e metodológica para a estruturação dessas iniciativas. A PNCV se fundamenta no reconhecimento das manifestações culturais comunitárias e na participação social como elemento central para a formulação de políticas culturais. Assim, compreender essa política é fundamental para entender o impacto do Fórum Mineiro de Reinados e Congados dentro desse contexto. A PNCV representa um dos principais avanços na formulação de políticas públicas voltadas à valorização da diversidade cultural brasileira. Instituída como política pública em 2004, durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, essa iniciativa teve como objetivo “desesconder” o Brasil, ou seja, dar visibilidade às expressões culturais populares, tradicionais e comunitárias que, historicamente, foram marginalizadas dentro do cenário cultural oficial.

Durante a mesa de abertura do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, o então Frei Franklin ressaltou a importância dessa política para o reconhecimento das manifestações culturais em suas múltiplas dimensões, não se restringindo às belas artes ou à herança europeia, mas considerando os modos de vida, as manifestações populares e originárias e até

as práticas culinárias como parte do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Esse pensamento reflete a proposta da Cultura Viva Comunitária, que prioriza o caráter coletivo e a autonomia das comunidades culturais na preservação e transmissão de seus saberes e fazeres.

Outro aspecto relevante abordado pelo Frei Franklin foi a institucionalização da Cultura Viva, que, após anos de mobilização, foi transformada em lei federal em 2014 (Lei nº 13.018/2014). Essa conquista garantiu a inclusão dos Pontos de Cultura como protagonistas na formulação de políticas públicas culturais, ampliando o acesso ao financiamento público e consolidando essa política dentro do Sistema Nacional de Cultura. Em Minas Gerais, a Política Estadual de Cultura Viva foi incorporada à legislação estadual em 2018, reforçando o compromisso do estado com a valorização das expressões culturais de base comunitária.

Frei Franklin também destacou a importância do Fórum Mineiro de Reinados e Congados como um espaço estratégico de articulação entre os grupos culturais, permitindo que as comunidades detentoras dos saberes do Reinado e do Congado pudessem demandar políticas públicas específicas ao Estado e à Nação, considerando as peculiaridades dessas manifestações, que, muitas vezes, são de tradição oral. Esse aspecto é especialmente relevante, pois a burocracia dos editais de financiamento público muitas vezes não contempla as características dessas comunidades, dificultando seu acesso aos recursos culturais. Como alternativa, à Política de Cultura Viva prevê mecanismos mais acessíveis de participação, incluindo gravações orais como forma de inscrição em editais, reconhecendo a oralidade como elemento central das manifestações tradicionais.

Além disso, o Frei Franklin reforçou que a Cultura Viva promove intercâmbios culturais e redes de articulação, permitindo que diferentes grupos compartilhem saberes e ampliem sua visibilidade. Exemplo disso é a Rede Mineira de Pontos de Cultura, que reúne coletivos culturais comunitários e grupos de cultura popular em várias linguagens artísticas.

Dentro desse contexto, o Fórum Mineiro de Reinados e Congados também emerge como um espaço de articulação de um Ponto de Cultura, a Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, evidenciando o impacto positivo da Política de Cultura Viva na consolidação das expressões culturais afro-brasileiras.

Por fim, o Frei Franklin convidou todos os grupos de congadeiros e reinados a se autodeclararem como Pontos de Cultura, tornando-se ainda mais visíveis dentro das políticas públicas culturais. O reconhecimento dessas comunidades como agentes culturais legítimos possibilita maior acesso aos mecanismos de fomento, fortalecimento das redes de apoio e ampliação do impacto da cultura popular na construção de uma política cultural mais

inclusiva e representativa. A fala do Frei Franklin destaca a importância da Cultura Viva como um instrumento de resistência, valorização e fortalecimento das manifestações culturais tradicionais, reafirmando a necessidade de continuar mobilizando grupos e comunidades para que tenham voz ativa na formulação de políticas públicas voltadas à salvaguarda de seu patrimônio cultural imaterial.

Após evidenciar que a origem do Fórum Mineiro de Reinados e Congados está diretamente ligada à experiência dos Fóruns Estaduais dos Pontos de Cultura, é fundamental compreender como essa iniciativa foi implementada e quais estratégias foram adotadas para sua realização. A realização do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados demandou um amplo processo de mobilização, garantindo que as comunidades tradicionais estivessem ativamente envolvidas na construção do evento. Para viabilizar essa articulação e assegurar a capilaridade regional do Fórum, foram selecionados 27 mobilizadores, entre os 48 inscritos responsáveis por promover a participação de diferentes grupos ligados aos Reinados e Congados em Minas Gerais.

A seleção desses mobilizadores ocorreu por meio do Edital 02/2021, lançado pela Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido. O edital teve como objetivo escolher representantes que já possuíssem vínculo com as tradições do Reinado e Congado, garantindo que o processo de mobilização fosse conduzido por agentes comprometidos com as pautas e demandas das comunidades congadeiras. Como critério de elegibilidade, os candidatos deveriam comprovar residência no estado de Minas Gerais e possuir atuação reconhecida dentro das manifestações culturais do Reinado e do Congado.

Os mobilizadores selecionados receberam um auxílio de R\$ 600,00, sendo incumbidos de participar das reuniões preparatórias do Fórum e articular a presença de grupos de sua região. As reuniões ocorreram de forma virtual, utilizando a plataforma Google Meet, permitindo a construção de uma rede colaborativa voltada ao fortalecimento das manifestações congadeiras e reinadeiras.

A participação ativa dos mobilizadores desempenhou um papel fundamental na ampliação da representatividade e diversidade cultural no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, assegurando a presença de grupos de diversas regiões do estado. A seleção desses mobilizadores contemplou 20 municípios, distribuídos por diferentes mesorregiões mineiras, abrangendo o Sul e Sudoeste de Minas (Guapé, Boa Esperança), o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia, Araguari), o Jequitinhonha (Serro), a Zona da Mata (Divinésia, Paula Cândido, Porto Firme, Manhumirim), a Central Mineira (Lagoa da Prata), a Metropolitana de

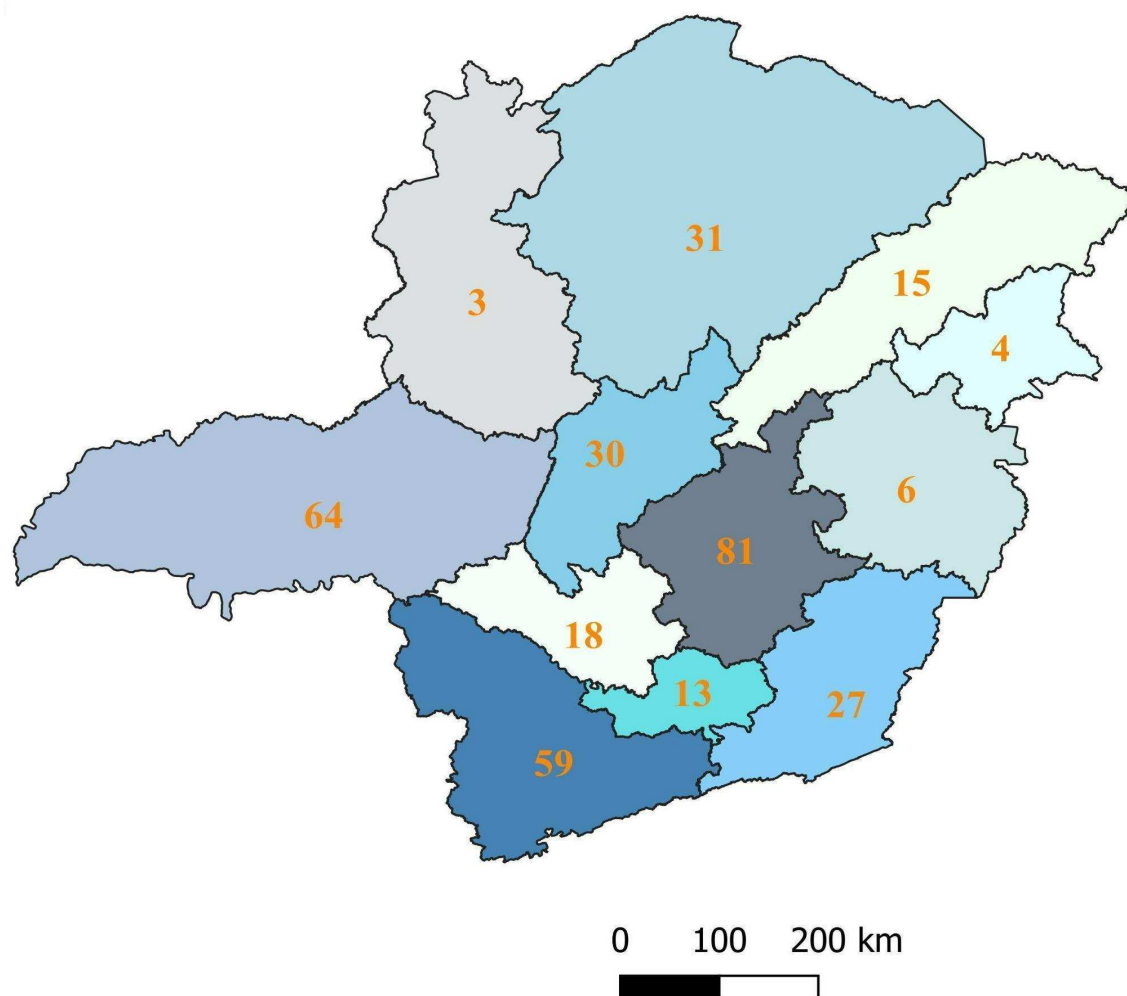
Belo Horizonte (Belo Horizonte, Ibirité, Lagoa Santa, Itabira, Contagem, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Conselheiro Lafaiete, Rio Manso) e o Norte de Minas (Montes Claros).

Apesar dessa ampla cobertura, algumas mesorregiões do estado não tiveram representantes selecionados, como o Noroeste de Minas, Oeste de Minas, Campo das Vertentes, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce. Dessa forma, a descentralização territorial dos mobilizadores contribuiu para que o Fórum refletisse a complexidade e riqueza das manifestações culturais dos Reinados e Congados em Minas Gerais.

Após a realização do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, um dos aspectos mais significativos observados foi a ampla participação dos detentores do bem cultural, evidenciando a representatividade territorial e a diversidade das manifestações congadeiras e reinadeiras no estado de Minas Gerais. O evento contou com a presença de 351 detentores do bem, distribuídos entre as 12 mesorregiões mineiras, demonstrando o caráter abrangente e descentralizado do Fórum. A Região Metropolitana de Belo Horizonte concentrou o maior número de participantes, com 81 detentores, seguida pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (64), Sul e Sudoeste de Minas (59) e Norte de Minas (31). Outras regiões também marcaram presença significativa, como a Central Mineira (30), Zona da Mata (27), Oeste de Minas (18), Jequitinhonha (15) e Campo das Vertentes (13). A participação, ainda que menor, também se estendeu às mesorregiões do Vale do Rio Doce (6), Vale do Mucuri (4) e Noroeste de Minas (3), indicando desafios na mobilização dessas localidades.

A abrangência territorial do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados pode ser visualizada no Mapa abaixo, que ilustra a distribuição geográfica dos 351 detentores do bem cultural e participantes do evento. A imagem evidencia a diversidade regional, destacando as localidades com maior concentração de representantes, bem como as regiões onde a mobilização foi mais desafiadora. Como demonstrado, a Região Metropolitana de Belo Horizonte concentrou o maior número de participantes, enquanto regiões como o Vale do Mucuri e o Noroeste de Minas tiveram menor representatividade. A partir dessa visualização, torna-se possível compreender a capilaridade da mobilização do Fórum e os desafios na descentralização da participação dos detentores do bem, apontando caminhos para um maior alcance em edições futuras.

Figura 3. A capilaridade da mobilização do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados por mesorregião do estado de Minas Gerais

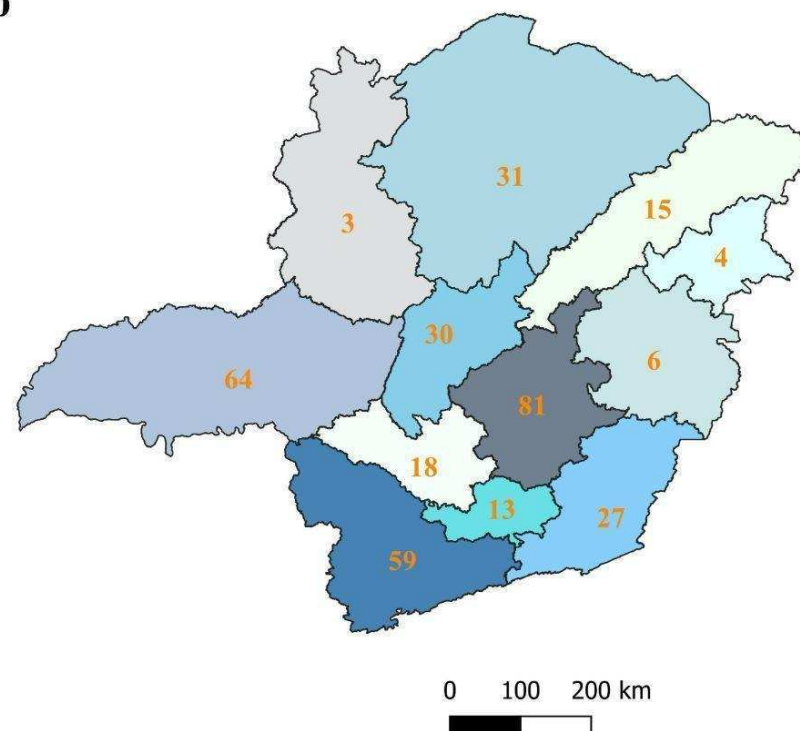


Fonte: Dados coletados pela autora no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados

Figura 4. Participação por Mesorregiões no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados – 351 detentores do Bem Cultural

Participação por Mesorregiões no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados - Total de 351 Detentores do Bem Cultural

	METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - 81 DETENTORES (23%)
	TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA - 64 DETENTORES (18,2%)
	SUL/SUDOESTE DE MINAS - 59 DETENTORES (16,8%)
	NORTE DE MINAS - 31 DETENTORES (8,8%)
	CENTRAL DE MINAS - 30 DETENTORES (8,5%)
	ZONA DA MATA - 27 DETENTORES (7,7%)
	OESTE DE MINAS - 18 DETENTORES (5,1%)
	JEQUITINHONHA - 15 DETENTORES (4,2%)
	CAMPO DAS VERTENTES - 13 DETENTORES (3,7%)
	VALE DO RIO DOCE - 6 DETENTORES (1,6%)
	VALE DO MUCURI - 4 DETENTORES (1,1%)
	NOROESTE DE MINAS - 3 DETENTORES (0,8%)



Fonte: Dados coletados pela autora no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados

No entanto, a representatividade regional do Fórum não foi espontânea, mas sim resultado direto da atuação dos mobilizadores, que desempenharam um papel fundamental na articulação e incentivo à participação dos detentores do bem cultural. A análise comparativa entre os mobilizadores selecionados e os participantes do evento evidencia a relevância da mobilização na representatividade dos grupos culturais. A seguir, é realizada uma comparação entre a distribuição territorial dos mobilizadores e a representatividade das mesorregiões no evento.

Quadro 1. Distribuição territorial dos mobilizadores e representatividade das mesorregiões no evento

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Mesorregião	Mobilizadores Selecionados	Detentores Participantes
Metropolitana de Belo Horizonte	10	81
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	7	64
Sul e Sudoeste de Minas	2	59
Zona da Mata	4	27
Central Mineira	1	30
Norte de Minas	1	31
Jequitinhonha	1	15
Oeste de Minas	0	18
Campo das Vertentes	0	13
Vale do Rio Doce	0	6
Vale do Mucuri	0	4
Noroeste de Minas	0	3

A relação entre mobilizadores, detentores do bem cultural e a participação no Fórum pode ser analisada à luz dos dados do IPHAN (2014), que indicam as mesorregiões com maior e menor incidência histórica do bem cultural dos Reinados e Congados. Segundo o IPHAN, as mesorregiões com maior presença do bem cultural são: Oeste de Minas, Campo das Vertentes, Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Central

Mineira. Já as mesorregiões com menor incidência incluem Vale do Mucuri, Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Jequitinhonha e Sul/Sudoeste de Minas.

Ao comparar esses dados com a participação no Fórum, observa-se que algumas mesorregiões com alta incidência do bem, como a Metropolitana de Belo Horizonte e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tiveram forte presença de detentores do bem cultural (81 e 64, respectivamente). No entanto, o Oeste de Minas e o Campo das Vertentes, que também possuem alta incidência segundo o IPHAN, registraram números mais modestos no evento (18 e 13 detentores, respectivamente), sugerindo que a mobilização nesses territórios poderia ser fortalecida. Por outro lado, algumas regiões com menor incidência do bem, como o Norte de Minas e o Jequitinhonha, apresentaram participação significativa no Fórum (31 e 15 detentores, respectivamente), possivelmente devido à articulação local.

Essas observações sugerem que, embora a incidência histórica do bem seja um fator relevante, a mobilização regional, a infraestrutura e o acesso à informação desempenham um papel fundamental na representatividade do evento. Assim, futuras edições do Fórum devem considerar estratégias para ampliar a participação em regiões onde a incidência do bem é alta, mas a adesão foi baixa, bem como fortalecer o apoio a comunidades que, mesmo com menor incidência, demonstraram grande interesse em participar da construção de políticas públicas para o patrimônio imaterial.

Ficou demonstrada a diversidade de participantes no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados. A seguir, apresento a variação dos tipos de Reinado e a participação de segmentos além do Reinado. Essa abordagem permite compreender melhor a composição dos participantes, identificando padrões, variações regionais e a pluralidade de expressões culturais representadas no evento.

Quadro 2. Distribuição Quantitativa por variação de Reinado – Central Mineira

Variação de Reinado	Nº
Apenas Congo	10
Apenas Moçambique	4
Apenas Marujo/Marujada	4
Congo e Moçambique	6

Congo e Folia de Reis	1
Congo, Caboclo, Moçambique, Folia de Reis, São Sebastião	1
Candombe, Congo, Catopê, Vilão, Caboclo, Cavaleiro de Jorge, Moçambique, Umbanda	1
Congo, Vilão, Moçambique, Marinheiro	1
Congo, Catopê, Moçambique, Marujo	1
Sem grupo formado, mas com intenção de criar	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

O Congo é a tradição mais expressiva, com 10 participantes identificando-se exclusivamente com essa manifestação e um total de 21 participantes (quando combinados com outras variações). O Moçambique aparece em 14 participantes, sendo 4 exclusivamente e um total de 10 participantes (quando combinados com outras variações). O Marujo/Marujada se manifesta em 5 participantes, sendo 4 exclusivamente dessa tradição e 1 combinando-a com outras variações. Há também a presença de múltiplas variações dentro de um mesmo grupo (como Catopê, Folia de Reis, Umbanda, Caboclo, Vilão e Candombe). Um participante não pertence formalmente a um grupo, mas manifestou a intenção de criar uma nova manifestação cultural. 18 participantes se identificaram exclusivamente com uma tradição (Congado, Moçambique ou Marujo), enquanto 12 participantes se reconhecem em mais de uma variação.

Quadro 3. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Central Mineira

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	13
Terreiro	3
Folia de Reis	1
Hip-Hop	1
Movimento Negro	1
Manifestações Tradicionais de Descendência Africana	1
Capoeira	1

Pastoral Afro da Arquidiocese de Mariana	1
Terreiro e Capoeira	1
Pesquisas e Projetos Relacionados à Cultura Africana	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Umbanda	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo	1
Não marcaram nenhum segmento	3

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maioria dos participantes (13) se declarou exclusivamente ligada ao Reinado, sem vinculação com outros segmentos culturais. O Terreiro aparece como o segmento mais recorrente além do Reinado, sendo representado isoladamente ou em combinação com outras expressões. Diversas manifestações afro-brasileiras, como Folia de Reis, Hip-Hop, Movimento Negro e Capoeira, possuem participação igualitária cada, 3 dos participantes não marcaram nenhum segmento.

Quadro 4. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Metropolitana de Belo Horizonte

Variação de Reinado	Nº
Apenas Moçambique	29
Apenas Congo	19
Congo e Moçambique	9
Apenas Caboclo	4
Apenas Candombe	4
Apenas Marujo	3
Candombe e Moçambique	2
Candombe, Congo e Moçambique	2
Congo e Caboclo	1
Moçambique e Folia de Reis	1

Candombe, Congo, Vilão e Moçambique	1
Candombe, Congo, Cavaleiro de Jorge e Moçambique	1
Congo, Moçambique e Folia de Reis	1
Moçambique e Umbanda	1
Candombe e Congo	1
Congo e Catopê	1
Apoio	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

O Moçambique é a tradição mais expressiva, com 29 participantes identificando-se exclusivamente com essa manifestação e um total de 47 participantes quando combinados com outras variações. O Congo aparece em 36 participantes, sendo 19 exclusivamente e 17 combinados com outras variações. O Candombe está presente em 11 participantes, sendo 4 exclusivamente e 7 combinados com outras tradições. O Marujo/Marujada se manifesta em 3 participantes exclusivamente. 1 participante declarou-se apenas como apoio.

Quadro 5. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Metropolitana de Belo Horizonte

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	31
Apenas Terreiro	16
Apenas Folia de Reis	10
Apenas Samba	5
Não marcaram nenhum segmento	6
Samba e Terreiro	2
Capoeira	1
Quadrilha	1

Corporação Musical	1
Grupo de Ação Social do Lar dos Idosos	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Tambor de Crioula	1
Samba, Rap/Pastorinhas/Folias de Reis	1
Samba, Boi da Manta, Capoeira Angola	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Hip-Hop	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Folia de Reis	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo, Hip-Hop	1
Samba, Terreiro, Bloco Leão da Lagoinha e GRES Venda Nova	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Quadro 6. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Triângulo/Alto Paranaíba

Variação de Reinado	Nº
Apenas Congo	25
Apenas Moçambique	17
Congo e Moçambique	9
Apenas Candombe	3
Candombe e Congo	2
Catopê	1
Catopê e Moçambique	1
Congo, Moçambique e Catopê	1
Congo Marinheiro	1
Marinheiro	1
Congo, Catope e Moçambique	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A manifestação com maior incidência é o Congo, com 25 participantes, seguido pelo Moçambique, que conta com 17 participantes. O Candombe aparece representado por três participantes, enquanto o Catopê é mencionado isoladamente por um único participante.

As interseções entre diferentes manifestações culturais também são significativas. A fusão entre Candombe e Congo foi mencionada por dois participantes, enquanto a combinação entre Catopê e Moçambique apareceu em um caso. Já a sobreposição entre Congo e Moçambique se destacou, sendo registrada por nove participantes. Além disso, um caso específico mencionou a vinculação simultânea a Congo, Moçambique e Catopê.

Outras manifestações específicas também foram registradas, como o Congo Marinheiro, citado por um participante, e a tradição do Marinheiro, também mencionada isoladamente em um caso. Por fim, um grupo adicional identificou sua vinculação conjunta a Congo, Catopê e Moçambique.

Quadro 7. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Triângulo/Alto Paranaíba

Variação de Segmento	Nº
Terreiro	20
Apenas Reinado	15
Não preencheram	9
Apenas Candombe	3
Samba e Terreiro	6
Samba	4
Superintendência de Promoção de Igualdade Racial	1
Capoeira	1
Candomblé	1
Samba, Terreiro, Dança Afro	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo	1
Samba, Capoeira, Hip Hop	1

Slam	1
Campeonato de Futebol dos Grupos de Congado de Uberlândia	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

O Terreiro é o segmento com maior incidência, contando com 20 participantes. O Reinado isolado também se faz presente, com 15 participantes que não estão vinculados a outros segmentos culturais. Além disso, nove participantes não preencheram qualquer outro segmento. O Samba aparece de forma isolada com quatro participantes, enquanto sua combinação com o Terreiro ocorre em seis casos. A Capoeira, por sua vez, surge vinculada a diferentes formas de expressão, compondo associações variadas, tais como Samba, Terreiro, Capoeira e Hip-Hop (um participante), Samba, Terreiro e Capoeira com Jongo (um participante) e Samba, Capoeira e Hip-Hop (um participante). Outras combinações menos recorrentes, incluem o vínculo entre Samba, Terreiro e Dança Afro, registrado por um participante, bem como a participação de um indivíduo ligado ao Slam e ao Campeonato de Futebol dos Grupos de Congado de Uberlândia. Além disso, foi identificada a presença de um praticante do Candomblé.

Quadro 8. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Oeste de Minas

Variação de Reinado	Nº
Apenas Moçambique	5
Apenas Congo	5
Congo, Moçambique	2
Catopê	1
Vilão	1
Candombe, Congo, Catope, Vilão, Moçambique	1
Candombe, Congo, Catope, Moçambique	1
Congo, Vilão, Moçambique	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

As variações mais expressivas são o Moçambique e o Congo, ambas registrando cinco participantes cada. A interseção entre essas tradições também se faz presente, com a ocorrência de dois participantes que se identificam com ambas simultaneamente (Congo Moçambique). Outras manifestações ocorrem de maneira mais pontual, como o Catopê e o Vilão, cada um contando com um participante. As expressões aparecem de maneira combinada com outras, como no caso de um participante que se identifica simultaneamente com Candombe, Congo, Catopê e Moçambique e outro que associa sua prática ao Candombe, Congo, Catopê, Vilão e Moçambique. Além disso, há um caso específico de um participante que reúne Congo, Vilão e Moçambique em sua atuação cultural.

Quadro 9. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Oeste de Minas

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	7
Terreiro	5
Folia de Reis	1
Coletivo Negro	1
Umbanda de Candomblé	1
Griô	1
Samba, Capoeira e Hip-Hop	1
Não preencheu	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Predominância do Reinado, com sete participantes que não indicaram vinculação a outras expressões culturais. Terreiro, mencionado por cinco participantes. Além dessas manifestações predominantes, outras expressões culturais aparecem de forma isolada, cada uma registrada por um único participante. Entre elas, destacam-se a Folia de Reis, o Coletivo Negro, a Umbanda de Candomblé e o papel do Griô, que representa a valorização da oralidade e da transmissão de conhecimentos tradicionais. As conexões entre diferentes segmentos também são identificadas, como no caso de um participante que indicou vínculo simultâneo com o Samba, a Capoeira e o Hip-Hop.

Quadro 10. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Jequitinhonha

Variação de Reinado	Nº
Apenas Marujada	5
Apenas Congo	3
Irmandade Homens Preto	2
Catopê	1
Reinado	1
Tamborzeiros e Baiana na Irmandade do Rosário	1
Candombe, Moçambique	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A Marujada se destaca como a principal variação do Reinado na região, sendo mencionada por cinco participantes. O Congado aparece em seguida, com três participantes. Além disso, a Irmandade dos Homens Pretos é mencionada por dois participantes. Outras variações do Reinado ocorrem de maneira mais pontual, cada uma registrada por um único participante. Entre elas, encontram-se o Catope, o Reinado, os Tamborzeiros e Baiana na Irmandade do Rosário, além da associação entre Candombe e Moçambique.

Quadro 11. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Oeste de Minas

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	10
Folia de Reis	1
Capoeira	1
Terreiro	1
Samba, Capoeira e Hip-Hop	1
Não preencheu	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Predominância do ao Reinado, 10 participantes sem associação a outras tradições culturais. Outras manifestações culturais aparecem de maneira mais pontual, cada uma mencionada por um único participante. Entre elas, destacam-se a Folia de Reis, a Capoeira e o Terreiro. Também foi identificado um caso de associação entre múltiplas expressões, com um participante mencionando vínculo simultâneo ao Samba, Capoeira e Hip-Hop.

Quadro 12. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Vale do Mucuri

Variação de Reinado	Nº
Congo	2
Caboclo	2

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Predominância do Congo, mencionado por dois participantes. Além disso, a presença do Caboclo foi registrada por dois participantes.

Quadro 13. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Vale do Mucuri

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	2
Batuque e Folia de Reis	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo e Hip-Hop	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica exclusivamente com o Reinado, sem associação a outras expressões culturais. Um dos participantes indicou vinculação ao Batuque e à Folia de Reis, outro participante se identifica com Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo e Hip-Hop.

Quadro 14. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Norte de Minas

Variação de Reinado	Nº
Catopê	17
Marujo	4
Folia de Reis	4

Catopê, Folia de Reis	2
Caboclo	1
Moçambique	1
Vilão	1
Catopês, Marujos e Caboclos.	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica exclusivamente com o Catopê, 17 participantes. Quatro participantes estão vinculados ao Marujo e quatro à Folia de Reis. Um participante indicou associação ao Caboclo, outro ao Moçambique e outro ao Vilão. Dois participantes se identificam com Catopê e Folia de Reis, enquanto um associa-se a Catopês, Marujos e Caboclos.

Quadro 15. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Norte de Minas

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	18
Não Preencheu	4
Terreiro	3
Folias de Reis	2
Capoeira	1
Samba, Capoeira	1
Festa Folclórica de Agosto	1
Terreiro, Capoeira	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica exclusivamente com o Reinado. Três participantes estão vinculados ao Terreiro, enquanto dois indicaram associação à Folia de Reis. Um participante mencionou vínculo com Capoeira, outro com Samba e Capoeira, e

outro com Festa Folclórica de Agosto. Além disso, quatro participantes não preencheram a informação, e um declarou associação simultânea ao Terreiro e Capoeira.

Quadro 16. Distribuição quantitativa por variação do Reinado – Noroeste de Minas

Variação de Reinado	Nº
Congo	1
Congo, Moçambique	1
Candombe, Moçambique	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Quadro 17. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Noroeste de Minas

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	1
Terreiro	1
Samba, Terreiro, Capoeira, Hip-Hop	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Quadro 18. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Campo das Vertentes

Variação de Reinado	Nº
Congo, Moçambique	4
Moçambique	3
Congo	3
Congo, Catope, Vilão, Moçambique	1
Congo, Catope, Moçambique	1
Candombe, Congo, Moçambique	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica com a variação Congo e Moçambique 4 participantes. Três participantes mencionaram vínculo isolado com o Moçambique, enquanto outros três indicaram associação apenas ao Congo. Além disso, um participante declarou

vinculação simultânea ao Congo, Catope, Vilão e Moçambique, outro ao Congo, Catope e Moçambique, e um terceiro participante se identifica com Candombe, Congo e Moçambique.

Quadro 19. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Campo das Vertentes

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	7
Jongo	2
Grupo Consciência Negra	1
Congado	1
Samba	1
Terreiro, Kandombe	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica exclusivamente com o Reinado. Dois participantes indicaram vínculo com o Jongo, enquanto um participante mencionou associação ao Grupo Consciência Negra, outro ao Congado, um ao Samba e outro ao Terreiro e Kandombe.

Quadro 20. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Sul e Sudeste

Variação de Reinado	Nº
Congo	34
Moçambique	7
Congo, Moçambique	7
Marujo	3
Candombe	2
Marujo, Caboclo	1
Candombe, Congo, Moçambique	1
Catopê, Vilão, Moçambique	1

Congo, Catopê, Vilão, Moçambique	1
Togo	

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica com o Congo, 37 participantes seguido pelo Moçambique e pela combinação Congo e Moçambique, ambos com 7 participantes cada. Além disso, três participantes indicaram vínculo com o Marujo, enquanto dois participantes mencionaram associação ao Candombe. Outras combinações foram registradas de forma isolada, incluindo Marujo e Caboclo, Candombe, Congo e Moçambique, Catopê, Vilão e Moçambique, Congo, Catope, Vilão e Moçambique e Togo, cada uma com um participante.

Quadro 21. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Sul e Sudeste

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	26
Não Preencheram	6
Capoeira	4
Terreiro	4
Samba	3
Folia de Reis	3
Hip-Hop	2
Samba, Terreiro	2
Maracatu	2
Samba, Terreiro, Capoeira	1
Samba, Terreiro, Jongo	1
Terreiro, Hip-Hop	1
Samba, Hip-Hop	1

Samba, Terreiro, Capoeira, Hip-Hop	1
Terreiro, Capoeira, Hip-Hop	1
Jongo	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica exclusivamente com o Reinado 26 indivíduos. Seis participantes não preencheram. Entre os segmentos culturais mencionados, destacam-se Capoeira e Terreiro, cada um com 4 participantes, seguidos pelo Samba, com 3 participantes, e pela Folia de Reis, também com 3 participantes. Outros participantes indicaram combinações de expressões culturais, como Samba, Terreiro e Capoeira 1 participante, Samba, Terreiro e Jongo 1 participante, e Samba, Terreiro, Capoeira e Hip-Hop 1 participante. O Hip-Hop apareceu isoladamente com 2 participantes, além de estar combinado com Terreiro 1 participante e Capoeira e Terreiro, 1 participante. O Jongo e o Maracatu foram mencionados por 1 e 2 participantes, respectivamente.

Quadro 22. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Zona da Mata

Variação de Reinado	Nº
Congo	20
Marujo	3
Candombe	1
Congo, Moçambique	1
Congo, Marujo	1
Não preencheu	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica com o Congo 20 participantes, seguido pelo Marujo, com 3 participantes. Além disso, um participante mencionou vínculo com o Candombe, outro com a combinação Congo e Moçambique, e um terceiro com Congo e Marujo.

Quadro 23. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Zona da Mata

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	16
Não Preencheram	5
Terreiro	4
Capoeira	1
Samba, Capoeira	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A maior parte dos participantes se identifica exclusivamente com o Reinado 16 participantes. Cinco participantes não preencheram informações adicionais. Entre os segmentos culturais mencionados, destaca-se o Terreiro, com 4 participantes. Além disso, um participante indicou vínculo com a Capoeira, e outro mencionou associação simultânea ao Samba e Capoeira.

Quadro 24. Distribuição quantitativa por variação de Reinado – Vale do Rio Doce

Variação de Reinado	Nº
Congo	5
Moçambique	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

Quadro 25. Distribuição quantitativa por segmento além do Reinado – Vale do Rio Doce

Variação de Segmento	Nº
Apenas Reinado	3
Samba	2
Capoeira	1

Fonte: Dados coletados pela autora no Fórum

A diversidade de participantes do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados não se restringiu aos detentores do bem cultural, mas também abrangeu um amplo espectro de atores sociais, incluindo representantes do poder público, pesquisadores, produtores culturais, gestores municipais, movimentos sociais e demais interessados no tema.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a participação institucional incluiu a Prefeitura de Mateus Leme e gestores municipais, demonstrando o interesse do setor público na valorização do Reinado e do Congado. Pesquisadores, historiadores e escritores também marcaram presença, contribuindo com análises acadêmicas. O Fórum recebeu ainda representantes de movimentos sociais e organizações afro-religiosas, como a Reunião Umbandista Mineira (RUIM), o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB) e o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, ampliando o debate sobre identidade e direitos das comunidades tradicionais. Ao todo, 15 atores sociais participaram dessa região.

No Sul e Sudoeste de Minas, a presença institucional contou com o setor de patrimônio da Prefeitura de Lavras. O Fórum também recebeu um interessado no tema, envolvido após o Encontro de Afro-mineiridades em Belo Horizonte, e um representante do grupo de capoeira Camará, destacando a conexão entre o Reinado e outras expressões afro-brasileiras. No total, 3 atores sociais participaram dessa região.

Na Zona da Mata, o evento reuniu representantes de órgãos públicos, como a Secretaria de Cultura e Turismo de Manhuaçu, além de membros dos Conselhos Municipais de Patrimônio Histórico e Cultural de Divinésia e Raul Soares. A participação de pesquisadores e representantes da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo) reforçou a importância da articulação entre a pesquisa acadêmica e os territórios quilombolas. Também estiveram presentes agentes culturais ligados ao Maracatu e ao apoio técnico a políticas públicas para grupos tradicionais. No total, 10 atores sociais participaram dessa região.

Na Central Mineira, o Fórum recebeu a presença de um gestor municipal de patrimônio cultural da Prefeitura de Leandro Ferreira. Além disso, um pesquisador especializado nas festividades de Reinado em Santo Antônio do Monte e Araújo. No total, 2 atores sociais participaram dessa região.

Na região Oeste de Minas, a participação institucional foi representada pela Secretaria de Cultura. No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o Fórum contou com a presença da Diretoria de Igualdade Racial. No Campo das Vertentes, a Secretaria Municipal de Cultura esteve presente, assim como na região do Jequitinhonha, que teve a participação da Secretaria de Cultura de Chapada do Norte. Todas essas regiões tiveram um ator social.

O Fórum também recebeu representantes de outros estados. De São Paulo, esteve presente um pesquisador da Comunidade do Rosário da Penha de França, enquanto do Rio de

Janeiro, o evento contou com um pesquisador vinculado ao Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A colaboração de instituições públicas também foi essencial para a realização do Fórum. O evento contou com o apoio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A presença dessas entidades garantiu um diálogo democrático entre os detentores do bem cultural e os representantes do poder público. Além da participação nos debates gerais, representantes do IPHAN e do Iepha-MG estiveram ativamente inseridos nos Grupos de Trabalho (GTs), que serão detalhados no Capítulo 3.

Com essa diversidade de participantes e o engajamento de importantes instituições, o Fórum foi estruturado para garantir ampla participação, alcançando um público significativo por meio de sua transmissão online. Realizado virtualmente em janeiro de 2022, o evento foi transmitido pelo canal da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário no YouTube, possibilitando um alcance ampliado e acessível, o vídeo atingiu 1.965 visualizações.

O primeiro dia do evento foi dedicado a uma mesa de abertura, onde, detentores do bem cultural, líderes comunitários e representantes de instituições de preservação cultural, como a Rainha Belinha (Rainha Conga do Estado), Capitã Pedrina, Rei Rodolfo (Rei Congo do Estado), representantes do IPHAN e do Iepha-MG, o Secretário de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, Deputado Bosco, presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa, compartilharam reflexões sobre a importância da proteção das tradições de Reinado e Congado.

No segundo dia do Fórum, cujo debate será feito no terceiro capítulo, foram formados dez Grupos de Trabalho (GTs), cada um coordenado por um responsável, com o objetivo de desenvolver propostas concretas para a continuidade e valorização das manifestações culturais de Reinado e Congado. Os GTs abordaram temas específicos, incluindo: Direito ao Intercâmbio Cultural, Patrimônio Cultural, Manutenção das Expressões Culturais, Segurança Alimentar, Afro Mineiridades, Direito aos Locais de Memória, Documentação das Guardas, Manutenção e Promoção do Turismo, Mestres, Mestras e Juventude, além de Gestão Municipal e Parceria dos Reinados e Congados. Cada grupo trabalhou de forma direcionada, propondo ações e estratégias que pudessem ser encaminhadas para entidades governamentais, fortalecendo as tradições e articulando políticas públicas de apoio e preservação.

Ao final do Fórum, um dos principais resultados foi a formalização de propostas e demandas, que foram encaminhadas para entidades como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (Cepct), a Secretaria de Estado de Cultura, a Subsecretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais (Secut-MG), a Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal, a Rede Estadual de Gestores Municipais, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a Câmara Municipal dos mais de cem municípios que foram representados no Fórum. Cujo debate será feito no terceiro capítulo.

Esse esforço coletivo contou com a presença de representantes de mais de uma centena de municípios, entre eles: Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto, Viçosa, entre outros, que juntos fortaleceram a articulação das tradições afro-mineiras no estado.

2.3. Políticas Públicas e Vozes no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados

A realização do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, ocorrido em 21 de janeiro de 2022, marcou um momento de escuta, articulação e reivindicação entre o poder público e as comunidades congadeiras e reinadeiras de Minas Gerais. Promovido como um espaço de encontro entre mestres, mestras, lideranças tradicionais, agentes públicos e representantes institucionais, o evento se constituiu como um território político de construção coletiva, fundamentado na ancestralidade, na oralidade e na prática viva das culturas populares afro-brasileiras.

A mesa de abertura do Fórum reuniu representantes de órgãos estratégicos das esferas municipal, estadual e federal, entre eles o Conselho Estadual de Política Cultural (Consec-MG), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG), a Rede Mineira de Pontos de Cultura, o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir-MG), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Cepct-MG), além de lideranças culturais, religiosas, representantes do movimento negro e o Rei Congo e a Rainha Conga do estado de Minas Gerais.

A escolha dos representantes institucionais refletiu um esforço deliberado para aproximar os congadeiros do poder público, reconhecendo que a elaboração de políticas

públicas culturalmente sensíveis exige o diálogo direto com os sujeitos dos territórios tradicionais. A presença de cada um desses órgãos implicava uma expectativa de articulação, escuta e, sobretudo, de compromisso político com os desafios enfrentados pelas guardas, irmandades e comunidades do Congado mineiro.

O Conselho Estadual de Política Cultural (Consec-MG), por exemplo, possui funções consultivas, propositivas e deliberativas junto à Secult-MG, sendo um espaço central para o acompanhamento e descentralização das políticas culturais em Minas Gerais. Sua participação no Fórum indicava a possibilidade de inserir as demandas dos congadeiros na agenda oficial do Estado.

O Iepha-MG e o IPHAN foram convidados dada a sua responsabilidade na salvaguarda e registro dos bens imateriais, tendo papel fundamental no reconhecimento legal das festas de Reinado e das manifestações associadas ao Congado como patrimônio cultural. A Secult-MG, por meio da apresentação do projeto “Descentra Cultura”, buscou debater novas formas de fomento para as expressões culturais populares, propondo estratégias que respeitassem os modos de organização próprios das comunidades. Já a Rede Mineira de Pontos de Cultura e a Secretaria Municipal de Cultura de Coronel Xavier Chaves apresentaram experiências concretas de políticas públicas em rede e descentralizadas, aproximando-se da realidade dos grupos locais.

A Federação Mineira de Congado, fundada em 1976, enquanto entidade civil e religiosa que representa historicamente as guardas de Nossa Senhora do Rosário no estado, trouxe sua experiência no diálogo com o Estado, principalmente durante a execução da Lei Aldir Blanc. Seu papel no Fórum reafirma a importância das organizações civis na mediação entre cultura popular e poder público.

O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir-MG) e a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Cepct-MG) têm interface direta com a promoção de políticas voltadas aos direitos das populações negras e tradicionais.

O Movimento Negro, representado por Sebastião Estevão, teve no Fórum um espaço para denunciar os efeitos da exclusão racial nas políticas culturais e propor ações de enfrentamento ao racismo estrutural no campo das tradições afro-religiosas. Por sua vez, as falas de mestras e mestres, expressaram as epistemologias vivas do Congado, destacando os saberes ancestrais, a resistência cotidiana e os modos de fazer cultura que escapam à lógica burocrática estatal.

A metodologia do Fórum foi cuidadosamente pensada para refletir a própria dinâmica do Congado, que articula oralidade, musicalidade e espiritualidade em seus rituais. Assim, a cada fala institucional ou comunitária, sucedia-se uma manifestação musical: cantos, toadas e rezas, como forma de invocar proteção espiritual, reconhecer a ancestralidade e reafirmar a centralidade da cultura oral e afro-mineira.

Este tópico propõe uma análise das falas proferidas na mesa de abertura do Fórum, agrupadas em eixos temáticos que evidenciam os tensionamentos históricos entre o estado e os Reinos do Rosário, bem como as proposições das comunidades congadeiras diante das políticas culturais públicas e relatos do cotidiano do Rosário. A abordagem aqui adotada parte do reconhecimento das culturas populares como produtoras de saberes próprios e legítimos, que, ao reivindicarem o direito à política, também produzem modelos alternativos de gestão, e pertencimento territorial. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para o debate acadêmico sobre a construção de um estado verdadeiramente plural, democrático e sensível às epistemologias afro-brasileiras.

Nesse processo de escuta e análise, é fundamental iniciar a reflexão pelas vozes que corporificam as experiências vividas do Congado. As falas dos sujeitos das comunidades expõem os desafios enfrentados, e iluminam os caminhos possíveis para políticas públicas na realidade e na ancestralidade dos territórios. É por isso que se inicia este percurso com o relato de Selma Brígida, cuja vivência como Rainha da Festa do Rosário, em Paula Cândido, revela com profundidade os tensionamentos entre tradição, pertencimento e resistência.

A escolha por apresentar as falas dos mestres, mestras, capitães e rainhas do Congado sem recorrer à validação de autores externos parte de um compromisso ético-metodológico com os regimes próprios de produção e transmissão de saberes dessas comunidades. Trata-se de reconhecer que essas falas não são fontes auxiliares, mas epistemologias plenas, saberes enraizados na oralidade, na experiência e na espiritualidade afro-brasileira. Assim como propõe a noção de escrevivência, cunhada por Conceição Evaristo (2016), essa escrita nasce da vida e da escuta, e parte da transcrição da oralidade ancestral para o texto, sem que isso implique em subordinar tais saberes às exigências do cânone acadêmico. Este tópico reivindica, portanto, o direito de que a palavra falada no terreiro, na festa, na roda e no tambor, seja reconhecida como teoria, como pensamento e como política.

2.5. Palavras de Rainhas do Rosário

O relato de Selma Brígida, Rainha da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Paula Cândido no ano de 2013, carrega dimensões fundamentais para a compreensão dos tensionamentos que atravessam os Reinos do Rosário em Minas Gerais. Sua experiência expõe como o racismo estrutural, muitas vezes velado, se expressa dentro de práticas que, embora nascidas da tradição negra, foram apropriadas por setores brancos ao longo do tempo.

Ao aceitar o convite para organizar a festa, Selma descobriu que fazia cerca de 150 anos desde que um casal negro havia assumido a coroa. A festa, que historicamente era conduzida por pessoas negras ligadas às irmandades do Rosário, havia sido gradualmente tomada por uma lógica elitista “uma festa de branco”, como ela mesma relata, organizada por fazendeiros e famílias tradicionais com maior poder aquisitivo. Em suas palavras: “Fazia cerca de 150 anos desde que o último casal negro havia organizado a festa, que se transformara numa celebração de branco, onde apenas fazendeiros ricos assumiam a coroa.”

(Selma Brígida, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Selma aceitou o desafio sem imaginar que aquela festa se tornaria também uma jornada espiritual e pessoal. Em janeiro de 2012, após ser convidada, sofreu um trauma vascular, e em julho perdeu o braço esquerdo. Nossa Senhora do Rosário tornou-se, então, sua fonte de força, renovando sua fé e sustentando seu processo de cura.

Documentos do Acervo da Casa de Cultura de Paula Cândido, em especial a Cronologia dos Reis e da Festa do Rosário (Anexo 3 deste trabalho), revelam esse histórico de exclusão racial: entre 1853 e 1889, os reis e rainhas da festa eram escravizados; entre 1890 e 1902, eram os âmagos dos senhores; e de 1903 a 2012, famílias tradicionais da cidade, todas brancas, ocuparam o posto. As fotos abaixo são reveladoras desse embranquecimento.

Figura 23. Rei, Rainha e Criadas na 104ª Festa do Rosário de Paula Cândido, 1956



Fonte: Acervo Casa da Cultura Padre Mendes de Paula Cândido

Figura 24. Rei, Rainha, Príncipe e Princesa na 125ª Festa do Rosário de Paula Cândido, 1977



Fonte: Acervo da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, Paulo Cândido-MG.

Figura 25. Rei, Rainha, Príncipe e Princesa e criadas na 132ª Festa do Rosário de Paula Cândido, 1984



Fonte: Acervo Casa da Cultura

Figura 26. Rei, Rainha, Príncipe e Princesa na 154ª Festa do Rosário de Paula Cândido, 2006



Fonte: Acervo Casa da Cultura

Figura 27. Rei, Rainha, pessoas que seguram guarda chuva e os congadeiros fazendo a guarda, na 147ª Festa do Rosário de Paula Cândido, 1999



Fonte: Acervo Casa da Cultura

Em 2013, ao se tornar Rainha do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, Selma quebrou essa lógica excludente, desafiando a naturalização da apropriação branca de uma celebração de matriz africana. Mas essa ruptura teve um custo. Como relatado por Selma no Fórum, ela foi alvo de comentários pejorativos como “preta metida” e ironias como “vai servir mingau de couve?”. Muitos duvidavam de sua fé e de sua capacidade de organizar a celebração. Observando as rainhas anteriores, que vestiam trajes luxuosos e confeccionados com tecidos caros, Selma optou por um caminho simbólico e político: vestiu-se de algodão cru, em homenagem à simplicidade das personagens históricas da tradição. Rememorando a época em que as escravas usavam vestidos emprestados pelas patroas “vestidos tão grandes que cabiam sete criadas”, ela reverteu esse símbolo em um gesto de resistência. (Rainha Selma, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Nesse sentido, sua escolha estética se converteu em um posicionamento político: reafirmar a humildade, o pertencimento e a ancestralidade. A festa da Rainha Selma se alinhou ao princípio que, como nos lembra Capitã Pedrina, é um dos fundamentos do Reinado: a humildade. No livro *Meu Rosário, Minha Guia*, a autora denuncia uma lógica semelhante vivida em sua cidade, Oliveira:

O que mais está desagradando a santa é a apropriação incisiva que a elite da cidade exerce sobre os rituais reinadeiros, uma colonização brutal que opera nas sutilezas dos detalhes. [...] As roupas dos reis e rainhas [...] estão cada vez mais europeizadas, mobilizando uma economia de debutantes na cidade.” (Santos, 2022, p. 69)

Em sua fala no Fórum, Pedrina ainda reforçou: “As mudanças que Selma fez na festa foram fundamentais para que o povo comece a entender que a festa é dos negros. Não é que estou discriminando os brancos, não, mas foram os negros que idealizaram essa festa.” (Capitã Pedrina dos Santos, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022) A seguir, uma fotografia do Rei, Rainha e criadas da rainha Selma, na Festa do Rosário de Paula Cândido-MG em 2013:

Figura 28 -Rei e Rainha e as criadas da Selma, na 161º Festa do Rosário de Paula Cândido, 2013



Fonte: Acervo Casa da Cultura padre Mendes de Paula Cândido

A resistência também se expressou na música. Selma solicitou à banda que tocasse músicas africanas. A resposta foi negativa: disseram-lhe que a tradição da festa era tocar hinos católicos e músicas de futebol. Mesmo diante da recusa e do valor cobrado acima do comum, ela aceitou a presença da banda, mas sem ceder naquilo que acreditava ser central: reafirmar os ritmos da ancestralidade negra como parte legítima da celebração.

A religiosidade popular foi, mais uma vez, motor de resistência e solidariedade. Com o apoio do padre João, que defendia uma festa mais inclusiva, Selma rompeu com a prática de distribuir convites seletivos para o almoço com a rainha. Diferentemente do que muitos previam, não serviu mingau de couve, mas sim uma refeição tradicional de Festa do Rosário completa: tutu, pernil, salpicão, macarronada, maionese - garantido com a mobilização da comunidade por meio de rifas, bingos, doações e mutirões. E o mais importante: o portão foi aberto para todos. Como disse o Rei Congo do estado de Minas Gerais, Rei Rodolfo, no Fórum Mineiro de Reinados e Congados: “O povo que faz festa, o povo que mata fome. Nosso povo mata a fome de muita gente, porque na mesa do Reinado come do rico ao pobre.” (Rei Rodolfo, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Mesmo criticada, inclusive por decidir que o reinado sairia descalço, ela seguiu com firmeza. Como nos lembra Pedrina, foram justamente os pretos velhos kandombeiros — “de pés descalços e roupas rotas” que sensibilizaram a santa a sair do mar. (Santos, 2022, p. 69) Selma seguiu com sua fé em Nossa Senhora do Rosário, que a sustentou num momento crítico de saúde, também moveu sua prática organizacional. Sua escolha por trajes simples e acesso universal ao almoço transformou a festa em um símbolo de reconexão com a base popular da tradição reinadeira. Conseguiu, inclusive, montar cestas básicas com as doações excedentes.

Ao final de sua fala, Selma deixou uma pergunta que resume sua postura crítica e restauradora: “Se Nossa Senhora do Rosário saiu do rio porque ouviu um batuque, por que vou cantar valsa?” Essa frase sintetiza a crítica ao embranquecimento da festa e afirma a urgência de reconectá-la às suas origens negras. Sua fala é uma proposição ética, política de retomada. Ela deixa um recado para quem nunca foi rainha: a festa é possível, desde que feita com entrega, humildade e fé. Mas certamente, a festa de Paula Cândido ainda enfrenta desafios no que tange ao embranquecimento dos Reis, Rainhas e Criados, como se nota na foto mais recente da celebração.

Figura 29. Rei e Rainha e os criados, na 171ª Festa do Rosário de Paula Cândido, 2023



Fonte: Acervo Casa da Cultura padre Mendes de Paula Cândido

A fala da Rainha Belinha, Rainha Congo do Estado Maior de Minas Gerais, trouxe um testemunho que conversa diretamente com o que foi dito por Selma. Ela reafirmou que a festa é feita pelo povo e para o povo e que é justamente essa simplicidade, esse pertencimento, que forma a alma do Reinado. Ela começou lembrando com carinho de uma cena da infância: a mãe, de saia plissada preta e blusa rosa, esperando o irmão mais novo com uma lata de lavagem de vinte litros na cabeça, enquanto ela, ainda pequena, carregava a sua de dois litros. Tudo para engordar o porco da festa do Rosário. “Desde os cinco anos eu já trabalhava para Nossa Senhora.” (Rainha Belinha, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Essa lembrança é a memória de quem cresceu dentro da festa e mostra como o Rosário vai se fazendo nas ações simples do dia a dia, no cuidado passado entre gerações, especialmente pelas mãos das mulheres negras, mães, filhas, tias, avós que sustentam a base da tradição. Com firmeza, Belinha fez um alerta direto sobre o que pode ferir a essência da festa: “Não misturar dinheiro de verba nas camisas dos dançantes logomarca.” E completou: “Tudo que a gente faz pra Nossa Senhora do Rosário é cheio de ouro. É o nosso gostar, é o nosso fazer.” (Rainha Belinha, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Ela critica com clareza a tentativa de enfeitar a festa com coisas que não pertencem a ela. Não se trata só de estética, mas de sentido. O que vem de fora patrocínio, marca, ostentação não pode tirar o lugar do carinho, da fé e da história viva que cada dançante carrega no corpo. No meio da fala, ela canta um trecho que resume sua visão do Rosário: “Ô Angola, ô Guiné, ô Angola, ô Guiné / o Rosário é paz e harmonia, união e muita fé.” O canto atravessa toda a fala de Belinha. É como se, pra ela, não houvesse separação entre o que se fala e o que se canta. É tudo uma coisa só: “Eu tô gostando desse Fórum porque aqui a gente pode cantar e falar ao mesmo tempo.” (Rainha Belinha, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

E para Selma, deixou uma fala direta: “Quando as pessoas ficam falando muito... se cachorro não latir, ele não paga nem a ração que ele come.” Belinha encerra cantando mais uma vez: “Foi na beira do mar que o negro chorou / ao ver Nossa Senhora saindo das águas, coberta de flor.” (Rainha Belinha, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

2.5. Diálogo com o Estado e entraves burocráticos

A fala do Secretário Estadual de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, durante o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, realizado em 21 de janeiro de 2022, se constitui como uma peça emblemática no que tange à tentativa do Estado de se apresentar como aliado das culturas populares. Leônidas não inicia sua fala apenas como gestor, mas como alguém afetivamente vinculado ao Congado. O fato de sua mãe ter sido rainha do Congado, e de ele mesmo ter crescido entre costuras e preparativos para as festas, é apresentado como uma credencial que lhe dá legitimidade para se colocar no evento como alguém que “conhece de dentro” essa tradição. (Leônidas Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

É nesse contexto que a proposta do PL Descentra, Projeto de Lei nº 2.976/2021, posteriormente transformado na Lei Estadual nº 24.462/2023, ganha relevo. Apresentada como uma política inovadora, a proposta visa reconhecer as culturas tradicionais como “projetos em si mesmas”, dispensando a necessidade de formatação burocrática para que acessem os recursos. “Como exigir que um congadeiro escreva um projeto?”, questiona Leônidas. Para ele, exigir que as comunidades realizem projetos formais para obter financiamento é desconsiderar a essência dessas manifestações, já que o próprio Congado é

um projeto vivo, uma tradição centenária e uma expressão de vida. O PL Descentra, segundo ele, busca eliminar essa burocracia e permitir que os recursos cheguem diretamente às comunidades, sem as formalidades que frequentemente limitam o acesso, especialmente no caso das culturas populares.

Esse questionamento, ao mesmo tempo em que denuncia o abismo entre a linguagem do Estado e a dos territórios tradicionais, revela também a limitação histórica do poder público em construir políticas sob medida para essas realidades. A resposta institucional oferecida, um projeto que visa “eliminar burocracias” ainda carece de concretude. E mais: até que ponto essas propostas, formuladas em gabinetes, dialogam de fato com as lideranças das guardas e irmandades? E, sobretudo, até que ponto são realmente acessíveis e desburocratizadas como se propõe?

A própria experiência da Lei Aldir Blanc - 2020, mencionada por Leônidas como inspiração para o Descentra, demonstrou as dificuldades encontradas pelas comunidades tradicionais e povos originários no acesso aos recursos. Os editais lançados em Minas Gerais da Política Nacional Aldir Blanc no ano de 2024, sob a nova Lei Federal nº 14.903/2024 conhecida como Marco Regulatório do Fomento à Cultura, mostram que, embora a plataforma de inscrição estadual intitulada “Descentra” tenha avanços, ela ainda está longe do ideal. É menos burocrática, sim, mas permanece inacessível para muitos grupos. Caso não existisse a Lei Federal, o Descentra poderia até se destacar como uma inovação. Mas sabemos que uma lei por si só não resolve: é preciso garantir a escuta, o acompanhamento e o compromisso com os territórios.

Leônidas também destacou a importância do Congado como uma das maiores expressões culturais de Minas Gerais. Ele lembrou que o Congado e a Festa do Reinado apresentam uma distribuição territorial diversa e particularidades estéticas regionais que os tornam manifestações amplamente representativas da identidade mineira. Além disso, enfatizou a ligação intrínseca entre o Congado e a cozinha mineira, explicando que a mesa farta é parte integrante das festividades congadeiras. A partilha do alimento, segundo ele, simboliza o afeto, a comunidade e a espiritualidade. Não por acaso, no Fórum, Leônidas anunciou a proposta da Cozinha Mineira como patrimônio, e em 5 de julho de 2023, a Cozinha Mineira foi oficialmente declarada Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. (Leônidas Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Por fim, o Secretário menciona que empresas abrirão editais, através da lei de incentivo fiscal, com o tema da mineiridade e convida os Pontos de Cultura a se prepararem

para o desafio de aproximar a cultura tradicional a um universo competitivo, marcado por editais e concorrência. No entanto, sabe-se que frequentemente só conseguem acessar tais patrocínios aqueles que dominam a burocracia e mantêm conexões políticas. A fala de Leônidas encerra com um reforço simbólico importante, ao destacar o lugar do Congado como patrimônio cultural e como símbolo da identidade mineira, mas deixa sem resposta uma pergunta central: quais recursos efetivos chegam de fato à base? E como são acessados por quem sustenta, no cotidiano, essa tradição?

O discurso do Secretário Leônidas revela os limites e as contradições da atuação do Estado frente às culturas populares: por um lado, há um esforço de reconhecimento simbólico, com elogios à importância do Congado e promessas de políticas inclusivas; por outro, persiste a ausência de ações efetivas que garantam o acesso real aos direitos culturais pelas comunidades. Trata-se de uma fala que busca se posicionar como aliada, demonstrando sensibilidade e intenção de aproximação. No entanto, sua fala será confrontada nas falas seguintes, que denunciam com clareza a distância concreta entre os compromissos assumidos nas esferas institucionais e as dificuldades vividas nos territórios. Assim, o Fórum se configura como um espaço de escuta, mas também de cobrança por coerência entre discurso e prática.

Neste mesmo tom, a fala do Deputado Bosco, presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), reforça essa tentativa do poder público de se alinhar às pautas das culturas populares, com especial atenção ao trabalho feito por ele no poder legislativo. Ele iniciou sua participação com um “Salve Maria” e, em seguida, contextualizou sua fala ao abordar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o setor cultural. Bosco lembrou que a cultura foi um dos primeiros campos a ser atingido pela crise sanitária e econômica, com efeitos devastadores especialmente sobre os grupos de base. O parlamentar destacou os avanços obtidos nesse período, em especial a implementação da Lei Aldir Blanc, que ofereceu algum alívio emergencial ao setor. No entanto, reconheceu, em consonância com a fala de Leônidas, os entraves enfrentados para que os recursos chegassem, de fato, às comunidades. Nesse contexto, elogiou a realização do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, apresentado como um exemplo positivo de execução da lei em Minas Gerais, sobretudo por sua capacidade de escuta e articulação com os territórios. (Deputado Bosco, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Ao final de sua fala, Bosco endossou a proposta de Leônidas sobre a necessidade de aprimorar o programa Descentra Cultura. Para ele, descentralizar os recursos e garantir que

eles cheguem aos locais onde a cultura realmente acontece, nas comunidades e no interior do estado, é o principal desafio. Sua fala se soma, assim, ao discurso institucional de reconhecimento e tentativa de reparação histórica, especialmente no tocante à valorização das culturas populares como campo legítimo de direitos. (Deputado Bosco, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Contudo, como veremos nas falas seguintes, essa narrativa de escuta e apoio será tensionada por lideranças comunitárias que, embora ouvidas, continuam enfrentando os mesmos entraves estruturais: burocracia, desigualdade no acesso e precariedade na distribuição dos recursos. É válido ressaltar, inclusive, que o Fórum não conseguiu agendar com o Deputado Bosco a devolutiva da Carta construída coletivamente durante o evento. Tal ausência evidencia os limites da escuta promovida pelo Estado e reforça a percepção de que, muitas vezes, a participação é acolhida mais como rito institucional do que como um compromisso com a efetivação de direitos.

É justamente a partir dessa frustração com o distanciamento entre o discurso oficial e a realidade das bases que se destaca a fala do Capitão Dirceu, representante da Federação dos Congados de Nossa Senhora do Rosário do estado de Minas Gerais. Antes de iniciar sua fala, Dirceu pediu a bênção aos mais velhos, gesto que reafirma os códigos de respeito e hierarquia próprios da tradição congadeira.

Para contextualizar a importância da sua contribuição, é importante apresentar brevemente o papel da instituição que ele representa. Segundo o *Dicionário da Religiosidade Popular* (Poel, 2012), a Federação dos Congados de Nossa Senhora do Rosário do estado de Minas Gerais, também conhecida como Federação das Guardas de Nossa Senhora do Rosário do Estado de Minas, é uma entidade civil de caráter religioso e privado, fundada em 1976, em Belo Horizonte. Sua criação deu continuidade à antiga Associação dos Congados de Nossa Senhora do Rosário de Minas Gerais (1954). A Federação atua na defesa das guardas e congadeiros mineiros, promovendo seu desenvolvimento moral, cultural, intelectual e espiritual. Além disso, busca recursos junto a órgãos públicos e privados para garantir a valorização e sobrevivência do Reinado e da cultura popular brasileira.

Foi desse lugar, que Dirceu expôs as contradições enfrentadas no cotidiano. Denunciou a precariedade da própria estrutura da Federação em Belo Horizonte. Ainda que esteja fisicamente próxima das irmandades, afirmou sentir-se distante. E, ao ouvir os projetos apresentados pelo Secretário Leônidas, reforçou: “Estamos perto, mas ao mesmo tempo distantes”. Essa percepção de distância entre os anúncios de políticas e a realidade concreta é,

para Dirceu, estrutural e não geográfica. Ele chamou atenção para o impacto das mudanças de governo, que frequentemente trazem novas diretrizes e exigências formais, deixando as comunidades em constante defasagem. Citou também o número divulgado pelo IEPHA sobre os grupos de Congado cadastrados - cerca de 600, afirmando que o número real pode ser até dez vezes maior, o que evidencia a ausência de diagnósticos consistentes sobre o campo da cultura popular. (Capitão Dirceu, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022) Essa crítica dialoga diretamente com a fala de Débora, representante do Iepha-MG no Fórum, que durante sua fala reconheceu que "o número é bastante pequeno em relação à quantidade que existe em Minas", e que, por isso, seria necessário ampliar a participação dos grupos no processo de cadastramento.

Nesse contexto, a proposta do Descentra Cultura surge como promessa, mas também como desafio. Dirceu destacou que o problema não está na ausência de editais, mas nas barreiras burocráticas que impedem o acesso real aos recursos. “Somos um povo que vive e respira cultura, mas quando chega o auxílio, não conseguimos acessar.” Para ele, descentralizar os recursos não basta: é preciso também educar, formar e preparar as comunidades para que possam acessar os fomentos culturais em igualdade de condições. Sua fala introduz um ponto essencial para o debate sobre políticas públicas: a urgência de incorporar mediações pedagógicas nos processos de fomento, que considerem os modos próprios de organização das culturas populares. Dirceu defende que o próprio Fórum se constitua como espaço de formação e capacitação. O acesso aos recursos, conclui, deve ser mais simples, direto e coerente com as dinâmicas da tradição congadeira. Caso contrário, o ciclo de exclusão tende a se repetir agora com novas roupagens institucionais. (Capitão Dirceu, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Levando em consideração a fala do Capitão Dirceu que - mesmo estando na capital Belo Horizonte, afirmou sentir-se distante do Estado -, a fala do Capitão Tales, do Congo Real do Triângulo Mineiro, conversa com esse pensamento e traz à tona as desigualdades que atravessam o território mineiro. Ao afirmar: “Se o pessoal da capital está com dificuldade, imagina nós aqui, no cantinho de Minas Gerais, no fim de Minas Gerais”. Seu relato reforça o que Dirceu já havia apontado, mas a partir de uma outra margem: quanto mais longe dos centros políticos, mais difícil o acesso a recursos e políticas públicas. (Capitão Tales, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Essa percepção reforça a necessidade de que o Fórum funcione também como espaço formativo. Se a exclusão é estrutural e atinge tanto centros quanto o interior, é urgente

construir caminhos para que todas as comunidades acessem os fomentos culturais com autonomia. A resposta da Rainha Belinha, Rainha Conga do estado de Minas Gerais, para o Capitão Tales, vem com a sabedoria de quem conhece a realidade: “A dificuldade dele é a mesma que a minha. A nossa andança pra lá e pra cá mostra isso. Nossas coisas são com dificuldade mesmo.” Em outro momento, ela reforça o sentido de sua missão:

Quero ver essa moçada trabalhar mesmo. Onde eu tiver que ir, eu vou. O que eu tiver que fazer, eu vou fazer. Tenho isso na minha mente: que eu nasci pra isso. Eu tenho esse privilégio de ser uma rainha do Congo de Nossa Senhora. De fazer com que a palavra daqueles que vieram antes seja fincada, forçada, amarrada, composta e realizada. Pois é isso que temos que fazer: passar por cima de preconceitos. (Rainha Belinha, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A esse debate, soma-se a fala do Capitão Eduardo, da Guarda de Illicínea, que propõe um caminho de troca entre territórios. Ao afirmar que “nós, do interior, podemos aprender com o pessoal da capital e vice-versa”, ele sugere que o fortalecimento das comunidades congadeiras pode vir também do diálogo entre diferentes regiões, reconhecendo e valorizando os saberes de cada uma. (Capitão Eduardo, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Ao reunir o relato desses detentores do bem, observa-se que as dificuldades de acesso aos recursos não são exclusividade do interior ou da capital: elas atravessam o estado inteiro. É preciso ir além do discurso da descentralização e construir estratégias que garantam o acesso efetivo aos direitos culturais.

Isso envolve, sim, oferecer formação e capacitação aos congadeiros que desejam se organizar e disputar editais. Mas também é preciso reconhecer que há mestres e mestras que não precisam de “capacitação”. Seu saber está na existência e na prática cotidiana de sua cultura. O que esses mestres necessitam não é aprender a fazer, mas poder expressar o que já sabem com tranquilidade, dignidade e apoio público. Vale mencionar também, que o estado deveria cumprir o seu dever de propor editais menos burocráticos, com o intuito de aproximar seus benefícios dos objetivos para os quais são criados.

É a partir dessa urgência de expressar o saber que se abre espaço para a fala de Sebastião Estevão, conhecido como “Farinhada”, liderança dos movimentos populares na Zona da Mata e voz atuante na defesa das culturas tradicionais. Sua intervenção se constitui como uma crítica à lógica da “política de favor”. Para ele, o acesso aos recursos públicos não deve ser uma concessão, mas um direito garantido. “A ideia do Fórum é essa: construir política pública”, afirma. E completa: “A ação da cultura tem que ser política, porque se o secretário sair, o trabalho tem que continuar.” Em outras palavras, as garantias culturais não

podem depender da permanência de gestores, mas sim de uma estrutura legal sólida e contínua. (Sebastião Farinhada, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Farinhada também denuncia a burocracia como um dos principais entraves ao acesso aos recursos. “O que mais dificulta é a prestação de contas. Alguns grupos não conseguem cumprir essa burocracia.” Segundo ele, o processo se torna excludente e humilhante para mestres e mestras que sustentam há décadas as tradições. Essa crítica vem de encontro com a fala do Secretário Leônidas, que questiona como se pode exigir que um congadeiro escreva um projeto formal, se o Congado em si já é um projeto vivo. No entanto, na prática, a exigência permanece e muitos grupos, com CNPJs ou CPFs inadimplentes por não conseguirem concluir prestações de contas, acabam ainda mais distantes das políticas públicas. Ao discutir a fragilidade institucional da cultura nos municípios, ele observa que muitas secretarias seguem vinculadas à educação e sequer possuem orçamento próprio. E propõe: “Política pública tem que ser gerada e gestada por nós.” (Sebastião Farinhada, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Em outra frente, Farinhada pergunta: “Por que não podemos ensinar nossas culturas na escola?” referindo-se à inserção da cultura tradicional nos currículos como forma de educação patrimonial e antirracista. “Para isso, e para acabar com o preconceito, precisamos de dinheiro”, afirma. “Política pública é recurso, e ele precisa chegar. Nossos contadores de histórias, mestres, estão abandonados.” A fala atinge um ponto sensível ao trazer o relato de um mestre congadeiro que, desde um desastre ambiental em 2015, não tem mais sua sanfona: “Ela ficou enterrada debaixo da lama.” O direito de existir e expressar sua tradição foi soterrado junto ao instrumento. Ele ainda alerta sobre os riscos de uma política baseada apenas em repasse de verba sem planejamento. “Se a gente chega no território falando só de dinheiro, o dinheiro pode ser solução, mas também pode ser problema, quando não está no planejamento, quando não tem função.” (Sebastião Farinhada, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Por fim, retoma uma crítica já apontada por Dirceu: é preciso que a política seja garantida por lei e não dependa da boa vontade de governos. “Se amanhã mudar o governo, a política precisa estar assegurada.” Farinhada encerra sua fala com uma proposta concreta: sugeriu ao deputado Bosco a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa, com a presença dos mestres, para que eles sejam ouvidos. E finaliza com a síntese de sua concepção: “Política cultural é quando se parte da necessidade e ela vai ser contemplada no território, independente de gestor ou político.” Para ele, a política cultural não pode se

restringir à valorização simbólica. Ela deve garantir o básico: alimentação, dignidade e continuidade. “Nosso Reinado precisa comer comida sem veneno.” Seu chamado é direto e urgente, é por meio da vida concreta que se sustenta a existência do Congado. (Sebastião Farinhada, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

É nesse chamado à dignidade como base para a existência cultural que a fala da Iyalorista Meli encontra seu lugar. Representando o Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte e o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais, Meli amplia a crítica já enunciada por Farinhada, ao reafirmar que “a questão da garantia de alimentação é muito séria, pois se não tem essa garantia alimentar a saúde vai embora”. Com um “Salve Maria” e saudando o dia de Oxalá “peço a benção a quem é de benção e quero enviar minha benção neste dia de Oxalá, na sexta cultivamos o branco a paz a harmonia e a tranquilidade e também cumprimentar a todos e saudar a juventude”. Meli inicia sua fala contando: “Sempre choro nas festas de Reinado quando vejo a mesa farta. Broa, café, pão, quitandas... e depois aquele almoço maravilhoso. Isso é dádiva de São Benedito e das nossas cozinheiras.” (Iyalorista Meli, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Para Meli, a fartura que emociona nas festas nem sempre é garantida: ela depende da solidariedade e da colaboração das comunidades. E, quando há notícia da chegada de recursos, a expectativa é alta, mas raramente alcança a todos. “Aqui em BH, nem todos receberam. Imagine no interior, onde o acesso é ainda mais difícil.” Meli denuncia que são os povos mais simples, os mais distantes dos centros políticos, que continuam esquecidos nas políticas públicas. Para ela, garantir a segurança alimentar é parte central da política cultural. Sem comida, não tem Congado, não tem saúde, não tem celebração. Ela encerra sua fala com um canto de gratidão às cozinheiras, aquelas que, silenciosamente, sustentam o Reinado pelo trabalho coletivo da cozinha. (Iyalorista Meli, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A fala do Capitão Adriano, representante do Conselho Estadual de Cultura na época e um dos articuladores do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, será utilizada para encerrar esse tópico. Adriano inicia com um agradecimento a Nossa Senhora do Rosário, reconhecendo que a realização do Fórum só foi possível pela força coletiva de quem organizou, acolheu e repassou com responsabilidade os recursos recebidos. Destacou com orgulho a presença de mais de 400 participantes inscritos, valorizando o esforço de inclusão e mobilização. Mas sua fala ganha outro contorno, quando traz à memória os capitães e mestres

falecidos durante a pandemia. Nesse sentido, Adriano presta homenagem àqueles que o inspiraram a estar ali, incluindo os capitães da cidade de Ilícínea, já falecidos, que sempre o incentivaram a fortalecer o Rosário de Maria. (Capitão Adriano, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A parte mais marcante da sua fala vem quando compartilha a carta enviada por Dona Mariinha, Rainha do Congo, e Capitão André Bueno, da Colônia de Santa Isabel, cujas sedes foram destruídas pelas fortes chuvas. A leitura da carta transforma o espaço do Fórum em lugar de denúncia e apelo legítimo às autoridades:

Agora, nos resta reconstruir o sonho da construção de nossa capela, pois, todas as vezes que o sonho do nosso povo foi posto à prova, o que fizemos foi resistir e nos unir. Neste momento tão difícil, vemos a história se repetir, mas vamos resistir. Agradecemos a todos os irmãos e devotos que se solidarizaram conosco e reiteramos a necessidade de um posicionamento das autoridades responsáveis pela cultura e patrimônio cultural de Minas Gerais perante os acontecimentos. (Assinado por Dona Mariinha, Rainha do Congo da Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Colônia Santa Isabel, e Capitão André Bueno).

Adriano aproveitou o momento do Fórum, que reunia representantes do poder público, para ler a carta e fazer um apelo direto por apoio à comunidade afetada.

2.6. Conclusão: o Estado e a participação social

Os relatos compartilhados no Fórum revelam a urgência de repensar as estruturas que sustentam (ou excluem) as culturas populares nas políticas públicas. Quando mestres, rainhas e capitães denunciam a burocracia, a desigualdade no acesso aos recursos, o abandono institucional e a invisibilidade das comunidades mais afastadas, fazem a partir de um saber coletivo ancorado na experiência.

Essas vozes afirmam que as políticas públicas só podem ser eficazes quando resultam de processos participativos reais, nos quais os sujeitos diretamente afetados estejam envolvidos desde a formulação até a implementação. Trata-se de superar o modelo de escuta ritualizada e avançar para uma construção partilhada de direitos na qual as decisões não sejam apenas técnicas ou centralizadas, mas com base na escuta ativa e na deliberação compartilhada. As contribuições aqui reunidas evidenciam que a cultura tradicional, especialmente o Congado, é portadora de sistemas próprios de organização, educação e espiritualidade. Políticas eficazes para esse campo não se resumem à criação de editais,

requerem reconhecimento da legitimidade desses modos de vida e a criação de instrumentos legais que assegurem sua continuidade, com orçamento, proteção institucional e formação.

Portanto, o que se ouviu no Fórum são demandas, proposições. É a afirmação de que os mestres do Congado não querem favor, querem política. Não querem convite, querem lugar na mesa. E que o Estado, para ser democrático de fato, precisa saber escutar, dialogar e construir com quem sustenta a cultura com o corpo, a fé e a história.

A participação social no Brasil constitui um campo em constante disputa e transformação, especialmente a partir do processo de redemocratização iniciado na década de 1980. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, abriu-se um novo ciclo na democracia brasileira, no qual a institucionalização de mecanismos participativos passou a representar um avanço expressivo, ao ampliar o acesso de setores historicamente marginalizados aos espaços de formulação de políticas públicas.

Autores como Ciconello (2011) destacam que a criação de conselhos e conferências contribuiu para aproximar o Estado da sociedade civil, ao permitir que grupos periféricos influenciassem o desenho de políticas sociais. No entanto, o autor adverte que a participação “não é um fim em si mesmo”, sendo estratégica para a universalização de direitos e o fortalecimento de uma democracia inclusiva. Persistem, contudo, obstáculos relevantes, como a fragilidade organizacional de coletivos sociais, a resistência institucional ao compartilhamento de poder e a baixa efetividade das deliberações em políticas concretas.

A partir dessa perspectiva, Olívia Perez e Gustavo Gomes da Costa Santos (2021) propõem uma leitura histórica da participação social no Brasil por meio de quatro grandes ondas. A primeira, entre os anos 1970 e 1990, destaca o papel dos movimentos sociais na luta pela redemocratização e na conquista de novos direitos. A segunda, durante os anos 1990, se desenvolve sob a lógica do neoliberalismo, com o crescimento das organizações não governamentais (ONGs) e a delegação de funções públicas ao setor privado. A terceira, entre 2002 e 2013, é marcada pela consolidação de instituições participativas, como conselhos e conferências, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores. A quarta onda, a partir de 2014, reflete tensões mais profundas entre sociedade civil e Estado, com o avanço de pautas conservadoras, novas formas de mobilização e o esvaziamento de espaços institucionais.

Esse processo de retração democrática se acentuou no período recente. Avritzer et al. (2019) analisam o enfraquecimento das instituições de participação social no Brasil, no Governo Bolsonaro, especialmente a partir da ascensão de pautas conservadoras e da

desarticulação dos canais de diálogo entre Estado e sociedade civil. Um marco desse retrocesso foi a extinção do Ministério da Cultura, que fragilizou o apoio a manifestações culturais tradicionais. Tal contexto impactou diretamente iniciativas como o Fórum Mineiro de Reinados e Congados, que teve uma de suas cartas deliberativas redirecionada à Secretaria Especial de Cultura, instância com menor capacidade institucional e interlocutora.

Na perspectiva de Boaventura Santos e Leonardo Avritzer (2002), o modelo representativo liberal centrado exclusivamente na representação por meio do voto, revela-se insuficiente para abarcar as múltiplas formas de expressão política que emergem sobretudo nas sociedades do Sul global. Como destacam:

Os grupos mais vulneráveis socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos. (Santos; Avritzer, 2002, p. 54-55).

Diante disso, propõem a ampliação do cânone democrático, com o reconhecimento de sujeitos políticos diversos e de práticas participativas fundadas em saberes populares, coletivos e não institucionalizados, como fóruns comunitários e movimentos territoriais. Essa proposta rompe com a exclusividade das instituições formais como espaços legítimos de deliberação política, ao reconhecer práticas participativas que surgem em contextos historicamente marginalizados.

A experiência do Fórum Mineiro de Reinados e Congados representa uma materialização concreta dessa proposta. Um espaço que articula a tradição cultural afro-brasileira com a formulação de políticas públicas, promovendo o diálogo entre mestres e mestras do Rosário, gestores públicos e pesquisadores. Reivindicando reconhecimento e políticas específicas para as comunidades congadeiras, e também atuando como canal de interlocução com o Estado. Tatagiba e Teixeira (2021) evidenciam como os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental tanto na reivindicação de direitos quanto na cooperação com o Estado, influenciando a criação de programas e ocupando instâncias institucionais. Trazem a ideia de que os movimentos sociais não devem se limitar apenas a reivindicações de demandas, mas sim participarem ativamente da reconfiguração dos processos decisórios, “como se fossem o Estado, sem sê-lo”.

A partir da experiência do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, é possível observar como os movimentos culturais podem ocupar duplamente o espaço público: como

sujeitos políticos que afirmam identidades coletivas e memórias afro-brasileiras, e como interlocutores junto ao Estado, formulando demandas e contribuindo com propostas para políticas de valorização do patrimônio imaterial. Ainda que não configurem coprodutores diretos da política em moldes executivos, exercem influência sobre os rumos das políticas culturais ao tensionar o campo institucional.

Nesse sentido, a construção de uma democracia verdadeiramente participativa depende do fortalecimento dessas instâncias, do respeito às vozes historicamente silenciadas e da valorização dos saberes que emergem dos territórios populares. Assim, avançar na democratização requer reconhecer e integrar os saberes populares às decisões públicas, consolidando espaços de participação real e inclusiva.

CAPÍTULO 3

DEMANDAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CARTAS DO FÓRUM MINEIRO DE REINADOS E CONGADOS COMO INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1. Introdução

Este capítulo dedica-se à análise das cartas de proposições elaboradas no âmbito do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, compreendidas como instrumentos estratégicos de participação social e articulação política das comunidades congadeiras com o poder público. Construídas coletivamente nos Grupos de Trabalho (GTs) realizados durante o Fórum, as cartas formalizam e organizam as demandas dos detentores de saberes e práticas do Reinado e do Congado, estabelecendo uma comunicação direta com instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural.

A análise qualitativa incidirá sobre nove cartas produzidas ao longo do processo, direcionadas a diferentes órgãos governamentais, como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre outras secretarias e comissões estaduais e federais. Tais documentos abordam temas como o reconhecimento das práticas culturais, a valorização dos espaços de memória, políticas de fomento com editais acessíveis, intercâmbio cultural, segurança alimentar e educação patrimonial.

Ao observar o conteúdo e o percurso dessas proposições, desde a sua construção coletiva até sua devolutiva pública e apresentação formal aos órgãos competentes, este estudo evidenciou como as comunidades tradicionais vêm se posicionando como sujeitos ativos na formulação de políticas públicas que respeitem seus modos de vida e fortaleçam suas práticas culturais.

O capítulo está estruturado em quatro seções: a primeira apresenta o processo coletivo de elaboração das cartas; a segunda aborda as principais temáticas e conteúdos presentes nos documentos; a terceira discute o uso das cartas como ferramenta de mobilização e articulação

política; e, por fim, a última seção analisa as contribuições dessas proposições para a salvaguarda dos Reinos e Congados em Minas Gerais.

3.2. A Construção das Cartas: O Papel dos Grupos de Trabalho

A construção das cartas no âmbito do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados representou o momento de maior participação social do evento. Para garantir ampla escuta e sistematização das propostas das comunidades, foram instituídos dez Grupos de Trabalho (GTs), cada um com uma temática específica e um coordenador. As temáticas foram definidas em diálogo com a organização do Fórum e os mobilizadores, que atuaram na convocação, mobilização das comunidades, e também participaram ativamente do processo de construção do evento, especialmente nas reuniões preparatórias realizadas de forma remota.

Cada coordenador foi selecionado com base em sua representatividade, sua trajetória de atuação no campo cultural e sua afinidade com o tema proposto para o GT. Essa escolha visou assegurar uma escuta sensível, qualificada e alinhada com os saberes tradicionais e os contextos socioculturais dos territórios envolvidos.

A atividade dos GTs ocorreu no segundo dia do Fórum, em 22 de janeiro de 2022, às 15h. Anteriormente, foi realizada uma reunião de instrução com todos os inscritos, na qual se explicou a metodologia dos grupos. Os participantes realizaram inscrições prévias conforme seus interesses temáticos. Cada coordenador criou um grupo no aplicativo *WhatsApp* para promover a comunicação direta com os integrantes e, por meio dele, compartilhou o *link* de acesso às salas simultâneas no *Google Meet*. Os encontros dos GTs foram realizados de forma simultânea.

Ao final, todos os participantes retornaram a uma sala única para a apresentação das propostas de cada GT. O encerramento do segundo dia contou ainda com uma apresentação cultural. A programação foi estruturada da seguinte forma: às 15h, instruções; às 15h30, início das reuniões simultâneas, dos grupos de trabalho; às 18h, apresentação das propostas; e às 19h30, encerramento cultural.

Cada Grupo de Trabalho (GT) teve como responsabilidade elaborar até cinco propostas, programas ou recomendações, que deveriam ser sistematizadas e organizadas em ordem de prioridade, de acordo com a relevância atribuída pelos próprios participantes. A

sistematização priorizada teve como objetivo orientar ações concretas e subsidiar políticas públicas ajustadas às necessidades específicas das comunidades congadeiras.

As temáticas dos GTs foram concebidas para abranger diferentes dimensões da política cultural, assegurando um olhar amplo sobre os múltiplos fatores que atravessam a salvaguarda e a promoção dos Reinados e Congados:

Sendo assim, o GT Intercâmbio Cultural concentrou-se na formulação de propostas voltadas à viabilização da circulação dos grupos congadeiros em eventos e festividades no âmbito estadual, nacional e internacional.

Por sua vez, o GT Patrimônio Cultural tratou das estratégias de salvaguarda a partir das políticas públicas já existentes, como o ICMS Patrimônio Cultural em nível estadual e o processo de registro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A ênfase esteve na valorização dos bens imateriais e no reconhecimento dos espaços simbólicos das comunidades.

No GT Manutenção das Expressões Culturais, os participantes discutiram ações para a preservação e o fortalecimento das dimensões materiais das tradições congadeiras, tais como vestimentas, instrumentos musicais, sedes de guardas e demais elementos associados à memória coletiva e à identidade dos grupos.

O GT Segurança Alimentar e Ação Social abordou a vulnerabilidade socioeconômica de muitos membros das comunidades, propondo medidas de apoio direto, como a distribuição de cestas básicas, especialmente em períodos festivos e de mobilização cultural.

O GT Afro mineiridade concentrou esforços na articulação de políticas e eventos que valorizem as expressões afrodescendentes no contexto mineiro, promovendo o fortalecimento das redes culturais negras e o reconhecimento da diversidade de manifestações afro-mineiras presentes nos Reinos do Rosário.

O GT Arquidioceses e Direito aos Locais de Memória debateu o acesso aos espaços de culto, celebração e guarda da memória, como capelas, terreiros, sedes e outros territórios tradicionalmente ocupados pelos grupos. As propostas visaram a regularização fundiária e o reconhecimento institucional do direito de uso desses espaços pelas comunidades detentoras do bem.

No GT Documentação das Guardas e Acesso às Políticas Públicas, discutiu-se a importância da formalização jurídica das guardas e a qualificação técnica de seus integrantes para o acesso a editais e outras ferramentas de fomento cultural. A formação em elaboração de projetos e contabilidade simplificada apareceu como ponto central.

O GT Manutenção e Promoção do Turismo refletiu sobre a potencialidade do Congado como atrativo turístico e cultural. As propostas abarcaram desde o financiamento das festividades (vestuário, alimentação, ornamentação) até a produção de material audiovisual e a criação de rotas turísticas que valorizem os territórios de tradição.

O GT Mestres, Mestras e Juventude centrou-se na transmissão intergeracional dos saberes e fazeres tradicionais. As propostas indicaram a criação de editais de premiação para mestres e mestras, bem como vivências formativas e atividades de salvaguarda que envolvam jovens no processo de aprendizagem comunitária.

Por fim, o GT Gestão Municipal e Parcerias buscou estabelecer diretrizes para fortalecer a relação entre os grupos de Congado e o poder público municipal, por meio de ações institucionais permanentes, editais exclusivos, reconhecimento formal das guardas e participação nos conselhos e fóruns de cultura.

Os GTs contaram também com a participação de servidores do IPHAN, o que reforçou a interlocução entre Estado e comunidades. A presença de antropólogos e consultores responsáveis pelo processo de registro do Congado como patrimônio cultural ampliou a importância do Fórum, consolidando-o como um espaço de coprodução de políticas públicas.

Encerrado o Fórum, os textos produzidos pelos GTs passaram por uma etapa de sistematização e revisão, coordenada pelos organizadores e pelos próprios coordenadores dos grupos. Essa fase garantiu a fidelidade dos documentos às propostas formuladas de forma coletiva.

A etapa final ocorreu no dia 10 de março de 2022, às 19 horas, com a devolutiva pública das cartas, realizada com transmissão ao vivo pelo canal da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido. Cada coordenador leu sua respectiva carta, abrindo espaço para comentários, ajustes e validação coletiva pelos detentores do bem cultural. A reunião foi iniciada por Mestre Zizinho, presidente da Banda, com uma toada e palavras de bênção, reafirmando o elo entre ritualidade e participação política no Congado. A gravação permanece disponível no *YouTube*, funcionando como registro da legitimidade do processo deliberativo e da construção coletiva das proposições.

A construção das cartas no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados destacou-se como uma prática de participação social, em que representantes das comunidades congadeiras atuaram de forma propositiva na formulação de recomendações políticas baseadas em seus modos de vida, saberes e necessidades coletivas. A metodologia adotada, com a criação de

dez Grupos de Trabalho (GTs) temáticos coordenados por lideranças reconhecidas nos territórios, permitiu que os detentores do bem cultural ocupassem espaços de escuta e proposição em condição de protagonismo. As pautas abordadas foram definidas em diálogo entre organização e mobilizadores regionais, assegurando representatividade e afinidade temática.

No Fórum, os GTs elaboraram propostas que abarcaram desde políticas de salvaguarda do patrimônio cultural e circulação de grupos até temas como segurança alimentar, uso dos espaços tradicionais e capacitação para o acesso a editais públicos.

O envolvimento de técnicos do IPHAN nos debates, somado à sistematização coletiva das cartas e sua devolutiva pública, garantiu o reconhecimento institucional do processo, ao mesmo tempo em que reafirmou a legitimidade comunitária das proposições. A prática participativa vivenciada no Fórum dialoga com a crítica formulada por Santos e Avritzer (2002) ao modelo liberal de democracia, ao afirmar formas de deliberação fundamentadas na ancestralidade, na oralidade e na vivência coletiva, frequentemente ausentes dos canais convencionais de representação política. Trata-se, assim, de um exemplo concreto de como práticas culturais podem constituir formas legítimas de ação política e de construção compartilhada de direitos, consolidando-se como formas alternativas e plurais de incidência democrática.

3.3. Conteúdo e Temáticas das Cartas

A produção e o envio de cartas institucionais pelo I Fórum Mineiro de Reinados e Congados constituíram uma tática formal de interlocução com diferentes instâncias do poder público. Essas cartas sistematizaram demandas históricas das comunidades congadeiras, com foco na valorização, salvaguarda e institucionalização de suas práticas culturais. O conteúdo dos documentos buscou compatibilizar saberes locais com a linguagem normativa das políticas públicas, apresentando propostas voltadas à criação de comissões mistas, editais específicos, instrumentos de fomento, medidas de proteção territorial e articulações intersetoriais.

Ao endereçar as cartas a órgãos de diferentes esferas, municipal, estadual e federal, os participantes do Fórum acionaram canais institucionalizados de participação e representação, adotando estratégias previstas nos próprios marcos da administração pública. Nesse processo,

observam-se esforços para compatibilizar a lógica comunitária com as exigências formais do Estado, como prazos, editais, registros e certificações.

O conjunto das cartas evidencia o reconhecimento, por parte dos grupos envolvidos, da necessidade de se inserir nas estruturas formais de governança cultural para reivindicar o acesso a direitos e recursos. No entanto, os desdobramentos das propostas apresentadas variaram de acordo com a disposição institucional de cada órgão em dialogar e acolher as demandas. Algumas instâncias responderam com reuniões e escuta técnica; outras permaneceram inertes, mesmo diante de solicitações formais e reiteradas.

Essa dinâmica mostra as potencialidades e os limites da participação institucionalizada no campo das políticas culturais, sobretudo quando se trata de comunidades que historicamente enfrentam marginalização. A análise das cartas e de seus encaminhamentos permite compreender como se dá, na prática, a mediação entre a tradição e o aparato burocrático, e em que medida os mecanismos disponíveis são efetivos para a inclusão de grupos culturais afrodescendentes no desenho e na execução de políticas públicas.

3.3.1 Carta à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Secult-MG: institucionalização e valorização do Congado como política pública permanente

O direcionamento da carta à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Secretaria de Cultura e Turismo do Estado de Minas, foi estratégico. A Comissão é o principal espaço do legislativo estadual voltado à escuta e articulação de demandas dos setores culturais, funcionando como canal institucional entre sociedade civil, parlamentares e o Poder Executivo. Sua atuação pode desencadear audiências públicas, visitas técnicas, proposições legislativas e interlocuções com secretarias estaduais. No contexto das comunidades de Congado e Reinado, que historicamente enfrentam invisibilização nas estruturas estatais, o envio da carta à Comissão configura-se como uma tática de visibilidade e de demanda por reconhecimento formal, orçamento público e inserção qualificada nas políticas culturais do Estado. Além disso, a presença de um deputado estadual na abertura do Fórum reforçou o vínculo direto entre as comunidades e a estrutura legislativa. Já a Secult-MG, como órgão responsável pela formulação e execução da política cultural no âmbito estadual, detém competência para regulamentar editais, promover programas de

fomento e operacionalizar ações estruturantes, o Secretário de Cultura do Estado também esteve presente na Mesa de Abertura.

O primeiro ponto da carta apresentada propõe a criação de uma comissão institucional mista, composta por representantes dos Reinados e Congados, membros da própria Comissão de Cultura e da Escola do Legislativo. O objetivo é articular e viabilizar a oferta de consultoria contábil e jurídica voltada à formalização de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ligadas a esses grupos tradicionais, além de implementar ações formativas voltadas à elaboração de projetos e captação de recursos. Conforme registrado na carta encaminhada:

Criar uma comissão com presença de representantes dos Reinados e Congados, da Comissão de Cultura e da Escola do Legislativo, com o intuito de viabilizar a oferta de consultoria contábil e jurídica para formalização de OSCs, assim como promover cursos, formação na área de elaboração de projetos e captação de recursos destinada aos reinados e congados de Minas Gerais. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A proposição se justifica em função dos entraves burocráticos e técnicos que historicamente dificultam o acesso dessas comunidades aos mecanismos de fomento cultural. Muitas guardas e irmandades de Congado e Reinado não possuem CNPJ, ou, quando possuem, enfrentam dificuldades na regularização de suas documentações fiscais, estatutárias e bancárias. Tal fragilidade institucional inviabiliza sua participação em editais públicos, parcerias com o poder público e outras oportunidades de apoio financeiro.

Ao propor a participação da Escola do Legislativo, o texto da carta demonstra uma visão estratégica de aproveitamento das estruturas existentes na própria Assembleia Legislativa para fins de capacitação cidadã. A Escola já possui expertise na oferta de cursos e eventos formativos e poderia colaborar significativamente na construção de metodologias acessíveis, adequadas ao perfil dos grupos culturais tradicionais.

Além disso, a participação de representantes dos próprios Reinados e Congados na comissão é fundamental para garantir a centralidade das comunidades no processo decisório e formativo. Não se trata de uma capacitação unilateral, mas de uma construção compartilhada de soluções, em que os saberes tradicionais dialogam com os saberes técnicos e institucionais. A proposta, portanto, visa o fortalecimento administrativo e jurídico das entidades congadeiras, e também a sua autonomia política e a ampliação de sua incidência nas políticas públicas de cultura.

Nesse sentido, a carta reforça a necessidade de políticas estruturantes, capazes de superar o modelo assistencialista e episódico, e promover a inclusão dos grupos de Reinado e Congado como sujeitos plenos de direito no sistema cultural mineiro. A criação dessa comissão mista representa, portanto, um passo relevante para a construção de instrumentos permanentes de apoio técnico e institucional a essas expressões culturais, reconhecendo sua importância histórica, social e espiritual para a cultura de Minas Gerais.

O segundo ponto da carta propõe a inclusão, no Projeto de Lei nº 2.976/2021 (Descentra Cultura), do Programa Mineiro de Valorização dos Reinados e Congados, contemplando três editais distintos, com regras adaptadas à realidade das comunidades e voltadas à sua dinâmica tradicional.

Incluir no PL 2976/2021 'Descentra Cultura' o Programa Mineiro de Valorização dos Reinados e Congados, de modo a viabilizar as seguintes ações: 2.1 - Edital 'Trilhas dos Reinados e Congados' [...]; 2.2 - Edital 'Valorizando os Reinados e Congados Mineiro' [...]; 2.3 - Edital 'Mestres e Mestras do Congado' [...]. (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022).

O Edital “Trilhas dos Reinados e Congados” tem como foco a viabilização da circulação de grupos culturais entre municípios, estados e até internacionalmente. Com um formato de inscrição simplificado e acessível (permitindo o envio de texto ou vídeo), a proposta visa respeitar as condições reais das comunidades. A prestação de contas seria feita por meio de relatório fotográfico. A carta propõe que o edital seja aberto trimestralmente, com o intuito de atender à dinâmica contínua dos eventos ao longo do ano.

O Edital “Valorizando os Reinados e Congados Mineiro” é voltado ao fomento direto das práticas culturais, contemplando ações como confecção de roupas e instrumentos, manutenção de sedes, doações de cestas básicas e realização de festas tradicionais. O intuito é fortalecer as condições materiais de existência dos grupos, valorizando a economia criativa local e promovendo a transmissão de saberes intergeracionais. Sugere-se que o edital seja aberto semestralmente, com inscrição e prestação de contas simplificadas.

Por fim, o Edital “Mestres e Mestras do Congado” é proposto no formato de premiação, com o objetivo de reconhecer lideranças tradicionais como detentoras de conhecimento. Como contrapartida, prevê-se a realização de vivências voltadas à transmissão de saberes nos territórios de origem dos mestres e mestras, com registros fotográficos ou audiovisuais. A carta recomenda que o edital seja anual, mantendo a lógica de inscrição e prestação de contas simplificadas.

A inclusão desses três editais no escopo do PL 2976/2021 é reivindicada como uma medida estruturante, que contribui para o reconhecimento institucional e o fomento contínuo das expressões culturais dos Reinados e Congados. Além disso, ao articular circulação, infraestrutura e formação, os editais se complementam, constituindo uma política pública abrangente e sensível às especificidades das culturas tradicionais afro-brasileiras em Minas Gerais. No último tópico, será analisado o estágio de implementação dessas proposições e seus desdobramentos efetivos.

A quarta proposição apresentada na carta trata da criação de uma comissão conjunta entre representantes da Secult-MG e integrantes dos próprios grupos de Congado e Reinado. Essa comissão teria como objetivo desenvolver uma plataforma digital voltada exclusivamente ao Programa de Valorização dos Reinados e Congados Mineiros. De acordo com o documento, essa plataforma permitiria o envio de projetos e funcionaria também como um espaço de mapeamento de grupos, festas, mestres e mestras, atendendo a múltiplas finalidades: “por meio desta plataforma os grupos poderão enviar os projetos, conforme descrito acima, e funcionará também como mapeamento dos grupos, festas, mestres e mestras” (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022). A proposta parte do reconhecimento de que a ausência de dados organizados sobre as expressões culturais afro-mineiras tem dificultado a elaboração de políticas públicas efetivas e territorializadas.

Ao final da carta, os representantes do Fórum Mineiro de Reinados e Congados solicitaram formalmente a realização de uma reunião virtual com o presidente da Comissão de Cultura, membros da própria Comissão e representantes da Escola do Legislativo, indicando o dia 30 de março de 2022, às 9 horas, como data sugerida para o encontro. O objetivo era dar continuidade ao diálogo institucional e buscar encaminhamentos concretos para as proposições apresentadas.

No entanto, apesar das reiteradas tentativas de agendamento por parte dos organizadores, a reunião não se concretizou. Evidenciando um dos principais desafios enfrentados pelos grupos tradicionais: a dificuldade de efetivar a interlocução com as instâncias estatais, mesmo após a formulação coletiva de propostas e a mobilização social em torno de pautas estruturantes. A ausência de retorno institucional compromete a continuidade do processo participativo e revela os limites da implementação de políticas públicas quando não há compromisso efetivo das instituições com a escuta e a corresponsabilidade na execução das demandas.

Em contraponto, a Secult-MG acolheu a solicitação encaminhada e participou de reunião virtual com os representantes do Fórum no dia 11 de abril de 2022. O encontro permitiu a apresentação detalhada das propostas e o estabelecimento de um canal direto de diálogo com a equipe técnica da Secretaria.

3.3.2. Carta às Câmaras Municipais, aos Gestores Municipais e a Rede de Gestores: reconhecimento local e fortalecimento institucional dos grupos de Congado e Reinado

A carta dirigida teve como principal objetivo sensibilizar sobre a importância de reconhecer, valorizar e institucionalizar os grupos de Congado e Reinado como expressões legítimas do patrimônio imaterial de seus municípios. Pensada como uma ação descentralizada e articulada, a proposta era que os próprios detentores do bem, mestres, mestras, integrantes de guardas e irmandades, entregassem pessoalmente o documento nas sedes das câmaras e aos gestores, fortalecendo o protagonismo comunitário e a legitimidade da reivindicação. A iniciativa visava provocar os legisladores municipais e gestores a conhecer mais profundamente essas tradições, e, sobretudo, a assumir compromissos com a criação de marcos legais, reconhecimento oficial das guardas e alocação de orçamento público.

O primeiro ponto apresentado na carta trata da destinação de parte dos recursos oriundos do ICMS Patrimônio Cultural para investimento direto na manutenção dos grupos e das sedes de Congado e Reinado. A proposta, conforme registrada na carta, é clara:

Destinação de parte dos recursos do ICMS de Patrimônio Cultural em investimento na manutenção dos grupos e sedes de congados e reinados. Solicitamos que o plano do investimento seja realizado junto aos membros dos reinados e congados. (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Essa solicitação está em consonância com a própria lógica da política de ICMS Cultural em Minas Gerais, que tem como objetivo fomentar ações de preservação do patrimônio cultural nos municípios, cabendo à gestão local definir suas prioridades de aplicação. No entanto, o que se observa é que, em muitos casos, os recursos vinculados ao patrimônio imaterial não retornam às comunidades detentoras do bem. A proposta aqui apresentada busca justamente corrigir esse desequilíbrio, garantindo que os valores

arrecadados com base na presença e atividade dos grupos culturais também sejam revertidos em seu benefício direto.

A reivindicação ainda reforça a importância da construção participativa do plano de investimento. Ao solicitar que a definição do uso dos recursos seja feita “junto aos membros dos reinados e congados”, a carta propõe um modelo de gestão compartilhada, em que as próprias comunidades possam indicar suas necessidades mais urgentes, como reformas de sedes, aquisição de instrumentos, confecção de vestimentas ou organização de festas tradicionais.

Trata-se, portanto, de uma proposta que busca o reconhecimento formal dos grupos como patrimônio cultural, e também demanda o compromisso orçamentário do poder público municipal para sua efetiva salvaguarda, conforme previsto na Constituição e na legislação estadual de proteção ao patrimônio.

O segundo ponto da carta aborda a destinação de parte dos recursos do ICMS Turismo para o financiamento das festividades de Reinado, como as festas do Rosário e os encontros de congadas. Conforme expressa a recomendação:

Destinação de parte do recurso do ICMS de Turismo para investimento nas festas de reinados (festas do rosário, encontros de congadas entre outras festividades). Solicitamos que o plano dos investimentos seja realizado junto aos membros dos reinados e congados. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A proposta parte do entendimento de que as festas de Congado e Reinado, além de sua importância religiosa e simbólica para as comunidades, constituem um ativo turístico de relevância regional. Essas celebrações movimentam o território, atraem visitantes, fortalecem a economia local e promovem o intercâmbio cultural entre guardas de diferentes municípios e estados. Ainda assim, tais eventos raramente são contemplados pelas políticas de turismo como objetos de investimento prioritário.

Ao reivindicar o uso do ICMS Turismo para esse fim, a carta busca a readequação do olhar institucional sobre o turismo cultural, deslocando o foco de eventos meramente comerciais ou de apelo massivo. O uso desses recursos não deve se limitar à promoção de destinos, mas incluir também o fortalecimento da infraestrutura e da logística que sustentam as festividades.

Tal como no ponto anterior, a carta destaca que o plano de investimentos deve ser construído em diálogo com os membros dos Reinados e Congados. Essa orientação reafirma

a defesa da gestão participativa e do reconhecimento da autoridade das próprias comunidades sobre suas práticas culturais e suas formas de celebração. Essa proposta representa um passo fundamental para consolidar as festas de Reinado e Congado como componentes legítimos do calendário turístico oficial dos municípios mineiros, vinculando o fomento econômico à valorização de tradições afro-brasileiras e à salvaguarda do patrimônio imaterial.

Outro ponto destacado na carta direcionada às Câmaras Municipais é a solicitação de recursos públicos para custear o transporte dos grupos de Reinado e Congado em atividades fora de seus municípios de origem. Conforme registrado no documento: “Destinação de recursos para custeio de viagens, visando que os grupos de reinados e congados possam participar de eventos intermunicipais, com transporte seguro e que comporte todos os membros da irmandade.” (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Essa demanda reflete uma das principais dificuldades enfrentadas pelos grupos congadeiros: a ausência de políticas públicas que viabilizem sua circulação territorial. A participação em encontros, festas e celebrações em outras cidades é parte fundamental da dinâmica do Congado, constituindo-se como espaço de intercâmbio cultural, fortalecimento dos vínculos entre irmandades e reafirmação da fé e das tradições coletivas.

No entanto, a falta de transporte adequado frequentemente impede essa circulação, ou a torna precária e arriscada. O deslocamento coletivo, quando viabilizado por recursos próprios, acaba comprometendo a segurança dos participantes ou excluindo parte dos membros da irmandade. Nesse contexto, a proposta de custeio do transporte com recursos públicos municipais busca garantir o direito de ir e vir, e o pleno exercício do direito à cultura e à religiosidade popular. Reivindica-se, assim, que os municípios reconheçam a relevância das expressões tradicionais em seus calendários culturais e assegurem a presença digna de seus representantes em eventos intermunicipais, por meio de transporte seguro, adequado e compatível com o número de integrantes dos grupos.

A carta também reivindica a inclusão efetiva dos mestres, mestras e grupos de Reinado e Congado nas ações de educação patrimonial promovidas pelos municípios. O trecho do documento afirma:

Investimento em Educação Patrimonial. Solicitamos que, além de incluir Mestre(a)s e grupos de congados e reinados nas ações de educação patrimonial, que estes possam ser remunerados para realizar as ações de transmissão dos saberes ligados aos reinados e congados. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Essa proposta busca romper com a lógica da participação informal e não remunerada dos detentores de saberes tradicionais em atividades educativas e culturais. Historicamente, mestres e mestras são convidados a participar de ações pontuais de educação patrimonial, porém sem reconhecimento financeiro, o que desconsidera o valor de seu tempo, conhecimento e dedicação.

A remuneração dos agentes culturais tradicionais representa um passo necessário para a valorização concreta dos saberes e fazeres que compõem o patrimônio imaterial. Ao mesmo tempo, garante condições mínimas para que essa transmissão de conhecimento ocorra de forma estruturada, respeitosa e contínua, especialmente no diálogo com escolas e instituições educativas locais. Além disso, a presença de mestres e mestras em ações educativas fortalece o vínculo entre as comunidades e o ambiente escolar, favorecendo o reconhecimento da diversidade cultural e a formação de crianças e jovens em valores de pertencimento, ancestralidade e respeito à cultura afro-brasileira.

Dessa forma, a carta propõe que os municípios incluam os grupos de Congado e Reinado nas políticas de educação patrimonial e que instituem mecanismos públicos e permanentes de remuneração e incentivo à atuação dos detentores do bem, reconhecendo-os como agentes formadores de memória, história e identidade.

O quinto ponto da carta propõe o fortalecimento da cultura alimentar dos grupos de Reinado e Congado, por meio da sua inserção em festivais gastronômicos e festas oficiais do município. Conforme redigido no documento:

Incentivar e ceder espaço em festivais de gastronomia, festa da cidade entre outros, aos grupos de reinados e congados para comercialização de pratos típicos das celebrações, das irmandades, incentivando a economia e a cultura alimentar destes grupos. (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Essa solicitação reconhece a alimentação como dimensão central das celebrações religiosas e culturais do Congado, compreendendo que os modos de fazer, preparar e compartilhar os alimentos são também práticas de salvaguarda do patrimônio imaterial. A culinária tradicional é parte indissociável dos festejos, conectando saberes ancestrais, técnicas transmitidas oralmente e vínculos comunitários em torno do alimento. Além disso, ao propor a comercialização de pratos típicos, a carta aponta para a necessidade de incentivo à economia cultural local, valorizando o trabalho das irmandades, especialmente das mulheres que tradicionalmente se dedicam ao preparo coletivo das refeições durante as festas. Ao ceder

espaços públicos em eventos oficiais, o poder público contribui para a visibilidade dessas práticas, e para a geração de renda e o reconhecimento da cultura alimentar como estratégia de sustentabilidade econômica dos grupos.

A sexta proposta trata da oferta de cursos de qualificação jurídica e contábil, bem como de assessoria técnica para coletivos e associações interessados em se formalizar:

Ofertar curso de formação/qualificação, jurídico/contábil e assessoria para os coletivos e associações que tiverem interesse em se formalizarem, objetivando que tais grupos tenham acesso a editais de fomento. (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Esse ponto reforça uma demanda já presente na carta direcionada à Assembleia Legislativa, evidenciando a necessidade de ações coordenadas entre municípios e Estado. A ausência de estrutura formal impede muitos grupos de acessarem editais e convênios, tornando essencial a criação de políticas públicas que apoiem a capacitação e a autonomia administrativa das comunidades.

A sétima proposição da carta solicita o reconhecimento formal dos Reinados e Congados como patrimônio imaterial municipal, com inclusão de seus espaços associados, como capelas, sedes e terreiros, no Inventário Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural: “Registrar os reinados como patrimônio imaterial dentro da política do ICMS cultural e seus espaços associados (capelas, sedes, terreiros).” (Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022). Essa medida é fundamental para que os grupos possam ser contemplados na política do ICMS Cultural, garantindo acesso a recursos para ações de salvaguarda.

O último item da carta propõe a criação de editais específicos para Mestres(as) e coletivos de Congados e Reinados, com mecanismos simplificados de inscrição e apoio técnico para sua participação. Essa demanda também foi encaminhada à Assembleia Legislativa, reforçando o apelo por políticas acessíveis, que reconheçam as condições reais dos grupos e valorizem seus saberes. Editais com linguagem adequada, requisitos proporcionais e acompanhamento técnico ampliam o acesso e garantem maior equidade nas políticas culturais.

A carta buscou ampliar a incidência política dos grupos de Congado na esfera local, apresentando propostas concretas para aplicação de recursos do ICMS Cultural e Turístico, apoio à circulação, valorização dos mestres e educação patrimonial. Embora fundamentadas em direitos constitucionais, as proposições enfrentam desafios de implementação, sobretudo pela ausência de diálogo e compromisso de parte dos gestores municipais. Ainda assim, a

entrega das cartas reafirma a potência política das comunidades na reivindicação de políticas públicas culturais enraizadas nos territórios.

3.3.3 Carta à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais: inclusão das comunidades congadeiras na agenda de direitos territoriais e políticas sociais

A Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (Cepct-MG), instituída pelo Decreto nº 46.671/2014 e atualizada pelo Decreto nº 48.691/2023, é um órgão paritário e deliberativo responsável por coordenar e implementar a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme previsto na Lei Estadual nº 21.147/2014. Com competências que incluem a elaboração, o acompanhamento e o monitoramento do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável, a proposição de ações intersetoriais e a emissão de Certidão de Autodefinição - mecanismo formal de reconhecimento de pertencimento étnico-cultural -, a Comissão se configura como instância estratégica para o acesso a políticas públicas por parte das comunidades tradicionais.

Diante da amplitude e da natureza intersetorial das demandas apresentadas pelos grupos de Congado e Reinado, o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados deliberou por encaminhar uma carta à Cepct-MG, com o objetivo de inserir as comunidades congadeiras no campo das políticas de reconhecimento territorial e justiça social.

A primeira proposta apresentada à Comissão revela a centralidade da questão fundiária para os grupos de Congado e Reinado em Minas Gerais. A regularização dos territórios ocupados por essas comunidades, sedes, capelinhas e demais espaços de prática coletiva, representa uma demanda por segurança jurídica, e uma condição essencial para a continuidade de seus modos de vida e de suas expressões culturais. A ausência de documentação oficial sobre esses territórios contribui para a vulnerabilidade frente a processos de especulação, deslegitimação e apagamento. A carta solicita que a Comissão:

Preste apoio técnico quanto ao processo de certificação e regularização fundiária dos territórios tradicionais e/ou núcleos urbanos informais dos povos e comunidades tradicionais em especial ao congado e que auxilie essas comunidades na busca de diálogo com a Defensoria Pública e com o Ministério Público [...] no que tange à regularização dos territórios e/ou núcleos urbanos informais de sedes e capelinhas erigidas pelas comunidades

tradicionais congadeiras, reinados e congados, lugares que abrigam práticas culturais coletivas dessas comunidades. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Além disso, propõe-se a elaboração de uma cartilha informativa, voltada especificamente às comunidades congadeiras, com orientações claras sobre os procedimentos de certificação e seus benefícios. Tal iniciativa é estratégica para democratizar o acesso à política pública e fortalecer a autonomia dos grupos em seus processos de autoidentificação e reivindicação territorial.

A segunda proposta enviada aprofunda a questão fundiária ao destacar que muitas das sedes utilizadas pelas comunidades congadeiras:

São sedes tradicionais antigas que por falta de poder aquisitivo e/ou falta de informação, não se encontram registradas em nome dos povos e comunidades tradicionais, em especial, reinados, congados e comunidades tradicionais congadeiras, apesar de tais sedes terem sido construídas e estarem sendo utilizadas pelas comunidades há algumas gerações. Solicitamos informações sobre possibilidades das comunidades tradicionais congadeiras, conseguirem a titulação, com finalidade de que a propriedade legal de tais sedes e capelas tradicionais, possam ser formalizadas. Havendo essa possibilidade indicamos que o processo para conquista de tal direito esteja descrito na cartilha requerida. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A proposta revela um entrave recorrente entre comunidades tradicionais: a ausência de regularização fundiária de seus territórios de uso coletivo, mesmo diante do vínculo histórico e do uso contínuo por diversas gerações. A ausência de titularidade formal impossibilita o acesso a políticas públicas e deixa vulneráveis os espaços sagrados e de convívio coletivo, como sedes, capelas e terreiros. A solicitação de uma cartilha voltada às comunidades congadeiras demonstra a necessidade de orientação técnica acessível e adaptada à realidade desses grupos, como forma de democratizar o conhecimento sobre os mecanismos legais disponíveis. Além disso, ao solicitar a intermediação junto à Defensoria Pública e ao Ministério Público, a carta aponta para a urgência de políticas que ampliem a justiça territorial e o reconhecimento jurídico dessas comunidades nos marcos da política estadual.

A terceira proposta enviada trata da precariedade socioeconômica vivida por parte significativa dos grupos de Congado e Reinado. O trecho afirma:

Outra questão que demanda atenção da Cepct é a vulnerabilidade socioeconômica que se encontra os povos de congado e reinado, sendo assim solicitamos a essa comissão que busque soluções junto à Sedese

visando a segurança alimentar do povo de congado. Compreendemos que o acesso a cestas básicas aos membros dos grupos de congado em situações de vulnerabilidade fortalece a manutenção de nossas tradições e os vínculos da irmandade. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A solicitação revela um aspecto muitas vezes invisibilizado nas discussões sobre patrimônio cultural: a condição de vida das pessoas responsáveis por manter vivas essas tradições. A proposta reconhece que a salvaguarda de manifestações culturais não pode se descolar das condições materiais mínimas de existência de seus praticantes. Ao propor que a Cepct-MG articule com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG) o acesso a cestas básicas para os integrantes dos grupos em situação de vulnerabilidade, as comunidades reafirmam que a continuidade das tradições também depende de medidas de proteção social.

A quarta e última proposta endereçada à Comissão amplia o campo de atuação esperado da política cultural ao incorporar demandas relacionadas à saúde mental, à violência de gênero e ao acesso à assistência social. Conforme o trecho da carta:

Fora também levantadas questões relativas à violência contra a mulher e dependência química dentro das comunidades congadeiras, pedimos a essa estimada comissão que busque soluções junto aos órgãos estaduais que atuam na defesa dos direitos da mulher e de assistência social para garantia de direitos humanos nas comunidades congadeiras. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Essa proposição explicita a urgência de políticas públicas intersetoriais voltadas para os desafios enfrentados nos cotidianos dos grupos culturais. Ao demandar que a Cepct-MG articule soluções junto a instituições estaduais especializadas, como as vinculadas à defesa dos direitos das mulheres e à assistência social, a proposta reconhece que a permanência das tradições também requer suporte em temas sensíveis que afetam diretamente os membros das comunidades.

A carta enviada à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (Cepct-MG) propôs a realização de uma reunião virtual para apresentação das propostas construídas no Fórum. Porém a reunião não se concretizou.

3.3.4. Carta à Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal: propostas para ampliação de editais, prêmios e programas de fomento às culturas populares

A carta foi endereçada à Secretaria Especial de Cultura, instância que, após a extinção do Ministério da Cultura em 2019, passou a concentrar, de maneira precária, as atribuições federais voltadas à formulação e execução das políticas culturais. O desmonte institucional promovido naquele período afetou gravemente os mecanismos de participação social e os canais de interlocução com os setores da cultura popular, interrompendo políticas estruturantes e afastando comunidades tradicionais dos processos decisórios. Diante desse cenário, a carta direciona-se ao órgão responsável pela pasta cultural no âmbito federal, na tentativa de reestabelecer o diálogo e reivindicar o reconhecimento das demandas das comunidades congadeiras como parte de uma agenda pública que se pretende democrática e plural.

A primeira demanda apresentada pelas comunidades congadeiras ao Governo Federal trata da ampliação e reestruturação do Prêmio Culturas Populares, política de fomento historicamente voltada ao reconhecimento de mestres, coletivos e iniciativas da cultura popular brasileira:

Ampliação dos recursos destinados através do ‘Prêmio Culturas Populares’ para garantir maior acesso a este importante fomento e realizá-lo anualmente. Solicitamos que o mesmo proponente possa concorrer na categoria de grupo/coletivo e Mestre(a), requeremos que não haja impedimento do mesmo grupo participar por mais de um ano consecutivo do prêmio. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

Ao reivindicar a realização anual do edital, o aumento dos recursos disponíveis e a possibilidade de participação simultânea nas categorias de grupo e de mestre(a), as comunidades apontam para a necessidade de que esse mecanismo acompanhe a continuidade e a complexidade das práticas culturais que se estruturam de forma comunitária e intergeracional. A exigência de alternância entre edições ou a limitação de categorias de inscrição têm se mostrado inadequadas frente à dinâmica das expressões populares, que muitas vezes contam com a liderança de mestres(as) que também coordenam coletivos. Além disso, ao propor a ampliação do orçamento do prêmio, os grupos reafirmam a importância de garantir o acesso de forma mais ampla e proporcional à diversidade de expressões existentes, sobretudo em contextos marcados pela escassez de políticas específicas de apoio à cultura tradicional.

A segunda proposta é de criação de um Programa de Intercâmbio voltado especificamente para grupos e coletivos das Culturas Populares, busca enfrentar um dos principais entraves ao fortalecimento dessas expressões: a ausência de políticas estruturadas que viabilizem a mobilidade cultural. No documento, solicita-se a implementação de um mecanismo com “custeio de viagens intermunicipais, interestaduais e internacionais, com inscrição e prestação de contas simplificadas para garantir o acesso ao direito de intercâmbio aos grupos e coletivos das Culturas Populares e Tradicionais.” Essa proposta está em consonância com outras diretrizes formuladas no âmbito do Fórum e encaminhadas a diferentes instâncias, como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A terceira proposta solicita a criação de um edital voltado ao Turismo Religioso, com aporte financeiro destinado especificamente às celebrações realizadas por grupos e coletivos das culturas populares, como os reinados e encontros de congado. A demanda destaca a necessidade de reconhecer essas manifestações como parte integrante do calendário turístico-cultural do país, exigindo que o formato do edital seja simplificado e adaptado à realidade das comunidades tradicionais.

A quarta proposta reivindica a retomada do “Prêmio Culturas Afro-Brasileiras”, anteriormente realizado pela Fundação Cultural Palmares, com foco no reconhecimento e apoio a grupos e coletivos que atuam na salvaguarda e promoção do patrimônio cultural afro-brasileiro. A interrupção dessa política de fomento nos últimos anos impactou diretamente iniciativas ligadas às tradições de matriz africana, como o Congado e o Reinado.

A quinta proposta defende a criação de um edital específico voltado ao reconhecimento e apoio institucional aos Pontos de Memória vinculados às culturas populares, em especial aos Reinados e Congados. A proposta parte do entendimento de que as sedes, capelas, terreiros e demais espaços de vivência comunitária e celebração tradicional constituem centros vivos de transmissão da memória coletiva e das tradições ancestrais.

No entanto, esses espaços ainda enfrentam obstáculos no acesso a políticas públicas que os reconheçam como tal. Ao incluir esses territórios culturais como possíveis Pontos de Memória, o Estado contribui para sua preservação material, e também para o fortalecimento histórico e comunitário dessas práticas. A certificação traria legitimidade pública e reconhecimento a espaços que já exercem, na prática, a função de guardiões da memória social afrodescendente, promovendo maior visibilidade e apoio à sua continuidade.

Apesar da importância das propostas encaminhadas, não houve retorno da Secretaria Especial de Cultura quanto à solicitação de reunião para o encaminhamento das pautas

deliberadas coletivamente. O silêncio institucional, infelizmente, refletiu o cenário político da época marcado por um governo federal de orientação conservadora, que promoveu o desmonte de estruturas fundamentais de participação social, como o próprio Ministério da Cultura, e que demonstrou desinteresse em dialogar com os setores da cultura popular e tradicional.

3.3.5 Carta ao Iepha-MG: estratégias de salvaguarda e valorização dos Reinos e Congados nas políticas estaduais de patrimônio

O Iepha-MG é o órgão responsável pela gestão da política de proteção do patrimônio cultural mineiro, atuando na coordenação do ICMS Patrimônio Cultural e na orientação técnica aos municípios para o reconhecimento e a valorização dos bens culturais. A participação do Instituto na mesa de abertura do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados e nos grupos de trabalho, demonstrou, já naquele momento, uma disposição institucional ao diálogo. Por essa razão, optou-se por apresentar diretamente ao Iepha-MG um conjunto de propostas voltadas ao aprimoramento do ICMS Patrimônio Cultural, à ampliação das estratégias de salvaguarda e à valorização dos grupos de Congado e Reinado como sujeitos ativos da política patrimonial.

A primeira proposta encaminhada, sugere o aprimoramento do ICMS Patrimônio Cultural como instrumento de incentivo à circulação das culturas tradicionais no território mineiro. Nesse sentido, foi solicitado que se crie uma pontuação específica no ICMS do Patrimônio Cultural para municípios que destinarem parte do recurso ao intercâmbio cultural, conforme registrado na carta:

Ou seja, os municípios que comprovarem investimento, no pagamento de transporte, para circulação de grupos de reinados e congados no estado de Minas Gerais, poderão receber uma pontuação específica, a fim de estimular esta ação e contribuir na garantia do direito de intercâmbio cultural. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A proposta parte da compreensão de que a circulação é uma dimensão central para a vitalidade das expressões culturais populares. Ao reconhecer e estimular financeiramente os municípios que investirem nesse aspecto, o Estado fomenta a continuidade das tradições e fortalece os vínculos intercomunitários, o reconhecimento público dos grupos e o intercâmbio de saberes entre territórios. Inserir esse critério no sistema de pontuação do ICMS cultural

seria um passo concreto para alinhar a política de patrimônio à dinâmica viva das manifestações culturais afrodescendentes em Minas Gerais. Além disso, estimula uma lógica de corresponsabilidade municipal: quanto maior o investimento no intercâmbio cultural, maior a pontuação obtida e, conseqüentemente, maior a parcela de repasse financeiro, incentivando ações estruturantes e contínuas de fomento à cultura popular.

A segunda proposta encaminhada ao Iepha-MG versa sobre a necessidade de incorporação de diretrizes voltadas às políticas sociais no escopo das ações de salvaguarda previstas no dossiê de registro dos Reinados e Congados como Patrimônio Cultural de Minas Gerais. A articulação entre política patrimonial e políticas públicas de proteção social, como segurança alimentar, habitação, saúde e assistência, é imprescindível para garantir que os detentores do bem cultural mantenham suas práticas, e façam em contextos de dignidade e permanência territorial.

A terceira proposta busca incluir, no sistema de pontuação do ICMS Patrimônio Cultural, critérios específicos para os municípios que realizarem repasses financeiros diretos aos mestres ou aos grupos de Congado e Reinado, por meio de CPF ou CNPJ, com base em planos de ação simplificados:

Incluída pontuação específica no ICMS do Patrimônio Cultural aos municípios que realizarem transferência de recursos, financeiros, para representantes de grupos de reinados e congados, por meio do CPF ou CNPJ, mediante plano de ação simplificado. Visando desta forma a salvaguarda e promoção do Patrimônio Cultural com protagonismo dos detentores dos bens culturais. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A medida visa incentivar os municípios a adotarem essa prática, ampliando sua pontuação e, conseqüentemente, o valor recebido pelo ICMS cultural. Além disso, ao permitir transferências diretas e desburocratizadas, desde que fundamentadas em planos de ação simplificados, contribui-se para a democratização do acesso aos recursos e para a efetivação de políticas patrimoniais mais participativas e aderentes à realidade das comunidades tradicionais.

A quarta proposta direcionada ao Iepha-MG propõe a inclusão, nas recomendações das ações de salvaguarda do Congado e Reinado, de medidas voltadas ao reconhecimento formal dos lugares associados a essas expressões culturais. Tais espaços, como sedes de guardas, capelas, terreiros, casas de festeiros e outros locais tradicionalmente ocupados, são

elementos estruturantes da prática cultural, pois constituem os territórios onde se materializam os rituais, as celebrações e os vínculos comunitários.

Do ponto de vista técnico, reconhecer esses espaços como parte integrante do bem imaterial registrado implica adotar uma abordagem territorializada das políticas de salvaguarda, superando a visão restrita ao evento ou à manifestação. Essa diretriz permite avançar na proteção dos suportes materiais e simbólicos da tradição, garantindo que os lugares de memória e de vivência coletiva também sejam objeto de ações específicas no âmbito da política patrimonial.

A quinta e última proposta recomenda:

Criar uma comissão com representação de membros de reinados e congados e servidores do Iepha para formulação e disponibilização de material impresso e digital, contendo orientações de boas práticas de educação patrimonial, salvaguarda e promoção dos reinados e congados para gestão municipal e incluir a apresentação deste material nas edições da Rodada Mineira do ICMS Patrimônio Cultural. (Carta, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022)

A proposição evidencia a necessidade de produzir materiais formativos que orientem tecnicamente os municípios quanto às ações voltadas às culturas tradicionais, construídos com a participação ativa dos próprios detentores dos bens. Ao propor sua inclusão na Rodada Mineira, busca-se assegurar a circulação qualificada dessas diretrizes no espaço oficial de interlocução entre o Iepha-MG e os gestores locais, ampliando o alcance e a efetividade das ações de salvaguarda. O Iepha-MG acolheu a solicitação de diálogo encaminhada pelo Fórum. A reunião foi realizada no dia 19 de abril de 2022, ocasião em que a carta foi apresentada com suas propostas diretamente à equipe técnica deste órgão.

3.3.6. Carta ao IPHAN: estratégias de salvaguarda e valorização dos Reinos e Congados nas políticas estaduais de patrimônio

A carta foi direcionada ao IPHAN, órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, com competência legal para realizar registros de bens culturais de natureza imaterial e formular planos de salvaguarda. Vinculado atualmente ao Ministério da Cultura, o IPHAN é referência na promoção de políticas patrimoniais que articulam os saberes tradicionais à proteção institucional, sendo um dos principais instrumentos para a valorização de expressões culturais como o Congado e o Reinado.

Durante o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, a participação da superintendência regional do IPHAN na mesa de abertura sinalizou um importante gesto de abertura ao diálogo. A partir desse encontro, servidores do IPHAN e os detentores do bem, elaboraram de forma coletiva, propostas concretas voltadas ao fortalecimento da política de salvaguarda federal.

A primeira proposta apresentada ao IPHAN solicita a inclusão, no plano de salvaguarda federal, de investimentos específicos voltados ao intercâmbio cultural dos grupos de Reinado e Congado, por meio de editais simplificados. Essa demanda expressa a importância da circulação entre comunidades como elemento vital da prática cultural congadeira, sendo recorrente nas cartas encaminhadas a outras instâncias, como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, as Câmaras Municipais e a Secretaria Especial de Cultura.

No documento encaminhado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e à Secretaria Estadual de Cultura e Turismo, por exemplo, o intercâmbio aparece como eixo de um edital específico proposto no Programa Mineiro de Valorização dos Reinados e Congados. Já na carta direcionada aos municípios, a demanda se materializa na solicitação de recursos públicos para custear o transporte de irmandades em eventos intermunicipais. Também na carta enviada à Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal, a criação de um programa nacional de intercâmbio foi uma das primeiras proposições elencadas. Ao reiterar essa proposta junto ao IPHAN, os participantes do Fórum reforçam a necessidade de que a política de salvaguarda federal registre o bem cultural e assuma compromissos efetivos com sua vitalidade presente, o que exige a institucionalização do direito ao intercâmbio como mecanismo de salvaguarda ativa.

A segunda proposta encaminhada ao IPHAN solicita que o Plano de Salvaguarda previsto no processo de registro dos bens culturais imateriais inclua, de forma expressa, ações intersetoriais vinculadas às políticas sociais. A demanda parte da compreensão de que a continuidade e a transmissão das práticas culturais dos Reinados e Congados estão diretamente ligadas às condições de vida de seus praticantes. Essa proposta já havia sido levantada em outros encaminhamentos do Fórum, especialmente na carta endereçada à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, na qual as comunidades reivindicam ações de segurança alimentar, assistência social e atenção às questões de saúde e vulnerabilidade social.

Trata-se, portanto, de propor que o dossiê de registro, instrumento técnico que fundamenta o reconhecimento de um bem como patrimônio cultural do Brasil, reconheça, em

suas diretrizes de salvaguarda, a necessidade de articulação com outras esferas da política pública, como saúde, educação, assistência social e desenvolvimento rural.

A terceira proposta encaminhada ao IPHAN reivindica a inclusão, nas ações de salvaguarda, de medidas voltadas ao reconhecimento formal dos lugares associados ao bem cultural. Esse entendimento aparece em outras cartas elaboradas no âmbito do Fórum, especialmente nas correspondências enviadas à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e ao Iepha-MG.

A carta foi apresentada ao IPHAN em reunião realizada no dia 28 de abril de 2022, quando representantes do Fórum expuseram as propostas à equipe técnica do Instituto, que acolheu o diálogo e abertura para considerar as demandas apresentadas.

As cartas analisadas neste tópico configuram instrumentos políticos de reivindicação coletiva, nos quais as comunidades de Congado e Reinado se afirmam como sujeitos coletivos de direito, nos termos do art. 215 da Constituição Federal, que assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais, e do art. 216, que reconhece as manifestações das culturas populares como patrimônio brasileiro.

Ao formular proposições claras, fundamentadas e dirigidas a diferentes esferas do poder público, esses grupos demonstram domínio dos trâmites institucionais e articulam demandas compatíveis com os marcos legais e administrativos do Estado. No entanto, a análise revela assimetrias na resposta estatal: enquanto algumas instituições acolheram o diálogo e promoveram reuniões para escuta e encaminhamento das pautas, outras permaneceram inertes, sem qualquer devolutiva. Tal dissociação entre direito formal e efetividade expõe os limites do modelo participativo vigente, que carece de mecanismos de responsabilização diante da omissão do Estado.

3.4. As Cartas como Ferramenta de Mobilização e Articulação Política

As cartas produzidas no âmbito do Fórum Mineiro de Reinados e Congados não se restringem à função declaratória de demandas sociais. Elas operam como instrumentos político-jurídicos de provocação institucional, formalizando a manifestação de interesse coletivo e buscando incidir sobre a agenda pública. Ainda que não possuam natureza vinculante, sua elaboração e entrega configuram um exercício legítimo de participação social previsto no ordenamento constitucional, com potencial para desencadear respostas administrativas, fomentar processos deliberativos e subsidiar futuras normatizações.

A entrega presencial das cartas representa uma estratégia de incidência institucional que reforça a legitimidade dos sujeitos que as assinam. Na sequência, as imagens anexadas a este tópico ilustram dois movimentos complementares: de um lado, os registros das reuniões realizadas com os órgãos públicos que ouviram as demandas, no último capítulo vamos analisar se foram de fato implementadas; de outro, os momentos em que lideranças congadeiras realizaram a entrega das cartas aos legislativos municipais e nas prefeituras. Ambas as ações evidenciam o duplo papel das cartas enquanto ferramenta técnica de formulação institucional e instrumento de visibilidade política dos povos do Rosário.

3.4.1. Registros das Reuniões Institucionais com Órgãos de Cultura: Secult-MG, IPHAN e Iepha-MG (2022)

Abaixo estão os registros das reuniões realizadas com a Secult-MG, o Iepha-MG e o IPHAN, nas quais as propostas construídas no âmbito do Fórum foram formalmente apresentadas e debatidas. Esses encontros permitiram, a escuta ativa das posições e orientações de cada órgão envolvido. Apesar desses avanços, não foi possível viabilizar reuniões com a Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo, a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (Cepct-MG), a Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal e a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Essa dificuldade em garantir o agendamento das reuniões revela um dos principais obstáculos enfrentados pelas comunidades tradicionais: a limitação do acesso aos espaços institucionais e a morosidade, ou resistência, na escuta formal de suas proposições. Se o agendamento de uma reunião já se apresenta como um desafio, a efetivação das propostas torna-se ainda mais complexa. Como veremos no tópico em que analisamos a implementação das propostas.

Embora as reuniões com o Iepha-MG, IPHAN e Secult-MG tenham representado momentos relevantes de abertura institucional e escuta das demandas apresentadas, cabe registrar uma limitação importante: os encontros não foram gravados e as atas produzidas são breves e pouco detalhadas, não refletindo com fidelidade a complexidade dos diálogos estabelecidos. Tal lacuna compromete a documentação formal do processo participativo e dificulta o acompanhamento dos desdobramentos efetivos das proposições apresentadas, revelando a necessidade de aprimorar os mecanismos de registro e devolutiva nos espaços de interlocução entre comunidades tradicionais e instituições públicas.

Figura 29. Leitura da Carta com a Secult-MG



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 30. Leitura da Carta com o Iepha-MG



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 31. Leitura da Carta com o IPHAN



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

3.4.2. Registros da Entrega das Cartas às Câmaras Municipais e Prefeituras pelos Detentores do Bem Cultural

Abaixo estão os registros fotográficos de mestres, mestras, capitães e integrantes de guardas de Congado e Reinado entregando as cartas nas Câmaras Municipais de seus territórios. Ao todo, recebemos quatorze imagens, um número pequeno se comparado à quantidade de municípios presentes no Fórum, que contou com mais de cem representações.

Essa diferença chama atenção para um desafio importante na articulação territorial: mesmo com ampla adesão às propostas, a mobilização para a entrega formal das cartas foi desigual. Isso mostra que, além da construção coletiva dos documentos, ainda é preciso pensar em formas mais eficazes de apoiar e acompanhar os grupos nas ações políticas locais. Também não foi possível sistematizar, até o momento, quais municípios efetivaram mudanças concretas a partir das proposições, o que reforça a importância do monitoramento e da continuidade dos processos após a entrega das cartas.

Figura 32. Leitura da Carta na Câmara de Vereadores de Itabira



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 33. Leitura da Carta na Câmara de Vereadores de Mateus Leme



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 34. Leitura da Carta na Prefeitura de Mateus Leme



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 35. Leitura da Carta na Câmara de Divinópolis



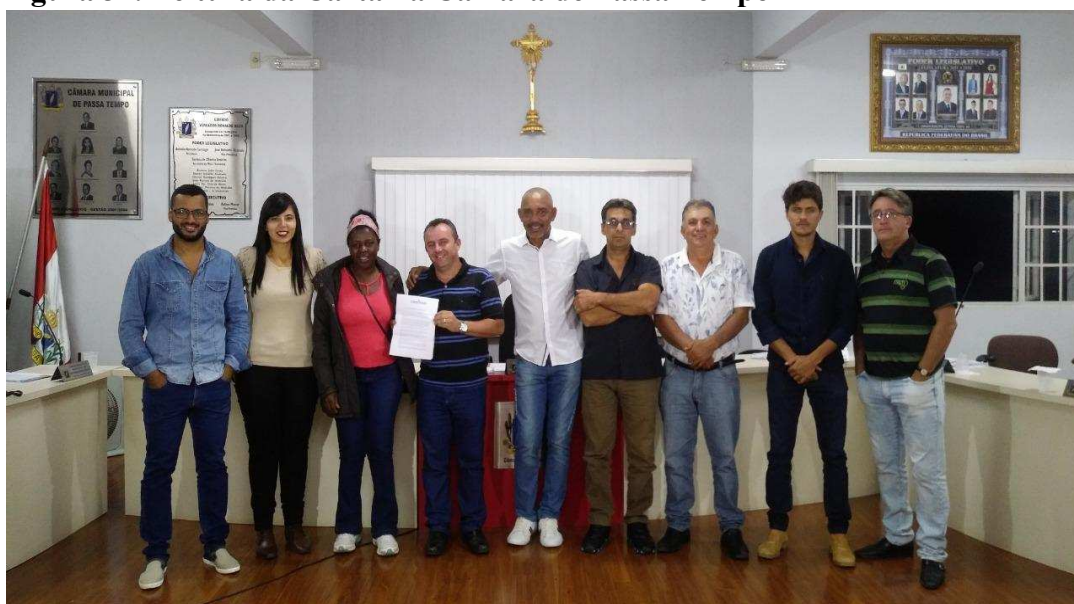
Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 36. Entrega da Carta ao Secretário de Cultura de Passa Tempo



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 37. Leitura da Carta na Câmara de Passa Tempo



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 38. Entrega da Carta na Câmara de Barbacena



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 39. Entrega da Carta no município de Lages



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 40. Entrega da Carta na Câmara de Uberlândia



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 41. Entrega da Carta ao Prefeito e Secretária de Cultura de São Domingos das Dores



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 42. Entrega da Carta na Câmara Municipal de Ilícinea



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 43. Entrega da Carta na Câmara Municipal de Itatiaiuçu



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 44. Entrega da Carta ao Presidente da Câmara de Timóteo



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 45. Entrega da Carta na Câmara de Paula Cândido



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 46. Entrega da Carta ao Prefeito de João Monlevade



Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Figura 47. Entrega da Carta no Município de Vespasiano



No último dia 30/05 representantes das guardas de Congado de Vespasiano, estiveram reunidos no gabinete da prefeita Ilce Rocha, para fazer a entrega da carta do 1º Fórum de Reinados e Congados.

Na oportunidade a prefeita juntamente com a secretária municipal de cultura, informou que irá disponibilizar verba para confecção das indumentárias dos grupos de congados pertencentes a Associação Nossa Senhora do Rosário de Vespasiano.



No último dia 31/05 estiveram no Auditório da Câmara Municipal de Vespasiano, o Sr. Valdeci Gomes e Sibely Alves, representando a Associação Nossa Senhora do Rosário de Vespasiano para a entrega da carta do 1º Fórum mineiro de Reinados e Congados.

Na oportunidade o presidente da casa legislativa Sr. Dorivaldo Oliveira, instituiu uma comissão especial para tratar de assuntos pertinentes aos grupos de congado.

Fonte: Acervo do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Ainda que nem todos os municípios tenham realizado a entrega formal das cartas, o que foi feito já representa um avanço importante. O simples fato de os detentores do bem reconhecerem seus direitos e se organizarem para dialogar com o poder público é, por si só,

um passo decisivo rumo ao fortalecimento das tradições e à construção de políticas culturais mais justas.

3.4. Contribuições do Fórum para a salvaguarda dos Reinados e Congados

Neste tópico, vamos olhar com atenção para aquilo que, de fato, foi colocado em prática após o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados. A ideia é mostrar até onde conseguimos avançar, o que foi acolhido pelas instituições e o que ainda precisa caminhar. Mais do que listar resultados, é preciso entender os caminhos que se abriram, os que ainda estão por construir e os aprendizados que esse processo trouxe para quem luta, há tanto tempo, por respeito, reconhecimento e presença nas decisões que afetam a vida dos congadeiros e reinadeiros. Dessa forma, é possível analisar a teoria da participação social e a prática, onde ela avança e onde encontra barreiras.

3.4.1. Propostas encaminhadas à Secult-MG e à Comissão de Cultura da ALMG

Ainda que redigidas em documentos distintos, as propostas direcionadas à Secult-MG e à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais convergiam em um mesmo conjunto de reivindicações. Essa duplicidade estratégica buscou alcançar, simultaneamente, as instâncias responsáveis pela execução e pela mediação legislativa das políticas culturais no estado de Minas Gerais.

O núcleo das propostas concentra-se na criação do Programa Mineiro de Valorização dos Reinados e Congados, composto por três editais e por uma comissão mista responsável pelo desenvolvimento de uma plataforma digital de envio e mapeamento. A seguir, analisamos o que foi acolhido, o que permanece em aberto e o que esse processo revela sobre os limites e possibilidades da participação social na formulação de políticas públicas para as culturas tradicionais afro-mineiras.

Quadro 1. Propostas Apresentadas à Secult-MG e à ALMG

Nº	PROPOSTAS
1	Incluir no PL 2976/2021 “Descentra Cultura” o Programa Mineiro de Valorização dos Reinados e Congados:

2	Edital “Trilhas dos Reinados e Congados” – apoio à circulação entre territórios
3	Edital “Valorizando os Reinados e Congados Mineiro” – fomento direto às práticas
4	Edital “Mestres e Mestras do Congado” – premiação e valorização dos detentores do bem
5	Criação de uma comissão mista com representantes da SECULT e das comunidades
6	Desenvolvimento de uma plataforma digital exclusiva para envio de projetos e mapeamento

Fonte: Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

A análise comparativa entre as proposições formuladas pelo Fórum Mineiro de Reinados e Congados e os desdobramentos legislativos e institucionais observados até o ano de 2025 revela um cenário de implementação parcial e, em muitos aspectos, fragmentado. Embora as cartas tenham sido enviadas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e à Secult-MG, e mesmo diante da realização de reuniões formais com representantes da Secult-MG, as propostas, como a criação de uma comissão mista, a institucionalização de três editais específicos e o desenvolvimento de uma plataforma digital própria para o Programa de Valorização dos Reinados e Congados não foram plenamente incorporadas à legislação ou traduzidas em políticas permanentes.

A Lei nº 24.462/2023, Descentra Cultura, apresentada na mesa de abertura do Fórum pelo Secretário Estadual de Cultura Leônidas, representa um avanço normativo relevante, mas não suficiente. Apesar de prever, em seu artigo 21, a modalidade de premiação para pessoas físicas por atuação na cultura popular, o artigo 24 impõe exigência de contrapartida simplificada, como proposto. Além disso, embora a lei estadual mencione mecanismos voltados aos povos e comunidades tradicionais como a possibilidade de inscrição oral e busca ativa (§§6º e 7º do art. 8º), sua regulamentação ainda é limitada, e os instrumentos permanecem subutilizados.

Por outro lado, destaca-se o lançamento do Edital FEC 02/2023 Congadeiros Premiação Pessoa Física, voltado ao reconhecimento de mestres e mestras do Congado em Minas Gerais. Embora não se possa afirmar que o edital seja resultado direto das cartas enviadas pelo Fórum, ele dialoga com muitas das reivindicações apresentadas, especialmente no que diz respeito à valorização dos detentores de saberes tradicionais e à simplificação do acesso ao fomento cultural. Viabilizado por emenda parlamentar da Deputada Estadual Andreia de Jesus, o edital destinou R\$352.133,45 à premiação de 20 mestres(as), cada um(a)

recebendo R\$17.606,67. A iniciativa, mesmo que pontual, sinaliza um avanço no reconhecimento institucional das culturas afro-mineiras, e evidencia que a pauta do Fórum encontra, ainda que de forma fragmentada, ressonância nas políticas públicas culturais do Estado.

Essa distância entre o que foi demandado e o que foi efetivamente incorporado nas ações do Estado sinaliza um descompasso entre escuta institucional e ação governamental. A ausência de medidas concretas, revela os limites da disposição estatal em transformar participação em resposta efetiva.

Do ponto de vista da participação social, o caso aponta para um desafio recorrente nas democracias contemporâneas: a existência de canais de escuta que não necessariamente se convertem em canais de transformação. Ainda que o Fórum tenha conseguido inserir suas pautas no debate público e gerar mobilização significativa, a morosidade e a seletividade na resposta do Estado evidenciam a persistência de barreiras institucionais, muitas vezes burocráticas, mas também políticas e culturais, para o reconhecimento pleno das expressões afrodescendentes como sujeitos legítimos de políticas públicas.

Por outro lado, o próprio processo de produção, entrega e discussão das cartas já constitui, por si só, um exercício relevante de cidadania ativa e incidência política territorializada. Ainda que não tenha havido implementação integral das propostas, o gesto de formalizar demandas e apresentá-las às instâncias competentes representa um avanço na construção de um repertório político coletivo e na afirmação dos direitos culturais das comunidades de Reinado e Congado.

3.4.2. Propostas encaminhada aos Gestores Municipais, à Câmara Municipal e a Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo de Minas Gerais

As propostas destinadas aos gestores municipais, às câmaras de vereadores e à Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo foram estruturadas com o mesmo conteúdo, mas enviadas a diferentes instâncias, de modo estratégico. O objetivo foi alcançar todos os níveis de gestão local, ampliando as possibilidades de escuta e comprometimento com a pauta dos Congados e Reinados em seus respectivos territórios. A carta apresenta um conjunto de reivindicações que articula reconhecimento institucional, alocação de recursos do ICMS Patrimônio Cultural e ICMS Turismo, políticas de circulação e educação patrimonial, além de mecanismos de apoio à formalização das guardas e irmandades. Ao mobilizar tanto o

executivo quanto o legislativo municipal, bem como uma rede estadual de articulação, o Fórum buscou garantir capilaridade à sua incidência política, apostando na força da territorialidade e na construção de compromissos públicos a partir das realidades locais.

Quadro 2. Propostas apresentadas a Gestores, Câmaras Municipais e a Rede Estadual de Gestores

Nº	PROPOSTAS
1	Destinação de parte dos recursos do ICMS Patrimônio Cultural para manutenção de grupos e sedes de Congado e Reinado
2	Destinação de parte dos recursos do ICMS Turismo para festas e encontros de Reinado e Congado
3	Custeio de transporte para participação dos grupos em eventos intermunicipais
4	Inclusão dos mestres, mestras e grupos nas ações de educação patrimonial com remuneração adequada
5	Incentivo à participação dos grupos em festivais gastronômicos e festas oficiais do município
6	Oferta de cursos de qualificação jurídica e contábil para formalização de coletivos e associações
7	Reconhecimento formal dos Reinados e Congados como patrimônio imaterial municipal, incluindo seus espaços associados
8	Criação de editais específicos para mestres(as) e coletivos, com inscrição e prestação de contas simplificadas

Fonte: Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Apesar da entrega das cartas às Câmaras Municipais e gestores locais em diversos territórios mineiros, não foi possível realizar um monitoramento sistemático das ações efetivamente implementadas a partir dessas proposições. A ausência de retorno documentado por parte da maioria dos municípios e a limitação de mecanismos de acompanhamento dificultaram a consolidação de um diagnóstico mais preciso sobre os desdobramentos locais. A única experiência conhecida até o momento é a do município de Vespasiano, onde foi instituída uma comissão específica voltada aos assuntos relacionados aos Congadeiros e Reinadeiros, além da destinação de recursos públicos para confecção de indumentárias. Para os demais municípios, contudo, não há informações disponíveis que permitam avaliar se houve encaminhamentos concretos. Isso mostra como ainda faz falta um acompanhamento

mais próximo e contínuo, que ajude a garantir que as propostas realmente saiam do papel e que os municípios deem retorno sobre o que foi ou não feito.

3.4.3. Propostas encaminhada a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (Cepct-MG)

As propostas direcionadas à Cepct-MG foram pensadas com o objetivo de inserir as comunidades congadeiras no campo das políticas de reconhecimento territorial e proteção social, reconhecendo nelas sujeitos coletivos de direitos, com demandas ligadas à regularização fundiária, segurança alimentar, assistência social e enfrentamento à violência. A carta enviada pelo Fórum apresentava um conjunto articulado de proposições que dialogavam diretamente com as competências da Cepct-MG e buscavam articular ações intersetoriais de apoio às comunidades detentoras do bem cultural.

Quadro 3. Propostas para a Cepct-MG

Nº	PROPOSTAS
1	Apoio técnico para certificação e regularização fundiária dos territórios, sedes e capelas utilizados tradicionalmente pelas comunidades congadeiras.
2	Elaboração de cartilha orientadora com informações claras sobre o processo de certificação e regularização dos territórios tradicionais.
3	Articulação da CEPCT-MG com a Defensoria Pública e o Ministério Público para apoio jurídico nos processos de titulação dos espaços tradicionais.
4	Solicitação de ações de segurança alimentar, como a disponibilização de cestas básicas para integrantes de grupos de Congado e Reinado em situação de vulnerabilidade.
5	Encaminhamento de demandas relativas à saúde mental, violência de gênero e dependência química para os órgãos estaduais competentes, com foco na garantia de direitos nas comunidades congadeiras.

Fonte: Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

No entanto, não conseguimos dar encaminhamento das propostas junto a comissão, não foi possível marcar uma reunião para apresentar e discutir o conteúdo da carta, o que acabou dificultando qualquer tipo de acompanhamento ou diálogo mais próximo. Sabemos que a Comissão tem um papel importante na escuta e na articulação das políticas voltadas

para os povos e comunidades tradicionais, e justamente por isso, fica o desejo de que esse canal de conversa possa ser fortalecido daqui pra frente, nas próximas edições do Fórum.

3.4.3. Propostas encaminhadas à Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal

A carta enviada ao Governo Federal em 2022 não obteve resposta formal, tampouco houve agendamento de reunião com a então Secretaria Especial de Cultura. Esse silêncio institucional reflete o contexto político da época.

Quadro 4. Propostas para a Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal

Nº	PROPOSTAS
1	Ampliação do Prêmio Culturas Populares, com maior orçamento, realização anual e possibilidade de inscrição simultânea por grupo e mestre(a)
2	Criação de um Programa de Intercâmbio Cultural para grupos e coletivos das culturas populares
3	Criação de edital específico voltado ao turismo religioso
4	Retomada do Prêmio Culturas Afro-Brasileiras
5	Criação de edital voltado ao reconhecimento e fomento dos Pontos de Memória dos Reinados e Congados

Fonte: Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Com a reestruturação do Ministério da Cultura a partir de 2023 e a recriação de instâncias de participação social, espera-se que o diálogo entre o Governo Federal e os movimentos culturais populares seja retomado de forma mais consistente. A expectativa é que pautas como as apresentadas pelo Fórum possam, enfim, encontrar espaço de escuta e possibilidade de implementação em políticas públicas mais inclusivas e descentralizadas.

3.4.4. Propostas encaminhada ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) demonstrou, desde o início, uma postura de abertura ao diálogo com as comunidades de

Congado e Reinado. A participação de representantes do Instituto na mesa de abertura do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, bem como nos grupos de trabalho temáticos, foi um gesto importante de reconhecimento institucional e de valorização do processo coletivo de escuta promovido pelo evento. Após o encerramento do Fórum, o Iepha-MG também se mostrou disponível para aprofundar a interlocução, realizando uma reunião específica com os organizadores para conhecer, em detalhes, as propostas apresentadas por meio das cartas. Essa disposição para o diálogo contínuo permitiu que as demandas fossem formalmente apresentadas e debatidas com a equipe técnica do órgão, criando um canal legítimo de escuta e potencial influência sobre os rumos da política patrimonial no estado.

Quadro 5. Propostas apresentadas ao Iepha-MG

Nº	PROPOSTAS
1	Criar pontuação específica no ICMS Patrimônio Cultural para os municípios que destinarem parte de seus recursos ao intercâmbio cultural.
2	Incluir políticas sociais entre as recomendações das ações de salvaguarda no dossiê de registro dos Reinados e Congados como Patrimônio Cultural de Minas Gerais.
3	Criar pontuação específica no ICMS Patrimônio Cultural para municípios que realizarem repasses financeiros diretos a representantes de grupos de Reinado e Congado, por meio de CPF ou CNPJ, com base em plano de ação simplificado.
4	Incluir, nas recomendações das ações de salvaguarda, iniciativas voltadas ao reconhecimento formal dos lugares associados ao bem cultural.
5	Criar uma comissão com participação de membros dos Reinados e Congados e servidores do IEPHA

Fonte: Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Com base na análise comparativa entre as propostas encaminhadas pelo Fórum Mineiro de Reinados e Congados ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), datadas de 18 de março de 2022, e os dispositivos normativos estabelecidos pela Portaria Iepha-MG nº 34/2024, constata-se a incorporação de avanços pontuais e relevantes.

Para verificar em que medida tais mudanças podem ter sido influenciadas pelas proposições do Fórum, a análise considerou também os normativos anteriores especialmente a Portaria nº 34/2021, vigente antes do envio das cartas, bem como as Portarias nº 35/2022 e nº 47/2023. Essa abordagem permitiu identificar o momento exato de introdução de

determinadas alterações, como forma de avaliar a escuta institucional e os possíveis efeitos da mobilização das comunidades de Congado e Reinado na política de salvaguarda patrimonial do Estado.

A análise comparativa entre as Portarias do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) especialmente as de nº 34/2021, nº 35/2022, nº 47/2023 e nº 34/2024, evidencia um avanço importante no que se refere à proposta apresentada pelo Fórum Mineiro de Reinados e Congados sobre o incentivo à circulação cultural. As cartas do Fórum, datadas de março de 2022, solicitavam a criação de pontuação específica no ICMS Patrimônio Cultural para municípios que destinassem parte de seus recursos ao custeio de transporte de grupos de Congado e Reinado, com o objetivo de garantir o direito ao intercâmbio cultural como mecanismo de salvaguarda.

Essa demanda, entretanto, não se encontrava contemplada nas portarias anteriores à mobilização do Fórum. A Portaria nº 34/2021 e a nº 35/2022, vigentes antes e meses após o envio das cartas, não previam a possibilidade de pontuação para essa finalidade. Somente a partir da Portaria nº 47/2023 é que o transporte de integrantes de grupos detentores passou a ser incluído como item pontuável, sinalizando um primeiro reconhecimento normativo da importância da mobilidade cultural. Esse critério foi mantido na Portaria nº 34/2024, no item 2.6.2.5 do Quadro QIB, que estabelece pontuação para "transporte para participação dos integrantes do grupo detentor em ações que viabilizem a transmissão de saberes, premiações, concursos e festivais".

Embora não seja possível afirmar com total segurança que a inclusão se deu exclusivamente em função das proposições do Fórum, a sequência temporal e o teor das mudanças indicam um possível diálogo entre a mobilização das comunidades congadeiras e os ajustes normativos implementados pelo Iepha-MG. Trata-se, portanto, de um avanço concreto no reconhecimento institucional das necessidades logísticas associadas às expressões culturais imateriais, ainda que a implementação e efetividade desse critério dependam da adesão e iniciativa dos municípios.

Outro ponto significativo diz respeito à solicitação do Fórum para que ações sociais e educativas fossem incorporadas de maneira mais concreta às estratégias de salvaguarda dos bens culturais imateriais. Esse pedido foi acolhido posteriormente, com a publicação da Portaria Iepha-MG nº 47/2023, que passou a prever, no Quadro QIB, itens como doação de cesta básica para famílias em vulnerabilidade social, apoio manutenção de espaços

tradicionais, ações educativas, premiações, bolsas e subvenções diretas a mestres e grupos culturais.

Nenhum desses dispositivos constava na Portaria anterior (Iepha-MG nº 06/2021), tampouco na Portaria nº 35/2022, publicada seis meses após o envio das cartas do Fórum, o que reforça a hipótese de que as proposições apresentadas pelas comunidades contribuíram diretamente para o aprimoramento da normativa. Esses avanços foram mantidos na Portaria nº 34/2024, consolidando um novo patamar de reconhecimento institucional das condições de produção e reprodução cultural dos detentores de saberes afrodescendentes em Minas Gerais.

Uma das propostas apresentadas pelo Fórum foi a criação de formas mais simples de repassar recursos diretamente aos grupos de Congado e Reinado, seja por meio do CPF ou do CNPJ, com planos de ação mais acessíveis. A Portaria Iepha-MG nº 34/2024 avança nesse sentido ao incluir, no Quadro QIB, a possibilidade de pontuação para ações realizadas por meio de editais, convênios, termos de colaboração e até subvenções diretas aos detentores de bens culturais registrados (itens 2.6.2.6 e 2.6.2.10). Esse tipo de previsão não aparecia na portaria de 2021, o que mostra que houve uma mudança importante. Ainda que os repasses exijam planos de aplicação detalhados e não adotem, por enquanto, um modelo mais simples como o sugerido, já é um passo relevante para reconhecer que os próprios grupos podem e devem estar no centro das ações de salvaguarda.

A valorização das manifestações culturais afrodescendentes, especialmente aquelas vinculadas ao Programa Afro mineiridade, aparece de forma recorrente nas portarias do Iepha-MG a partir de 2022. A Portaria nº 35/2022 já previa, no Quadro QIB (item II, 5.3), a possibilidade de pontuação específica para municípios que celebrassem convênios com grupos detentores ou realizassem editais de premiação direta, mediante comprovação dos repasses. Essa diretriz foi mantida nas portarias subsequentes, inclusive na nº 34/2024, sinalizando um esforço institucional de continuidade no reconhecimento e incentivo a essas expressões culturais.

Trata-se de um passo importante ao permitir que as iniciativas de salvaguarda protagonizadas pelos próprios detentores do bem recebam apoio institucional e sejam consideradas como critérios objetivos de pontuação no ICMS Patrimônio Cultural. Embora ainda não exista uma linha autônoma para o Congado, a conexão com o Afro mineiridade abre caminhos para o fortalecimento das expressões afrodescendentes nos territórios, em diálogo com as propostas encaminhadas pelo Fórum.

A proposta de criação de uma comissão específica para elaboração de materiais de apoio e orientações sobre boas práticas de educação patrimonial ainda não foi formalizada. No entanto, o Quadro IIIC da Portaria mantém a possibilidade de pontuação para ações de educação para o patrimônio, o que pode abrir margem para iniciativas nesse sentido, desde que estimuladas por políticas municipais.

Uma das propostas encaminhadas pelo Fórum Mineiro de Reinados e Congados ao Iepha-MG dizia respeito à inclusão, nas ações de salvaguarda, de medidas voltadas ao reconhecimento formal dos lugares associados ao bem cultural, como capelas, sedes e espaços de celebração. Essa demanda foi contemplada no dossiê de registro do Congado como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, aprovado em 2024. O documento reconhece a importância dos territórios e espaços físicos ligados à manifestação, prevendo que o Plano de Salvaguarda deve contemplar ações voltadas à valorização e proteção desses lugares, entendendo-os como parte essencial da dinâmica cultural dos Reinados e Congados.

O Dossiê também acolheu uma das solicitações centrais do Fórum: a inclusão de políticas sociais entre as estratégias de salvaguarda. No item 2.8 do Eixo 2 - Gestão Participativa e Sustentabilidade, o documento propõe explicitamente que o Estado articule ações junto aos municípios e demais órgãos governamentais, em todas as esferas, com vistas ao fortalecimento de políticas sociais voltadas aos reinadeiros e congadeiros.

Ainda que não seja possível afirmar com certeza que os critérios presentes na Portaria Iepha-MG nº 34/2024 resultaram diretamente das proposições encaminhadas pelo Fórum Mineiro de Reinados e Congados, os avanços observados representam, sem dúvida, um passo importante na construção de uma política pública de patrimônio imaterial mais sensível à diversidade cultural afrodescendente

3.4.4. Propostas encaminhada ao IPHAN

O IPHAN esteve presente na mesa de abertura do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados e também participou dos grupos de trabalho temáticos, contribuindo para a construção coletiva das propostas apresentadas. Após o evento, o órgão aceitou o convite para uma reunião específica de devolutiva, na qual representantes das comunidades puderam apresentar detalhadamente suas proposições. Esse espaço de escuta institucional foi importante para dar continuidade ao diálogo iniciado durante o Fórum e para reforçar a presença do IPHAN no processo de formulação das políticas de salvaguarda voltadas aos

bens culturais afrodescendentes. A seguir, analisamos se as demandas encaminhadas ao IPHAN foram consideradas no Dossiê Preliminar de Registro dos Reinados e Congados como Patrimônio Cultural do Brasil.

Quadro 6. Propostas apresentadas ao IPHAN

Nº	PROPOSTAS
1	Incluir no plano de salvaguarda do IPHAN investimento em intercâmbio cultural dos grupos de reinados e congados, através de editais simplificados pelo IPHAN.
2	Incluir ações de políticas sociais nas recomendações de salvaguarda no Dossiê de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.
3	Incluir nas recomendações das ações de salvaguarda, iniciativas de reconhecimento dos lugares associados ao bem cultural.
4	Criação de uma Comissão com participação de membros indicados pelo 1º Fórum Mineiro de Reinados e Congados para criação do Mapa dos Congados e Reinados do Brasil, a ser publicado na forma impressa e virtual.

Fonte: Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Com base no Dossiê Preliminar de Registro dos Reinados e Congados como Patrimônio Cultural do Brasil, elaborado pelo IPHAN, observa-se que parte das propostas encaminhadas pelo Fórum Mineiro de Reinados e Congados foi acolhida de maneira compatível com as diretrizes em elaboração. No que diz respeito ao intercâmbio cultural, por exemplo, o documento menciona como ação de apoio à sustentabilidade a importância da mobilidade das irmandades/guardas/ternos/cortes, favorecendo sua participação em celebrações de outras comunidades, o que, ainda que de forma genérica, dialoga com a solicitação do Fórum para que editais simplificados do IPHAN contemplem o deslocamento e a circulação dos grupos.

Quanto à inclusão de políticas sociais nas ações de salvaguarda, o dossiê também avança ao propor, no eixo de proteção de direitos, que sejam viabilizados programas voltados ao acesso à educação, cultura, saúde, renda, moradia, mobilidade e segurança alimentar, com incentivo à atuação das prefeituras de forma intersetorial e específica para os grupos detentores do bem.

No campo do reconhecimento dos espaços físicos associados ao bem cultural, há menção direta à necessidade de ações voltadas à preservação de locais de memória ancestral,

celebrações e lugares sagrados, o que converge com a recomendação do Fórum de registrar e proteger os territórios utilizados historicamente pelas comunidades congadeiras.

Entretanto, uma das propostas do Fórum a criação de uma comissão com participação direta de representantes do 1º Fórum Mineiro para a construção de um Mapa Nacional dos Congados e Reinados ainda não se concretizou. Trata-se de uma medida que visa dar visibilidade à territorialidade e diversidade das expressões congadeiras no Brasil e que, até o momento, permanece como uma lacuna importante no processo de salvaguarda.

É importante destacar que o documento em questão é ainda preliminar, e o processo de registro em âmbito nacional ainda não foi formalizado, o que mantém em aberto a possibilidade de refinamento das recomendações com base nas contribuições das comunidades e na escuta qualificada dos seus representantes.

3.4.5. Conclusão

A trajetória analisada ao longo desta pesquisa revela que o I Fórum Mineiro de Reinados e Congados representou um marco importante na construção de espaços de participação social no campo das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial em Minas Gerais. As cartas, as reuniões realizadas com instituições, os normativos editados após o evento e as experiências de mobilização territorial evidenciam que há, sim, avanços possíveis quando os sujeitos coletivos tradicionalmente marginalizados ocupam os espaços de diálogo com o Estado.

Contudo, também ficou evidente que tais avanços são, em sua maioria, parciais e fragmentados. Muitas das propostas formuladas não foram plenamente implementadas, algumas sequer obtiveram retorno formal. A ausência de mecanismos permanentes de acompanhamento, a instabilidade institucional e a morosidade das respostas públicas revelam a persistência de limites importantes para a efetivação dos direitos culturais dessas comunidades. Assim, a experiência do Fórum permite problematizar, quais são os limites e as possibilidades da participação social dos grupos de Congado e Reinado na formulação, incidência e efetivação das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial em Minas Gerais.

Por outro lado, a própria realização do Fórum se consolidou como uma ferramenta política e pedagógica de extrema relevância. Uma das proposições que emergiram no processo foi que o Fórum se tornasse também um espaço de formação continuada para que

mestres, mestras e integrantes das guardas e irmandades pudessem acessar e compreender os editais de fomento cultural. Essa proposta será colocada em prática em 2025, ano em que também está prevista a terceira edição do evento. A segunda edição, realizada em 2023 na Universidade Federal de Viçosa - UFV, foi o primeiro reencontro presencial dos participantes do Fórum inicial, constituindo um momento de formação, escuta e celebração.

Entretanto, uma das fragilidades identificadas é a descontinuidade entre uma edição e outra do Fórum, o que enfraquece os processos de mobilização e acompanhamento das demandas. Para que o Fórum se consolide como instância permanente de articulação política e social das comunidades congadeiras, é fundamental que haja estrutura mínima de continuidade entre os encontros.

Para finalizar, alguns depoimentos de participantes do Fórum ajudam a ilustrar a potência dessa construção coletiva. Madrinha Iara destacou que o evento “deveria entrar para o livro dos records”. Frade Franklin lembrou que, diante da ausência de patrocínios privados, o Fórum se torna um espaço essencial de articulação por recursos públicos. Mestre Zanza afirmou que o encontro “representa um marco inicial para a construção de caminhos e alternativas para fortalecer as culturas populares”. Mateus, representante do IPHAN, destacou a contribuição do Fórum para o processo de registro nacional do Congado, ressaltando a importância da escuta ativa e da construção conjunta das políticas de salvaguarda. Já o Capitão Dirceu reforçou que o Fórum é um espaço de formação.

Esses relatos ilustram percepções diversas sobre a importância do Fórum, evidenciando seu papel como espaço de encontro, escuta e articulação entre comunidades tradicionais e instituições públicas. Ainda que os efeitos concretos sobre a formulação e implementação de políticas públicas sejam limitados e muitas vezes difíceis de mensurar, o Fórum contribuiu para ampliar o debate público sobre os direitos culturais dos congadeiros e reinadeiros. A experiência aponta para a necessidade de aprofundar mecanismos permanentes de participação e de fortalecer o diálogo entre Estado e sociedade civil, respeitando a autonomia dos territórios e a pluralidade das formas de organização comunitária.

Vou da minha despedida que amanhã não
pode ser na hora da despedida nem adeus
vamos dizer.¹⁴

¹⁴ Toada cantada pelo Mestre Zizinho da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido

CAPÍTULO 4

PRODUTO FINAL

Como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania, do Departamento de História, da Universidade Federal de Viçosa, apresento a proposta referente ao Produto Final. Este produto busca divulgar o conhecimento cultural, religioso e histórico da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Paula Cândido. Seu principal objetivo é oferecer uma contribuição social, destacando o papel do Congado na formação da identidade cultural de Paula Cândido, além de tornar mais visível o impacto dessas práticas no contexto educacional.

Ao documentar a Festa de Nossa Senhora do Rosário de 2024 e destacar a Mestra Chiquita da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, como Rainha Festeira. O minidocumentário articula a pesquisa com uma reflexão sobre a importância de preservar e transmitir essa cultura. A exibição do documentário para jovens estudantes, com a participação de mestres da tradição, Mestre Zizinho e Mestra Chiquita que estarão presentes no dia da exibição, é uma oportunidade para integrar a educação patrimonial às práticas escolares, promovendo um saber crítico e a valorização do patrimônio imaterial afro-brasileiro.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Paula Cândido, que acontece desde 1853, possui uma longa trajetória marcada pela resistência cultural. Tradicionalmente, o Congado se destaca como uma celebração devocional e cultural afro-brasileira, que simboliza a luta por respeito e reconhecimento das raízes negras. Com o passar do tempo, a festa passou a ser predominantemente organizada por grupos da elite branca local, o que resultou em uma exclusão histórica dos próprios membros das guardas congadeiras, que sustentam a celebração e são os responsáveis por essa festa existir. A recente coroação de Mestra Chiquita em 2023 e em 2024 como Rainha Festeira, marca um momento de ressignificação e de retorno das tradições originais da festa.

O documentário, gravado nos dias 1, 2 e 3 de novembro de 2024, capturou e destacou a importância cultural e simbólica da Mestra Chiquita como Rainha Festeira, evidenciando a continuidade da tradição do Congado na cidade. A finalização do documentário está prevista para janeiro de 2025, com exibição planejada para agosto de 2025 na Escola Estadual

Professor Samuel João de Deus. A escolha da escola como local de exibição reflete o objetivo de utilizar o documentário como ferramenta educativa, aproximando os jovens da cultura do Congado. Como reforça Sebastião Farinhada, participante do Fórum Mineiro de Reinados e Congados, “por que não podemos ensinar as culturas na escola, para tentar acabar com o preconceito através da educação?” (Sebastião Augusto Estevão, Farinhada, Militante do Movimento Negro, I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022).

A exibição do documentário na escola para os alunos do 5º e 6º anos visa despertar o interesse pela herança cultural de Paula Cândido. A presença dos detentores do bem cultural, Mestra Chiquita e Mestre Zizinho, será uma oportunidade para que os jovens conheçam diretamente aqueles que mantêm viva essa tradição. Essa interação permitirá que os alunos compreendam a relevância do Congado em sua cidade, conectando-os às raízes afro-brasileiras de maneira mais profunda e significativa. Capitão Eugênio, Secretário de Cultura de Coronel Xavier Chaves, enfatiza a importância dessa educação: “Educação patrimonial, as crianças precisam entender o que é o Congado, o que é a nossa cultura, pois quem vai dar continuidade são as crianças, então tem que levar isso para dentro da sala de aula”. (Capitão Eugênio de Coronel Xavier Chaves, I Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022).

Ao ser exibido na escola, o documentário se torna um recurso de educação patrimonial que promove a conscientização sobre a importância do Congado enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro. Espera-se que, ao aproximar os alunos dessa herança, o documentário ajude a romper com preconceitos e a fortalecer o respeito pela cultura congadeira. A interação com Mestra Chiquita e Mestre Zizinho durante a exibição será um momento de valorização do saber popular, enriquecendo o entendimento das crianças sobre o significado da tradição e incentivando o compromisso com a sua preservação.

Este Produto Final visa, assim, fomentar o conhecimento crítico sobre o Congado e assegurar que ele seja transmitido com respeito e continuidade, fortalecendo a identidade cultural de Paula Cândido.

FONTES

- Descrição das falas do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados;
- Atas do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados;
- Cartas elaboradas no I Fórum Mineiro de Reinados e Congados;
- Matéria de Jornal com reportagens do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados;
- Reunião da devolutiva e aprovação das Cartas pelos detentores do bem;
- Atas das reuniões com o Iepha-MG e IPHAN, momento em que entregamos as cartas;
- Entrevista com Mestre Zizinho - Congado de Paula Cândido.

Fontes oficiais:

- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Dossiê Final das Atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2024. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf. Acesso em: dez. 2024.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Inventário Nacional de Referências Culturais das Fetas do Rosário e Congados nos estados de São Paulo (Levamento preliminar, 2018), Goiás (2018) e Minas Gerais (Levamento preliminar, 2014)*. Brasília: INRC-IPHAN, 2014 e 2018.
- BRASIL. *Edital n. 1. 2021 da Lei Aldir Blanc*. Brasília: MINC, 2021. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/relatorio-emergencial/121-editais-e-documentos/lei-aldir-blanc>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Carta do Ministro Francisco Weffort ao Conselho Consultivo do IPHAN*. Brasília: MINC, 1997.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. (n.d.). *Lei Aldir Blanc - Editais e Documentos*. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/relatorio-emergencial/121-editais-e-documentos/lei-aldir-blanc>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). *Inventário e Dossiê de Registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Chapada do Norte*. Belo Horizonte: Iepha-MG, jul. 2012. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/19-festa-dos-homens-pretos-chapada-do-norte>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). *Parecer de Revalidação da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Chapada do Norte*. Belo Horizonte: Iepha-MG, 2024. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/19-festa-dos-homens-pretos-chapada-do-norte>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). *Dossiê de Registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos – Contagem*. Belo Horizonte: Iepha-MG, maio 2014. Disponível em:

<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/14-comunidade-dos-arturos> Acesso em: 5 abr. 2025.

□ MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). *Dossiê Preliminar de Reinados e Congados*. Belo Horizonte: Iepha-MG, 2018.

□ MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). *Dossiê para o registro dos Caminhos, expressões e celebrações do Rosário em Minas Gerais*. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2024.

□ MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). *Portaria Iepha-MG nº 34, de 21 de Agosto de 2024*. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Estabelece procedimentos técnicos e metodológicos sobre envio de documentação para fins de pontuação no Programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei nº 18.030/2009, para o exercício de 2026. Belo Horizonte: Iepha-MG, 2024.

□ MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). *Portaria Iepha-MG nº 47, de 15 de Setembro de 2023*. Estabelece procedimentos técnicos e metodológicos sobre envio de documentação para fins de pontuação no Programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei nº 18.030/2009, para o exercício de 2025. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2023.

□ MINAS GERAIS. *Portaria Iepha-MG nº 35, de 23 de Setembro de 2022*. Estabelece procedimentos técnicos e metodológicos sobre envio de documentação para fins de pontuação no Programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei nº 18.030/2009, para o exercício de 2024. Belo Horizonte: Iepha-MG, 2022.

□ MINAS GERAIS. *Portaria Iepha-MG nº 06, de 05 de Fevereiro de 2021*. Estabelece procedimentos técnicos e metodológicos sobre envio de documentação para fins de pontuação no Programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei nº 18.030/2009, para o exercício de 2022. Belo Horizonte: Iepha-MG, 2021.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. p. 13-25.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.
- AVRITZER, Leonardo. Um balanço da participação social no Brasil pós-Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiência democrática, sistema político e participação popular*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 11-20.
- AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique L. Conferências nacionais: entendendo a dinâmica da participação no nível nacional. In: AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique L. (org.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. Brasília: Ipea, 2013. p. 9-21.
- BÉATRICE, Tanaka. *A história de Chico Rei*. 2. ed. São Paulo: SM Educação, 2021. Disponível em: <https://www.smeducacao.com.br/wp-content/uploads/2021/07/A-HISTORIA-DE-CHICO-REI-GL-2ED.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.
- BRASILEIRO, Jeremias. Congadas em Minas Gerais. Brasília: Fundação Palmares, 2001.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigos 215 e 216 - Noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. 1988.
- BRASIL. *Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006*. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.
- BRASIL. *Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014*. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASILEIRO, Jeremias. *O Congado (a) e a permanência do racismo na cidade de Uberlândia-MG: resistência negra, identidades, memórias, vivências (1978-2018)*. 2019. 268f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- CABRAL, Clara Bertrand. *Patrimônio Cultural Imaterial*. Convenção da Unesco e seus contextos. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CAETANO, Aderemi Matheus Jacob Freitas. *O congado nas Festas de Nossa Senhora do Rosário: uma região cultural na Zona da Mata Mineira?* 2011. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <https://www.novos cursos.ufv.br/graduacao/ufv/geo/www/wp-content/uploads/2013/05/Aderemi-Matheus-Jacob-Freitas-Caetano1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

- CALABRI, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CAMPOLINA, Alda M. P. et all. *Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura – Arquivo Público Mineiro/COPASA MG, 1988. (Cadernos do Arquivo, 1)
- CARTA de Fortaleza. In: SANT’ANNA, Márcia G. de (org.). *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 4. ed. Brasília: Ministério da Cultura: Iphan, 2006. p. 49-51.
- CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: Patrimônio e políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.
- CICONELLO, Alexandre. *Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. Disponível em: www.fp2p.org. Acesso em: 30 set. 2022.
- COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos. Apresentação. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (org.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 11-18
- COSTA, Rodrigo Vieira. *O registro do patrimônio cultural imaterial como mecanismo de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos de povos e comunidades tradicionais: os efeitos do instrumento sob a ótica dos direitos culturais*. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- CUNHA, Juliana da Mata. *Quem pode mais do que o dono da casa? Participação social no processo de patrimonialização do Terreiro Ilê Obá Ogunté (Sítio de Pai Adão) no Recife-PE*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- FERREIRA, Rodrigo S. Origens da Congada: controvérsias e convergências. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v. 7, n. 2, jul./dez. 2005.
- FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *O império dos círculos: elites mineiras e reforma eleitoral no Parlamento brasileiro (1853-1860)*. Curitiba: Appris, 2024.
- GOMES, Rafael Barros. *Minha fé não é cultura: a eficácia da magia e as amarras do estado*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.
- LEITE, Flaviane Lúcia Pereira. *Linguagens do vestuário: as transformações na indumentária da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido*. Viçosa, MG, 2019.
- MACEDO, Eliene Nunes. *A dança dos congos da Cidade de Goiás: performances de um grupo afro-brasileiro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá [recurso eletrônico]*. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 2021.
- MORAIS, Ana Luzia da Silva. *Diferentes crenças rezam uma mesma fé: Contemplação do Rosário por uma Rainha Konga em diálogo com as memórias dos (as) Reinadeiros (as) de Oliveira (MG)*. Dissertação (História). UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei. 2022.
- MOURA, Eliza Campos. *Vem Maria, Vem Maria!* Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2017.

- IPHAN. *Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- OLIVEIRA, M. R. P. et al. *Como contas de um Rosário: memória e transmissão de saberes do Congado*. Projeto de Extensão. Núcleo de Políticas Públicas da Universidade Federal de Viçosa, 2010.
- OLIVEIRA, Luciana de; SANTOS, Ester Antonieta (orgs.). *Pedrina de Lourdes Santos: meu rosário, minha guia*. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFGM, 2022.
- OLIVEIRA, Luciana de; SANTOS, Ester Antonieta (orgs.). *Eu tenho a África dentro de mim*. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFGM, 2022.
- PESSOA, J. de M. *Aprender e Ensinar em Festas Populares*. Disponível em: www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/165621Aprender.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.
- QUEIROZ, Giane Rena Cardoso. *A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido (MG): Identidade, memória e ritual do Congado e Reinado*. 2013.
- RABELO, Fernanda Sousa; MOURÃO, Maria das Graças Santos. Manifestações Culturais Negras e sua Influência na Sociedade Brasileira. *Ciências Sociais, Pedagogia*, v. 28, ed. 131, fev. 2024.
- ROBERTO, A. P. *A Festa de Nossa Senhora do Rosário no Serro, Minas Gerais: a reinvenção de uma tradição*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2000.
- RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os Negros do Rosário: Memórias, Identidades e Tradições no Congado de Oliveira (1950 – 2009)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Os%20negros%20do%20ros%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Pedrina de Lourdes. *Eu tenho a África dentro de mim*. Orgs.: Luciana de Oliveira; Ester Antonieta Santos. Belo Horizonte: Editora Selo PPGCOM/UFGM, 2022. (Limiares; v. 1)
- SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. *A Congada da Vila João Vaz em Goiânia (GO): memória e tradição*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, PUC-Goiás, 2017.
- SILVA, D. A. *Ternos de congado, santos e ancestrais: as redes de interação no contexto da festa do Rosário em Minas Gerais*.
- SOUSA, Luciana Pereira. *Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFG, 2016.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2023.
- MARTINS, Saul. *Congado, família de sete irmãos*. Belo Horizonte: SESC, 1988.
- LUCAS, Glauro. *Os Sons do Rosário: o Congado Mineiro dos Arturos e Jatobá*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2014.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os arturos*. Juiz de Fora/ MG: Ministério da Cultura/ EDUFJF, 1988.
- FERREIRA, Eduardo Evangelista. *Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto - MG: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos*. Dissertação de mestrado, Escola de Minas - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, 2017.
- EUGÊNIO, Alisson. Relatos de Luís Gomes Ferreira sobre a saúde dos escravos na obra *Erário mineral (1735)*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.3,

- jul.-set. 2015, p.881-897. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Cy33rJwqLrSfRdQF7wDqcnL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 dez. 2024.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. *A rota do ouro*. Organização de Miriam de Oliveira Santos. Porto, Portugal: Editora Cravo, Conjugare, 2023.
- BÉATRICE, Tanaka. *A história de Chico Rei*. 2. ed. São Paulo: SM Educação, 2021. Disponível em: <https://www.smeducacao.com.br/wp-content/uploads/2021/07/A-HISTORIA-DE-CHICO-REI-GL-2ED.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.
- MORAIS, Ana Luzia da Silva. Diferentes crenças rezam uma mesma fé: Contemplação do Rosário por uma Rainha Konga em diálogo com as memórias dos (as) Reinadeiros (as) de Oliveira (MG). Dissertação (História). UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei. 2022.
- RAMOS, Jarbas Siqueira. *No passo do giro: um olhar sobre o ritual festivo dos Ternos de Catopês de Bocaiúva/MG*. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens culturais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 23-27, out.-dez. 2001.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PEREZ, Olívia Cristina; SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610709>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- CICONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 105, p. 121-142, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/j3TqkcVW6pYhBGgR8fgFbSN>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- PEREZ, Olívia Cristina; SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610709>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- AVRITZER, Leonardo; MARQUES, Pedro Floriano; BIANCO, Carla; RIBEIRO, Pedro. Da democracia participativa à desdemocratização no Brasil: instituições de participação em crise. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 99, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/361320190099>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ANEXO 1 - TRANSCRIÇÃO DO I FÓRUM MINEIRO DE REINADOS E CONGADOS

Na abertura do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados realizado no dia 21 de janeiro de 2022, de forma virtual através do canal da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido no YouTube, Sebastião Ambrósio Jerônimo, Mestre e Presidente da Banda, conhecido como Zizinho, entoou o canto: Nego já foi escravo, Nego já sentiu dor, Hoje ele bate no peito, Estuda e é doutor.

Após a apresentação do Mestre Zizinho, Maria Luiza, integrante da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, reforçou a importância do Fórum ao compartilhar a trajetória de sua realização, que foi possível graças ao edital da Lei Aldir Blanc 01/2021 - Organização da Sociedade Civil. Ela explicou que, como parte de uma estratégia para descentralizar os recursos destinados às expressões culturais afro-brasileiras, foram lançados três editais distintos. O primeiro, denominado I Prêmio da Cultura Congadeira na Zona da Mata Mineira, selecionou cinco grupos de Congado dos municípios de Senhora de Oliveira, Ubá, Porto Firme, Divinésia e Airões, cada um premiado com seis mil reais. Além disso, Maria Luiza destacou que as visitas a todas as bandas de Congo selecionadas permitiram a troca de experiências e a incorporação de elementos dessas expressões culturais ao grupo de Paula Cândido, reforçando a importância da circulação de saberes e práticas culturais entre as comunidades congadeiras.

O segundo edital, o I Prêmio Cultura Afromineira de Paula Cândido, foi direcionado a dois grupos de Capoeira e uma Associação Quilombola, com o objetivo de fortalecer a manutenção de suas expressões culturais. Cada grupo recebeu cinco mil reais, e, assim como no primeiro edital, suas trajetórias foram registradas em vídeo, garantindo a preservação audiovisual de suas histórias e apresentações culturais.

Além desses dois prêmios, um terceiro edital foi vinculado diretamente ao Fórum, no qual foram selecionados 26 mobilizadores de diversas regiões, cuja atuação foi essencial para articular o evento e garantir sua capilaridade regional. Maria Luiza também destacou que, além da organização do Fórum e dos prêmios culturais, os recursos do edital LAB 01/2021 OSC foram usados para a manutenção da Banda de Congo de Paula Cândido, incluindo a reforma de sua sede, liderada pelos próprios congadeiros, e a confecção de indumentárias tradicionais. Três mulheres congadeiras, que estão à frente da banda, confeccionaram embornal e estandartes, os quais foram distribuídos junto com cestas básicas de Natal em um "kit congadeiro" para os 50 integrantes da banda.

Na sequência da fala de Maria Luiza, Capitã Valéria, do Moçambique de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Senhora de Oliveira, um dos grupos premiados pelo Prêmio Cultura Congadeira, saudou os participantes com um cântico: “Com licença para eu chegar, Com licença para eu chegar, Ô lê lê com licença pra eu chegar, Ô lê lê com licença pra eu chegar, Com licença para eu chegar, Com licença para eu chegar, Ô lê lê com licença pra eu chegar, Ô lê lê com licença pra eu chegar.”

Em seguida, Capitã Valéria entoou outro cântico: “Navio negreiro nas ondas do mar, correntes pesadas na areia arrastar, A negra escrava tristonha rezava, saravá, nossa Mãe Iemanjá. Saravá nossa Mãe Iemanjá, Navio virou de casco pro ar, navio virou de casco pro ar, E quem nos salvou foi Mãe Iemanjá, e quem nos salvou foi Mãe Iemanjá.”

Valéria, recita o Samba- Enredo 1968 Sublime Pergaminho: “Quando o navio negreiro Transportava negros africanos Para o rincão brasileiro Iludidos... Com quinquilharias Os negros não sabiam Que era apenas sedução Pra serem armazenados E vendidos como escravos Na mais cruel traição Formavam irmandades, Em grande união Dai

nasceram festejos Que alimentavam o desejo da libertação Era grande o suplício Pagavam com sacrifício A insubordinação E de repente... Uma lei surgiu E os filhos dos escravos Não seriam mais escravos no Brasil Mais tarde raiou a liberdade Pra aqueles que completassem Sessenta anos de idade Ó sublime pergaminho Libertação geral A princesa chorou ao receber A rosa de ouro papal Uma chuva de flores cobriu o salão E o negro jornalista De joelhos beijou a sua mão Uma voz na varanda do paço ecoou: 'Meu Deus, meu Deus, Está extinta a escravidão.'"

Após a participação de Capitã Valéria, o Secretário de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais, Leônidas, compartilhou uma reflexão pessoal e institucional sobre o Congado e sua importância na cultura mineira. Leônidas iniciou sua fala destacando sua conexão pessoal com o Congado, mencionando que sua mãe era rainha do Congado e, todos os anos, dedicava os meses de junho e julho para costurar as indumentárias dos congadeiros, uma prática que marcou profundamente sua infância e conexão com essa tradição.

Ele expressou sua alegria e honra em participar do Fórum, enfatizando que esse encontro reflete a necessidade de igualdade, liberdade e respeito ao ecumenismo e à diversidade religiosa no Brasil. Segundo ele, o país floresce com uma espiritualidade ampliada e amplificada, abrangendo desde as religiões afro-brasileiras presentes nos terreiros, passando pelas tradições indígenas, pelo catolicismo, e também pelas manifestações evangélicas. Em seu discurso, Leônidas sublinhou a urgência de construir uma cultura religiosa de paz, capaz de acolher todas as denominações e expressões de fé.

Leônidas também abordou um ponto relacionado à gestão pública da cultura: a importância de simplificar o acesso aos recursos para as culturas populares e tradicionais. Ele destacou que, em 2022, o Estado de Minas Gerais estaria cuidando da implementação do "PL DESCENTRA", uma política inovadora que reconhece as culturas populares e tradicionais como projetos em si mesmos. Ele questionou como é possível exigir que um congadeiro faça um "projeto" de Congado, quando o próprio Congado já é um projeto vivo, uma tradição centenária, uma expressão de vida. Para ele, exigir que as comunidades façam projetos formais para obter financiamento é desconsiderar a essência dessas manifestações. A proposta do "PL DESCENTRA" visa eliminar essa burocracia, permitindo que os recursos cheguem diretamente às comunidades sem a necessidade de formalidades que muitas vezes limitam o acesso, especialmente das culturas populares.

O Secretário também refletiu sobre os desafios trazidos pela Lei Aldir Blanc, que apesar de ser um marco importante para a cultura, demonstrou as dificuldades burocráticas que as comunidades tradicionais e povos originários enfrentam para acessar os recursos. Ele mencionou que o "PL DESCENTRA" foi inspirado nessas dificuldades, com o objetivo de descentralizar a gestão cultural e garantir que os recursos cheguem de forma direta às comunidades em seus territórios, sem que seja necessário o formato tradicional de elaboração de projetos.

Leônidas destacou ainda a importância do Congado como uma das maiores expressões culturais de Minas Gerais, considerando-o uma manifestação não apenas religiosa, mas também cultural, social e política. Ele lembrou que o Congado, assim como a Festa do Reinado, tem uma distribuição territorial diversa e particularidades estéticas regionais que o tornam a maior expressão da cultura mineira. Além disso, ele ressaltou a ligação intrínseca entre o Congado e a cozinha mineira, explicando que a mesa farta, uma característica da cozinha mineira, é parte integrante das festividades congadeiras. Para ele, não se pode pensar no Congado sem a partilha do alimento, que simboliza o afeto, a comunidade e a espiritualidade, um fator que fortalece a cultura mineira e a torna candidata ao reconhecimento como patrimônio cultural do Estado.

Por fim, a fala do Secretário reforça a importância de uma política pública que reconheça e valorize as diferentes expressões culturais presentes no Brasil, sem hierarquias ou preconceitos, garantindo que todas as formas de espiritualidade e cultura tenham espaço.

Após o discurso do Secretário de Cultura e Turismo, Leônidas, Thaynã Fernandes Araújo Paes, idealizador, mediador do Fórum e membro da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, introduziu Madrinha Iara Aparecida, uma das mobilizadoras do Fórum Mineiro de Reinados e Congados e Madrinha do Moçambique Estrela Guia de Uberlândia.

Madrinha Iara iniciou sua fala com um "Salve Maria" e de forma descontraída pediu desculpas pelos sons típicos do interior, como latidos de cachorros e galos cantando, os quais ela celebrou como sons que marcam a identidade do interior.

Ao agradecer à Banda de Congo pela realização do Fórum, Iara destacou o papel desse evento como um marco histórico, afirmando que ele "deveria entrar para o livro dos recordes". Aqui, ela sublinha a relevância de encontros como o Fórum, não apenas como espaços de celebração, mas como momentos de resistência política e cultural. Ao mencionar que seu grupo, o Moçambique Estrela Guia, tem 20 anos de existência, mas é filiado à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que tem 144 anos, Iara reafirma a continuidade histórica dessas irmandades.

Madrinha Iara pediu licença ao Rei Congo do Estado, Rodolfo, e à Rainha Conga, Belinha, além de outros capitães e madrinhas presentes. Em seguida, Madrinha Iara convidou o Capitão Malaquias, que estava presente com ela, para cantar. A primeira toada puxada por ele trouxe uma conexão com São Benedito e Nossa Senhora do Rosário: "E lá do céu caiu uma rosa aruê Rosa de Maria aruê São Benedito pegou no ar aruê Entregou a Estrela Guia aruê Olha pro ar o céu está abrindo Nossa Senhora já vai chegar Com o seu Rosário na mão para os seus filhos abençoar. Quando eu cantei, os anjos do céu apareceram Emocionei, São Benedito acalentou Ajoelhei, Nossa Senhora estava perto Quando eu rezei, Deus lá no céu me abençoou."

A segunda toada, foi cantada por Capitão Malaquias: "Salve a gunga sagrada Eu vi terra molhada levantar poeira Essa gunga veio de longe Essa gunga veio de longe Abençoa o mundo inteiro Essa gunga veio de longe Essa gunga veio de longe Abençoa o mundo inteiro Oê de Angola Essa Gunga veio de lá Oê de Angola Essa Gunga veio de lá Correu o mundo Ô Correu o mar."

Após as toadas, Madrinha Iara também expressou a força da cultura brasileira ao cantar um trecho de uma canção icônica do Caetano Veloso: "Isso aqui ô ô É um pouquinho de Brasil iá iá Deste Brasil que canta e é feliz Feliz, feliz É também um pouco de uma raça Que não tem medo de fumaça ai, ai E não se entrega não." Encerrando sua participação, Iara entoou um cântico em homenagem a São Benedito: "Senhor, tenha dó de mim, meu São Benedito, E não deixa acabar que é tão bonito. Tenha dó de mim."

O Secretário Estadual de Cultura, Leônidas, pediu a palavra e trouxe uma novidade, ele mencionou que, através da lei de incentivo fiscal, algumas empresas abrirão editais neste ano com o tema da mineiridade como elemento central para apoiar projetos culturais. Leônidas destacou que a afro-mineiridade é uma parte fundamental dessa temática. Ele incentivou os Pontos de Cultura a se prepararem para esse momento, sugerindo que desenvolvam projetos que abordem a afro-mineiridade, dada sua relevância para a identidade cultural de Minas Gerais.

Logo após, Thaynã convidou o Frade Franklin para participar, que, ao tomar a palavra, pediu licença ao Mestre Zizinho e cantou: "Virgem Mãe Senhora, e soberana, A conceição de Maria, A conceição de Maria Se não for a ela, ai de nós, ai de nós O que seria, ai de nós o que seria, Linda flor Maria, ai de nós o que seria." Após a canção, o Frade

Franklin trouxe uma reflexão poética: “Ai de nós, o que seria, Sem a fé firme de tantos homens e mulheres Que espalham pelas terras de Minas e do Brasil, O canto e a cor da diversidade cultural do país, E das suas raízes, indígenas, africanas e europeias. O que seria de nós, meus irmãos e minhas irmãs, Sem a capacidade de organização e a sabedoria, Dos nossos mestres de cultura popular, Que resistem em seus modos de vida simples, Amigos e protetores de suas casas comuns. O que seria de nós, Sem a bênção, a reza e a alegria dos nossos maiores, A vós, Reis e Rainhas, Que não cansam de ensinar que a vida vale muito mais, E que não se pode negar a ciência. Que todo recurso deve ser empregado para salvar, Do mais novo ao mais velho, A vida nesse tempo de pandemia. O que seria de nós, Sem os Reinos e Congados Para nos cantar a cultura antiga e festiva, Herdada de tantos lugares, E que nos ensinam a confiar num futuro maior e melhor. Salve Maria!”

Ao finalizar, Franklin novamente pediu licença ao Mestre Zizinho e saudou a todos com um “Salve Maria”. Ele destacou a honra de estar presente no *I Fórum Mineiro de Reinados e Congados*, representando a Rede Mineira de Pontos de Cultura, e também como frade dominicano promotor do Rosário. Para ele, participar de um evento tão significativo, ao lado de mestres e mestras da cultura, era um privilégio.

O Frade explicou que a Rede Mineira de Pontos de Cultura é uma articulação estadual que une coletivos culturais comunitários e grupos de cultura popular em várias linguagens artísticas. Ele ressaltou que essa rede também integra a Política de Cultura Viva que nasceu do sonho de “desesconder” o Brasil, mobilizando artistas e agentes culturais desde a primeira gestão do extinto Ministério da Cultura, sob a liderança de Gilberto Gil, a partir de 2004. Com o passar dos anos, essa política foi se consolidando e, em 2014, foi transformada em lei federal. Em 2018, com a criação do Sistema Estadual de Cultura, Minas Gerais também incorporou, no artigo 4º de sua legislação, a Política Estadual de Cultura Viva. O principal objetivo dessa política é garantir o pleno exercício dos direitos culturais, assegurando aos brasileiros o direito à fruição, participação, memória, livre expressão cultural, acesso aos bens e manifestações culturais, além de outros direitos relacionados à cultura. Ao comentar sobre a Política de Cultura Viva, Franklin destacou que essa política tem como objetivo reconhecer a cultura de maneira ampla, considerando que os modos de vida, as manifestações populares e originárias, e até o jeito de cozinhar são também patrimônio cultural. Diferente de uma visão que limita a cultura apenas às belas artes ou à herança europeia. Essa política foi inicialmente denominada Política de Cultura Viva Comunitária, enfatizando o caráter coletivo e a importância das expressões culturais organizadas de forma comunitária.

Como a maioria das empresas não apoia e patrocina a cultura popular, é necessário avançar na promoção dessas manifestações por meio de recursos públicos. Por isso, a articulação entre os diversos grupos e espaço, como o Fórum Mineiro de Reinados e Congados, é fundamental. Esse fórum é um espaço riquíssimo de encontro entre os grupos culturais, permitindo que demandem políticas públicas específicas ao Estado e à Nação, levando em consideração as peculiaridades dessas manifestações, que muitas vezes são de natureza oral. Nesse sentido, é inadequado exigir formulários escritos para a participação em editais, quando a cultura popular é eminentemente oral. A Política de Cultura Viva prevê formas acessíveis de participação em editais, como gravações orais, reconhecendo essa característica das manifestações tradicionais. Além disso, essa política promove intercâmbios culturais e a formação de redes, como a Rede de Pontos de Cultura, que envolve mestres, griôs, agentes de saúde tradicionais, entre outros. O Fórum Mineiro de Reinados e Congados, por exemplo, é uma rede resultante da articulação de um ponto de cultura, a Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido.

O Frade Franklin, então, convidou todos os grupos de congadeiros e reinados de Minas a se autodeclararem, tornando-se ainda mais visíveis e fortalecendo a Rede Mineira de Pontos de Cultura. Ele encerrou sua fala, dizendo: "Viva a Cultura Viva!" e agradecendo a todos.

Após a fala do Frade, Thaynã passou a palavra para o Capitão Adriano, que estava representando o Conselho Estadual de Cultura, um dos articuladores do Fórum Mineiro de Reinados e Congados. Adriano saudou a todos com um "Salve Maria" e pediu licença, solicitando a bênção dos mais velhos presentes e também dos mais novos. Ele iniciou agradecendo a Nossa Senhora do Rosário, mencionando a importância da iluminação dada aos organizadores que, ao receberem os recursos, demonstraram um exemplo de como repassar esses recursos para o povo. Além disso, ele elogiou a organização do evento, que garantiu a participação e inscrição de mais de 400 pessoas.

Adriano seguiu a estrutura do evento, sempre acompanhado por manifestação cultural, e canta uma toada em louvor a Nossa Senhora, para que ela pudesse iluminar nossa fala: "Nossa Senhora rainha do mar, Nossa Senhora rainha do mar, Eu vou pedir, eu vou pedir pra navegar, Eu vou pedir, eu vou pedir pra navegar."

Após a canção, ele pediu novamente licença e disse que gostaria de estar presente, no Fórum, com os mais velhos que infelizmente não estão mais fisicamente, mas felizmente ensinaram e ensinam a importância de honrá-los. Ele fez questão de destacar o respeito aos capitães de Ilicínea que faleceram durante a pandemia, mencionando que sempre o estimularam a fortalecer o Rosário de Maria. Foi por esse motivo que ele se candidatou ao Conselho Estadual de Cultura, estou aqui representando o CONSEC, mas, acima de tudo, estou aqui em nome da nossa ancestralidade, da nossa fé e da devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Adriano também expressou seu profundo respeito a todos os presentes, incluindo o rei e a rainha do Congo do Estado, e aproveitou a oportunidade para mencionar a tragédia recente das chuvas que afetaram muitas comunidades. Ele compartilhou uma conversa que teve com Capitão André Bueno, da Colônia de Santa Isabel, cuja sede de sua irmandade foi destruída pela enchente do rio. Em nome de Capitão André, Adriano leu parte de uma carta, que seria encaminhada ao Secretário de Estado de Cultura, Leônidas, e ao Deputado Bosco, ambos presentes no Fórum:

"Agora, nos resta reconstruir o sonho da construção de nossa capela, pois, todas as vezes que o sonho do nosso povo foi posto à prova, o que fizemos foi resistir e nos unir. Neste momento tão difícil, vemos a história se repetir, mas vamos resistir. Agradecemos a todos os irmãos e devotos que se solidarizaram conosco e reiteramos a necessidade de um posicionamento das autoridades responsáveis pela cultura e patrimônio cultural de Minas Gerais perante os acontecimentos." (Assinado por Dona Mariinha, Rainha do Congo da Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Colônia Santa Isabel, e Capitão André Bueno).

Ao final de sua fala, Adriano reforçou a importância de não deixar de ler essa carta em um espaço tão relevante, e agradeceu a todos com as palavras: "Que Nossa Senhora do Rosário e São Benedito abençoem a todos presentes."

Thaynã agradeceu a fala do Capitão Adriano e anunciou que o próximo a falar seria o Deputado Bosco, mas antes, convidou a Capitã Lucélia, de Bocaiuva, para cantar, Capitã Lucélia saudou a todos com um "Salve Maria" e disse: "Que Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o Espírito Santo estejam sempre nos abençoando, guardando e protegendo, para que possamos fazer não a nossa vontade, mas a vontade deles. Que eles nos concedam licença nesta noite, pois não somos nada sem a graça divina. Por isso, pedimos licença, independentemente de quem somos, seja mestre ou dançante, todos devemos pedir licença, porque há uma força maior acima de nós." Em seguida, Capitã Lucélia cantou: "Amar, amar, para sempre eu quero amar, Amar, amar, Nossa Senhora do Rosário, Licença, Senhora,

viemos pedir, Licença, Senhora, viemos pedir, Vou pedir, Nossa Senhora, sua licença neste dia, Para louvar o seu Rosário que nos deu como guia, Licença, Senhora, viemos pedir, Licença, Senhora, viemos pedir, Nossa Senhora, nossa força, Nossa Senhora, nossa fé, Ela guarda os seus devotos, onde quer que estiver. "Finalizando o cântico: "Graças a Deus, louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo e Salve Maria. Que possamos, pela força de Nossa Senhora, seguir protegidos."

Thaynã então passou a palavra para o Deputado Bosco, presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa. Ele iniciou sua fala com um "Salve Maria" e agradeceu a todos os presentes. Bosco refletiu sobre o momento difícil que o Brasil ainda atravessa com a pandemia, ressaltando o impacto devastador para os movimentos culturais. Ele destacou que a cultura foi um dos primeiros setores a ser atingido pela pandemia. O deputado mencionou os avanços obtidos durante a pandemia, com destaque para a Lei Aldir Blanc, que trouxe um alívio importante para o setor cultural. No entanto, ele também pontuou as dificuldades encontradas para que os recursos dessa lei chegassem de fato às comunidades e grupos culturais de base. Ele citou o Fórum Mineiro de Reinados e Congados como um exemplo bem-sucedido da execução da Lei Aldir Blanc em Minas Gerais. Bosco lembrou que, em 2017, percorreu todas as regiões do estado para a construção do Plano Estadual de Cultura, com a contribuição significativa de Pontos de Cultura e mestres dos saberes, o que resultou em um plano cultural à altura da riqueza de Minas Gerais. Ele enfatizou que a cultura afro-brasileira teve uma participação efetiva nesse processo. O deputado também mencionou a criação do Sistema Estadual de Cultura em 2018, junto com o Sistema de Financiamento, e a inclusão do Cultura Viva, que foi um passo essencial para valorizar e dar suporte à cultura popular e tradicional. Ele finalizou sua fala destacando a oportunidade atual de discutir e aprimorar o Descentra Cultura, um projeto voltado para descentralizar os recursos e valorizar a cultura onde ela de fato acontece, nas comunidades, no interior.

Após a fala do Deputado, Thaynã passou a palavra ao Capitão Eduardo da Guarda de Ilícinea, que iniciou com um Salve Maria e cantou uma canção: "Licença, salve Maria, chegando essa hora com muita alegria, foi chegando com fé, meu São Benedito, louvando o sagrado com muita emoção, que Deus abençoe essa nossa união".

Em sua fala, Eduardo destacou que a importância do Congado vai além das grandes celebrações. Para ele, é fundamental levar a bandeira e a fé às "senhorinhas que estão no cantinho da cidade, que não podem mais andar ou participar dos eventos". Isso revela a dimensão social do Congado, que se preocupa em incluir e acolher todos, independentemente de suas condições físicas ou sociais. Essa prática de visitar os mais velhos e impossibilitados, levando a tradição até eles, reforça a noção de compartilhamento e preservação da memória viva, elementos fundamentais para a continuidade das celebrações e dos ritos congadeiros. Além disso, Eduardo ressaltou a relevância da comida mineira nas festas do Congado, afirmando que "a comida mineira no Congado não tem igual". Isso se conecta à importância da comensalidade como um dos pilares das festas tradicionais, em que a partilha de alimentos se torna um ato de fortalecimento dos laços comunitários e de celebração coletiva. A fartura e o cuidado na preparação dos alimentos, estão profundamente ligados ao sentido de devoção e generosidade que permeia o Congado. Eduardo salientou a troca de saberes entre as regiões, destacando que "nós, do interior, podemos aprender com o pessoal da capital e vice-versa". Esse diálogo, segundo ele, é essencial para a preservação das práticas congadeiras em Minas Gerais, promovendo uma interação entre diferentes formas de vivência e celebração do Congado.

Após a apresentação de Eduardo, Débora, Gerente do Patrimônio Imaterial do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), pediu

licença aos presentes e iniciou sua fala, explicando as ações desenvolvidas pelo IEPHA em relação ao reconhecimento dos grupos de Congado no estado. Ela mencionou que, atualmente, existem dois grupos de Congado registrados na esfera estadual: a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Chapada do Norte, e a Comunidade dos Arturos, localizada no município de Contagem. Débora destacou que o pedido de reconhecimento da festa de Chapada do Norte já era uma demanda antiga, existente no IEPHA "antes mesmo de ter a política de patrimônio estadual imaterial".

Durante sua fala, Débora enfatizou a necessidade do registro dos Congados ao longo dos anos, já que "diversas solicitações de organizações, prefeituras e grupos de Congado" foram enviadas ao Iepha, pedindo o reconhecimento desse bem cultural na esfera estadual. Contudo, ela explicou que havia uma sobreposição com um processo de registro já encaminhado pelo IPHAN, conduzido em âmbito nacional. Frente a essa situação, o Iepha optou por focar em outro processo, relacionado ao registro das folias. No entanto, Débora relatou que a demanda por parte dos grupos de Congado permaneceu forte, o que levou à decisão de abrir um novo processo de reconhecimento dos Congados e Reinados de Minas Gerais como patrimônio cultural imaterial. Desde 2021, "uma série de reuniões com mestres de Congado" tem sido realizada para compreender melhor como o Iepha pode contribuir e iniciar os estudos necessários para o reconhecimento.

Débora destacou que um dos primeiros passos nesse processo foi a abertura do cadastro para grupos de Reinado e Congado no site do Iepha. Esse cadastro tem funcionado como um mapeamento, permitindo ao instituto entender a distribuição dos grupos de Congado em Minas Gerais e a diversidade existente. Segundo Débora, "o cadastro também traz informações sobre dificuldades e demandas" dos grupos, além de levantar necessidades de ações de políticas públicas que o Estado precisa desenvolver em relação a esse bem cultural. Ela reforçou a importância do cadastro, que permanece aberto, e incentivou os presentes no Fórum a divulgar e participar desse processo: "Peço para que, se for possível, todos os presentes aqui do Fórum compartilhem esse cadastro."

Até 2022, mais de 600 grupos de Congado estavam cadastrados, distribuídos em 220 municípios de Minas Gerais. Débora reconheceu que "o número é bastante pequeno em relação à quantidade que existe em Minas", e por isso reforçou a necessidade de ampliar a participação dos grupos. Além disso, mencionou que, atualmente, o Iepha conta com um recurso aprovado de emenda parlamentar e está em processo de convênio com o IPHAN para iniciar a contratação de uma equipe para elaboração do estudo sobre o Congado. O objetivo é que esse processo seja finalizado até o final de 2022, para que o estudo possa ser apresentado ao Conselho de Patrimônio e que o reconhecimento do Congado como patrimônio cultural possa ser efetivado. Débora ressaltou a importância desse reconhecimento estadual, destacando que "as ações estaduais acabam reverberando nas ações municipais", especialmente por meio do programa de ICMS de patrimônio cultural do Iepha.

Em sua fala, Débora também mencionou a coordenação, em parceria com a Secretaria de Cultura (Secult), do edital 27 das culturas populares de 2021, por meio do qual 200 grupos de Congado foram contemplados com recursos. Além disso, enfatizou que, a partir da Lei Aldir Blanc, o Iepha criou um canal de comunicação próximo com os grupos de Congado, o que permitiu a formação de uma rede essencial tanto para a condução dos estudos quanto para validar os processos, uma vez que "o patrimônio cultural imaterial demanda a anuência das comunidades". Ao concluir sua apresentação, Débora ressaltou a importância da participação no Fórum, colocando-se à disposição para dialogar e realizar outros encontros: "Estou à disposição para conversar e realizar outros fóruns, nos colocamos à disposição para discutir todo esse processo de registro."

Após a apresentação da Débora, Thaynã convidou o Mestre Zanza Júnior para sua participação. Zanza pediu licença aos mais velhos e iniciou saudando Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o Divino Espírito Santo, destacando que representava os Catopés, Marujos e Caboclinhos da cidade de Montes Claros, que é um Ponto de Cultura. Ressaltou a longa trajetória de 184 anos de lutas e resistência desse grupo. Em seu discurso, destacou que o Fórum representa um marco inicial para a construção de caminhos e alternativas que visam a promoção e o fortalecimento das culturas populares, além de ser um espaço para a transmissão dos saberes tradicionais. Zanza entoou o canto: “Ô, Montes Claros, ô Montes Claros, terra de grande beleza, foi Arraial das Formigas e se transformou numa linda princesa”,

Após a apresentação cultural de Zanza, a programação seguiu com a fala institucional de Mateus, que representou o IPHAN. Em consonância com a metodologia do Fórum, que alternava apresentações culturais com falas institucionais.

Mateus cumprimentou os presentes e destacou a importância do processo conduzido pelo IPHAN para o registro do Congado como Patrimônio Imaterial Brasileiro. Ressaltou que os antropólogos do IPHAN e os consultores responsáveis pelo processo de registro estariam presentes e contribuíram para os Grupos de Trabalho (GTs) do I Fórum Mineiro de Reinados e Congados. Mateus destacou que essa integração dos profissionais nos GTs reforça a importância do Fórum para o processo de registro do Congado como patrimônio cultural, evidenciando a colaboração entre as equipes do IPHAN e as comunidades envolvidas. Mateus, enfatizando que o evento constituía uma oportunidade fundamental para a construção de políticas de salvaguarda e outras ações futuras em prol das tradições do Congado. Em suas palavras, o Fórum representava um espaço significativo para o desenvolvimento de uma política cultural mais inclusiva e participativa. Ao final, agradeceu a todos pela oportunidade e encerrou sua participação.

Após a fala do Matheus, Gabriel integrante da Banda de Congo fez apresentação cultural, com uma viola: “Vou Pedir Nossa Senhora pra tomar conta de mim, o beija flor toma conta do jardim, vou Pedir Nossa Senhora pra tomar conta de mim, o beija flor toma conta do jardim”. “Ó mamãe Abraça eu mamãe embala eu mamãe cuida de mim” Terminou com um Salve Maria

Thaynã agradeceu e passou a fala para a Corina que é técnica do IPHAN. Corina desejou boa noite e Salve Maria, agradeceu o convite e pediu licença ao Mestre Zizinho da Banda de Congo de Paula Cândido, pediu licença a todos os mestres e ao ancestrais. Uma licença para que possamos prestar muita atenção, aprender mais ainda, estabelecer pontes que possibilitem elaboração e implementação de políticas públicas de patrimônio para os congados e reinados. Disse que o Fórum é um marco histórico de mobilização dessa grande comunidade para o asseguramento de direitos e apresentou as perspectivas e desafios para o último ano de trabalho do processo de instrução do registro do congados como patrimônio cultural do brasil, falou que nesse ano vai finalizar o dossiê e os vídeos para o registro e que se espera-se que em 2023 esse processo esteja encaminhado ao conselho consultivo do IPHAN para votação e dizer que a partir de agora vai intensificar os diálogo. Disse que a equipe toda do IPHAN vai participar dos grupos de trabalho, cada pessoa em um GT e que as dúvidas que tiverem sobre o processo de registro dos congados e reinados como patrimônio cultural brasileiro vamos anotar e depois fazer um apanhado das perguntas responder a todos e disponibilizar no grupo do whatsapp do Fórum. Disse que o processo abrange o estado de MG, GO e SP é o registro como patrimônio cultural do brasil. Apresentou uma breve cronologia do processo. Em 2006 e 2007 foi feito o levantamento documental para o registro das festas do rosário e o inventário do reinado de nossa senhora do rosário do congado no estado de Goiás. Em 2008 foi feito o pedido oficialmente de

registro das congadas de minas, apresentado pela Prefeitura de Uberlândia, acompanhada de carta de apoio dos municípios de Uberaba, Campos Altos, Ibiá, Frutal e Monte Alegre de Minas e da associação dos Congos e Moçambiques de Nossa Senhora do Rosário de Ibiá. Nesse período entre 2008 e 2011 (pedido de registro MG) a partir do pedido de registro ele foi encaminhado para o departamento de patrimônio imaterial do IPHAN e para a câmara de patrimônio imaterial do conselho consultivo do IPHAN. O processo foi enviado para Minas Gerais já com uma indicação de que os estados de GO e SP fossem incluídos no registro, mas como o pedido tinha partido de Minas Gerais o processo foi encaminhado para a superintendência do IPHAN aqui em Minas para ser instruído. e nesse período foi feito a elaboração do projeto básico e a captação de orçamento para realização das pesquisas. Entre 2012 e 2014 foi feito o levantamento preliminar do inventário nacional de referências culturais que é metodologia que o IPHAN utiliza para as pesquisas sobre patrimônio imaterial. Em 2015 e 2016 nós tivemos o projeto “salvaguarda do patrimônio cultural imaterial relacionado à música, canto e dança de comunidades afrodescendentes localizadas no território brasileiro”, (CRESPIAL), projeto financiado pelo centro de patrimônio imaterial da América Latina. Nesse ano também teve algumas viagens para tratativas com os municípios para realização dos Encontros Regionais, para discutir o processo de registro. Em 2017/2018 Realização dos Encontros Regionais em Montes Claros e Uberlândia, que seriam as duas primeiras regiões contempladas pelos encontros, que seriam sete regiões, mas não teve orçamento para realizar os outros encontros. Nesse período foi realizado o inventário dos Congados Paulistas. Em 2019/2022 está prevista a finalização da instrução do processo. Entre 2012 e 2014 - No inventário preliminar que foi feito em duas etapas, foi adotado em perspectiva inclusiva, dialógica e participativa que dissesse respeito da diversidade que o nome congado e reinado abarca as várias dimensões que compõe o bem cultural e as categorias do registro e a dispersão territorial de MG e a inclusão de GO e SP. 2020 - veio a pandemia. E o processo ficou parado.

Após a fala da Corina, Capitão Eugênio pegou a palavra, ele é Secretário de Coronel Xavier Chaves, ele falou sobre a gestão municipal e a experiência com a proximidade dos reinados e congados. Ele fala que o registro é uma das formas de não deixar acabar o congado. Fala que ganha força para trabalhar ação de educação patrimonial, as crianças precisam entender o que é o congado, o que é a nossa cultura, pois quem vai dar continuidade são as crianças então tem que levar isso para dentro da sala de aula. Fala que o gestor precisa gostar e saber conversar com a comunidade e não explorar. Ele acredita e faz um trabalho próximo aos grupos compreendendo os grupos. Ela cantou: Tá caindo flor. E disse que depois do Fórum ele crê que um dia vamos cantar que tá caindo ouro, porque nosso trabalho vai ser transformado em Ouro.

Após a fala do Capitão Eugênio, Thaynã passou para o Capitão Dirceu da Federação de Congados de Minas Gerais. Ele iniciou sua fala pedindo a bênção aos mais velhos. Em seguida, comentou sobre a situação da Federação em Belo Horizonte, destacando que, apesar de estarem próximos das irmandades, sentem-se distantes devido às condições precárias em que a Federação se encontra. Observou que, apesar do Secretário apresentar muitos projetos, há uma distância entre o que é falado e o que realmente chega ao povo. Ele reforçou a necessidade de unir mais a nossa comunidade. Destacou que o Fórum representa uma grande oportunidade de avanço, mas ressaltou a dificuldade que o setor enfrenta com as mudanças de governo, pois cada gestão traz uma mentalidade diferente, o que acaba nos deixando defasados. Comentou sobre o cadastramento mencionado pelo IEPHA, dizendo que este está muito defasado e que acredita que o número real de pessoas envolvidas seja até dez vezes maior do que o registrado.

Falou sobre a importância de descentralizar os recursos, fazendo com que eles cheguem onde normalmente não chegam. Explicou que a burocracia trava muitos processos e que, embora seja um povo que vive e respira cultura, muitas vezes enfrenta dificuldades para acessar os auxílios disponíveis. Reforçou a necessidade de educar e capacitar a comunidade para que possam acessar os recursos de fomento. Questionou como as políticas públicas podem realmente alcançar aqueles que mais precisam e que têm menos meios de acesso. Por fim, destacou o papel do Fórum como um meio essencial de capacitação, enfatizando que o acesso aos recursos precisa ser facilitado, simplificando os processos para que realmente cheguem ao povo.

Merli pegou a palavra, integra o Conselho de Igualdade Racial em Belo Horizonte, representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais. Iniciou dizendo: “Salve Maria a todos, boa noite a todos. Peço a bênção a quem é de bênção e quero enviar minha bênção neste dia de Oxalá. Na sexta cultivamos o branco, a paz, a harmonia e a tranquilidade. Também cumprimento a todos e saúdo a juventude.”

Ela ressaltou a seriedade da garantia de alimentação, comentando que, sem essa segurança alimentar, a saúde se perde. Emocionada, disse que sempre chora nas festas de reinados ao ver a mesa farta, com broa, café, pão, quitandas, e na hora do almoço aquele banquete maravilhoso. Disse que, só temos que agradecer às cozinheiras e a São Benedito, que nos dá essa garantia. Quando se realiza uma festa, sabemos que contamos com a colaboração e ajuda de muitos. Merli apontou ainda que, mesmo quando há notícias da chegada de recursos, esses não chegam para todos, especialmente no interior. “Aqui em BH o recurso não chegou para todos, imagina para os povos bem distantes, que não conseguem acessar. E quando chega essa notícia maravilhosa, a esperança é que venha uma facilitação.” Ela então cantou uma homenagem às cozinheiras: “Agradeço às cozinheiras que fez as comidas com alegria, Agradeço às cozinheiras que fez as comidas com alegria, Essa comida é igual a que São Benedito fazia.” Salve Maria!

Após a fala de Merli, Sebastião Estevão - Farinhada, abriu sua fala com uma canção: “Que povo é esse que chegou agora? Que povo é esse que chegou agora? É o povo de São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora.” Ele reforçou a necessidade de um acesso ao recurso que não dependa de uma política de favor. “A ideia do Fórum é essa: construir política pública”, afirmou. Sebastião destacou que a ação cultural precisa ser política, pois, se o secretário sair, o trabalho não deve terminar. Ele defendeu o acesso à política pública para os Reinado e Congado, questionando: “Onde está o recurso para a cultura? O que mais dificulta é a prestação de contas. Isso chega a ser humilhante, alguns grupos não conseguem cumprir essa burocracia.” Lembrou que a pauta da cultura não pode ser falada da boca para fora. Observou que, nos municípios, as secretarias de cultura estão alocadas junto à educação e não possuem orçamento próprio. Para ele, a política pública precisa ser “gerada e gestada por nós”. Sebastião reforçou a fala de Eugênio, perguntando por que não se pode ensinar as culturas nas escolas. Ele acredita que, para combater o preconceito através da educação, é necessário política pública. “Política pública é recurso, é dinheiro, e precisa chegar. Nossos contadores de histórias, mestres, estão abandonados na estrada.” Ele destacou que o dinheiro, embora necessário, pode se tornar um problema quando não há planejamento e função definida para ele. “É importante pensarmos na política, pois, se amanhã o governo mudar, a política precisa estar garantida em lei.”

Sebastião compartilhou uma memória dolorosa que um mestre de congado relatou para ele: “Desde novembro de 2015 eu não tenho uma sanfona, pois a minha ficou enterrada debaixo da lama.” E ele disse, que se tivesse política pública para o nosso povo isso não estaria acontecendo. Para ele, uma política cultural verdadeira é aquela que parte da

necessidade e é contemplada no território, independente do gestor ou político. Ele sugeriu falar com o Bosco sobre a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa para ouvir os mestres. Para Sebastião, a política pública cultural deve garantir que o Reinado possa ter acesso a comida sem veneno, mas, para isso, é necessário investimento. “Axé! Viva Nossa Senhora do Rosário!” concluiu.

Capitão Tales do Triângulo Mineiro, Capitão do Congo Real, iniciou sua fala pedindo a bênção a seu pai, também capitão do grupo, e destacou: “Se o pessoal da capital está com essa dificuldade, imagina nós, aqui longe, no cantinho de Minas Gerais, no fim de Minas Gerais.” Em seguida, ele cantou: “Peço licença ao sol, peço licença à lua, Peço licença às estrelas, eu quero cantar na casa sua.” E continuou com mais versos tradicionais: “Ó lá vem congadeiro descendo a ladeira com a sua sacola, É com seu rosário, com seu patuá, ele vem de Angola. Eu quero ver, eu quero ver, Eu quero ver se filho de Congo tem querer.” “Já deu a hora no relógio de Xangô, Já deu a hora no relógio de Xangô, Congadeiro pede a bênção, Oxalá foi quem mandou, Congadeiro pede a bênção, Oxalá foi quem mandou.”

Capitão Tales pediu mais visibilidade para aqueles que estão no final de Minas Gerais, reforçando que ali também há muita cultura. Ele concluiu: “A gente que é humilde leva até vocês, e vocês levam até os grandes.”

Após a fala do Capitão Tales, Selma iniciou a sua fala e relatou que foi convidada para realizar a festa de Nossa Senhora do Rosário de 2013. Ao ser chamada, ela descobriu que fazia cerca de 150 anos desde que o último casal negro havia organizado a festa, que se transformara numa celebração de “branco,” onde apenas fazendeiros ricos assumiam a coroa. Sem entender o valor financeiro dessa tradição, Selma aceitou o convite. De imediato, ela perguntou se poderia mudar o ritual, mas disseram-lhe que não poderia alterar a estrutura da festa, embora pudesse resgatar suas tradições. A partir daí, ela começou a pesquisar e descobrir o que representava a festa de Nossa Senhora do Rosário e a importância dessa homenagem. Foi assim que surgiu sua devoção.

Ela aceitou o desafio sem imaginar que essa festa se tornaria uma fortaleza para ela, pois em janeiro de 2012, após o convite, sofreu um trauma vascular e em julho perdeu o braço esquerdo. Nossa Senhora do Rosário tornou-se, então, sua fonte de força, renovando sua fé.

No entanto, a realização da festa foi repleta de preconceitos. Selma conta que ouviu comentários pejorativos como “preta metida” e perguntas sobre o que serviria na festa, com piadas de que ela serviria “mingau de couve.” Muitos duvidavam de sua fé e questionavam sua capacidade de organizar a celebração. Ao observar as rainhas anteriores, que se apresentavam em trajes luxuosos, ela percebeu que seu estilo seria diferente. Antigamente, as escravas usavam vestidos dados pelas patroas, tão grandes que cobriam sete criadas um vestido. Selma decidiu, então, vestir-se de forma simples, usando algodão cru, como um tributo aos personagens da tradição, mas dentro da sua realidade. Selma também enfrentou resistência ao solicitar que a banda de música tocasse músicas africanas. Disseram-lhe que a tradição musical da festa incluía hinos e músicas de futebol e que não poderia haver mudanças. Mesmo com uma cobrança acima do usual, ela aceitou a banda, que se recusaram a tocar o que ela pediu.

A ajuda do padre João foi essencial. Ele compartilhava sua visão de que a festa de Nossa Senhora do Rosário deveria ser acessível a todos, sem exclusividade na hora do almoço com a rainha. Assim, eles organizaram bingos, rifas e receberam doações da comunidade. Uma senhora sugeriu que Selma carregasse uma lista dos itens necessários e, dessa forma, ela conseguiu ajuda de pessoas que se ofereciam para doar alimentos e outros itens.

Apesar de enfrentar olhares de reprovação, Selma permaneceu firme. Sua família também sofreu com o preconceito, mas ela continuou determinada. Ela chegou a consultar uma rainha anterior sobre o cardápio, que incluía pratos tradicionais como salpicão, pernil, tutu, farofa e maionese, e seguiu essa linha para o almoço de domingo. Mesmo diante de críticas, como o fato de que seu reinado sairia descalço, Selma seguiu em frente. Ela sentiu na pele o preconceito ao realizar uma festa em que muitos esperavam luxo, mas em que ela via simplicidade e devoção. Com fé em Nossa Senhora do Rosário, ela conseguiu suprir as necessidades da festa e ainda teve produtos suficientes para montar cestas básicas. Selma finaliza seu relato reforçando que a festa de Nossa Senhora do Rosário deve ser para toda a população. Ela deixa uma mensagem de incentivo para quem nunca foi rainha: apesar de ser uma celebração difícil, ela é possível, desde que feita com devoção e entrega. Ela fala se Nossa Senhora do Rosário saiu do rio porque ouviu um batuque porque que vou cantar valsa?

Após a fala de Selma, Rainha Belinha começou dizendo que Selma falou sobre coisas maravilhosas: que o Rosário é antigo, que o Reinado é antigo, uma festa feita pelo povo, pela comunidade, pelos devotos, e que isso é a alma do nosso Reinado. Ela compartilhou uma lembrança: “Essa semana, eu estava fazendo uma reflexão e me veio à mente uma memória. Minha mãe, de saia plissada preta e blusa cor-de-rosa, esperando meu irmão mais novo, com uma lata de lavagem na cabeça de vinte litros e eu com minha latinha de dois litros, que era para engordar o porco da festa do Rosário. Lembrei dessa cena e pensei: que bonito, desde os cinco anos eu já trabalhava para Nossa Senhora.”

Ela ressaltou que o Rosário é simples de ser feito e que, para que ele não seja mistificado ou misturado com outras coisas, quem é do Rosário precisa tomar a frente. “Temos que ter coragem, saber que podemos seguir em frente, que Nossa Senhora nos apoia o tempo inteiro. Não precisa ter medo, estamos com a bola toda. Nossa Senhora é nossa fronteira. A Festa do Rosário de Reinado é uma festa feita pela comunidade. Não misturar dinheiro de verba nas camisas dos dançantes, nem logomarcas. É uma festa simples, feita com muito carinho, e tudo o que fazemos para Nossa Senhora do Rosário é cheio de ouro, é o nosso gostar, é o nosso fazer.”

Rainha Belinha comentou sobre Tales, que disse que se o pessoal de BH está com dificuldade, imagina quem está no cantão de Minas. “A dificuldade dele é a mesma que a minha; a nossa andança pra lá e pra cá nos mostra isso. Nossas coisas são com dificuldade mesmo.” Ela então cantou: “O bem-te-vi com suas penas douradas, O bem-te-vi com suas penas douradas, Sem a bênção de Deus, nesse mundo eu não sou nada, Sem a bênção de Deus, nesse mundo eu não sou nada.” “O Angola, o Guiné, o Angola, o Guiné, O Rosário é paz e harmonia, união e muita fé.”

Ela expressou seu entusiasmo pelo Fórum, pois permite cantar e falar ao mesmo tempo. “Quero ver essa moçada trabalhar mesmo. Onde eu tiver que ir, eu vou. O que eu tiver que fazer, eu vou fazer. Tenho isso na minha mente: nasci para isso, tenho o privilégio de ser uma rainha do Congo de Nossa Senhora, de fazer com que a palavra daqueles que vieram antes seja fincada, forçada, amarrada, composta e realizada. Pois é isso que temos que fazer, passar por cima dos preconceitos.” Ela ainda comentou com Selma: “Selma, tem uma coisa que eu preciso te falar. Quando as pessoas falam muito, eu sempre penso: se o cachorro não latir, ele nem paga a ração que come.” Encerrando, ela cantou mais: “Foi na beira do mar que o negro chorou, Ao ver Nossa Senhora saindo das águas coberta de flor.”

Após a fala da Rainha Belinha o Rei Congo do Estado de Minas Gerais iniciou com um Saravá e pediu a desburocratização do sistema para o povo dos reinados. Ele destacou: “Temos pessoas que têm o saber, mas esbarram nessa situação.” Rodolfo exaltou o papel do povo do Reinado: “O povo que faz festa, o povo que mata fome. Nosso povo mata a fome

de muita gente, porque na mesa do Reinado come do rico ao pobre.” Ele então cantou: “Um pano só, um pano só, esse povo todo é um pano só. Nós somos um pano só, e esse pano não pode rasgar, esse pano não pode furar, porque é o pano de Nossa Senhora do Rosário, do povo preto, de Nossa Senhora, de Maria.”

Após a fala do Rei Rodolfo, Capitã Sanete começou cantando: “Nossa Senhora, sua casa cheira, Nossa Senhora, sua casa cheira, Cheira a cravo e rosa, lê-lê, toda laranja.” Ela continuou com outro verso: “Eu tava dormindo, Santa Efigênia me chamou, “Acorda, nego, o cativo acabou!” Capitã Sanete então refletiu sobre a expressão “cultura popular”: “Toda essa cultura popular que eles chamam de cultura popular... mas será que é tão popular assim? Ela não é aceita como as outras culturas. O que é popular é de todos, mas será que todos aceitam?”

E para finalizar a última a se apresentar foi a Capitã Pedrina, que começou saudando: Salve Maria, Saravá pra quem é de Saravá, Mukuiu pra quem é de Mukuiu. Eu sou Pedrina de Lourdes Santos, nascida em Oliveira, Minas Gerais, filha do Capitão e Rainha Conga, ambos falecidos. Este ano completo 51 anos de Reinado. Prefiro chamar de Reinado, pois foi assim que aprendi, e como faço parte da Comissão Mineira de Folclore, fico muito à vontade para dizer que o termo Congado foi uma criação de uma direção que tinha de Reinado junto com a Comissão Mineira de Folclore. Esse termo Congado se popularizou mais que o Reinado, e às vezes o que hoje é chamado de Congado não recebeu as mesmas orientações daqueles mais velhos, os reinadeiros, por que Reinado não é juntar pessoas, arrumar instrumentos e roupa; Reinado é mais que isso.

Reinado é uma religião de raiz africana. É também cultura, mas não é apenas tradição cultural, e também é nagô, originário do povo nagô, e originário do povo bantu. Todos nós cantamos que viemos de Angola, então não é Moçambique, pois Moçambique é um país diferente de Angola. Então é *massambique*, que quer dizer dança africana que vem de Angola, por isso cantamos que viemos de Angola. Nós viemos de Angola.

Quando um reinadeiro fala “Axé,” eu respeito, mas demonstra que não conhece a raiz de onde vem a nossa história. É uma religião africana, pois os escravizados idealizaram o que hoje chamamos de Reinado. Eles tiveram que organizar algo que eu acho fantástico, pois uma pessoa submetida a um regime de escravidão teve condições de raciocinar e criar uma didática que só sabe quem realmente conhece. Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Senhora das Mercês foram os quatro santos que eles escolheram. As mudanças que Selma fez na festa foram fundamentais para que o povo comece a entender que a festa é dos negros. Não é que estou discriminando os brancos, não, mas foram os negros que idealizaram essa festa.

Políticas públicas são ótimas, muito boas, necessárias. Mas, meus irmãos, o dinheiro na festa do Rosário tem que ser tratado com cuidado, senão ele pode subverter a ordem. Temos que buscar o nosso sustento, mas não podemos perder o fio da meada, o mandamento e o sacramento. O sacramento entrou à força, pois o poder da Igreja Católica era muito maior do que é hoje. Fazemos essa festa em nome de Santa Efigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, pois os africanos já tinham sido cristianizados na África.

Minha vertente, minha raiz, não é essa. Os negros de quem eu aprendi nunca abaixaram a cabeça, especialmente para a Igreja. Embora o lamento do negro sirva para relembrar o passado difícil que os escravizados tiveram, os negros dos quais eu sou descendente não imploravam para entrar na Igreja. Essa festa começa dentro da senzala. Aliás, é chamada de festa, mas, na verdade, a Festa do Rosário, em Oliveira, é festa da nossa ancestralidade, é a festa dos nossos antepassados.

Minha preocupação é que não podemos carnavalizar a religião que foi trazida por pessoas dignas, reis e rainhas que deixaram esse legado para que pudéssemos continuar, e

para que nós não devêssemos baixar a cabeça para nenhum senhor, para ninguém, mantendo nossa cabeça erguida. Senhora do Rosário, Senhora das Mercês, São Benedito e Santa Efigênia estão no nosso pano de frente. Qualquer reinadeiro carrega água no balaio, pois temos uma dívida de gratidão por esses quatro santos, que aceitaram a fé e a devoção que os africanos tinham na natureza e nos orixás, mas que não podiam demonstrar, pois seriam castigados no tronco. Então colocaram que a devoção era de Senhora do Rosário, Senhora das Mercês, São Benedito e Santa Efigênia.

Com o passar do tempo, isso foi sendo esquecido, e hoje, em muitas irmandades, é o padre que domina. O que o padre conhece dos mandamentos do Reinado? Políticas públicas e recursos financeiros são necessários, mas a Festa do Rosário é a festa da ancestralidade, a festa dos antepassados. É um grande trabalho espiritual de grande envergadura, realizado em benefício da humanidade terrestre.

Por que cantamos "olelê" nos congos e nos catopês? O tema das políticas públicas é importante, mas é fundamental que aqueles envolvidos sejam comprometidos com a essência do Reinado. Esse é um movimento tão poderoso que começou no Brasil colônia, passou pelo Brasil Império e está no Brasil República, realizado por pessoas pobres. Hoje em dia, alguns querem tirar proveito econômico, socialmente, pois ser do Reinado agora traz status, mas venho de uma época em que o reinadeiro tinha que correr da polícia. Além das políticas públicas, é necessário pensar: de onde vim, para onde estou indo dentro do Reinado? Por que Congado e não, Reinado? É muito importante poder comer sem agrotóxicos.

Ao final da apresentação da Capitã Pedrina, os coordenadores dos grupos de trabalho apresentaram os seus GT's, e foi finalizado o Fórum Mineiro de Reinados e Congados.

ANEXO 2 - DIVERSIDADE DE PARTICIPANTES NO I FÓRUM MINEIRO DE REINADOS E CONGADOS DETENTORES DO BEM CULTURAL PRESENTES NO EVENTO

Central mineira

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1	Central Mineira	Irmandade de N. S. Rosário – B. Padre Eustáquio	Congo, Caboclo, Moçambique, Folia de Reis e São Sebastião.	Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo	Denilson Fiuza
2		Os Carolinos	Congo, Moçambique	Movimento negro	Sarah Santos
3		Congado N. S. Rosário - Padre Pinto	Congo	Hip-hop	Agda Consolação Vieira
4		Grupo Marujo Marinheiro Sereia do Mar	Marujos grupo	Samba, Capoeira, Hip-hop	Angela Maria Passos Bento
5		Moçambique São Benedito, N. S. Rosário e Moçambique Raízes	Candombe, Congo, Catopê, Vilão, Caboclo, Cavaleiro de Jorge, Moçambique, Umbanda	Samba, Terreiro, Capoeira, Umbanda	Giovami Maciel
6		Guarda de Moçambique 13 de Maio de N. S. Rosário	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Elza maria coelho
7		Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	Congo, Vilão, Moçambique, Marinheiro	Apenas reinado	Dário Pio
8		Associação Cultural do Congado de Laranjeiras	Congo	Apenas reinado	Irene das Dores Reis
9		Moçambique de São Benedito - Bom Despacho	Moçambique	Terreiro	Holdry Thais Epifanio de Oliveira
10		Congado N. S. Rosário - Boa Vista de Minas	Congo	Pesquisas e projetos	Alice Aparecida Jesus Ribeiro

				relacionados à cultura africana.	
11	Central Mineira	Moçambique de Santa Isabel	Congo, Moçambique	Terreiro, Capoeira	Ricardo Lucio de Andrade
12		Irmandade Estrela do Oriente	Congo, Moçambique	Terreiro	Maria Luiza Salgado de Souza
13		Irmandade N. S. Rosário - Jardim América	Congo	Apenas reinado	Emerson Augusto da Silva
14		Moçambique N. S. Rosário, S. Benedito e St. Efigênia	Moçambique	-	Joanita Aparecida Máximo Bernardo
15		Associação Cultural do Congado N. S. Santana - Laranjeiras	Congo	Apenas reinado	Natalia Rodrigues Nonato
16		Irmandade de N. S. Rosário	Congo, Catopê, Moçambique, Marujo	Apenas reinado	Georgiane Christian Silveira
17		Guarda de Congo da Vila Santa Rosa	Congo	Apenas reinado	José Bonifácio Costa
18		Guarda de Marujo Marinheiro e Sereia do Mar	Marujo	-	Carlos Evando do nascimento
19		N. S. Rosário	Moçambique	Capoeira	Simone Maria Teixeira
20		Quilombo dos Arturos - Contagem	Candombe, Moçambique	Manifestações tradicionais de descendência africana	Jorge António dos Santos
21		Instituto Cultural e Religioso Moçambique Luz Divina	Moçambique	Apenas reinado	Carlos Magno Ramiro
22		Congado de N. S. Rosário e N. S. Graças	Congo	Pastoral Afro da Arquidiocese de Mariana	Silvânia Aparecida dos Santos Borges
23		Congado de N. S. Rosário	Somente apoio e quer criar um grupo	Apenas reinado	Julião Gomes Filho
24		-	Marujada	-	Maria Helena da Silva

25	Central Mineira	Comunidade N. S. Rosario dos Homens Pretos - Penha de França	Participo em São Paulo Sou Rainha do Rosário da Penha de França tenho como padrinhos a Congada do Capitão Luiz Bento de Congonhas do Campo	Reinado	Rosangela de Moraes
26			Congado	Apenas reinado	Jakeline Costa
27		Igreja N. S. Homens Pretos da Penha SP	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Theophilo Santos da Silva Filho
28		Irmandade Sta. Cruz e Sta. Clementina	Congo, Folia de reis	Folia de Reis	Luiz Rocha Batista
29		Guarda Moçambique N. S. Rosário	Congo	Terreiro	Valéria Gonçalves da Rocha
30		Banda de Congo N. S. Rosário e St. Efigênia	Marujo	Apenas reinado	Orlando da Silva

Região Metropolitana de Belo Horizonte

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1		Caboclo	Caboclo	Apenas reinado	Junia Conceição Leonel
2		Associação dos Congadeiros de Minas Gerais - ASCON/MG	Congo	Samba, Terreiro	Guilardo Veloso de Andrade Filho
3		Guarda de Marujos N. S. Rosário e São Cosme e Damião - Morro do Papagaio	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Mauro Luiz da Silva
4		Ordem Templária da Cruz - St. Antônio de Pádua	Moçambique	Terreiro	Manoel Fonseca dos Reis
5		Guarda de Moçambique N. S. Rosário - Alto dos Pinheiros	Moçambique	-	Elizangela Aparecida Santana

6	Metropolitana BH	Guarda de Congo Divino Espírito Santo e Congado N. S. Rosário - Pinhões	Congo, Catopê	Samba	Wellerson Machado dos Santos
7		Guarda de Congo e Moçambique N. S. das Graças - Azurita	Moçambique	Folia de Reis	Ana Alves de Paula
8		Guarda de Congo e Moçambique N. S. Graças - Azurita	Moçambique	Folia de Reis	Rosangela Pereira da Silva
9		Congado Divina Luz	Congo	Apenas reinado	Cristina Valeria dos Santos Silva Rodrigues
10		Irmandade N. S. Rosário - Justinópolis	Moçambique	Apenas reinado	Dirceu Ferreira Sérgio
11		Irmandade de Congo e Moçambique N. S. Rosário e S. Benedito - Morro do Papagaio	Congo	Terreiro	Solange de Carvalho
12	Metropolitana BH	Irmandade N. S. Rosário - Quilombo dos Arturos - Contagem	Congo, Moçambique	Terreiro	João Carlos Pio de Souza
13		Guarda de Moçambique N. S. da Luz	Moçambique	Grupo de Ação Social no Lar dos Idosos V.P.	Maria Conceição de Oliveira
14		N. S. Rosário	Moçambique	-	Giovana dos Santos Teixeira
15		Irmandade de N. S. Rosário - Jardim América	Congo	Terreiro	Cesar Augusto da Silva
16		Grupo de Congado - N. S. da Lapa	Congo, Moçambique	Terreiro	Edyvan Fernando Borges Costa
17		Guarda de Caboclo do Divino Espírito Santo	Caboclo	Corporação Musical	Valdeci Gomes
18		Congado N. S. Rosário	Candombe, Congo, Cavaleiro de Jorge, Moçambique	-	José Geraldo Alves dos Santos
19		Guarda de Marujos N. S. Rosário	Marujo	Apenas reinado	Júnia Guimarães Campelo de Carvalho
20		Irmandade Estrela do Oriente	Congo, Moçambique e Folia de Reis	Quadrilha	Luana Rafaela

21		Guarda de Moçambique e Congo 13 de Maio de N. S. Rosário	Congo, Moçambique	Samba, Terreiro, Capoeira, Tambor de Criola	Isabel Casimira Gasparino
22		Guarda de Congo N. S. Rosário - Bairro Urca/Pampulha	Candombe, Congo	Terreiro	Neli Martins de Souza
23		Quilombo dos Arturos - Contagem	Moçambique e Folia de Reis	Apenas reinado	Yuri Marcelino De Lima Silva
24	Metropolitana BH	Guarda de Caboclo do Divino Espírito Santo	Congo, Caboclo	Apenas reinado	Valdeci Abel Gomes
25		Guarda de Congo N S Rosário e Aparecida	Congo	Apenas reinado	José Francisco Cândido
26		Apoio	Apoio	Folia de Reis	Dada Diniz
27		-	Moçambique	Samba	Júnia Moraes
28		-	Congo	Terreiro	Carmen Martins Nascimento
29		Associação Guarda de Congo N. S. Rosário Paróquia N. S. Fátima – B. Jardim Industrial/Contagem	Congo	Apenas reinado	Rosana Aparecida da Silva Santos
30		Guarda de Congo Manto Azul de N. S. Aparecida e São Benedito	Congo	Terreiro	Bruna Gonçalves de Pádua Reis
31		Guarda de Moçambique N. S. Rosário - Lagoa Santa	Moçambique	Apenas reinado	Belkiss Amorim
32		Guarda de congo e Moçambique N. S. Graças - Azurita	Moçambique	Folia de reis	Margareth de castro Diniz Guimaraes
33		Guarda de Congo e Moçambique N. S. Graças - Azurita	Moçambique	Folia de reis	Wilton José dos Santos
34		Reino Treze de Maio de N. S. Rosário	Moçambique	Apenas reinado	Bruno Augusto Alves Vasconcelos
35		Guarda de Congo N S Rosário e Aparecida	Congo	Apenas reinado	Rosângela Aparecida Cândida
36		Moçambique de N. S. da Luz	Moçambique	Apenas reinado	SIMONE DE MOURA ALVES SOUSA

37		Guarda de Congo e Moçambique N. S. Graças	Moçambique	Folia de reis	Romilda maria Resende Ferreira
38	Metropolitana BH	Guarda de Congo e Moçambique N. S. Rosário	Moçambique	Folia de Reis	Giovana dos santos Teixeira
39		Guarda de Moçambique de São Benedito	Moçambique	Samba, Rap/Pastorinhas/Folia de Reis	Márcio Miguel
40		Moçambique N. S. Rosário - Pedro Leopoldo	Moçambique	Apenas reinado	Gislene Barbosa de Sousa
41		Guarda de Congo e Moçambique N. S. Graças	Moçambique	Folia de reis	Antônio Carlos Costa Santos
42		-	Congo	-	Sara Helena de Sousa Brito
43		Guarda de Moçambique e Congo Treze de Maio de N. S. Rosário	Candombe, Moçambique	Samba, Boi da Manta, Capoeira Angola	Gercino Alves Batista
44		Associação Guarda de Congo N. S. Rosário – Jardim Industrial/Contagem	Congo	Apenas reinado	Erika Patrícia da silva
45		Guarda de congo e Moçambique N. S. Graças - Azurita	Moçambique	Folia de reis	Erivaldo Paulo de Camargo
46		Quilombo dos Arturos - Contagem	Moçambique	Apenas reinado	Vitória Satter da Silva Santos
47		Guarda de Moçambique N. S. Rosário - Alto dos Pinheiros	Moçambique	Terreiro	Geraldo Antônio da Silva
48		-	Moçambique	Apenas reinado	Andreia Patricia de Souza
49		-	Congo	Apenas reinado	Raissa Fernandes Faria
50		Irmandade N. S. Rosário - bairro Jardim industrial/Contagem	Congo	Apenas reinado	Marcelo Ivo da Silva
51		-	Candombe, Congo, Moçambique	-	Andreia Ribeiro
52		-	Candombe, Congo, Vilão, Moçambique	Apenas reinado	Rildo César Souza

53	Metropolitana BH	Reino Treze de Maio de N. S. Rosário	Moçambique	Apenas reinado	Bruno Vasconcelos
54		Irmandade Estrela do Oriente	Congo	Apenas reinado	Rita Graziela Gervásio Fernandes
55		Congo e Moçambique N. S. Rosário rua n. 137 bairro N. S. Rosário	Congo, Moçambique	Apenas reinado	
56		Guarda de Moçambique N. S. Rosario	Moçambique	Terreiro	Maria Cristina Araujo
57		Irmandade N. S. Rosário - Jatobá	Candombe, Congo, Moçambique	Terreiro	Yuri Franklin Reis
58		Guarda de congo de N. S. Rosário	Congo	Terreiro	Rodrigo Alves de Almeida
59		Guarda de Moçambique de N. S. Rosário e são José	Moçambique	Apenas reinado	Edina Aparecida dos santos
60		Guarda de Congo Feminino N. S. Rosário -Bairro Aparecida/BH	Congo	Samba	Wanderson Dos Santos
61		Guarda de Moçambique - Santa Bárbara	Moçambique	Samba, Terreiro, Capoeira, Hip-hop	Pablo Soares Pires
62		Guarda do Caboclo do Divino Espírito Santo	Caboclo	Apenas reinado	Vanda Aparecida Abel Alves
63		Guarda de Moçambique de Santa Bárbara do Reino de N. S. Rosário	Moçambique	Apenas reinado	Leonardo Jose Alves
64		Guarda de São Jorge N. S. do Rosário	Congo	Samba, Terreiro, Capoeira, Folia de Reis	Kelly Simone da cruz conceição santos
65		Guarda de Marujos N. S. da Saúde	Maru	-	José Geraldo Silva
66		Guarda N. S. Rosário de Mocambeiro e Candombe Filhos de N. S. Rosário de Mocambeiro	Candombe	Folias	Nubia Alves Ribeiro
67		Candombe	Candombe	Samba	Wagner Candido do Matozinhos

68	Metropolitana BH	Barro preto	Congo	Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo, Hip-hop	Emerson José Martins
69		Irmandade N. S. Rosário - Jatobá	Congo	Samba, Terreiro	Eliete Karla dos Santos Oliveira
70		Candombe do Açude - Jaboticatubas	Candombe	Samba, Terreiro, bloco Leão da Lagoinha e GRES Venda Nova	Fábio Brasileiro
71		Instituto Cultural dos Marinheiros de Itabira	Maru	Reinado	Edna Dias dos Santos
72		Guarda Moçambique S. José Operário e S. Benedito no Reino de N. S. Rosário - Pompéia	Moçambique, Umbanda	Terreiro	Sérgio Freitas da Silva
73	Metropolitana BH	Guarda Feminina e Guarda do Divino - Bairro Aparecida/BH	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Vania de Fátima Noronha Alves
74		Guarda de Congo e Moçambique N. S. Graças	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Nilda Augusta Maia Ribeiro
75		-	Congo, Moçambique	Terreiro	Waldiney Antônio da Cruz Santos
76		Guarda de Congo e Moçambique de São Bartolomeu do Reino de N. S. Rosário	Congo, Moçambique	Terreiro	Waldiney Antônio da Cruz Santos
77		Guarda de Moçambique N. S. Rosário - Pompéia	Moçambique	Terreiro	Guaraci Santos
78		Guarda do Caboclo do Divino Espírito Santo	Caboclo	Apenas reinado	Cibelly Abel Alves Ferreira
79		Candombe do açude	Candombe	Samba	Flávio José dos Santos (cuta)
80		Quilombo N. S. Rosário - Justinópolis	Candombe, Moçambique	Apenas reinado	Alexander Teixeira Lima
81		Mocambique de Santana	Moçambique	Capoeira	Rosemaire Gonçalves Alves

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1	Triângulo/Alto Paranaíba	Moçambique	Moçambique	-	Maria Cristina Camin CAMIN
2		Associação Promocional de Congos, Moçambiques e Catopês - Araguari	Catopê	Superintendência de Promoção de Igualdade Racial-SUPIR	Marco Túlio de Sousa Nascimento
3		Marinheiro N. S. Rosário	Congo	Apenas reinado	Ayesca Aparecida Andrade
4		Moçambique Guardiões N. S. Rosário	Moçambique	-	Lucia Helena Bernardes
5		Congado Movimento Negro	Candombe, Congo, Movimento negro-africanos	Terreiro	Xuxa Moisés
6		Marujos Azul de Maio	Catopê, Moçambique	Samba, Terreiro	Alaor Rezende Silva
7		Congo beija flor	Congo	Apenas reinado	Rogério willians da silva
8			Congo, Moçambique	-	Amanda Moura Souto
9		Moçambique Branco de Araguari	Moçambique	Samba, Terreiro, Capoeira, Hip-hop	Aginaldo Daniel da Silva - Capitão Zulu
10		Congo de Ouro	Congo	Samba, Terreiro	Leandro Silva Jardim
11		Congo de Ouro	Congo	Samba, Terreiro, Dança Afro	Rosemere Maria Dos Santos Jardim
12		Moçambique Estrela Guia	Moçambique	Samba, Terreiro	Priscila Freitas da Costa Xavier
13		Entidade Congo Verde	Congo	Terreiro	Onezia de Fatima Santos Machado

14	Triângulo/Alto Paranaíba	Moçambique Camisa Rosa - Ituiutaba	Moçambique	Samba	Francis Luce Gonçalves de Oliveira
15		Congo de Ouro	Congo	-	Luizmar Duque
16		Associação Promocional de Congados Moçambique e Carupes - Araguari	Presidente da Associação	Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo	Johnny Elker OTone Silva
17		Marinheiro de N. S. Rosário	Congo	Apenas reinado	Andrea Nascimento Sampaio
18		Moçambique Guardiões de São Benedito	Moçambique	Samba	William Garcia santos
19		Moçambique N. S. de Fátima	Moçambique	Samba, Capoeira, Hip-hop	Gean Carlos dos Santos
20			Congo	Terreiro	Onezia De Fatima Santos Machado
21		Moçambique Guardiões de N. S. Rosário. Presidente: Associação Irmãos do Rosário de São Benedito	Congo, Moçambique	-	Gilmar Batista
22	Triângulo/Alto Paranaíba	Moçambique rosas brancas	Moçambique	Terreiro	Weberson de Souza Ferreira
23		Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário	Marinheiro	Samba	Antonia Aparecida Rosa
24		Moçambique Guardiões de N. S. Rosário - Uberlândia	Congo, Moçambique	Terreiro	Juliana Evangelista de Paula
25		Marinheiro de N. S. Rosário/Congo Real	Congo, Marinheiro	Terreiro	Thalita Ferreira de Oliveira
26		Congo Real	Congo	Terreiro	Tales Ferreira Oliveira
27		Moçambique Quilombolas/Ponto de Cultura Pérola Negra	Moçambique	Samba, Terreiro	Andréa Bonifácio Camilo Borges
28		Irmandade dos Homens Pretos - Prata	Congo, Moçambique	Terreiro	Julia Aguilera Guimarães
29		Congo Boa Esperança e Moçambique Padre Valmir	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Joana Darc Silva Dias
30		Congo Boa Esperança e Moçambique Padre Valmir	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Katia Dias da Silva Ribeiro

31		Congo Boa Esperança e Moçambique Padre Valmir	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Daniela Dias Ribeiro
32		Congo Boa Esperança e Moçambique Padre Valmir	Congo, Moçambique	Terreiro	Railene Silva Gonçalves
33		Congo Boa Esperança e Moçambique Padre Walmir	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Marilza Viana Silvério
34		Guardiões de N. S. Rosário	Moçambique	Terreiro	Lindaura Alves da Silva
35	Triângulo/Alto Paranaíba	Moçambique Ouro de Maria	Moçambique	Slam	Revalina Aparecida da Silva
36		Marinheiro – N. S. do Rosário	Congo	Apenas reinado	Carlos Fernando de Oliveira Santos
37		Grupo de dança Congo de Ouro	Congo	Terreiro	Rodrigo dos Santos Jardim
38		Congado Marinheiro de N. S. Rosario	Congo	Samba	Altuir Donizete Tibúrcio
39		Terno Maçambique Estrela Guia	Madrinha de Congada	Terreiro	Maria Aparecida da Silva
40		Grupo de Congado Rosário Real	Congo	Apenas reinado	Veronica de Souza de Jesus
41		Moçambique Guardiões de N. S. Rosário	Moçambique	Terreiro	Juliana Evangelista de Paula
42		-	Moçambique	-	Maria Cristina Camin
43		Congo Azul Claro - Monte Alegre	Congo	-	Selma Nogueira Gonçalves
44		-	Congo	Apenas reinado	Eduarda Aguilar Damásio
45		-	Congo	-	Noevellim Noely Gonçalves de Assunção
46		Irmandade de N. S. Rosario e São Benedito	Congo	Apenas reinado	Denilson Nascimento
47		Terno de Moçambique Marinheiro	Moçambique	Terreiro	Valdeci Pereira junior

48		Terno de Congada do Penacho	Congo	Terreiro	Rafael Honorato de Lima.
49		Centro Cultural Congo de Ouro	Congo	-	Luizmar duque
50	Triângulo/Alto Paranaíba	Congo Real	Congo	Terreiro	Tales Ferreira Oliveira
51		Terno Moçambique de Belém	Moçambique	Campeonato de futebol dos grupos de congado de Uberlândia	Ramon Rodrigues
52		Moçambique de Belém e ilê axé omoluae	Congo, Catopê, Moçambique, Umbandista omoloko	Samba, Terreiro	William santos de Oliveira
53		Terno de Congada Minas Brasil	Congo	Terreiro	Sinfronio Jose da Silva Junior
54		Congo Real	Congo	Reinado	Nilza Rodrigues Fidelis
55		Moçambique Estrela Guia	Moçambique	Capoeira	Antônio José da Trindade Neto
56		Terno de Congado Azul Claro	Congo	Apenas reinado	Kátia Aparecida Gonçalves
57		-	Candombe	Candomblé	Leandro Osvaldo Costa
58		-	Candombe	Terreiro	Hudson Antunes Vieira Pinto
59		Yle asê aganju solamawre	Candombe	Terreiro	Rosângela Cristina Oliveira
60		Irmandade N. S. Rosário e São Benedito	Diretora Irmandade Rosário e São Benedito - Uberlândia	Apenas reinado	Valesca Silva
61		-	Presidente da Comissão de Cultura da ALMG	-	João Bosco
62		Marinheira de N. S. Rosário	Congo	Apenas reinado	Susilene Gomes de Oliveira
63	Triângulo/Alto Paranaíba	Grupo Congo de Ouro - Araguari	Congo	Terreiro	Maria Eva Correia

64		Marinheiro de N. S. Rosário - Uberlândia	Candombe, Congo	Samba, Terreiro	Altuir Donisete Tiburcio
----	--	--	-----------------	-----------------	--------------------------

Oeste de Minas

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1	Oeste de Minas	Congo, Moçambique	Congo, Moçambique	Samba, Capoeira, Hip-hop	Paulo Esteves
2		Moçambique de Luz	Moçambique, Associação de Irmandades	Terreiro	Arnaldo Mesquita Santos Júnior
3		IRMONSC - Irmandade Moçambicanos N. S. da Conceição	Moçambique	Griô	Paulo José de Oliveira
4		Congada Filhos do Reis	Congo	Apenas reinado	Sabrina Reis Libéria Santana
5		Terno de Vilão N. S. Rosário	Vilão	Terreiro	Ronaldo Mauricio do Carmo
6		Guarda de Catupe Santa Efigênia	Catopê	Apenas reinado	Carlos Antônio de Oliveira
7		Guarda de Congo N. S. Rosário – S. José da Varginha	Congo	-	João Evangelista Duarte
8		Moçambique Irmandade S. Benedito e N. S. Rosário	Moçambique	Apenas reinado	Sônia Rocha coelho
9		Herdeiras de Maria	Congo	Apenas reinado	Alessandro Alves De Souza
10		Irmandade N. S. Rosário - Bairro Interlagos/Divinópolis	Moçambique	Terreiro	Pablo Maximo Moreira
11		Guarda São Benedito	Congo	Apenas reinado	Maria do Rosário Araújo Messias Rezende

12		Pesquisa acadêmica e registro de patrimônio sobre o tema	Candombe, Congo, Catopê, Moçambique	Umbanda e candomblé	Bárbara Regina Altivo
13		Associação dos Congadeiros/Reinadeiros - Oliveira	Candombe, Congo, Catopê, Vilão, Moçambique	Coletivo Negro	Ana Luzia da Silva Moraes
14		Congado da Irmandade dos Devotos N. S. Rosário	Congo, Vilão, Moçambique	Folia de Reis	Geraldo Aparecido da Silva
15		Associação do Congado dos Devotos de N. S. Rosário - Japaraíba	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Gabriel Lopes dos Santos
16		Grupo I de Lagoa da Prata	Moçambique	Terreiro	Rozangela Alves de
17		Banda de Dança N. S. Aparecida e divino Espírito	Congado	Terreiro	José Paulo Izidoro
18		Associação dos Congadeiros de Araújo	Moçambique	Apenas reinado	Luiz Gustavo Veríssimo e Silva

Jequitinhonha

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1		Congado N. S. Rosário	Congado	Apenas reinado	Sanete Esteves de Sousa
2		Irmandade N. S. Rosário Homens Pretos	Irmandade	Apenas reinado	Maurício Aparecido Costa
3		Marujada de N. S. Rosário	Marujada	Apenas reinado	Agatha Bacelar Rabelo
4		Congado N. S. Rosário	Congo	Folia de Reis	André Cândido Teixeira
5		Marujada de N. S. Rosário	Marujada	Apenas reinado	Wellerson Rodrigues do Nascimento
6		Marujada N. S. Rosário	Marujada	Samba, Capoeira, Hip-hop	Liliane do Carmo Ferreira

7	Jequitinhonha	Irmandade Rosário Homens Pretos - Sucuriú	Tamborzeiros e Baianas, na Irmandade do Rosário	Apenas reinado	Antônio Sérgio Mendes
8		Marujada N. S. Rosário	Marujada	Apenas reinado	Tcheila Mara Rocha
9		Congado - São João Batista	Congo	Apenas reinado	Juvenal Gonçalves Ferreira
10		Marujada - São Gonçalo do Rio Preto	marujada	Capoeira	Guilhermina da Conceição Aguiar
11		-	Quilombo	Apenas reinado	Robison Ribeiro dos Santos
12		Catopês de N. S. Rosário - Serro	Catopê	Terreiro	Ariel Lucas Silva
13		Irmandade N. S. Rosário Homens Pretos e Centro Cultural Escrava Feliciano	Irmandade do Rosário	Apenas reinado	José Claudionor dos Santos Pinto
14		Marujada de N. S. Rosário	Marujada de Felício dos santos	Apenas reinado	Robson Eduardo Moura chaves
15		Irmandade N. S. Rosário Homens Pretos - Minas Novas	Candombe, Moçambique	-	Domingos Teodolindo Costa Mota

Vale do Mucuri

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1	Vale do Mucuri	Folia de Reis e Grupo de Batuque Quilombo de Ouro Verde	Caboclo, Batuque, folia de Reis	Apenas reinado	Josiany Vieira de Souza
2		Folia de Reis e Grupo de Batuque Quilombo de Ouro Verde	Caboclo	Batuque e folia de Reis	Jefferson Thyago pereira de Barros
3		Congado N. S. Rosário	Congo	Apenas reinado	Shirley pinheiro da Rocha

4		-	Congo	Samba, Terreiro, Capoeira, Jongo, Hip-hop	Kessis Soares de Sena
---	--	---	-------	---	-----------------------

Norte de Minas

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1	Norte de Minas	Terno de Catopê Mestre Zanza Junior – Montes Claros	Catopê	Apenas reinado	Marcio Alexandre Xavier
2		Grupos de caboclinhos	Caboclo	Festa folclóricas de agosto	Maria do socorro pereira domigos
3		Grupo dos Catopês Reinado N. S. Rosário	Catopê	Apenas reinado	Maria Ângela Figueiredo Braga
4	Norte de Minas	Congadiv	Moçambique	Terreiro	Edson Rubens da Silva Campos
5		Terno São Benedito	Catopê	Terreiro	José Gomes Filho
6		Congado N. S. Aparecida e Divino Pai Eterno	Marujo	Terreiro, Capoeira, terreiro	José vieira
7		Terno de Catope N. S. Rosário e São Benedito	Catopê	Apenas reinado	Lucelia Pereira
8		Primeiro Terno N. S. Rosário - Mestre Zanza Júnio	Catopê	Apenas reinado	Janine Silva dos Santos Oliveira
9		Terno de Catopês de N. S. Rosário	Catopê	Apenas reinado	Raquel Souto Chaves
10		Terno de Catopê São Benedito	Catopê	Apenas reinado	Márcia Beatriz Maia de Abreu
11		São Benedito	Catopê	Terreiro	Eli Oliveira
12		-	Catopês marujos e caboclos	-	Junia Velloso Rebello

13		Terno de Catopês Menino Jesus de Maria para folclore	Catopê	Capoeira	Ponto de Cultura Acomsol
14		Terno dos Temerosos	Marujo	-	João Damascena de Almeida
15		Grupo Vilão - S. João de Baixo	Vilão	Apenas reinado	Romário Pinheiro dos Santos
16		N. S. da Saúde	Marujada	Reinado	Siuler Sebastião do Carmo
17	Norte de Minas	Terno de katope N. S. Rosario e São Benedito	Catopê	Apenas reinado	Waldemar Julio Santos Oliveira
18		Acompanhante	Folia de Reis	Samba, Capoeira	Marco Antônio Ferreira Santos
19		N. S. Rosário e São Benedito	Catopê	-	Adilson Borges dos Santos
20		Terno de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário	Catopê	Apenas reinado	Luanne Francine Rosa Oliveira
21		Folia de Reis - Riacho dos Machados	Catopê, Folia de Reis	Folia de Reis	Claucio Silva Pereira
22		-	Folia de Reis	Folia de Reis	Elinalva Soares de Oliveira e Souza
23		Folia de Reis Cosme Damião	Folia de Reis	Apenas reinado	Eveline Souto de Almeida
24		Congado do Divino Espírito Santo	Catopê	Apenas reinado	José Geraldo Leite
25		Folia de Reis de Glaucilândia	Catopê, Folia de Reis	Apenas reinado	Elinalva Soares de Oliveira e Souza
26		Folia de Reis de Berizal	Folia de Reis	Apenas reinado	Eliane Márcia Souto Mendes
27		Segunda Marujada de Montes Claros	Marujo	Apenas reinado	José Hermínio ferreira pinto
28		Terno de Catopês N. S. Rosário Mestre Zanza Junior	Catopê	Apenas reinado	Oracy Rodrigues de Oliveira Neto
29		Terno de Catopê Jesus e Maria	Catopê	-	Maria do Socorro Pereira

30	Norte de Minas	Terno de São Benedito - Montes Claros	Catopê	Apenas reinado	Maria Aparecida Alves Guimarães
31		Associação dos Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros	Catopê	Apenas reinado	Luciene Rodrigues

Noroeste de Minas

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1	Noroeste Mineiro	Grupo de Congado - N. S. da Lapa	Congo, Moçambique	Terreiro	Edyvan Fernando Borges Costa
2		-	Congo	Apenas reinado	Greciene lopes dis santos
3		Guerreiros do Ambrósio	Candombe, Moçambique	Samba, Terreiro, Capoeira, Hip-hop	Lara Luísa Silva Gomes Franco

Campo das Vertentes

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1		Encontro de Cultura Afro Brasileira de Oliveira - ECAO	Congo, Catopê, Vilão, Moçambique	Apenas reinado	Jailson Salvador da Silva
2		Reinado de N. S. Rosário	Moçambique	Apenas reinado	Fábio Henrique Rabelo Silva
3		Congada N. S. Rosário e N. S. Mercês	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Congada e Moçambique Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês

4	Campo das Vertentes	Reinado N. S. Rosário	Moçambique	Apenas reinado	Paulo César Alexandre
5		Congado - Ibertioga	Congo, Moçambique	Jongo	Iasmim Alice da Silva
6		Congado N. S. Rosário e São Benedito	Congo	Grupo de Consciência Negra	Eugênio José dos Santos
7		Congada e Moçambique N. S. Rosário	Congo	Samba	João Pedro Chiericato
8		Família Barbosa	Congo, Moçambique	Reinado	Ewerton De Brito Fernandes Lopes
9		Banda de Congo e Moçambique N. S. Rosário	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Maria das Graças Vicente de oliveira
10		Moçambique e Catopê de N. S. Rosário e São Benedito (Congado da Maria)	Congo, Catopê, Moçambique	Jongo	Maria Auxiliadora Martir
11		Masambike N. S. das Mercês	Candombe, Congo, Moçambique	Terreiro, Kandombe	Pedrina de Lourdes Santos
12		Banda dançante N. S. Rosário - Paróquia de Nossa Senhora das Dores	Congo	Congado	Maria Campos Heleno
13		Moçambique N. S. Aparecida	Moçambique	Apenas reinado	Eduardo Morais Uba e Silva

Sul e Sudeste

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1		Candombe	Candombe	Samba	Mariana canuto
2		Congado de N. S. Rosário - Ilicínea	Congo	Hip-hop	Walisson Silas de Andrade
3		Congo e Moçambique - Ilicínea	Moçambique	Apenas reinado	Miguel flauzino de Andrade

4	Sul e sudeste	N. S. Rosário e São Benedito	Moçambique	Apenas reinado	Maria Beatriz Lau
5		Terno de Moçambique - Ilicínea	Congo, Moçambique	Samba, Hip-hop	Eduardo Aparecido de Andrade
6		Congo e Moçambique - Ilicínea	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Kenia Cristina da Silva
7		Congo e Moçambique – Ilicínea; Moçambique de Guapé	Congo, Moçambique	Samba, Terreiro, Capoeira, Hip-hop	Adriano Maximiano da Silva
8		Terno de Congada Rainha das Águas	Congo	Maracatu	Elaine Rodrigues de Castro Júlio
9		Associação das Congadas de Itabira	Marujo, Caboclo	-	Rosângela Maia Beato Batista
10		Terno de Congada N. S. Rosário - Cambuquira	Congo	Terreiro, Capoeira, Hip-hop, Congada	Marcos Antonio Rodrigues
11		-	Congo	Apenas reinado	Agunna de Souza Valim
12		Terno São Pedro	Congo	Apenas reinado	Marcos de Paula Nogueira
13		-	Congo	Apenas reinado	Selma Anísia Oliveira Brígida
14		Terno de Congada Irmandade de Santa Cruz	Congo	Apenas reinado	Jorge Vitor Nicolau
15		Congado São Benedito N. S. Rosário	Congo	Apenas reinado	Luiz Antônio da Silva
16		CMPIR	Candombe, Cmpir e CMC	-	Rosemeire Ap. de Oliveira
17		Moçambique Esperança	Moçambique	Capoeira	Anna Gabriela Sousa Santos
18		General das Congadas - Jesuânia	Congo	Capoeira, Congadas	Agnaldo dos Santos
19		-	Congo, Moçambique	Capoeira	Eliz Regina Florêncio
20		Congado Marujo N. S. Rosário e St. Efigênia	Maru	Terreiro	Luiz Bento da Silva

21	Sul e sudeste	Guarda de Congo Manto Azul N. S. Aparecida e São Benedito	Congo	Samba, Terreiro	Maria Aparecida Andiará Aniceto Noé
22		Congada São Benedito	Congo	Apenas reinado	Ivonete Cacia da Cruz
23		Guarda feminina São Jorge	Congo	Apenas reinado	Josimar Henrique da Silva Santos
24		Terno de Congo Estrela Cadente	Congo	Apenas reinado	Angela Rodrigues Marciano de Castro
25		Terno de Congo Cosme Damião	Congo	Apenas reinado	Antônio Luiz de Oliveira
26		Terno São Benedito	Congo	Apenas reinado	Sheila Rodrigues de Oliveira Prado
27	Sul e sudeste	Terno São Pedro	Congo	Apenas reinado	Marcos de Paula Nogueira
28		Irmandade N. S. Rosário	Congo	Folia de Reis	Teresinha Rodrigues Alves Tomaz
29		Congo e Moçambique N. S. Rosário e S. Benedito - Ilicínea	Congo	Terreiro	Andreza Rezende Amaral
30		Irmandade N. S. Rosário - Cambuquira	Congo	Apenas reinado	Simone De Assis
31		Ternos de Congada Estrela Cadente, São Benedito e 13 de maio - Lambari	Congo	Maracatu	Aline Guerra da Costa
32		Togolêsa	Togo	Hip-hop	Koffi Mawunam Donald Prosper Anthony
33		Senhora do Rosário	Congo	Apenas reinado	Maria Lúcia parreira
34		Guarda do Congo São Benedito - Itatiaiuçu	Congo	Jongo	Elcio Batista da Silva
35		Congada e Moçambique - Piedade do Rio Grande	Congo, Moçambique	-	Livia Nascimento Monteiro
36		Moçambique	Moçambique	Apenas reinado	Levi Pereira Miranda
37		Ternos de congadas	Congo	Apenas reinado	Livia Maria Balino

38		Ternos de congadas	Congo	Apenas reinado	Elizabeth Junho Giovanini
39		Ternos de congadas	Congo	Apenas reinado	Frederico Arce Ribeiro Braga
40		Terno de Congada e Guarda de Moçambique	Congo, Moçambique	Apenas reinado	Dayvid Emanuel Donizeth
41	Sul e sudeste	Moçambique S. Benedito	Congo, Catopê, Vilão, Moçambique	Folia de Reis	Giselle Barbosa dos Santos Anastácio de Oliveira
42		Terno de Congo S. Benedito do Rosário de Maria	Congo	Terreiro	Luiz Mauro Dias Júnior
43		-	Congo	Apenas reinado	Sabrina Cristina Queiroz Silva
44		Clube Operário Treze de Maio	Catopê, Vilão, Moçambique	Reinado	Eleandro Silvestre de Paula
45		Guarda Senhora da Glória	Congo	Reinado	Nayara Fabiana Tiago/ Vicente Marcos
46		Núcleo de Consciência Negra	Congo	Samba, Terreiro	Ana Cristina Bernardes
47			Candombe, Congo, Moçambique	Apenas reinado	CARINA GOMES DE SOUZA
48		Congada de St. Barbara e São Gerônimo	Congo	Samba, Terreiro, Capoeira	Jéssica Dos Santos Ribeiro
49		Associação das Congadas - Itabira	Marujo	-	Rosângela Maia Beato Batista
50		Tenda de Umbanda St. Barbara Oya Ogum Guerreiro	Umbanda	Terreiro	Maria Augusta Clementino
51			Congo	Terreiro, Hip-hop	Soraya Firmino da Silva
52		Congo e Moçambique - Ilicínea	Moçambique	Samba	José Lucas Moisés Bernardes
53		Congo e Moçambique - Ilicínea	Congo	-	Wallisson Vinicio da costa

54	Sul e sudeste	Guarda N. S. Rosario - B. Água Fresca	Marujo	-	Maria Geralda dos Prazeres
55		Reinado do Rosário - Itapecerica	Moçambique	Apenas reinado	João Paulo Lima Teixeira
56		N. S. Rosário - Ilicínea	Congo	Folia de Reis	Fadel Geraldo da Silva
57		Catupê Azul e Rosa	Congo	Samba	Jaciara Maria Silva
58		Núcleo de Consciência Negra - Alfenas	Moçambique	Samba, Terreiro, Jongo	Raquel da Cruz Lázaro
59		Congo e Moçambique - Ilicínea	Congo, Moçambique	Capoeira	Susana Flauzina Silveira

Zona da Mata

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1		Associação de Congadeiros N. S. Rosário	Congo	Apenas reinado	Aeliton Vitor Ferreira
2		-	Candombe	Samba, Capoeira	Silvania Aparecida dos Santos
3		Banda de Congo N. S. Rosário - Paula Cândido	Congo	-	Thaynã Fernandes Araújo Paes
4		Banda de Congado nossa senhora do Rosario de Porto Firme	Congo	Capoeira	Kelvim Martins Cordeiro
5		Banda de Congo N. S. Rosário de Paula Cândido	Congo	Apenas reinado	Renata de Paula Martins
6		Banda Dançante do Rosário – St. Efigênia	Maru	Apenas reinado	Riseli Moreira da Silva

7	Zona da Mata	Banda Dançante de Congada e Moçambique de N. S. Rosário	Congo, Moçambique	Terreiro	Jocimar Luciano de Aquino
8		Banda Dançante do Rosário – St. Efigênia	Maru	Apenas reinado	José Pedro da Silva
9		Guarda de Congado N. S. Rosário, S. Benedito e Santa Efigênia - São Domingos das Dores	Congo	Apenas reinado	Victor Fonseca da Trindade
10		Banda de Congo N. S. Rosário	Congo	Apenas reinado	Rafael Jerônimo braz
11		Congado N. S. Rosário - Paula Cândido	Congo	-	Gabriel Carlos Celestino
12		-	-	Terreiro	Ana Carolina Santos Silva
13		Banda de Congo N. S. Rosário	Congo	-	Francisca de Lourdes Jeronimo Braz
14		Congo São Camilo de Lelis	Congo	Terreiro	Edmalton Firmino
15		-	Congo	Apenas reinado	José do Carmo de Araújo
16		-	Congo	Apenas reinado	Lorena Oliveira Vieira
17		-	Congo	Apenas reinado	Thais de Almeida Martins
18		Guarda de Marujos de N. S. da Saúde	Maru	Apenas reinado	José Geraldo Silva
19		Banda de Congo N. S. Rosário - Quilombo de Moreiras - Rio Espera	Congo	Apenas reinado	José Euzébio de Oliveira
20		Banda N. S. Rosário	Congo	-	Bruno cristiano Quintino do Carmo
21		Banda de Congo N. S. Rosário	Congo	-	José Henrique Quintino do Carmo
22		Banda de Congado - Divinésia	Congo	Reinado	Carlos Daniel de Landa Almeida
23		Banda de Congado - Divinésia	Congo	Reinado	José Carlos Rodrigues

24		Banda de Congado - Divinésia	Congo	Reinado	Kayco Gomes
25		Banda de Congado de Divinésia	Congo	Reinado	Aparecida Vieira
26		Guarda de Congado N. S. Rosário - Ubá	Congo, congada nossa senhora do rosário	Terreiro, Congados,	Moema carneiro
27		Banda dançante Nossa Senhora do Rosário	Congo, Marujo	Apenas reinado	Osmar Martins

Vale do Rio Doce

Nº	MESORREGIÃO	NOME DO GRUPO	VARIAÇÃO DE REINADO AFRO-MINEIRO	SEGMENTO QUE PARTICIPA ALÉM DO REINADO	NOME DA PESSOA DE REFERÊNCIA
1	Vale do Rio Doce	Guarda de Moçambique - Timóteo	Moçambique	Samba	Luis Fabiano dos Santos
2		Congado N. S. Rosário - Jaguaráçú	Congo	Capoeira	Jailton Laurindo
3		Pastoral Afro Brasileira	Congo	Apenas reinado	Sonia Maria Silva Assunção
4		Marujada do Divino Pai Eterno	Congo	Apenas reinado	Maria Aparecida Florêncio
5		Clube Dançante N. S. Rosário	Congo	Samba	Shirley MacLane Nunes Brito
6		Comissão Ouropretana de Folclore	Congo	Irmandade N. S. Rosario dos Pretos - Ouro Preto	Solange Sabino Palazzi

ANEXO 3 - CRONOLOGIA DOS REIS DA FESTA DO ROSÁRIO DE PAULA CÂNDIDO

Nº Festa do Rosário	Ano	Reis da Festa
1	1853	Escravos de Francisco José Valente
2	1854	Mário Teodoro e Silvana Rosado (Escravos Alforriados)
3	1855	Joaquim Tropeiro (Escravo de Dona Clara) e Juliana (Escrava de Manoel Correia Faria)
4	1856	Joaquim Calambau e Domiciana M. da Fonseca (Escravos Alforriados)
5	1857	Lucinda V. da Fonseca e Maria Gonzaga (Escravos Alforriados)
6	1858	Escravos de Francisco Antônio de Souza
7	1859	Escravos de Antônio da Silva Araújo
8	1860	Escravos de Domingos Lopes Francisco
9	1861	Escravo de Joaquim Correia e Escrava de Domingos Lopes Francisco
10	1862	Escravo do Sr. Luciano Rodrigues de Oliveira
11	1863	Escravo do Sr. Francisco Fernandes Ribeiro
12	1864	Escravo do Sr. Domingos Lopes Francisco
13	1865	Escravo do Sr. Manoel Pereira de Queiroz
14	1866	Escravo do Sr. Manoel Vaz Rodrigues
15	1867	Escravo do Sr. Fortunato Teixeira de Carvalho
16	1868	Escravo do Sr. João Alves Ladeira
17	1869	Escravo do Sr. Antônio Francisco Teixeira de Oliveira
18	1870	Escravo do Sr. Coronel Antônio Faustino Duarte
19	1871	Escravo do Senhor Serafim José Cardoso
20	1872	Escravo do Sr. José Domingos Valente
21	1873	Escravo do Sr. João Rodrigues de Oliveira
22	1874	Escravo do Sr. Domingos José Valente
23	1875	Escravo do Sr. Francisco Crescêncio Bandeira
24	1876	Escravo do Sr. João Antônio de Queiroz
25	1877	Escravo do Sr. João Antônio de Queiroz
26	1878	Escravo do Senhor Luiz Ferreira
27	1879	Escravo do Sr. Antônio da Paixão Moreira dos Reis
28	1880	Escravo do Sr. João Rodrigues de Oliveira
29	1881	Escravo do Sr. Francisco de Assis Ferreira
30	1882	Escravo do Sr. João Fortunato da Silva
31	1883	Escravo do Sr. João Fortunato da Silva
32	1884	Escravo do Sr. João Antônio Lopes de Oliveira
33	1885	Escravo do Sr. Francisco Isidoro de Jesus
34	1886	Escravo do Sr. Capitão José Antônio Valente
35	1887	Escravo do Sr. Francisco de Assis Ferreira
36	1888	Escravo do Sr. Francisco de Assis Ferreira
37	1889	Escravo do Sr. Francisco de Assis Ferreira
38	1890	Âmago do Senhor Capitão Silva
39	1891	Âmago do Sr. José Firmiano
40	1892	Âmago do Sr. João Antônio Lopes de Oliveira
41	1893	Âmago do Sr. João Antônio de Queiroz
42	1894	Âmago do Sr. João Antônio Batista Pereira

43	1895	Âmago do Sr. Francisco de Paula Freitas
44	1896	Âmago do Sr. Zacarias Pedro Ferreira
45	1897	Âmago do Sr. Francisco de Paula Freitas
46	1898	Âmago do Sr. Capitão José Antônio Valente
47	1899	Âmago do Sr. Joaquim dos Santos Teixeira
48	1900	Âmago do Sr. Capitão José Antônio Valente
49	1901	Âmago do Sr. Theotônio Teixeira
50	1902	Âmago do Sr. José Estevão de Freitas
51	1903	Pedro Celestino da Silva e Delfina Rosa Maria de Jesus
52	1904	Ignocêncio Ferreira de Lima e Francisca Teixeira do Espírito Santo
53	1905	José Correia Borges e Zeferina Maria de Jesus
54	1906	Maximiano de Mello e Clotilde Lotti de Mello
55	1907	Capitão Martinho Ludgero Alves e Januária Isabel de Jesus
56	1908	Luís Antônio Teodoro e Anna Rita da Silva
57	1909	João Francisco de Oliveira e Antônia Carolina da Silva
58	1910	Capitão João Lourenço de Oliveira e Maria Vieira Oliveira
59	1911	Theotônio Teixeira de Oliveira e Angélica Benigna Oliveira Fernandes
60	1912	João Teixeira de Carvalho e Maria José Lisboa
61	1913	Ivo Soares Valente e Maria José Matias
62	1914	José da Silva Lisboa e Maria José Teixeira
63	1915	José Estevão de Freitas Castro e Rita Maria de Oliveira
64	1916	Antônio Vieira da Silva e Virgínia Vieira da Silva
65	1917	José Joaquim da Silva e Jovita de Oliveira Valente
66	1918	Capitão José Ferreira do Nascimento e Maria José da Silva Valente
67	1919	Antônio Theotônio Teixeira e Maria José Duarte
68	1920	Cândido José Mathias e Maria Francisca Duarte
69	1921	Francisco Ferreira do Nascimento e Maria da Conceição Oliveira
70	1922	José Faustino Duarte e Francisca de Mello Lotti
71	1923	Dr. Waldomiro Postec e Maria Rita Silva
72	1924	João Lourenço Roque e Ananília de Oliveira Duarte
73	1925	José Theotônio de Oliveira Primo e Luíza Maria da Silva
74	1926	Antônio Alexandre da Costa e Edy de Magalhães
75	1927	Antônio da Silva Gandra e Maria José Silva Roque
76	1928	José Maurílio Valente e Maria Maurícia de Oliveira
77	1929	José Pereira e Maria Alexandrina Teixeira
78	1930	Marcelino Vieira da Silva e Ludovina Angélica da Silva
79	1931	João Satyro Anastácio e Anna da Assumpção
80	1932	Celestino Lopes de Oliveira e Maria José D' Anunciação
81	1933	Francisco Ferreira do Nascimento e Antônia Isabel Teixeira
82	1934	Antônio Ferreira do Nascimento e Anna de Paiva e Silva
83	1935	Capitão Martinho Ludgero Alves e Maria Rita Alves
84	1936	João Theotônio Teixeira e Jovita de Oliveira Valente
85	1937	José Antônio Faustino Duarte e Maria Ludovina da Motta
86	1938	José Martins Teixeira e Rita Francisca da Silva
87	1939	Theotônio Tito Teixeira e Porcina Alves Ferreira
88	1940	João Faustino Duarte e Maria José Fernandes
89	1941	Euclides Castro da Silva e Raymunda Lisboa Valente

90	1942	Antônio da Silva Gandra e Nicolina da Silva Valente
91	1943	Antônio Firmiano dos Santos e Angélica Ferreira
92	1944	Antônio Julião Ferreira e Maria Francisca Ferreira
93	1945	Francisco da Silva Duarte e Anna Maria de Oliveira
94	1946	Domingo Teixeira Valente e Maria Rita de Oliveira
95	1947	José de Oliveira Duarte e Maria José Teixeira
96	1948	Antônio Faustino Duarte e Gertrudes Mendes Duarte
97	1949	Raymundo Ludgero Alves e Maria de Lourdes de Oliveira Alves
98	1950	Caio de Amorim e Olinda Maria de Oliveira
99	1951	Benjamim Sotero de Oliveira e Maria D'Anunciação Lisboa de Oliveira
100	1952	Francisco Ferreira da Silva e Angélica Ferreira da Silva
101	1953	Luis Teixeira Valente e Maria Angélica Ferreira
102	1954	Raphael Ludgero Alves e Maria Júlia Alves
103	1955	Josias Ludgero Alves e Rita Teixeira Alves
104	1956	José Severiano Batista e Theonila Pompeu de Oliveira
105	1957	Agostinho Avelino de Queiroz e Isaura de Queiroz
106	1958	Odilon Sotero de Oliveira e Francisca da Silva de Oliveira
107	1959	José Pereira da Silva e Angélica Teixeira de Oliveira
108	1960	Antônio F. de Oliveira Duarte e Maria Angélica Ferreira
109	1961	José Antônio de Oliveira e Maria de Lourdes de Oliveira
110	1962	Áureo da Silva Lisboa e Elvira da Costa Lisboa
111	1963	Fábio da Costa Lisboa e Francisca Teixeira Dias
112	1964	José Fiemiano Filho e Maria Batista Silva
113	1965	Francisco Firminiano dos Santos e Ruth Alves Ferreira Santos
114	1966	Idevaldo de Oliveira e Filonira Ferreira de Oliveira
115	1967	Raphael José de Oliveira e Francisca Teixeira de Oliveira
116	1968	Raphael Teixeira do Nascimento e Francisca Ferreira de Oliveira
117	1969	Benedito Saturnino Teixeira e Jacinta Martins Silva
118	1970	Jaime Teixeira e Maria Teixeira de Oliveira
119	1971	Alberto Sotero de Oliveira e Maria Aparecida Lima de Oliveira
120	1972	José da Costa Lisboa e Nadir Maria de Queiroz Lisboa
121	1973	João Francisco da Silva e Jovita de Oliveira Silva
122	1974	Adailton Dias Noberto e Francisca Teixeira Dias
123	1975	Eloísio de Oliveira e Silva e Januária Teresa C. Silva
124	1976	Ney José Alves e Maria Imaculada Alves
125	1977	Elvídeo Teixeira Valente e Fausta Teixeira de Oliveira
126	1978	Dr. Jorge Theotônio Teixeira e Efigênia Dias Teixeira
127	1979	Luciano Sotero de Oliveira e Maria do Carmo de Oliveira
128	1980	Alberto Sotero de Oliveira Júnior e Francisca Assis de Oliveira
129	1981	Benjamim Sotero de Oliveira Silva e Maria Alves de Oliveira
130	1982	Francisco Colamarco e Tomazina Colamarco Ferreira
131	1983	Rafael de Oliveira Silva e Maria do Rosário Silva
132	1984	Raphael Ludgero Alves Filho e Marion das Dores Flores Alves
133	1985	Fabiano Ludgero Alves e Rita de Oliveira Alves
134	1986	Osvaldo da Silva Matias e Daura de Freitas Matias
135	1987	Celso Teixeira Valente e Ananília Duarte Valente
136	1988	José de Queiroz e Angélica Duarte de Queiroz

137	1989	Nelson Rena e Francisca Ladeira Rena
138	1990	Antônio Cupertino de Almeida e Ivete Ferreira de Oliveira
139	1991	José Evaristo da Silva e Maria Teresa Oliveira da Silva
140	1992	João Faustino Teixeira e Zélia Idaci Teixeira
141	1993	Vicente Alves Souza e Teresinha Elisabete de Souza
142	1994	José Gordiano Teixeira e Teresa Silva Teixeira
143	1995	José de Oliveira Neves e Maria do Carmo de Oliveira
144	1996	Osvaldo Duarte Sobrinho e Elaine Silva Duarte
145	1997	Milton Joaquim Bezerra de Almeida e Dolores Maria Ferreira Almeida
146	1998	Célio Anísio Teixeira e Marlene Mendes Teixeira
147	1999	Ivan Teixeira Cotta Filho e Maria Goretti Lisboa Cotta
148	2000	Nelson Rena Filho e Rosália Flores Cotta Rena
149	2001	João Batista Roque e Sônia Maris Valente Roque
150	2002	Luciano Teixeira de Oliveira e Maria Lúcia Rodrigues de Oliveira
151	2003	Washington Ângelo Cabral e Anamaria de Oliveira Cabral
152	2004	Adenir Queiroz Teixeira e Anilza Queiroz Teixeira
153	2005	Antônio Ferreira Filho e Maria Teresinha Ferreira
154	2006	Bráulio Valente e Hosana de Souza Mendonça Valente
155	2007	João Batista Teixeira e Assunta Maria Santos Teixeira
156	2008	Francisco de Oliveira Duarte e Teresa Sobreira de Barros Duarte
157	2009	Emerson Rodrigues Lisboa e Letícia Teixeira Lopes Lisboa
158	2010	Luiz Carlos de Oliveira Valente e Rita de Cássia Ladeira Rena Valente
159	2011	Geraldo Costa Lisboa e Maria das Graças Lisboa
160	2012	Marcos Vinícius Alves e Alessandra Teixeira Valente Alves
161	2013	André Leandro Brígida e Selma Anísia Oliveira Brígida
162	2014	Vicente de Sávio Aquino e Janete do Nascimento Martins de Aquino
163	2015	Adenir Queiroz Teixeira e Maria Graciete de Queiroz
164	2016	José Teixeira da Silva e Júlia Elisa Teixeira
165	2017	Cláudio Marcio Ribeiro e Vanísia da Conceição Sabino Ribeiro
166	2018	Sebastião Francisco da Silva e Joana de Faria Serra e Silva
167	2019	João Carlos de Oliveira e Silva e Jobita de Oliveira e Silva
-	2020	PANDEMIA
-	2021	PANDEMIA
170	2022	Deiverson Júnior Irias e Maria Rita Aparecida Irias Eleutério
171	2023	José Augusto de Oliveira e Silva e Maria Clara de Oliveira e Silva
172	2024	João Evangelista Braz e Francisca de Lourdes Jerônimo Braz

ANEXO 4 - CANTOS DO ROSÁRIO
MANIFESTAÇÕES DOS DETENTORES DO BEM CULTURAL
NO FÓRUM MINEIRO DE REINADOS E CONGADOS – ANO DE 2022

**

Nego já foi escravo
 Nego já sentiu dor
 Hoje ele bate no peito
 Estuda e é doutor¹⁵

**

Com licença para eu chegar, Com licença para eu chegar,
 Ô lê lê com licença pra eu chegar, Ô lê lê com licença pra eu chegar,
 Com licença para eu chegar, Com licença para eu chegar,
 Ô lê lê com licença pra eu chegar, Ô lê lê com licença pra eu chegar¹⁶

**

Navio negreiro nas ondas do mar, correntes pesadas na areia arrastar,
 A negra escrava tristonha rezava, saravá, nossa Mãe Iemanjá.
 Saravá nossa Mãe Iemanjá,
 Navio virou de casco pro ar, navio virou de casco pro ar,
 E quem nos salvou foi Mãe Iemanjá, e quem nos salvou foi Mãe Iemanjá¹⁷

**

E lá do céu caiu uma rosa
 aruê
 Rosa de Maria
 aruê
 São Benedito pegou no ar
 aruê
 Entregou a Estrela Guia
 aruê
 Olha pro ar o céu está abrindo
 Nossa Senhora já vai chegar
 Com o seu Rosário na mão para os seus filhos abençoar.
 Quando eu cantei, os anjos do céu apareceram
 Emocionei, São Benedito acalentou
 Ajoelhei, Nossa Senhora estava perto
 Quando eu rezei, Deus lá no céu me abençoou.¹⁸

**

¹⁵ Sebastião Ambrósio Jerônimo, Mestre da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

¹⁶ Capitã Valéria, do Moçambique de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Senhora de Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

¹⁷ Capitã Valéria, do Moçambique de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Senhora de Oliveira, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

¹⁸ Capitão Malaquias Moçambique Estrela Guia de Uberlândia, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

Salve a gunga sagrada
 Eu vi terra molhada levantar poeira
 Essa gunga veio de longe
 Essa gunga veio de longe
 Abençoa o mundo inteiro
 Essa gunga veio de longe

Essa gunga veio de longe
 Abençoa o mundo inteiro
 Oê de Angola
 Essa Gunga veio de lá
 Oê de Angola
 Essa Gunga veio de lá
 Correu o mundo
 Ô Correu o mar.¹⁹

**

Senhor, tenha dó de mim, meu São Benedito
 E não deixa acabar que é tão bonito
 Tenha dó de mim²⁰

**

Nossa Senhora rainha do mar
 Nossa Senhora rainha do mar
 Eu vou pedir, eu vou pedir pra navegar
 Eu vou pedir, eu vou pedir pra navegar.²¹

**

Amar, amar, para sempre eu quero amar
 Amar, amar, Nossa Senhora do Rosário
 Licença, Senhora, viemos pedir
 Licença, Senhora, viemos pedir
 Vou pedir, Nossa Senhora, sua licença neste dia
 Para louvar o seu Rosário que nos deu como guia
 Licença, Senhora, viemos pedir
 Licença, Senhora, viemos pedir
 Nossa Senhora, nossa força
 Nossa Senhora, nossa fé
 Ela guarda os seus devotos, onde quer que estiver.²²

**

Licença, salve Maria
 Chegando essa hora com muita alegria
 Foi chegando com fé, meu São Benedito
 Louvando o sagrado com muita emoção

¹⁹ Capitão Malaquias Moçambique Estrela Guia de Uberlândia, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²⁰ Madrinha Iara Moçambique Estrela Guia de Uberlândia, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²¹ Capitão Adriano, Guarda Ilícinea, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²² Capitã Lucélia, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

Que Deus abençoe essa nossa união²³.

**

Ô, Montes Claros,
Ô Montes Claros, terra de grande beleza,
Foi Arraial das Formigas e se transformou numa linda princesa²⁴

**

Vou Pedir Nossa Senhora
Pra tomar conta de mim,
O beija flor toma conta do jardim
Vou Pedir Nossa Senhora pra tomar conta de mim
O beija flor toma conta do jardim²⁵

**

Ó mamãe
Abraça eu mamãe
Embala eu mamãe
Cuida de mim²⁶

**

Tá caindo fulô, ê, ta caindo fulô
Tá caindo fulô, ê, ta caindo fulô
Lá do céu cá na terra, ê ta caindo fulô²⁷

**

Que povo é esse que chegou agora
Que povo é esse que chegou agora
É o povo de São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora²⁸

**

Já deu a hora no relógio de Xangô,
Já deu a hora no relógio de Xangô,
Congadeiro pede a benção Oxalá foi quem mandou,
Congadeiro pede a benção Oxalá foi quem mandou²⁹

**

O meu bem te vi com suas penas douradas
O meu bem te vi com suas penas douradas
Sem a benção de deus nesse mundo eu não sou nada

²³ Capitão Eduardo, Guarda Ilcínea, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²⁴ Mestre Zanza, Catopês, Montes Claros, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²⁵ Gabriel Celestino, sanfoneiro da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²⁶ Gabriel Celestino, sanfoneiro da Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²⁷ Capitão Eugênio de Coronel Xavier Chaves, Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022.

²⁸ Sebastião Augusto Estevão - Farinhada, Militante do movimento negro Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

²⁹ Capitão Tales do Triângulo Mineiro - Capitão do Congo Real - Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

Sem a benção de deus nesse mundo eu não sou nada³⁰

**

Ô Angola ô Guiné

Ô Angola ô Guiné

O Rosário é paz e harmonia união e muita fé³¹

**

Foi na beira do mar que o negro chorou

Ao vê Nossa Senhora saindo das águas coberto de flor³²

**

Um pano só um pano só

Esse povo todo é um pano só³³

**

Nossa Senhora, sua casa cheira

Cravos e rosas, e fulô de laranjeira

Nossa Senhora, sua casa cheira

Cravos e rosas, e fulô de laranjeira³⁴

³⁰ Rainha Conga do Estado de Minas Gerais, Rainha Belinha - Isabel Casimiro- Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

³¹ Rainha Conga do Estado de Minas Gerais, Rainha Belinha - Isabel Casimiro- Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

³² Rainha Conga do Estado de Minas Gerais, Rainha Belinha - Isabel Casimiro- Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

³³ Rei Rodolfo - Rei Congo do Estado de Minas Gerais - Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022

³⁴ Capitã Salete - Fórum Mineiro de Reinados e Congados, 2022